



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS CIDADES MÉDIAS E SUAS MÚLTIPLAS
PARTICULARIDADES:
PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO URBANO EM MARÍLIA/SP
E MOSSORÓ/RN**

EDNA MARIA JUCÁ COUTO AMORIN

Tese de Doutorado

**PRESIDENTE PRUDENTE/SP
MAIO DE 2016**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

EDNA MARIA JUCÁ COUTO AMORIN

**AS CIDADES MÉDIAS E SUAS MÚLTIPLAS
PARTICULARIDADES**
**PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO URBANO EM MARÍLIA/SP
E MOSSORÓ/RN**

Orientação:

Everaldo Santos Melazzo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Pesquisa orientada por Everaldo Santos Melazzo, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante a realização do estágio sanduíche no exterior, sob supervisão da Prof^ª. Dra. Maria Carmen Bellet Sanfeliu, da Universitat de Lleida/Catalunha/Espanha.

PRESIDENTE PRUDENTE - SP
MAIO DE 2016

A543c Amarin, Edna Maria Jucá Couto.
As cidades médias e suas múltiplas particularidades : produção e consumo do espaço urbano em Marília/SP e Mossoró/RN / Edna Maria Jucá Couto. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
246 f. : il.

Orientador: Everaldo Santos Melazzo
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Cidades médias. 2. Consumo. 3. Produção do espaço urbano. I. Melazzo, Everaldo Santos. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

BANCA EXAMINADORA

Everaldo Santos Melazzo Jr.

Prof. Dr. **EVERALDO SANTOS MELAZZO**
ORIENTADOR

ME Bello

Profa. Dra. **MARIA ENCARNACÃO B. SPOSITO**
(FCT/UNESP)

José

Prof. Dr. **MARCIO JOSÉ CATELAN**
(FCT/UNESP)

Denise

Profa. Dra. **DENISE DE SOUZA ELIAS**
(UECE)

Doralice

Profa. Dra. **DORALICE SÁTYRO MAIA**
(UFPB)

Edna Maria Jucá Couto Amorim

EDNA MARIA JUCÁ COUTO AMORIN

Presidente Prudente (SP), 14 de março de 2016.

RESULTADO: APROVADA

In memoriam
Ao Valdimiro Américo Jucá, “paizinho”.
À Olívia Ferreira Jucá, “mãezinha”.
Ao Luiz Couto, “cabra macho”.

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo percurso, finalizar o trabalho escrevendo os agradecimentos me dá uma imensa sensação de alegria.

Alegria por finalizar mais uma etapa, prestes a começar uma nova. Alegria por ter conseguido superar as limitações e os desafios que apareceram no caminho. Alegria por ter aprendido tantas coisas, dentro e fora da sala de aula, muito além dos muros da universidade. Alegria pela oportunidade de viver experiências ímpares. Alegria por ter conhecido pessoas que fizeram toda a diferença neste ciclo da minha vida, com as quais pude compartilhar momentos inesquecíveis e indescritíveis, guardados com muito carinho na memória e, principalmente, no meu coração.

A essas pessoas devo meus agradecimentos, não sem antes agradecer Àquele que tem me sustentado a cada dia, me inspirado e me concedido a graça de chegar até aqui, Deus.

Quero agradecer ao Wagner pelo amor (e tudo que cabe nesta pequena palavra, AMORin), com quem tenho vivido dias de aventuras e conquistas, que me faz sorrir quando estou brava e me faz chorar só de pensar no quanto ele me faz feliz.

Agradeço à minha família, de Fortaleza e de Londrina, pelo apoio incondicional demonstrado nas palavras de encorajamento a cada telefonema ou mensagem, nas pausas para o cafezinho, nos longos abraços cheios de carinho, enfim, pelo amor e cuidado em cada detalhe. Esta família que é tão forte e que espero em breve ver crescer um pouco mais: aos meus pais, José Edias e Maria, à dona Dirce (minha avó de adoção), aos meus irmãos Edinaldo e Ednete, aos meus sogros José Wagner e Cristina, e aos meus cunhados-irmãos Ticiane, Bruna e Yan.

Ao Everaldo, agradeço a dedicação ao ensinar e a paciência ao ouvir, principalmente nos meus momentos de “aperreio”. Sou muito grata por tudo que pude aprender e compartilhar nestes anos de convivência acadêmica e pessoal.

Agradeço aos membros da banca examinadora da Tese, a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito e o professor Márcio José Catelan, pelas importantes contribuições para a pesquisa no momento do exame de qualificação, abrindo horizontes, dissipando dúvidas e me fazendo avançar, e às professoras Denise Elias, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e Doralice Maia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca e debater os

resultados do trabalho. Em especial, quero agradecer à Denise Elias, por ter me ensinado muito (do pouco) que eu sei sobre ser pesquisadora, acompanhando meus passos acadêmicos, sempre incentivando e se preocupando em ajudar.

Sou muito grata aos professores e colegas do GASPERR e do CEMESPP, pelo aprendizado e o trabalho coletivo que me permitiu realizar esta pesquisa, principalmente à Andrea Porto Sales pela parceria no trabalho e o carinho que sempre que teve comigo, ao João Marcos e ao Marlon pela força na elaboração dos mapas da Tese, e ao Arthur, Nécio, Sidney e Heloísa, pela ajuda no trabalho de campo em Marília. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no seu corpo docente e funcionários, pelo apoio recebido, especialmente os da Seção Técnica de Pós-graduação, Ivonete, Cinthia, Aline e Leonardo. Agradeço ainda ao auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante todo o doutorado, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche na Espanha, entre dezembro de 2013 e julho de 2014.

Agradeço aos amigos de longas datas, que desde minha graduação na UECE alegam meus dias e até hoje me fazem dar boas risadas, os quais faço questão de reencontrar a cada vez que vou à Fortaleza: Gerardo, Luciana, Thatiane, Diego, Tiago Amora, Francisco Júnior (Jotinha), Patrick, Aila, Yáskara, Juliana, Cibele, Denise e Stenio. Agradeço aos amigos que compartilharam comigo os primeiros passos na pesquisa, ainda no Laboratório de Estudos Agrários (LEA) e que até hoje se fazem presentes: Rodrigo e Priscila, meus compadres, Cíntia, Juscelino, Iara, Henrique, Leandro e Camila.

Aos amigos conquistados na UNESP, em Presidente Prudente, quero agradecer pelo companheirismo, pelo bom humor, pelos “cheiros”, pelos conselhos, pela companhia, pelas angústias divididas, pelas viagens, pelos cafés, enfim, por cada momento compartilhado dentro e fora do ambiente acadêmico, em especial ao eterno Quarto 6 e aos “muchachos”, aqui nomeados: à Aline, por sua generosidade; ao André, pela eterna gentileza; ao Bruno, pela alegria; ao Sidney, por sua presteza em ajudar; ao Marlon, pela lealdade; à Halita e sua humanidade; ao Rafael com suas “viagens”; ao Ítalo, por sua bondade; e à Juliana, pela irmandade.

Estendo este agradecimento especial à Juniele e à Raquel, que assim como os demais mencionados, tive o privilégio de conhecer, de conviver e que sei que posso

contar, sempre. Além disso, Presidente Prudente me proporcionou conhecer uma das pessoas mais fortes e valentes que já vi: Michele, cearense “arretada” que tanto me ajudou, não apenas nos trabalhos de campo em Mossoró, junto com a Nara, mas também nas horas difíceis do trabalho e nas vitórias alcançadas.

Durante o estágio doutoral realizado na Universitat de Lleida, tive o prazer de conhecer pessoas muito amáveis: Laura, Tanja, Lars e Corinna, Joan, Daniel, Josep Ramon, e os professores Ramon Morel Rosell, Pilar Alonso, Josep Maria Llop-Torné e Carmen Bellet Sanfeliu, a quem agradeço pelo aprendizado e por nos receberem tão bem em sua terra.

Nossa estadia em Lleida foi muito especial, pois nesta cidade eu e Wagner fomos presenteados por amigos maravilhosos: Betty e Abi, casal que amo muito, principalmente minha amiga que, por me querer bem, vive “pegando no meu pé”, mesmo estando do outro lado do Atlântico; e aos amigos e irmãos na fé cristã da Església Evangelica Baptista de Lleida, em especial ao Edgardo, um chileno cheio da graça, e à Alina, uma ucraniana cheia de sonhos e esperança. Agradeço também à família da 2ª Igreja Evangélica O Brasil para Cristo de Presidente Prudente, que nos acolheu com tanto amor, ajudando sempre que preciso e encorajando a buscar nossos objetivos, mesmo que eles nos levem para longe.

Por fim, agradeço a todos àqueles que, direta e indiretamente, me ajudaram e me incentivaram até aqui.

“Melhor é o fim das coisas do que o princípio delas (...)”

Ec 7:8a

“O fim das coisas é maravilhoso, porque ele contém muitas possibilidades de recomeço” Maria Encarnação Beltrão Sposito

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| LISTA DE GRÁFICOS | 10 |
| LISTA DE MAPAS | 10 |
| LISTA DE QUADROS..... | 12 |
| LISTA DE SIGLAS | 13 |
| RESUMO | 15 |
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1. MARÍLIA-SP E MOSSORÓ-RN EM CONTEXTO | 27 |
| 1.1. As formações socioespaciais em questão, a origem e a estruturação das cidades..... | 28 |
| 1.2. Produto Interno Bruto, estrutura produtiva e evolução das atividades econômicas | 47 |
| 1.3. Generalidades, particularidades e singularidades..... | 66 |
| CAPÍTULO 2. A EXPANSÃO DO CONSUMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS | 87 |
| 2.1. O consumo como vetor da reestruturação urbana e da cidade | 87 |
| 2.2. Ampliação e diversificação do consumo em Marília e Mossoró | 99 |
| 2.3. Novos elementos do processo de reestruturação e a redefinição da cidade | 120 |
| CAPÍTULO 3. A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM MARÍLIA-SP E MOSSORÓ-RN..... | 132 |
| 3.1. A expansão imobiliária: a habitação em questão | 133 |
| 3.2. Os agentes da produção do espaço urbano: mudanças e continuidades | 147 |
| CAPÍTULO 4. O CONSUMO DO ESPAÇO URBANO: DO PMCMV AOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS | 160 |
| 4.1. O Programa Minha Casa Minha Vida: a ampliação da desigualdade socioespacial | 161 |
| 4.2. Os espaços residenciais fechados: segmentação e divisão social do espaço..... | 185 |
| CONCLUSÃO: EM BUSCA DE SÍNTESES | 204 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 218 |
| APÊNDICE | 245 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Marília. Eixos de expansão territorial urbana..... | 45 |
| Figura 2 - Mossoró. Expansão urbana. 1870 a 2002..... | 46 |
| Figura 3 - Marília e Mossoró. Linha do tempo. | 80 |
| Figura 4 - Brasil. Percentual das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação fora de casa, segundo as Grandes Regiões. 2002 a 2009. | 113 |
| Figura 5 - Marília. Vista aérea do Residencial Jardim Trieste Cavichioli. 2012. | 169 |
| Figura 6 - Marília. Conjunto Residencial Altos da Nova Marília. 2013. | 170 |
| Figura 7 - Mossoró. Residencial Monsenhor Américo Simonetti. 2013..... | 171 |
| Figura 8 - Mossoró. Residencial Santa Júlia. 2013. | 172 |
| Figura 9 - Marília. Preço médio do m ² em terrenos por bairro. 2000 e 2010..... | 180 |
| Figura 10 - Mossoró. Preço médio do m ² em terrenos por bairro. 2000 e 2010..... | 183 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1- Marília e Mossoró. Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais). 2000, 2005 e 2010..... | 50 |
| Gráfico 2 - Marília. Número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012..... | 60 |
| Gráfico 3 - Mossoró. Número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012..... | 60 |
| Gráfico 4 - Marília e Mossoró. Variação relativa (%) do total de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985 e 2012..... | 61 |
| Gráfico 5 - Brasil. Variação anual do consumo final das famílias (%). 1961 a 2014. | 92 |
| Gráfico 6 - Brasil. Produção de automóveis. 1960 a 2010..... | 116 |
| Gráfico 7 - Brasil. Condição de ocupação dos domicílios. 2001 a 2014*..... | 137 |
| Gráfico 8 - Marília e Mossoró. Participação no total de domicílios particulares permanentes urbanos, por condição do domicílio (%). 2000 e 2010. | 143 |
| Gráfico 9 - Marília e Mossoró. Evolução do estoque de dívida corrente referente aos financiamentos imobiliários acumulados (R\$). 2000 a 2014. | 145 |
| Gráfico 10 - Marília. Ano de abertura das empresas no segmento de “Construção de edifícios”. 1989 a 2015..... | 152 |
| Gráfico 11 - Mossoró. Ano de abertura das empresas no segmento de “Construção de edifícios”. 1989 a 2015..... | 152 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 - Marília e Mossoró. Localização..... | 21 |
| Mapa 2 - Marília. Localização das franquias de <i>fast-food</i> . 2013. | 126 |
| Mapa 3 - Mossoró. Localização das franquias de <i>fast-food</i> . 2015. | 128 |
| Mapa 4 - Marília. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. 2015..... | 167 |

| | |
|---|-----|
| Mapa 5 - Mossoró. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. 2015..... | 168 |
| Mapa 6 - Marília. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (2015), por chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos (2010). | 175 |
| Mapa 7 - Mossoró. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (2015), por chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos (2010). | 177 |
| Mapa 8 - Marília. Localização dos espaços residenciais fechados. 2014..... | 187 |
| Mapa 9 - Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados. 2015. | 190 |
| Mapa 10 - Marília. Localização dos espaços residenciais fechados (2014), por chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (2010). | 193 |
| Mapa 11 - Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados (2015), por chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (2010). | 195 |
| Mapa 12 - Marília. Mapa síntese. 2015..... | 197 |
| Mapa 13 - Mossoró. Mapa síntese. 2015. | 198 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Marília. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)*. 2000, 2005 e 2010.52 | |
| Tabela 2 - Mossoró. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)*. 2000, 2005 e 2010. | 52 |
| Tabela 3 - Marília. Número de estabelecimentos e participação percentual no total, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012. | 54 |
| Tabela 4 - Marília. Variação absoluta e relativa (%) do número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE..... | 55 |
| Tabela 5 - Mossoró. Número de estabelecimentos e participação percentual no total, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012. | 57 |
| Tabela 6 - Mossoró. Variação absoluta e relativa (%) do número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012. | 58 |
| Tabela 7 - Marília e Mossoró. Variações relativas (%) do total do potencial de consumo urbano. 1998, 2003, 2008 e 2012. | 107 |
| Tabela 8 - Marília e Mossoró. Total do potencial de consumo urbano (R\$). 1998, 2003, 2008 e 2012..... | 107 |
| Tabela 9 - Marília e Mossoró. Potencial de consumo <i>per capita</i> urbano (R\$) e variações relativas (%). 1998, 2003, 2008 e 2012..... | 109 |
| Tabela 10 - Marília e Mossoró. Despesas com alimentação, no domicílio e fora do domicílio (R\$). 1998 e 2012..... | 114 |
| Tabela 11 - Marília e Mossoró. Variação relativa (%) das despesas com alimentação, no domicílio e fora do domicílio. 1998 e 2012. | 114 |
| Tabela 12 - Marília e Mossoró. Gastos com veículo próprio (R\$) e variação relativa (%). 1998 e 2012..... | 115 |
| Tabela 13 - Marília e Mossoró. Frota de automóveis. Variação absoluta e relativa. 2003, 2008 e 2012..... | 116 |
| Tabela 14 - Marília e Mossoró. Frota de automóveis per capita. 2003, 2008 e 2012. | 117 |
| Tabela 15 - Marília e Mossoró. Despesas com eletrodomésticos e equipamentos (R\$) e variação relativa (%). 1998 e 2012. | 119 |
| Tabela 16 - Brasil. Participação no total de vendas da indústria da alimentação no mercado interno (%) e variação relativa (%), por segmento. 2005 a 2014. | 122 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 17 - Marília e Mossoró. Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e variação relativa (%). 1998-2003-2008-2012. | 124 |
| Tabela 18 - Brasil. Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação (% do total). 2001 a 2014*..... | 138 |
| Tabela 19 - Brasil. Domicílios particulares permanentes próprios, quitados e em aquisição. Variações absoluta e relativa (%). 2001 a 2014. | 139 |
| Tabela 20 - Marília e Mossoró. População residente e domicílios particulares permanentes. Variação relativa (%). 2000 e 2010..... | 141 |
| Tabela 21 - Marília e Mossoró. Domicílios particulares permanentes urbanos (unidades), por condição do domicílio. Variação relativa (%). 2000 e 2010. | 143 |
| Tabela 22 - Marília e Mossoró. Empresas na Construção de edifícios. 2006 a 2014..... | 150 |
| Tabela 23 - Marília e Mossoró. Empresas na Incorporação de empreendimentos imobiliários. 2006 a 2014..... | 150 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Marília e Mossoró. Principais produtos de exportação e blocos econômicos de destino. 2005 a 2013. | 63 |
| Quadro 2 - Marília e Mossoró. Principais produtos importados e blocos econômicos de origem. 2005 a 2013..... | 65 |
| Quadro 3 - Marília e microrregião. Índice de Potencial de Consumo. 1998, 2003, 2008 e 2012. | 102 |
| Quadro 4 - Mossoró e microrregião. Índice de Potencial de Consumo. 1998, 2003, 2008 e 2012. | 104 |
| Quadro 5 - Marília e Mossoró. Participação no total do consumo urbano (%). 1998 e 2012. .. | 111 |
| Quadro 6 - Marília e Mossoró. Estabelecimentos de Construção de edifícios e Incorporação de empreendimentos imobiliários. 2013, 2014 e 2015. | 149 |
| Quadro 7 - Marília e Mossoró. Empreendimentos do PMCMV, domicílios vagos e déficit habitacional. | 162 |
| Quadro 8 - Conversão e deflação dos valores em dólares americanos (US\$) para reais (R\$). 1998, 2003, 2008 e 2012. | 246 |

LISTA DE SIGLAS

ABF - Associação Brasileira de Franchising;
ABIA - Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação;
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração;
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores;
BM - Banco Mundial;
BNH - Banco Nacional da Habitação;
CEMESPP - Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas;
CIA - Central Intelligence Agency;
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas;
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social;
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito;
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;
ESTBAN - Estatística Bancária por Município;
EU - União Europeia;
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos;
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
FGV - Fundação Getúlio Vargas;
FHC - Fernando Henrique Cardoso;
FIERN - Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte;
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
FJP - Fundação João Pinheiro;
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;
GAsPERR - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais;
GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;
IGP-DI - Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna;
IPC - Índice de Potencial de Consumo;
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados;
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;
ISS - Imposto Sobre Serviços;
ITAL - Instituto de Tecnologia de Alimentos;
JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo;
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul;
OGU - Orçamento Geral da União;
OIT - Organização Internacional do Trabalho;
ONU - Organização das Nações Unidas;

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento;
PAR - Programa de Arrendamento Residencial;
PDM - Plano Diretor de Mossoró de 2006;
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.;
PIB - Produto Interno Bruto
PlanHab - Plano Nacional de Habitação;
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida;
PNH - Política Nacional de Habitação;
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares;
RA - Região Administrativa;
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais;
ReCiMe - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias;
REGIC - Regiões de Influência das Cidades;
SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro;
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo;
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SECEX - Secretaria do Comércio Exterior;
SFG - Sistema Financeiro de Habitação;
SFI - Sistema de Financiamento Imobiliário;
SINDUSCON - Sindicato das Indústrias da Construção Civil;
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
UBS - Unidade Básica de Saúde;
UEI - Unidade de Educação Infantil;
UNESP - Universidade Estadual Paulista;

RESUMO

AMORIN, Edna Maria Jucá Couto. **As cidades médias e suas múltiplas particularidades**: produção e consumo do espaço urbano em Marília-SP e Mossoró-RN. 2016. 246f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

Na Tese analisamos a produção e o consumo do espaço urbano das cidades de Marília-SP e Mossoró-RN por meio de uma análise comparativa que considerou dinâmicas e processos engendrados pela expansão da acumulação capitalista, relacionados à produção e consumo no/do espaço. Partindo do estudo destas duas cidades, estabelecemos objetivos específicos que, articulados ao objetivo principal, nos possibilitaram analisar e diferenciar os processos de expansão e diversificação do consumo e de produção do espaço urbano em cada cidade, reconhecendo que existem generalidades e particularidades no que tange a determinados processos. Buscamos apreendê-los através do estudo da origem e estruturação das cidades, da expansão e diversificação do consumo, da expansão imobiliária, dos novos agentes econômicos e da redefinição das cidades de Marília e Mossoró, o que nos permitiu identificar continuidades, descontinuidades e rupturas nos processos. Diante da combinação singular das condicionantes históricas da formação e estruturação das cidades e da articulação e combinação de processos, agentes e escalas geográficas de diversas dimensões e importâncias, concluímos que processos ocorridos em escala global associados a processos de reestruturação urbana e da cidade, ganham particularidades e singularidades nas cidades médias em virtude das diferenças entre as formações socioespaciais e suas temporalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias. Consumo. Produção do espaço urbano. Reestruturação urbana. Reestruturação da cidade.

RESUMEN

AMORIN, Edna Maria Jucá Couto. **Las ciudades intermedias y sus múltiples particularidades**: producción y consumo del espacio urbano en Marília-SP y Mossoró-RN. 2016. 246f. Tesis (Doctorado en Geografía). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

La tesis analiza la producción y el consumo de espacio urbano en las ciudades de Marília-SP y Mossoró-RN a través de un análisis comparativo que considera la dinámica y los procesos generados por la expansión de la acumulación capitalista, relacionados con la producción y el consumo en el espacio. A partir del estudio de estas dos ciudades, establecemos objetivos específicos y los articulamos al objetivo principal, lo que nos permitió analizar y diferenciar los procesos de expansión y diversificación del consumo y la producción del espacio urbano en cada ciudad, reconociendo que hay generalidades y particularidades con respecto a ciertos procesos. Buscamos comprenderlos a través del estudio del origen y estructuración de las ciudades, la expansión y diversificación del consumo, la expansión inmobiliaria, los nuevos agentes económicos y la redefinición de las ciudades de Marília y Mossoró, lo que nos permitió identificar continuidades, discontinuidades e interrupciones en los procesos. Frente a la combinación única de condiciones históricas de la formación y estructuración de las ciudades y la coordinación y combinación de procesos, agentes y escalas geográficas de varios tamaños y cantidades, llegamos a la conclusión de que los procesos que ocurren en una escala global asociados con la reestructuración urbana y de la ciudad, adquieren características y singularidades en las ciudades intermedias debido a las diferencias entre las formaciones socio-espaciales y sus temporalidades.

PALABRAS CLAVE: Ciudades intermedias. Consumo. Producción del espacio urbano. Reestructuración urbana. Reestructuración de la ciudad.

ABSTRACT

AMORIN, Edna Maria Jucá Couto. **Medium-sized towns and their multiple particularities: production and consumption of urban space in Marília - SP and Mossoró - RN**. 2016. 246f. Thesis (Doctorate in Geography). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

The thesis analyzed the production and consumption of urban space in the cities of Marília-SP and Mossoro-RN through a comparative analysis that considered dynamics and processes engendered by the expansion of capitalist accumulation, related to production and consumption in space. From the study of these two cities, set specific goals articulated the main goal, allowed us to analyze and differentiate the processes of expansion and diversification of consumption and production of urban space in each city, recognizing that there are generalities and particularities with respect to certain processes. We seek to apprehend them through the study of the origin and structure of cities, the expansion and diversification of consumption, real estate expansion, new economic agents and the redefinition of the cities of Marília and Mossoro, which allowed us to identify continuities, discontinuities and disruptions in processes. Given the unique combination of historical conditions of formation and structure of cities and the coordination and combination of processes, agents and geographic scales of various sizes and amounts, we conclude that processes occurring on a global scale associated with urban restructuring and the city restructuring, gain characteristics and singularities in medium-sized cities because of the differences between the socio-spatial formations and their temporality.

KEYWORDS: Medium-sized cities. Consumption. Urban space production. Urban Restructuring. City restructuring.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O foco da presente Tese é a compreensão das cidades médias no que diz respeito à produção e ao consumo do espaço urbano em suas múltiplas variedades. Os estudos realizados pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) têm demonstrado que a rede urbana brasileira é muito complexa e diversa e que as cidades médias apresentam particularidades frente a esta heterogeneidade.

Por desempenharem importantes papéis de intermediação em diferentes redes urbanas, as cidades médias apresentam diferenças entre elas, conforme nos mostraram os estudos realizados por Batella (2013), Bomtempo (2011), Catelan (2012), Couto (2011), Elias, Sposito e Soares (2010, 2013), Sposito (2004), Sposito, Elias e Soares (2010, 2012), dentre tantos outros realizados no âmbito da ReCiMe.

Assim, defendemos a Tese de que para entendê-las é preciso estudá-las em suas múltiplas particularidades, a partir das diferentes formações socioespaciais (SANTOS, 1977) e em suas distintas temporalidades, com uma combinação singular das condicionantes históricas em sua formação e estruturação e dos processos produzidos em escalas geográficas mais amplas, que ali encontram suas particularidades. Isto quer dizer que, mesmo diante de processos gerais e semelhantes engendrados pela expansão da acumulação capitalista cada cidade apresenta resultantes espaciais distintas, em virtude das temporalidades próprias e do jogo de forças que nelas atuam.

Historicamente, o momento em que as cidades passaram a ser espaços de produção, ampliando seus papéis urbanos, guarda uma relação direta com o processo de urbanização em escalas mais amplas, cujo principal vetor de redefinição foi a industrialização (SPOSITO, 2001b) e de acordo com Brenner (2000, p. 369), “a questão urbana sob o capitalismo industrial sempre foi, simultaneamente, uma questão de escala”.

Segundo referido autor, a cada reconfiguração do capitalismo ocorreram redefinições escalares (BRENNER, 2000, 2001, 2013)¹, quantitativa e qualitativamente,

¹ Brenner (2000, 2001, 2013) denominou estas redefinições escalares de “processos de escalonamento e reescalamento”, que segundo ele, constituem-se como um dos maiores desafios metodológicos de conceituar a questão urbana contemporânea como uma questão de escala (BRENNER, 2000). Partindo do

relacionadas à centralidade urbana e ao desenvolvimento geográfico desigual² (SMITH, 1988). Estas transformações serão entendidas nesta Tese à luz da economia política da urbanização e da economia política da cidade (SANTOS 2009b), da reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação da cidade (SPOSITO, 2004, 2007, 2015) e das articulações, sobreposições e interações entre as escalas³, bem como suas redefinições (SANTOS, 1992a, 2009a; SPOSITO, 2004, 2006, 2007, 2010a).

Nosso objetivo principal é compreender, a partir das diferentes formações socioespaciais, como cada cidade articula-se a estes processos que ocorrem em escala global e quais as expressões destas novas divisões do trabalho, do ponto de vista da divisão econômica e social do espaço. Assim, pretendemos compreender como as cidades médias apresentam, mediante os processos de reestruturação urbana e da cidade, processos particulares, ou seja, de que maneira os processos da produção e consumo no/do espaço ganham particularidades e singularidades nestas cidades.

Selecionamos para análise duas cidades médias brasileiras pertencentes a diferentes formações socioespaciais: Marília, localizada no estado de São Paulo, no Sudeste brasileiro, e Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do país (Mapa 1). Marília situa-se na região Centro-Oeste paulista, a 443 km de São Paulo capital e de acordo com a estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), possui uma população de 232.006 habitantes. Mossoró está situada no Oeste potiguar, a 277 km de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, com uma população de 288.162 habitantes (IBGE, 2015).

Marília é uma cidade de fundação relativamente recente, do início do século XX, cuja origem está associada à expansão da economia cafeeira e à ocupação e comercialização de terras no oeste paulista, fatores importantes na constituição da formação socioespacial em questão. Atualmente, as principais atividades econômicas da

pressuposto de que “as escalas, nessa abordagem, não são mais do que *resultados* temporariamente estabilizados de diversos processos espaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos” (BRENNER, 2013, p. 209 [destaque do autor]), o autor propõe fundamentos epistemológicos acerca do reescalonamento.

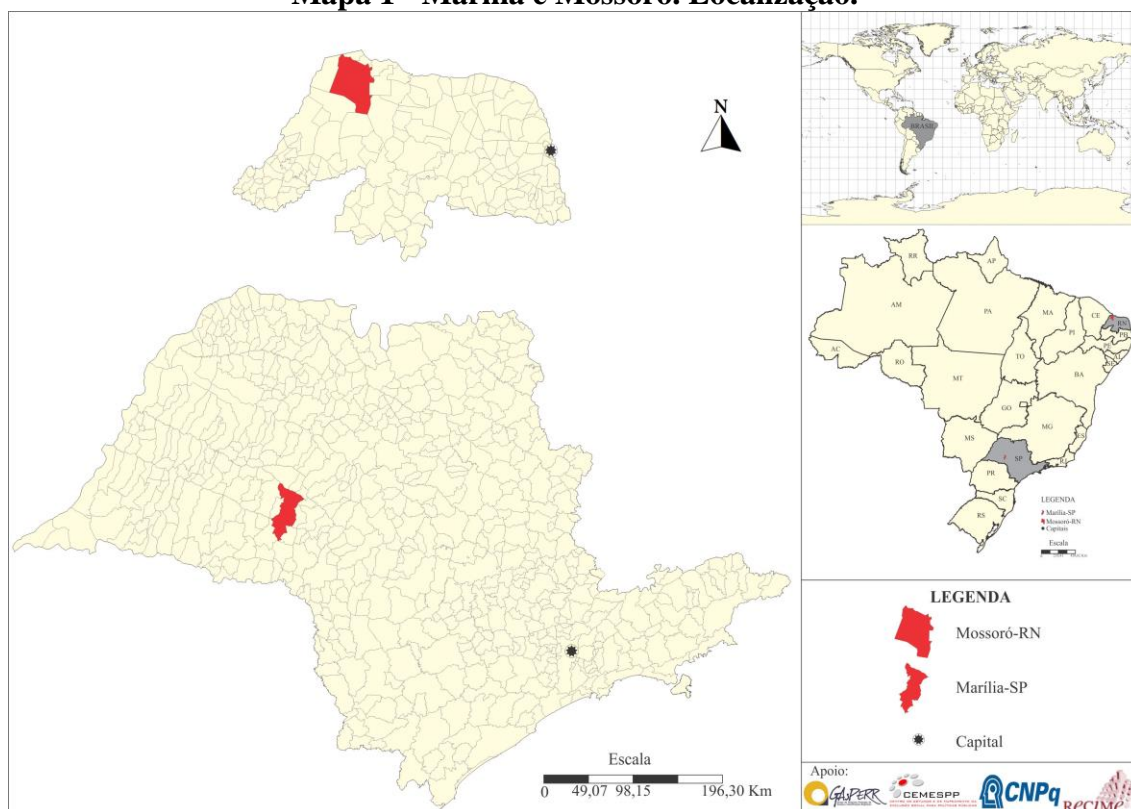
² Tradução nossa de “*The urban question under industrial capitalism has always been, simultaneously, a scale question: each round of capitalist urbanization necessarily entails historically specific scalings of this implosion-explosion process and its associated forms of urban centrality and uneven geographical development*”.

³ Para mais informações sobre o debate relacionado às escalas geográficas ver Brandão (2010); Brenner (2001, 2013); Castro (1995); Corrêa (2003); Delaney e Leitner (1997); Marston (2000); Marston, Jones III e Woodward (2005); Souza (2013c), dentre outros.

cidade estão relacionadas ao setor industrial, com a especialização na indústria alimentícia e metal-mecânica, além do desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços.

Mossoró teve sua origem em meados do século XVIII a partir do entroncamento das rotas de gado em direção ao interior e da atividade salineira, que já era realizada desde o século XVII para o consumo da população local. As principais atividades econômicas na atualidade são a extração e beneficiamento do sal, o agronegócio da fruticultura, com destaque para a produção de melão, e a exploração de petróleo e gás natural, o que lhe confere uma diversidade econômica complementada por atividades comerciais e de serviços, associadas ou não, aos demais setores econômicos.

Mapa 1 - Marília e Mossoró. Localização.



Fonte: Fonte das bases cartográficas: Philcarto - Fonds de cartes au format .ai destinés à être utilisés avec Philcarto - Brasil - IBGE - CENSO 2010. Disponível em: <http://philcarto.free.fr/FondsDeCartes.html>. Acessado em 09 de fev. de 2016. Elaborado por Wagner Vinicius Amorim.

Partindo do estudo destas duas cidades, estabelecemos quatro objetivos específicos que, articulados ao objetivo principal, nos possibilitaram analisar e diferenciar os processos de expansão e diversificação do consumo e de produção do espaço urbano em cada cidade. O primeiro objetivo consiste em identificar e compreender os processos gerais relacionados à produção e ao consumo do espaço urbano de Marília e Mossoró, os agentes e suas escalas de atuação. O segundo objetivo consiste em analisar os desdobramentos destes processos em cada cidade, a partir das formações socioespaciais. O terceiro objetivo busca demonstrar as resultantes espaciais destes processos nas cidades, combinando o geral, o particular e o singular, que articuladamente, vem contribuindo para a redefinição das cidades. Enfim, o quarto objetivo relaciona-se a identificar continuidades, descontinuidades e rupturas no processo de produção e consumo do espaço urbano.

Neste sentido, buscamos uma abordagem metodológica que contemplasse escalas espaciais e temporais, definida a partir de Braudel (1978, 1983), Santos (1992a), Sposito (2006), Sposito *et al.* (2007) e Vasconcelos (2009), dos quais extraímos elementos que nos ajudaram a construir os caminhos da pesquisa.

Em sua discussão sobre as dificuldades na Geografia Urbana Histórica de examinar as transformações espaciais das cidades na longa duração, Vasconcelos (2009) apresentou uma densa proposta metodológica para estudá-las a partir da utilização das periodizações, do exame dos contextos, da análise dos agentes e a estruturação espacial das cidades.

Porém, cientes de que a perspectiva analítica do autor refere-se a cidades na longa duração, adotando as ideias de “períodos densos” e “hiatos temporais”, adaptamos parcialmente a proposta, de modo que ela atendesse aos nossos objetivos e correspondesse às realidades das cidades por nós estudadas, uma vez que elas datam de períodos bem diferentes e fazem parte de formações socioespaciais distintas.

Assim, selecionamos, a partir da proposta de Vasconcelos (2009, p. 154-155), os seguintes procedimentos: 1) estabelecer uma periodização, examinando continuidades e rupturas a partir de eventos (SANTOS, 2008c) considerados importantes para a análise acerca da reestruturação urbana e da cidade; 2) examinar o conteúdo de cada período em análise; 3) examinar os agentes mais importantes, dos quais selecionamos alguns agentes econômicos, pois os consideramos relevantes no

processo de reestruturação urbana e das cidades; 4) examinar a estruturação espacial da cidade, com enfoque no período após os anos 1990, para Marília, e 2000, para Mossoró, por considerarmos que estes foram os momentos em que os processos de reestruturação urbana e da cidade tiveram maior expressão, respectivamente.

Conforme demonstrou Santos (1992a, 2008b), a periodização fornece subsídios para a compreensão das diferenças entre os espaços e está associada a outras duas noções: a de “regime”, definida pela ‘organização’ de um conjunto de variáveis que, por certo período de tempo, funciona de modo ‘harmônico’ e eficaz; e a de ruptura, quando essa organização é desmantelada, desencadeando crises e ensejando novos conteúdos.

De acordo com o referido autor, “essa noção de periodização é fundamental porque nos permite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto” (SANTOS, 2008b, p. 92), considerando que o tempo e o espaço são inerentes à compreensão das formações socioespaciais brasileiras e das particularidades e singularidades de cada cidade em seus contextos históricos (SANTOS, 2008a) e que “[...] cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço” (HARVEY, 2007, p. 189).

Com este propósito elaboramos uma linha de tempo (Figura 3) com base em quatro momentos, definidos a partir das divisões do trabalho pelas quais passaram as cidades, tendo em vista que “cada época tem um modo específico de experiência do espaço e do tempo e produz tempos (temporalidades) e espaços (espacialidades) não integrados porque o tempo mantém vários ritmos e espaços vários atributos” (SALGUEIRO, 2003, p. 100).

Santos (2002) explica que o espaço se caracteriza por uma acumulação desigual de tempos, havendo um “tempo espacial” próprio de cada espaço, resultado de uma combinação particular de múltiplas variáveis atuando em diferentes escalas. Esse tempo pode ser apreendido sob dois movimentos, o diacrônico (das sucessões) e o sincrônico (das coexistências) (SANTOS, 1996, 2008a). Para o referido autor, “[...] o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto” (SANTOS, 1996, p. 164), estando ambos reunidos no espaço, cuja ordem “coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular” (SANTOS, 2008a, p. 159).

Importante salientar que nossas argumentações fundamentam-se nesta ideia, sempre considerando as articulações espaço-temporais e escalares e os vetores da homogeneização combinados aos da diversificação. Assim, as cidades são pensadas a partir de temporalidades e espacialidades singulares, reconhecendo que

[...] o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação. Se esta forma de estudar as cidades transforma-se em ricos mananciais de pesquisa, ela faz também com que a sua interpretação seja bem mais difícil e complexa, pois só poderá ser realizada se trabalharmos, ao mesmo tempo, com diferentes escalas (e categorias) espaciais e temporais (ABREU, 2003, p. 97).

De forma a desenvolver a pesquisa com rigor teórico e metodológico, partimos de uma abordagem comparativa a partir das contribuições de Brandão (2012), Cheptulin (1982), Gonzalez (2008), Reynaud (1984) e Targa (1991), que nos auxiliaram a delimitar os objetivos privilegiando as diferenças entre as cidades, reconhecendo que existem generalidades e particularidades no que tange a determinados processos.

Com isto esperamos contribuir para o conjunto de estudos que vêm sendo realizados pela ReCiMe, num esforço de síntese frente às dificuldades e os desafios de estabelecer uma análise comparativa, percebendo que o processo de reestruturação urbana se dá de modos particulares no território em decorrência das diferenças entre as formações socioespaciais em suas múltiplas combinações e temporalidades, de acordo com as necessidades de expansão e acumulação do capital, o que implica em um caráter “**variegado**” da urbanização (SOUZA, 2013d).

Neste sentido, a estrutura da Tese foi pensada de modo a articular todas estas questões e dimensões, num movimento em espiral (GUIMARÃES, 2003), e está dividida em quatro capítulos, além desta Introdução, da Conclusão e do Apêndice.

No primeiro capítulo abordamos a origem e a estruturação urbana de Marília e Mossoró, buscando compreender o contexto das formações socioespaciais nas quais estão inseridas. Demonstramos também a estrutura produtiva e as principais atividades econômicas presentes em cada município, considerando na análise as interações espaciais e econômicas que fortalecem os papéis e diversificam as funções das duas cidades estudadas em suas respectivas regiões de influência.

No segundo capítulo tratamos da expansão e diversificação do consumo a partir de um conjunto de variáveis que nos indicam os referidos processos. Outra questão abordada foram os desdobramentos na produção de novas configurações

espaciais na cidade, a partir de novos elementos no processo de reestruturação e de redefinição do espaço urbano.

O terceiro capítulo volta-se ao estudo da expansão imobiliária e dos principais agentes econômicos que atuam na construção da cidade (CAPEL, 2013), entendendo como o aparecimento de novos produtos imobiliários e a expansão do crédito contribuiu para a expansão do consumo da/na cidade, reestruturando e complexificando o espaço urbano – por meio da habitação – e estimulando o consumo de bens duráveis.

O quarto capítulo versa sobre a produção e o consumo do espaço urbano a partir da produção da moradia, tida como uma mercadoria especial. Neste capítulo buscamos discutir a produção habitacional sob dois pontos de vista, o do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e dos espaços residenciais fechados, problematizando as localizações absolutas e relativas, trazendo ao final uma síntese analítica que visa relacionar a localização dos empreendimentos a outros elementos espaciais que, a nosso ver, reconfiguram a produção e o consumo do espaço nas cidades de Marília e Mossoró.

Por fim, a partir das discussões suscitadas ao longo da pesquisa e expostas nesta Tese, na Conclusão propomos uma reflexão que nos possibilita tecer algumas sínteses e aponta para questões que ainda precisam ser pensadas, analisadas e compreendidas, compondo uma agenda de pesquisa interessante a ser explorada pelos geógrafos urbanos interessados na temática das cidades médias.

CAPÍTULO 1

MARÍLIA-SP E MOSSORÓ-RN EM CONTEXTO

CAPÍTULO 1. MARÍLIA-SP E MOSSORÓ-RN EM CONTEXTO

Nossa proposta de estudo acerca da reestruturação urbana e das cidades de Marília e Mossoró, assim como o debate sobre a expansão do consumo e sua complexificação – que contribui para o aparecimento de novos segmentos sociais que passam a consumir mais e de modo diferenciado –, demandam uma abordagem complexa, que aporte e articule entre si discussões acerca da formação socioespacial, do perfil econômico, da estrutura urbana e regional etc., ou seja, uma apreensão das dinâmicas econômicas e socioespaciais destas cidades, desde a década de 1980 até hoje.

Muitos trabalhos realizados pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e outros, têm contribuído para a caracterização das cidades aqui estudadas, sob diversas perspectivas analíticas e que ora nos ajudam a compreender as lógicas e os processos que ali ocorrem, bem como suas particularidades no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro (BOMTEMPO, 2011; COUTO, 2011; ELIAS, PEQUENO, 2010; MELAZZO, 2012; NUNES, 2007; QUEIROZ, 2012; ROMCY, 2011; SANTOS, 2010; SPOSITO, 2004; ZANDONADI, 2008 etc.).

Neste sentido, entendemos os processos históricos e econômicos de Marília e Mossoró a partir dos trabalhos de pesquisadores vinculados à ReCiMe, além dos estudos realizados sobre o contexto local e regional (ARAÚJO, 2013; CASCUDO, 1982; DAL POZZO, 2011; FELIPE, 1980, 1982, 1988, 2001; PINHEIRO, 2006; ROCHA, 2005; SÃO PAULO, 2013 etc.), avançando no estudo e na discussão de fatores que consideramos importantes para a elucidação das questões que motivaram nossa investigação, como, por exemplo, as formações socioespaciais.

Neste capítulo discorreremos inicialmente sobre a origem e a estruturação urbana de Marília e Mossoró, buscando compreender o contexto das formações socioespaciais nas quais estão inseridas. Na seção seguinte, analisaremos a estrutura produtiva e as principais atividades econômicas dos dois municípios, considerando as interações espaciais e econômicas que fortalecem os papéis e diversificam as funções das duas cidades estudadas em suas respectivas regiões de influência. Por fim, apresentaremos uma periodização baseada nas diferentes divisões do trabalho pelas quais passaram as cidades, elencando eventos importantes relacionados à reestruturação

urbana e a reestruturação da cidade, a partir dos quais desenvolveremos nossa argumentação no decorrer do trabalho.

1.1. As formações socioespaciais em questão, a origem e a estruturação das cidades

A compreensão dos processos que deram origem às cidades de Marília e Mossoró nos ajuda a entender os processos recentes que vêm ocorrendo nestas cidades, considerando as interações espaciais, as articulações e sobreposições entre as escalas geográficas e as diferentes espacialidades e temporalidades, cujas convergências e desdobramentos concorreram para a atual conformação das formações socioespaciais brasileiras.

Neste exercício de análise, atentamos para duas dimensões relevantes a serem consideradas: a primeira refere-se às condições gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro; e a segunda, diz respeito aos “[...] desdobramentos, evoluções, continuidades e rupturas daqueles processos presentes na origem da cidade” (MELAZZO, 2012, p. 273), considerando as particularidades e as diferenças dos processos de inserção de cada cidade nesse desenvolvimento e as redefinições da divisão do trabalho.

Mediante a articulação destes dois movimentos, compreendemos a consolidação de Marília e Mossoró como importantes centros urbanos, sendo tal consolidação acompanhada de momentos e condições específicas a cada um deles. Dentre estes momentos e condições destacamos: a intensificação dos fluxos materiais e imateriais, de pessoas e informações, o que tem fortalecido a polarização exercida por eles em suas respectivas regiões de influência, caracterizando processos de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e de reestruturação das cidades (SPOSITO, 2004, 2007).

O primeiro, promove alterações profundas nos papéis urbanos e em virtude da redefinição da divisão interurbana do trabalho, intensifica as interações espaciais em múltiplas escalas; o segundo, articulado de maneira complexa ao primeiro, caracteriza-se por mudanças expressivas na estrutura dos espaços intraurbanos⁴, no que concerne à divisão econômica e social do território.

⁴ A utilização da expressão espaço intraurbano decorre apenas de seu uso já "consagrado" na literatura para se referir – no plano analítico e textual – de modo mais "didático" ao espaço compreendido e delimitado pelo perímetro urbano ou, mais especificamente, ao espaço da cidade sede de um município,

Neste sentido, o estudo das formações socioespaciais é fundamental à pesquisa uma vez que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1979, p. 14), ainda mais considerando-se que na medida em que o fenômeno da globalização caracteriza-se pela tentativa de imposição de uma racionalidade tida como única, cuja tendência é a homogeneização capitalista (SANTOS, 2008a), o desenvolvimento geográfico seletivo e desigual de um modo de produção acaba por reforçar a especificidade dos espaços.

Cada cidade apresenta características próprias, resultado da formação socioespacial na qual está inserida, associadas, em maior ou menor intensidade, à ocorrência de processos gerais que constituem a economia capitalista globalizada. Estes processos não ocorrem de maneira homogênea, uma vez que adquirem diferentes proporções conforme o jogo de forças políticas entre as diversas frações de classe em um dado território, gerando mudanças com intensidades, velocidades e qualidades diferentes.

Partimos do pressuposto de que “o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade” (SANTOS, 1977, p. 91). Compreender o processo de reestruturação urbana nas cidades médias de Marília e Mossoró, bem como suas relações com outras escalas espaciais, demanda o estudo das formações socioespaciais onde estão inseridas, as quais reúnem condições concretas diversas para a materialização dos processos gerais, sejam condições do passado ou produzidas pelas transformações recentes.

Antes de discutir e compreender propriamente as duas cidades no âmbito das formações socioespaciais, é fundamental entender o movimento histórico do modo capitalista de produção, tendo em vista as diferentes temporalidades dos processos econômicos. Com base em Furtado (2005), é possível afirmar que a inserção brasileira na divisão do trabalho no capitalismo ocorreu devido ao processo de expansão comercial europeia, tornando o território recém “descoberto” em um prolongamento do sistema econômico e político europeu.

em oposição ao seu espaço rural e ao espaço regional próximo. Assim, estaríamos ensejando apenas uma separação com uma finalidade mais textual-compreensiva do que real, já que tal divisão não existe na realidade. Em todo caso, advogamos por uma compreensão multiescalar do objeto estudado, cujos dados da realidade demonstram que não há essa separação rígida entre um "espaço intraurbano" e um "espaço interurbano".

Inicialmente, as relações estiveram associadas mais diretamente a Portugal e à Inglaterra, firmadas numa economia escravista de agricultura tropical – com o plantio de cana-de-açúcar, nos séculos XVI e XVII – e mineira – no século XVIII –, nas quais a então colônia portuguesa tinha a função de exportação de produtos primários para a metrópole (FURTADO, 2005). Já nos séculos XIX e XX, com a formação e a acumulação de capital, desenvolveu-se na república brasileira uma economia cafeeira e posteriormente industrial, fundamentadas no trabalho assalariado (FURTADO, 2005), que caracterizavam um novo papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Em virtude do desenvolvimento destas atividades no decorrer do tempo e de suas diferentes articulações escalares, parcelas do território foram economicamente inseridas em escala mundial de maneiras distintas, em condições e temporalidades particulares, a partir de seus contextos regionais, conforme as necessidades diferenciadas de expansão/reprodução do capital.

Por ter suas origens no período colonial, em meados do século XVIII, começamos nosso estudo por Mossoró, quando ainda era um pequeno povoado da capitania do Rio Grande. Esta capitania apresentava peculiaridades econômicas em comparação a outras capitanias nordestinas, como Pernambuco, por exemplo, onde a cultura da cana era a base econômica. A economia da capitania do Rio Grande teve como atividade predominante a pecuária (MONTEIRO, 2007; TAKEYA, 1985), “[...] através da qual ocorrera o processo de colonização de todo o interior da capitania no século XVIII, tornando-se a principal atividade das terras secas do sertão e do agreste” (MONTEIRO, 2007, p. 78).

Segundo Furtado (2005), a expansão da atividade pecuária foi determinante para a penetração e ocupação territorial em diversas áreas do Nordeste, bem como para o crescimento demográfico e a fixação populacional, com o estabelecimento e a consolidação de vilas e povoados, principalmente pelas trocas comerciais realizadas nas feiras de gado. Para Cardoso e Maia (2007, p. 523), “[...] as feiras de gado de maior destaque se encontravam na região semi-árida, caracterizada pela produção pecuária, ou nas ‘regiões de transição’ entre o litoral e o sertão”, a exemplo de Mossoró.

Portanto, seu surgimento não se inseriu diretamente na economia canavieira, sendo um espaço complementar e periférico. Mossoró despontou como entroncamento das rotas de gado em direção ao interior em meados do século XVIII, tendo sua origem

associada à extração de sal – atividade que já era realizada desde o século XVII para o consumo da população local⁵ –, e posteriormente, ao aparecimento de atividades como a pecuária extensiva, tornando-se um importante entreposto comercial somente em meados do século XIX (CASCUDO, 1982; FELIPE, 1980, 1982, 1988, 2001; LACERDA, 1982; MONTEIRO, 2007; PINHEIRO, 2006; ROCHA, 2005).

Além da atividade pecuária, a região teve no cultivo do algodão outra atividade econômica relevante, sobretudo no século XIX. Segundo Monteiro (2007, p. 78), o algodão “[...] era nativo na capitania do Rio Grande, já conhecido e utilizado por indígenas quando os colonizadores europeus aqui chegaram”, e fazia parte de uma agricultura de subsistência local.

Porém, dois eventos ocorridos no maior produtor mundial de algodão da época, os Estados Unidos da América, contribuíram para a expansão do cultivo do algodão no Rio Grande: o primeiro evento foi a Guerra de Independência (1776-1783) e o segundo, a Guerra de Secessão (1861-1865)⁶ (FURTADO, 2005).

Estas duas guerras interromperam a produção norte americana para o mercado europeu e estimularam a produção brasileira, transformando o algodão em matéria-prima de exportação para a indústria têxtil e atribuindo à cotonicultura características de uma agricultura mercantil internacionalizada. O incremento da produção foi tão significativo que a economia algodoeira e a pecuária formavam “[...] um pilar importantíssimo da economia regional, conhecido como binômio gado-algodão” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 172).

Conforme destaca Takeya (1985), progressivamente o algodão passou a ser o principal produto agrícola de exportação da província do Rio Grande do Norte e contribuiu para o desenvolvimento da atividade comercial e o crescimento de povoados já existentes, como é o caso de Mossoró, que se tornou importante centro comercial na província, para onde convergiam mercadorias de todo o oeste potiguar e de partes do Ceará, do sertão da Paraíba e região do Seridó (MONTEIRO, 2007). Conforme afirma a autora,

⁵ Para mais informações ver Brito (1982).

⁶ A Guerra de Secessão foi um conflito militar que ocorreu nos Estados Unidos, entre os anos de 1861 e 1865, entre civis dos estados do sul contra os estados do norte. Os estados do sul tinham uma economia baseada no latifúndio escravista e na produção, principalmente de algodão, voltada para a exportação. Enquanto isso, os estados do norte defendiam a abolição da escravidão e possuíam suas economias baseadas na indústria. Esta diferença de interesses deflagrou o conflito. Fonte: http://www.suapesquisa.com/historia/guerra_de_secessao.htm.

[...] os anos de 1850 e 1860, do ponto de vista econômico, foram anos de intenso desenvolvimento comercial na província, com o estabelecimento de comerciantes, principalmente estrangeiros, que trabalhavam com negócios de importação de produtos manufaturados europeus e exportação de matérias-primas locais para o mercado externo. Várias casas comerciais importadoras-exportadoras, que tinham matriz na Europa, foram fundadas nesse período. Dentre elas, destacou-se a Casa Graff, de Johan Ulrich Graff, fundada provavelmente em 1865 e que tinha matriz na França e filiais no Ceará e Rio Grande do Norte (Natal e Mossoró) (MONTEIRO, 2007, p. 101).

Com o declínio da pecuária no Nordeste, na segunda metade do século XIX, as atividades comerciais e de serviços foram ganhando destaque em Mossoró, dinamizadas pela entrada de firmas e capitais extra locais voltados à importação e exportação de produtos (FELIPE, 1980, 1982, 2001).

Em virtude do fortalecimento do comércio mossoroense, cuja polarização era incipiente no oeste potiguar, no leste do Ceará e no noroeste da Paraíba, houve uma maior acumulação de capitais que permitiu sua expansão territorial e econômica, mediante a ascensão de uma burguesia mercantil que, segundo Felipe (2001, p. 35), “a partir da segunda metade do século XIX, foram os grandes animadores do desenvolvimento de Mossoró e de sua região de relações comerciais. Isso é peculiar em uma região até então dominada pela pecuária e pelos fazendeiros”.

De acordo com Felipe (1982), a expansão das atividades agropecuárias e comerciais contribuiu para a consolidação de Mossoró enquanto cidade, e segundo o autor, seu processo de expansão urbana iniciou-se em meados da década de 1850, quando a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira inseriu o porto de Mossoró (hoje porto de Areia Branca) em sua rota e o definiu como um de seus pontos de escala no ano de 1857, em virtude do assoreamento do Porto Fluvial de Aracati (ROCHA, 2005).

Este fato atraiu grande número de empresas associadas à importação e exportação de mercadorias, muitas delas de capitais estrangeiros de origem europeia⁷, estabelecendo interações econômicas e espaciais com outras escalas geográficas, favorecendo a ascensão das atividades comerciais, o surgimento de uma burguesia

⁷ Felipe (2001, p. 35-38) destaca alguns destes comerciantes estrangeiros e suas nacionalidades: Antônio Silva Medeiros, José Damião de Souza, Antônio Fernandes Júnior, Manoel de Almeida Torres e Gustavo dos Prazeres (portugueses); Johan Ulrich Graff, Conrado Mayer, Henri Burly e Rudolf Guysne (suíços); Wilhelm Deffren (alemão); Henry Adams, Guines e Cia (ingleses); H.Léger (francês); Teles Filizola (italiano). Para mais informações ver Nonato (1982).

mercantil e a expansão urbana. A burguesia mercantil, além de realizar investimentos nas atividades comerciais, aliou-se a lideranças políticas locais e passou a desempenhar um papel político na região, interessando-se, por exemplo, na produção do espaço urbano e regional mossoroense (FELIPE, 2001).

Foi promulgado neste período – mais especificamente no ano de 1851 –, o primeiro Código de Posturas da Vila, contendo normativas para as edificações, para o traçado urbano e para os usos da cidade, no intuito de modernizar seu espaço e reforçar suas funções de empório comercial (ROCHA, 2005). No início do século XX, foram feitos melhoramentos nas vias visando facilitar o uso do automóvel, a iluminação pública passou a ser feita com energia elétrica, substituindo os lampiões de querosene, surgindo as primeiras tentativas de implantação de estradas de ferro.

Relações econômicas e políticas possibilitaram a essas elites viabilizar o ulterior desenvolvimento das atividades salineiras e agroindustriais, tão logo as atividades comerciais entraram em declínio, devido a fatores como “[...] a guerra de 1914 a 1918 e a seca de 1915 (CASCUDO, 1982); o fortalecimento comercial de outras praças nordestinas, como Campina Grande, na Paraíba (FELIPE, 1980, 1982); e, principalmente, a demora na construção da via férrea (FREIRE, 1982) [...]” (COUTO, 2011, p. 77-78), cuja concessão para construção foi dada no ano de 1875, porém, a conclusão do primeiro trecho só ocorreu em 1915, 40 anos depois (LIMA, 2011).

Diante da decadência da atividade comercial⁸ nas primeiras décadas do século XX, as bases de sustentação da economia mossoroense foram estabelecidas pela salinicultura e pelo beneficiamento de produtos agropecuários, caracterizando uma nova especialização econômica⁹. Em 1912, por exemplo, um dos maiores comerciantes de Mossoró, que também atuava na extração e comercialização do sal, Miguel Faustino do Monte, instalou uma usina de beneficiamento do algodão na cidade (MONTEIRO, 2007, p. 138), demonstrando uma diversificação dos capitais.

⁸ Para mais informações ver Cascudo (1982), Felipe (1980, 1982, 1988, 2001), Pinheiro (2006), Rocha (2005) e Silva (1982).

⁹ Em sua pesquisa sobre o processo de urbanização na cidade de Mossoró, Pinheiro (2006, p. 6) propõe um estudo dos momentos de sua expansão urbana com base em cinco especializações econômicas: a especialização pecuarista, entre 1772 e 1857; a especialização de empório comercial, entre 1857 e 1930; a especialização salicultora e agroindustrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista, entre 1930 e 1970; a especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal intervencionista, na década de 1970; e a especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal neoliberal, de 1980 aos dias atuais.

No momento em que Mossoró consolidava-se como “centro de prestação de serviços”, com a instalação dos primeiros estabelecimentos de crédito na cidade, surgiram as primeiras indústrias de gesso e de beneficiamento como as “[...] agroindústrias algodoeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão, de óleo de oiticica, de beneficiamento de cera de carnaúba e as moedeiras (refinadoras) do sal” (FELIPE, 1982, p. 64), mantendo-se também pequenas e médias indústrias que abasteciam o mercado local e regional.

Destarte, ainda que de modo bastante inexpressivo se comparado à realidade nacional, foi possível a inserção de Mossoró na divisão interregional do trabalho como centro repassador de matérias-primas para o Centro-sul do Brasil que, já na década de 1930, passava por um processo de substituição das importações e fortalecimento do mercado interno com impulso à industrialização (FURTADO, 2005).

Esta especialização econômica estendeu-se até fins da década de 1960, quando políticas públicas foram elaboradas e implementadas no Nordeste do país, sob o comando e gerência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em sua discussão sobre a inserção da região Nordeste nas economias nacional e mundial, Araújo (1997, p. 9, destaques da autora) verifica que “o movimento de **integração econômica** comandado pelo processo de acumulação de capitais do Brasil nas últimas décadas havia atingido o Nordeste e **solidarizado** sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional”, entendidas como o estímulo à industrialização da região Nordeste, sob a égide de uma integração produtiva e econômica, que de forma alguma homogeneizou as estruturas produtivas regionais.

Ao contrário, este processo acentuou diferenciações e desigualdades regionais (ARAÚJO, 1997, 2000). Uma das estratégias adotadas pela SUDENE foi a integração da agricultura à indústria, com uma mudança no perfil produtivo da agropecuária nordestina, voltado à produção de frutas tropicais para exportação. A partir deste contexto de reestruturação entre as décadas de 1960 e 1970, a agroindústria mossoroense, característica dos anos de 1930, entrou em crise, favorecendo a inserção de Mossoró no circuito da agricultura científica através da fruticultura irrigada nas décadas posteriores (ELIAS; PEQUENO, 2010).

Além do estabelecimento do polo fruticultor no Vale do Açu¹⁰, outros fatores contribuíram para uma reorganização e dinamização das atividades econômicas mossoroenses na segunda metade do século XX: a mecanização do setor salineiro, desde meados da década de 1960; o desenvolvimento da atividade petrolífera na Bacia Potiguar, a partir dos anos de 1980; e a redefinição das atividades terciárias, com a difusão do comércio e dos serviços especializados, sobretudo no início do século XXI.

Para Sposito (2007, p. 237), “as atividades terciárias especializadas passam a ter mais importância que a capacidade de produção industrial e/ou agrícola no movimento de ampliação dos papéis urbanos de cidades de diferentes portes”. No caso de Mossoró, as atividades comerciais e de serviços adquiriram um papel importante na economia urbana e regional, e vêm passando por intensas transformações a partir dos anos 2000, com a instalação de grandes equipamentos de consumo e a adoção de novas técnicas de compra e venda (COUTO, 2011).

Dando prosseguimento à discussão e à análise da inserção das cidades estudadas em suas respectivas formações socioespaciais, a cidade de Marília teve sua origem no processo de expansão da atividade cafeeira no oeste do Estado de São Paulo, numa divisão territorial do trabalho associada à formação do capitalismo industrial no Brasil.

Marília surgiu da junção de três núcleos urbanos – os Patrimônios Alto do Cafezal, Vila Barbosa e Marília –, e foi elevada à condição de município no ano de 1928, em meio à expansão da fronteira cafeeira, à conformação de um mercado de terras rurais e urbanas no oeste paulista, e à chegada da Estrada de Ferro Paulista, fatores importantes na constituição da formação socioespacial em questão (MELAZZO, 2012; NUNES, 2006; SPOSITO, 2004; ZANDONADI, 2008).

Não obstante à desaceleração da economia cafeeira nos anos subsequentes à crise de 1929, em decorrência da superprodução e da baixa nos preços (FURTADO, 2005), Marília experimentou uma expansão territorial urbana e ampliou sua capacidade

¹⁰ A partir de meados dos anos 1990, essa região passou a ser denominada Polo de Desenvolvimento Integrado Açu/Mossoró. Trata-se de uma redefinição da área que antes compreendia, equivocadamente, apenas o perímetro irrigado de Açu às margens da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. A constatação da existência de um grande dinamismo em Mossoró, no que diz respeito à produção de frutas irrigadas, fez com que este município e sua zona de influência passassem não só a fazer parte do polo como o próprio município de Mossoró se colocasse como sua sede. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1970%3Ao-polo-fruticultor-acumossoro-rn-&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 30/8/2014.

de centralização regional, beneficiada pela extensão das redes de ligação viária e ferroviária e pela implantação de novos núcleos urbanos no interior do Estado de São Paulo, principalmente ao longo das ferrovias.

Suas articulações em múltiplas escalas foram reforçadas, desde as relações entre o espaço urbano e o rural – com os cultivos do café e do algodão¹¹ – até as relações com a metrópole paulista em formação, a constituição de capitais bancários locais e a atração de capitais estrangeiros associados a atividades bancárias no início do século XX (SPOSITO, 2004; MELAZZO, 2012).

Na década de 1930, apareceram as primeiras agroindústrias de capital local¹² para produção e processamento de alimentos e beneficiamento de matérias-primas, além da instalação de empresas extra locais, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), Anderson Clayton, Indústrias Reunidas Matarazzo e Indústria Zillo, indicando “[...] o reconhecimento de um nível de densidade de relações econômicas prévias e a presença de farta disponibilidade de matéria-prima na região. Ao mesmo tempo, essas empresas ampliaram as relações econômico-produtivas locais” (MELAZZO, 2012, p. 172).

De acordo com Zandonadi (2008, p. 40), as atividades manufatureiras estavam relacionadas ao beneficiamento de produtos locais como “[...] café, arroz, produção de óleos e similares além de outras indústrias como as de gelo, sabão, manteiga, macarrão, bebidas etc.”. No entanto, a disseminação de outras culturas, nos anos 1940, e o declínio da cultura do algodão no mercado internacional, nos anos 1950, levou à substituição do óleo de algodão pelo de amendoim, cultura que na década seguinte, também entrou em decadência por conta do desenvolvimento da soja em outras regiões do Brasil, sendo a SANBRA, na década de 1960, “[...] pioneira na implantação e desenvolvimento da cultura da soja no país” (WEY, 1986, p. 149).

O conjunto destas condições favoreceu a consolidação de Marília como um importante centro regional, impulsionando sua expansão territorial urbana e contribuindo para o desenvolvimento e estabelecimento de outras atividades econômicas, bem como o fortalecimento da atividade industrial, sobretudo, na década de 1970. Entretanto, conforme explica Melazzo (2012), houve uma mudança do perfil

¹¹ Intensificado durante a crise do café e fortalecido diante da demanda da indústria têxtil nos mercados interno e externo, estreitando os vínculos entre agricultura e indústria.

¹² Grande parte deste capital era oriundo da população imigrante, principalmente japonesa e italiana.

industrial mariliense dado o crescimento e a diversificação dos capitais locais, que direcionaram seus investimentos para os ramos alimentício e metal-mecânico. O referido autor afirma que

Os ramos industriais já citados passaram a conferir uma nova dinâmica às atividades produtivas locais e regionais, atraindo capitais externos, expandindo os mercados consumidores, ampliando os fluxos de mercadorias e pessoas, incorporando tecnologias aos produtos e processos produtivos e promovendo a extensão e o aprofundamento da divisão do trabalho e das atividades de comércio e serviços. Desenhase, assim, já nos anos 1980, o núcleo de uma especialização produtiva (MELAZZO, 2012, p. 176).

Tal especialização conferiu mudanças nas dinâmicas econômicas marilienses, conforme analisaremos na seção seguinte. Mas antes disso, é preciso entender que Marília e Mossoró são componentes e resultados de um mesmo processo de expansão capitalista e de divisão internacional do trabalho e, guardadas as devidas proporções, as formações socioespaciais nas quais estão inseridas apresentam, inclusive, algumas características semelhantes quanto às bases econômicas, no que concerne à origem dos capitais (comercial), a ampla utilização do fator terra (com grande disponibilidade de terras) e o caráter mercantil exportador da produção, ainda que em volumes e escalas bem diferentes.

Porém, em virtude de seus contextos regionais e das próprias formações socioespaciais, essa participação se deu de maneiras distintas, gerando – ao mesmo tempo em que foi gerada a partir de – particularidades e singularidades. Durante o século XIX, houve uma maior diferenciação entre o Nordeste e o Sudeste do país, “[...] marcada pela crise das lavouras tradicionais – açúcar e algodão – e a ascensão de um novo produto – o café” (MONTEIRO, 2007, p. 121).

Conforme expusemos, Marília e Mossoró foram incorporadas a uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, de modos diferentes e em momentos distintos. No Nordeste, Mossoró despontou como entroncamento das rotas de gado em direção ao sertão em meados do século XVIII, em meio à emergência de atividades agropecuárias – o cultivo do algodão e a pecuária extensiva –, tornando-se importante entreposto comercial em meados do século XIX. No Sudeste brasileiro, a origem de Marília esteve associada à expansão da economia cafeeira e à ocupação e comercialização de terras no oeste paulista, em fins do século XIX e início do século XX.

No intuito de compreender a particularidade das formações socioespaciais nas quais estão inseridas Marília e Mossoró, selecionamos para análise alguns elementos expostos por Sposito (2004) concernentes a formação socioespacial paulista, tais como as bases econômicas regionais – propriedade da terra, poder político local/regional e tipo de mão de obra –, o sistema bancário e os sistemas de integração territorial – rodoviário e ferroviário –, justamente por considerá-los fundamentais à compreensão das formações socioespaciais.

Com base nestes elementos, estabelecemos comparações e identificamos processos que ocorreram em Marília e Mossoró, considerando seus desdobramentos a partir dos contextos locais e regionais e das diferentes combinações de um conjunto de forças e agentes que atuavam em múltiplas escalas. Como destaca Brandão (2012, p. 181),

[...] os estudos geográficos comparados servem, sobretudo, à tentativa de elucidar aspectos relativos à dialética das experiências induzidas ou diretamente capitaneadas por esses agentes hegemônicos em suas tentativas de promover a homogeneização dentro das heterogeneidades espaciais, bem como à análise dos posicionamentos opostos, resultantes, por sua vez, da ação de agentes locais.

É neste segundo aspecto que vamos nos deter. Uma primeira diferença relaciona-se às bases econômicas regionais e suas características. De modo geral, no Nordeste brasileiro – aqui incluída a antiga província do Rio Grande do Norte e, por conseguinte, Mossoró – os poderes políticos locais – elite social, econômica e política – eram formados por sesmeiros e grandes posseiros, que tinham acesso à terra de maneira ilegal. Monteiro (2007, p. 108) explica que

A base do poder político estava na propriedade da terra. Durante 292 anos, ou seja, de 1530 a 1822, vigorou o sistema sesmarial, através do qual o acesso à terra se dava por doação da coroa portuguesa de vastas porções de terra – as sesmarias –, que passaram a ser transmitidas por herança. Mas, junto com esse sistema, desenvolveu-se uma outra forma de aquisição de terras que foi a posse, ou ocupação, pura e simples, de grandes áreas por muitos senhores rurais. No contexto da independência, o sistema sesmarial foi extinto e a ocupação tornou-se a forma predominante até 1850, quando foi decretada a Lei de Terras no Brasil.

Com o avanço da pecuária extensiva para o agreste e sertão nordestinos, era comum a expulsão de habitantes nativos, em sua maioria indígenas, para o estabelecimento de fazendas de gado, formando assim grandes latifúndios rurais, cujos coronéis, oligarcas e suas respectivas famílias constituíam uma elite agrária local e

regional, sobretudo durante a Primeira República, entre 1880 e 1930 (MONTEIRO, 2007). Outro grupo importante que fazia parte desta elite era o dos comerciantes, e no caso de Mossoró, além dos estrangeiros, os comerciantes locais que haviam acumulado capitais em outras atividades, como a extração e comercialização do sal, por exemplo.

Outro aspecto desta formação socioespacial foi o tipo de mão de obra utilizada. Havia poucos escravos negros na capitania do Rio Grande, principalmente em comparação às capitanias de Pernambuco e Bahia, estando mais presentes na Zona da Mata, onde existiam engenhos de cana de açúcar. Durante todo o século XVIII a mão de obra indígena escrava ou semiescrava vigorou na capitania do Rio Grande, sendo a principal forma de trabalho, em virtude do tipo de economia (pecuária), cujas características não exigiam grande quantidade de mão de obra nem gerava tantos lucros como a lavoura açucareira no litoral (MONTEIRO, 2007)¹³.

Já no século XIX, com a expansão da cotonicultura, as relações de trabalho também apresentavam características peculiares, pois o plantio de algodão não necessitava de grandes extensões de terras nem de muitos investimentos, sendo possível ser feito junto com outras lavouras de subsistência (milho, feijão etc.). Assim, grande parte da mão de obra nesta atividade era composta por homens livres, remanescentes indígenas, lavradores despossuídos de terras que ocupavam pequenos lotes em grandes propriedades e que plantavam algodão, juntamente com suas roças e criações (MONTEIRO, 2007), cujo pagamento era feito, segundo a autora, em produtos, em dinheiro ou em trabalho, variando conforme “[...] a posição social e econômica daqueles que não possuíam terra” (MONTEIRO, 2007, p. 80), ou seja, uma forma de trabalho não assalariado.

A segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1870, marcou um momento de crise econômica, política e social no Nordeste, por conta da instabilidade da produção açucareira e algodoeira e do mercado internacional; das secas, que promoveram intensas migrações; de conflitos e revoltas populares; da progressiva abolição da escravatura; da transição da monarquia para a República, etc.

Em contrapartida, no Sudeste, desde 1840, a economia cafeeira já estava sendo gestada, experimentando uma contínua expansão das lavouras. Em fins do século XIX,

¹³ Isto justifica a precoce abolição dos escravos em vários municípios da província, antes mesmo da lei imperial de 13 de maio de 1888. Temos como exemplos a abolição em Mossoró (1883), Assu (1885), Caraúbas (1887) e Campo Grande (1887) (MONTEIRO, 2007, p. 122).

o café passou a ser o principal produto de exportação brasileiro, sendo cultivado em áreas montanhosas das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (FURTADO, 2005). O referido autor afirma que

No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de 40 por cento do valor das exportações. [...] todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café (FURTADO, 2005, p. 115).

Alguns fatores contribuíram para a expansão da economia cafeeira, em sua primeira etapa: o baixo grau de capitalização da atividade, pois além de contar com grandes extensões de terras (fator de produção abundante), aproveitava recursos preexistentes e subutilizados, cujas necessidades de reposição eram menores, mais simples e, em sua maioria, de fabricação local; a utilização do estoque de mão de obra escrava subutilizada oriunda da mineração; a proximidade com o porto, reduzindo custos de deslocamento etc. (FURTADO, 2005).

Portanto, seguindo nossa proposta de comparação entre as bases econômicas que conformaram as origens de Marília e Mossoró, a partir dos elementos apontados por Sposito (2004) – dos quais selecionamos para análise apenas três: a propriedade da terra, o poder político local/regional e o tipo de mão de obra –, conseguimos identificar particularidades da formação socioespacial paulista.

A autora citada destaca a disponibilidade de terras como um elemento fundamental para a constituição da formação socioespacial em questão, assinalando que “[...] a expansão cafeeira pelo chamado ‘Oeste paulista’ dá-se no bojo do processo de constituição da instituição jurídica da propriedade privada da terra, no Brasil, processo fundamental para a consolidação do modo capitalista de produção no país” (SPOSITO, 2004, p. 429-430). Logo, a expansão da cafeicultura e a comercialização de terras no interior de São Paulo foram possíveis mediante a promulgação da Lei de Terras em 1850, que legitimou a transformação da terra em mercadoria.

Atinente a este tema, Sposito (2004) assegura ainda que após a promulgação da Lei de Terras “[...] houve uma corrida em direção à ocupação de terras devolutas ou daquelas cuja posse não era acompanhada de estatuto definido de propriedade” (SPOSITO, 2004 p. 430). Esta questão da propriedade da terra nos ajuda a entender

como funcionava o poder político local/regional, uma vez que ambos não podem ser entendidos separadamente¹⁴.

Neste sentido, Furtado (2005) nos aponta condições que contribuíram para a emergência e o fortalecimento de uma elite local e regional associada ao cultivo do café. Desde o início, ela foi composta por homens com experiência comercial, que conseguiram entrelaçar interesses da produção e do comércio, associados a “[...] aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (FURTADO, 2005, p. 118).

A localização muito próxima dos grandes cafezais à capital do país, na época o Rio de Janeiro, despertou nas elites locais e regionais a necessidade de uma aproximação com o governo, como instrumento de ação econômica e política, de tal maneira que “essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República” (FURTADO, 2005, p. 118). Esta característica os diferenciava de grupos dominantes atuantes em outras regiões do país, pois além da associação com o governo, os “homens do café” utilizaram “[...] esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política” (FURTADO, 2005, p. 118).

Resolvidos os problemas da terra e da política, ainda havia outro problema a ser solucionado: a escassez de mão de obra. Em sua etapa inicial, a economia cafeeira estava baseada num regime escravocrata (indígena e africano), que lhe conferiu importantes elementos para o processo de formação da renda e de acumulação de capital, ampliando ainda mais a produtividade e as margens de capitalização do sistema.

Todavia, pela própria evolução econômica do país, pautada agora no modelo capitalista de produção, a mão de obra escrava foi gradativamente substituída pelo trabalho livre assalariado (com o fim do tráfico de escravos vindos da África e de outras regiões do Brasil), uma vez que “a escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção” (FURTADO, 2005, p. 143).

Esta transição foi outro elemento constituinte da base econômica da formação socioespacial paulista que contribuiu para a expansão da economia cafeeira. Com a

¹⁴ Para mais informações sobre a origem da propriedade da terra no Brasil ver Castilho (2012).

eliminação do trabalho escravo e a intensificação dos fluxos migratórios, dentro e fora do país – principalmente de imigrantes europeus –, alargou-se a oferta de mão de obra e o consumo no mercado interno foi impulsionado. Simultaneamente, alavancou-se o mercado externo com a exportação do café, acompanhado de políticas de valorização do produto, como o convênio de Taubaté em 1906¹⁵.

Portanto, verifica-se que a economia cafeeira contou com diversos fatores favoráveis à sua expansão, num momento em que o Brasil passava por uma transição capitalista, com a abertura comercial no início do século XX e com a passagem de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial, representando um novo papel na divisão internacional do trabalho.

Diante disto, Sposito (2004, p. 435) afirma que a formação socioespacial paulista “[...] definia-se, assim, expressando a forma como, no Estado de São Paulo, a acumulação capitalista promovia um amplo conjunto de mudanças que colocou esse território na condição de se constituir como área polo do desenvolvimento industrial no Brasil”.

A alta produtividade e a alta lucratividade da economia cafeeira resultaram numa expressiva acumulação de capitais, notadamente comercial que, posteriormente, contribuiu para a diversificação desta economia (comércio, indústria) e para a constituição de um sistema bancário, com grande participação de uma “burguesia” local e de capital estrangeiro (SPOSITO, 2004).

De acordo com a autora, este era “[...] mais um componente do fortalecimento dos papéis desempenhados pelas cidades na nova divisão territorial do trabalho” (SPOSITO, 2004, p. 423). A constituição de um sistema bancário em Marília e Mossoró denota a expressividade dos capitais locais nas duas cidades que, juntamente com instituições bancárias regionais e nacionais, reforçaram a importância de ambas as cidades em suas respectivas regiões de influência.

Em Marília e Mossoró as primeiras casas bancárias datam da primeira metade do século XX: em Mossoró, o Banco do Brasil no ano de 1918, o Banco de Mossoró S.A.¹⁶, em 1937, o Banco do Nordeste, em 1958, entre outros (FELIPE, 1982); e em

¹⁵ Para mais informações ver Sposito (2004) e Furtado (2005).

¹⁶ Este banco era de capital local (FELIPE, 1982).

Marília, a Casa Bancária Almeida¹⁷, em 1943, que na década seguinte transformou-se no Branco Brasileiro de Descontos – BRADESCO (MELAZZO, 2012); e na década de 1940 já havia oito instituições bancárias na cidade, a saber: Banco Comercial do Estado de São Paulo, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco do Estado de São Paulo, Banco do Nordeste, Casa Bancária Bratac (de capital japonês), Casa Bancária Torzan (GOMES, 2007, p. 29).

Por fim, e não menos importante, outro elemento que ajudou na comparação entre as duas formações socioespaciais, a partir de aproximações e distinções, foram os sistemas de integração territorial, dos quais destacamos a ferrovia.

Desde o princípio, a construção da ferrovia em Mossoró foi sinônimo de progresso e esteve diretamente associada a questões econômicas, para o escoamento de mercadorias da indústria do sal, do algodão e de outros produtos. Prova disto é que a primeira tentativa de construção de uma estrada de ferro na cidade¹⁸, em meados do século XIX, partiu de um comerciante, o suíço Jonh Ulrich Graff¹⁹.

Em busca de ampliação dos negócios ele, juntamente com outros integrantes de uma elite mossoroense, adotou um discurso político que atribuía à construção da ferrovia a chegada do progresso e, ademais, a solução de um problema natural pelo qual a cidade passara diversas vezes por sua posição geográfica: a seca.

Assim, o discurso político modernizador da economia se justificou por meio de um caráter social e, conforme afirma Lima (2011, p. 56), desvirtuou “[...] a ferrovia de

¹⁷ “[...] voltada inicialmente ao financiamento da produção agrícola local/regional” (MELAZZO, 2012, p. 173).

¹⁸ A estrada de ferro partiria do Porto Franco até o rio São Francisco.

¹⁹ Maciel (2012, p. 11) afirma que “Muitas concessões para a construção de uma estrada de ferro, partindo da cidade de Mossoró ao interior do Norte/Nordeste não passaram de utopias modernas. Mas mesmos esses sonhos e desejos foram concebidos no início de 1870. Nesse ano, Luiz José da Silva e João Carlos Greenhalgly possuíram uma concessão para uma ferrovia partindo de Areia Branca (porto) a cidade de Mossoró. Dois anos depois, foi a vés de João Pedro de Almeida, do qual a estrada sairia de Mossoró à cidade de Souza (Paraíba), próximo a ribeira do rio do Peixe. Em 1875/76 viria à concessão imperial ao suíço João Ulrich Graf, representando posteriormente o grande sonho e ideal dessa estrada por setores da elite mossoroense. Nos anos finais do Império (1888/89) um plano foi criado pelo engenheiro João Chrockatt de Sá com o destino final da ferrovia nas margens do rio São Francisco. Ocorreram ainda, os projetos de “Francisco Sólton (1889-1911), o de João Pereira da Silva Monteiro, Francisco Lopes Ferraz Sobrinho e Augusto Severo de Albuquerque Maranhão” para construção de uma estrada saindo de Areia Branca até Luiz Gomes (Decreto Estadual nº 51 de 22 de setembro de 1890) que acabou sendo esquecida. No início dos novecentos (1903), ano de seca no Estado do Rio Grande do Norte, novamente o engenheiro Chrockatt de Sá, juntamente com Pereira de Castro e Mateus Nogueira Brandão, pediram concessão para a construção de uma estrada que “partindo do porto de Mossoró e com uma dupla opção de itinerário, um buscando Cajazeiras na Paraíba, outro, Pajeú de Flores em Pernambuco. Igualmente não foi adiante” (GUERRA, 1996, p.15)”.

sua finalidade econômica, para associá-la como uma obra de socorros contra as asperezas da seca”, o que manteria a população imigrante oriunda de regiões castigadas pela seca ocupada na construção da ferrovia. Em março de 1915 o primeiro trecho da ferrovia foi inaugurado, ligando Mossoró ao porto de Areia Branca, e paradoxalmente, em tempos de abundância de chuvas²⁰, foi concluída somente na década de 1950, tendo seu ponto final na cidade de Souza, na Paraíba.

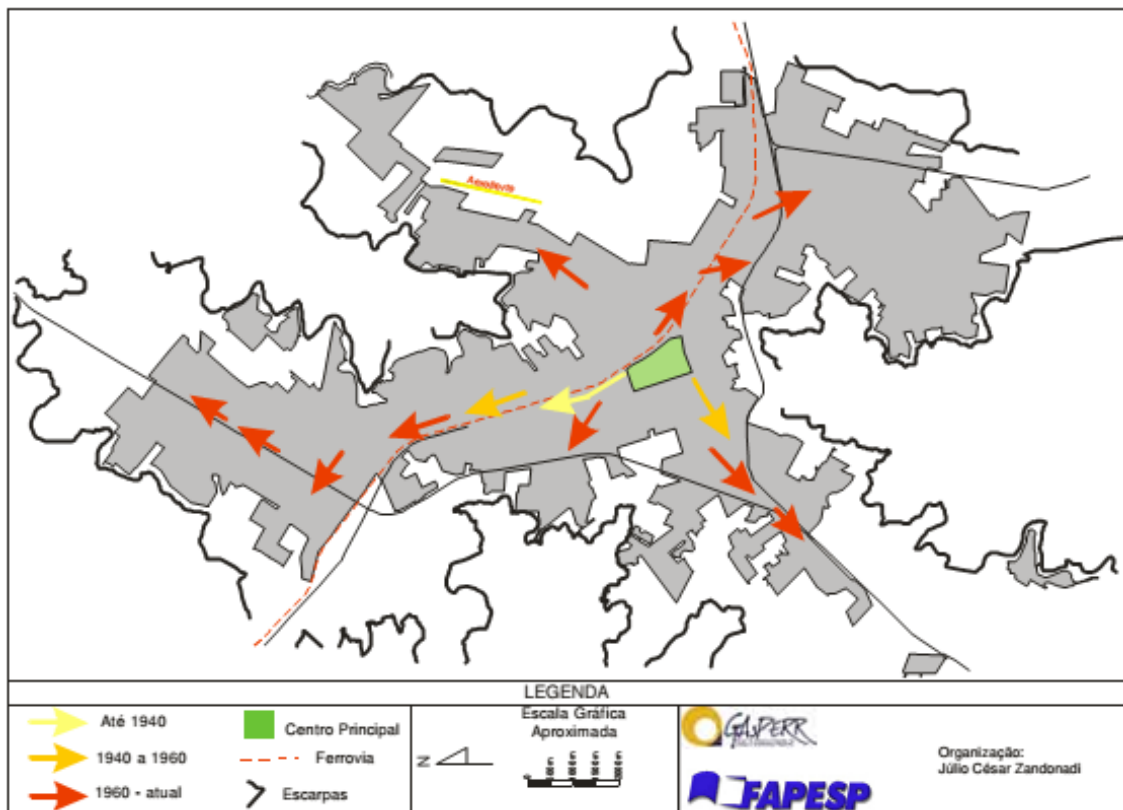
Também atrelada a interesses econômicos privados associados a interesses fundiários (comercialização de terras), a ferrovia chegou à região de Marília no início do século XX, em 1928, durante o movimento de expansão e consolidação da economia cafeeira no oeste paulista. Conforme destaca Zandonadi (2008, p. 39),

[...] a região da Alta Paulista e a cidade de Marília tiveram sua ocupação inicial profundamente influenciada pelas atividades econômicas preponderantes no período, tais como, a expansão da cultura do café e a comercialização das terras “virgens” do Oeste Paulista. O avanço da lavoura cafeeira, assim como a intensificação da comercialização das terras, impulsionaram a chegada da ferrovia, o que acentuou ainda mais a ocupação, o crescimento e o desenvolvimento econômico da região.

Ademais, os eixos de ligação como as ferrovias e as rodovias tiveram papel fundamental no processo de expansão das cidades de Marília e Mossoró, orientando o sentido de estruturação e expansão da cidade e a localização das atividades industriais. Em Marília este processo se iniciou por volta dos anos de 1940, mas se acentuou na década de 1950, no sentido norte e noroeste, ao longo da linha férrea. Na década de 1970 esta expansão manteve-se no sentido dos eixos rodoviários e ferroviários, na direção noroeste-sudeste, conforme verificamos na Figura 1 (ZANDONADI, 2008).

²⁰ Para mais informações ver Lima (2011).

Figura 1 - Marília. Eixos de expansão territorial urbana.



Fonte: Extraído de Zandonadi (2008, p. 44).

Semelhantemente, em Mossoró, após a implantação da ferrovia no final dos anos 1920, a cidade se expandiu no sentido de seu traçado “[...] de forma reticulada na direção nordeste-sudoeste, concentrando-se na margem esquerda do rio Mossoró” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 111), assim como as indústrias, que também se concentravam ao longo da via férrea (Figura 2).

Todavia, em favorecimento ao transporte rodoviário e à indústria automobilística no Brasil, com o sucateamento das ferrovias, ela foi perdendo espaço até ser desativada nos anos de 1980. O pequeno trecho que segue²¹ relata um pouco este processo.

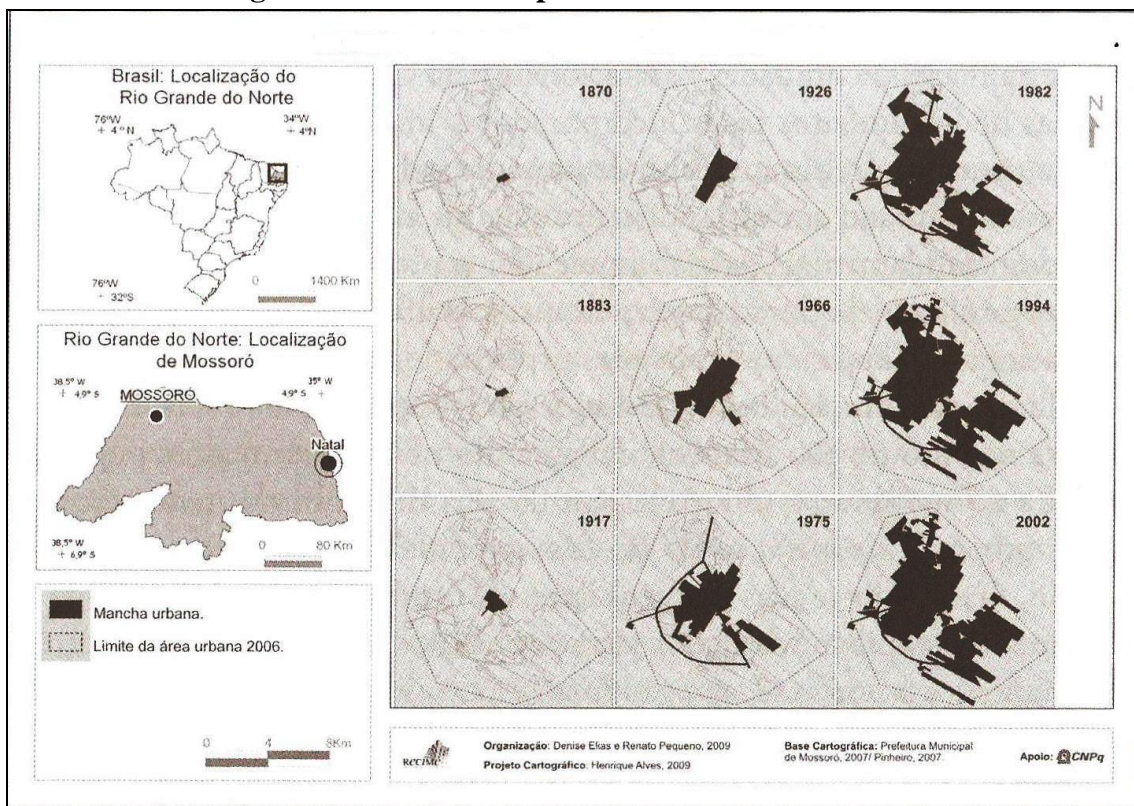
O tempo que Mossoró levou para concluir a sua Estrada de Ferro foi muito longo e quando finalmente ficou pronta, os objetivos dos primeiros tempos já não poderiam mais ser alcançados. O caminhão já havia invadido as estradas, e com ele o trem não podia competir, nem em velocidade nem em tempo.

²¹ Texto extraído de blog mossoroense “Blog do Gemaia”. Autor desconhecido. Acesso em: 19/3/14. Disponível em: <http://www.blogdogemaia.com/geral.php?id=146&#t>.

Apesar de tudo, a ferrovia foi de muita utilidade para Mossoró, sendo, por longo tempo, o meio de transporte mais utilizado pela população, tanto para carga como para passageiros.

Hoje, ninguém fala mais daquele 19 de março de 1915, que tanto orgulho deu ao povo de Mossoró. A Estrada de Ferro que fora inaugurada naquela data, já não existe mais. A estação de embarque transformou-se em Estação das Artes; seus trilhos foram arrancados em grandes trechos, suas oficinas estão em ruínas e das locomotivas, que antes cortavam a cidade, não se tem mais notícias. A velha "Maria Fumaça" desapareceu para sempre nas nuvens do esquecimento. Apenas alguns quadros, pendurados nas paredes do museu lembram da data que pela primeira vez o progresso chegava a Mossoró”.

Figura 2 - Mossoró. Expansão urbana. 1870 a 2002.



Fonte: Extraído de Elias e Pequeno (2010, p. 114).

Destarte, fundamentando-se nas três categorias interdependentes mencionadas por Santos (1977) – modo de produção, formação social e econômica e espaço – que constituem uma determinada formação socioespacial, entendemos que “em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema” (SANTOS, 2007a, p. 200).

Com base nas discussões apresentadas, concluímos que Marília e Mossoró tiveram diferentes inserções na divisão internacional e interregional do trabalho e isto corroborou as desigualdades regionais históricas no Brasil, do ponto de vista econômico, social, político, urbano. Oliveira (1981, p. 28) enfatiza estas diferenças afirmando que

Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de “regiões”²² [...] é de uma evidência histórica irrefutável. Tais regiões assim se constituíram ligadas ao comércio internacional de mercadorias sendo essa sua lei de reprodução ao nível mais geral, mas, ao mesmo tempo *et pour cause*, mantendo ou criando formas de reprodução do valor bastante diferenciadas [...] (destaque do autor).

Este trecho nos remete às duas dimensões analíticas apresentadas por Melazzo (2012) no início desta seção, relacionadas às condições gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro, pautadas nas diferenças regionais e na heterogeneidade do país, e nas particularidades de cada cidade e formação socioespacial.

No sentido de apreender os processos e as dinâmicas gerais e seus desdobramentos em Marília e Mossoró, apresentamos um panorama atual das atividades econômicas de ambas, composto pelos respectivos perfis produtivos e suas particularidades, frente aos processos gerais que constituem a economia capitalista globalizada, analisando de modo articulado a produção e o consumo nas duas cidades.

1.2. Produto Interno Bruto, estrutura produtiva e evolução das atividades econômicas

As particularidades das cidades só podem ser compreendidas a partir de processos gerais associados à expansão e acumulação capitalista, tais como a penetração do capital em novas esferas de atividades, a criação de novos desejos e novas necessidades, a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional e a expansão geográfica para novas regiões (HARVEY, 2005).

²² De acordo com os estudos de Oliveira (1981, p. 29), uma “região” seria “[...] o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”.

Combinados ou não, estes processos suscitam diferenciações e igualizações geográficas, características do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), cujos agentes operam em diferentes escalas, intensificando as interações espaciais – hierárquicas ou não, competitivas e/ou complementares – entre cidades dentro de uma mesma rede urbana e entre cidades componentes de redes urbanas distintas e redefinindo os vetores e as direções de estabelecimento dos fluxos (CATELAN, 2012; SPOSITO, 2004).

Neste sentido, optamos por focar nossa discussão sobre dois processos: a) a penetração do capital em novas esferas de atividades, que implicam na concentração e centralização econômica, na reorganização das atividades e das estratégias empresariais e grupos econômicos; b) a criação de novos desejos e novas necessidades, cujas redefinições concorrem para as formas contemporâneas da organização espacial das atividades econômicas e para a difusão do comércio e dos serviços especializados.

Ambos os processos contribuem para a transformação da produção e do consumo, pensados aqui de maneira articulada. De acordo com Baudrillard (2011, p. 97, destaques do autor), “quando se fala de Produção e Consumo – trata-se de **um só e idêntico processo lógico de reprodução amplificada das forças produtivas e do respectivo controle**”, amparado por um sistema no qual os indivíduos servem como trabalhadores, economizadores e consumidores, e as necessidades são produzidas mediante uma lógica de diferenciação social.

O autor afirma que numa sociedade de concentração industrial e urbana a exigência de diferenciação emerge aliada à intensificação da concorrência, expressadas claramente no discurso da cidade: “a cidade é o lugar geométrico da escalada e <<reação em cadeia>> diferencial, que sanciona a ditadura total da **moeda**. [...] Assim como a concentração industrial origina o aumento constante de bens, também a concentração urbana suscita a eclosão ilimitada de necessidades” (BAUDRILLARD, 2011, p. 73, destaque do autor).

De acordo com Santos (2009b), para entender a cidade é necessário analisar o processo global de produção, constituído por uma Economia Política da Urbanização, que considera a divisão social e territorial do trabalho, e uma Economia Política da Cidade, isto é, “a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (SANTOS, 2009b, p. 114).

Em meio à expansão geográfica do capital, ampliou-se a escala da urbanização e a divisão territorial do trabalho tornou-se mais complexa, porém, de maneira desigual e seletiva, conferindo diferenças entre as formações socioespaciais e as cidades. A coexistência de diversos subsistemas “capitalistas” (SANTOS, 2009b; SOUZA, 2013d), em suas combinações específicas, distinguem cada espaço dos demais, tendo em vista que “em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos das divisões do trabalho anteriores” (SANTOS, 2009b, p. 136).

Com base neste pressuposto, encontramos especializações territoriais produtivas (SANTOS; SILVEIRA, 2001) no país, e a partir delas, buscamos elementos que nos ajudem a apreender os ritmos, as proporções e as temporalidades dos processos de reestruturação urbana e das cidades, partindo da articulação entre produção e consumo e da indissociabilidade entre a economia política da cidade e a economia política da urbanização, a partir dos exemplos de Marília e Mossoró.

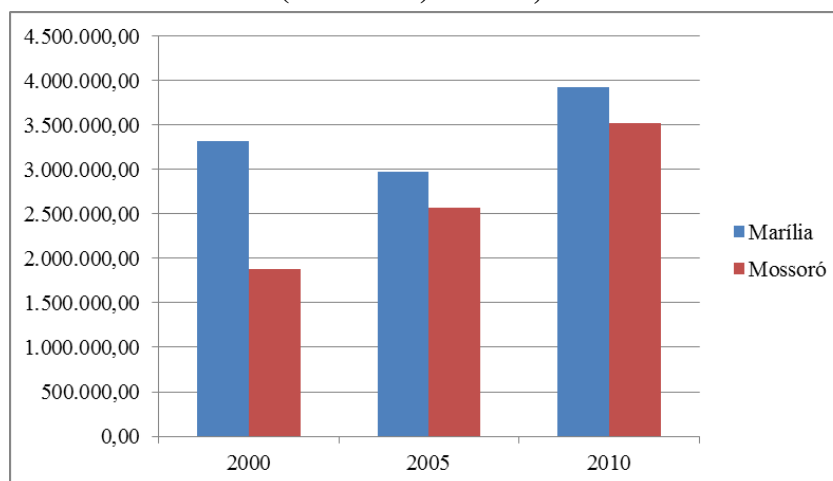
Como ponto de partida, analisamos a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), da estrutura produtiva e das atividades econômicas em Marília e Mossoró, sem perder de vista as divisões do trabalho anteriores. Nosso objetivo é, a partir das especializações produtivas atuais, compreender como estas duas cidades e suas respectivas regiões de influência foram incorporadas ao processo de expansão capitalista, com suas temporalidades e espacialidades singulares.

Vemos no Gráfico 1 que o PIB municipal de Marília e de Mossoró aumentou entre os anos de 2000 e 2010. No primeiro ano analisado, o PIB mariliense era de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões, havendo em 2005 uma diminuição para pouco mais de 2,9 bilhões, ou seja, uma variação negativa equivalente a 10,57%. Em 2010, o PIB de Marília atingiu cerca de R\$ 4 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 18,23% entre os anos de 2000 e 2010.

Em Mossoró, este crescimento é relativamente bem maior, de 87,13% em dez anos: no ano de 2000, o município apresentava um PIB em torno dos R\$ 1,8 bilhões, ultrapassando os R\$ 3,5 bilhões em 2010, com um movimento sempre ascendente em todo o período analisado. Em ambos os casos, percebe-se que o intervalo entre 2005 e 2010 foi melhor do que o período anterior, em virtude, dentre outros fatores, do

crescimento geral do mercado interno, e do superávit da balança comercial brasileira neste ano, alavancado pelo forte crescimento das exportações e importações²³.

Gráfico 1- Marília e Mossoró. Evolução do Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)²⁴. 2000, 2005 e 2010.



Fonte: IBGE. Organizado por Edna Couto (2014).

Analisando esta evolução no conjunto da unidade federativa e da microrregião²⁵, percebemos que Marília e Mossoró têm uma economia de destaque, conforme verificamos nas Tabelas 1 e 2.

Com relação às participações do PIB de Marília e Mossoró nos respectivos estados, temos uma grande diferença: na medida em que a participação do PIB mariliense no total estado é de 0,34%, 0,30% e 0,31%, nos anos de 2000, 2005 e 2010, respectivamente (Tabela 1), a de Mossoró apresenta bem mais expressividade no PIB estadual, equivalente a 8,97% em 2000, 10,74% em 2005 e 10,87% em 2010 (Tabela 2).

²³ Para mais informações ver http://www4.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2006/20060109_01. Acesso em: 28/3/14.

²⁴ Toda a série histórica foi deflacionada pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, tomando como mês base 12/2010. “O IGP-DI é divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas. Esse índice mede a evolução geral de preços na economia, criando assim uma medida da inflação nacional. É composto pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC - peso de 30%), Índice de Preços no Atacado (IPA - peso de 60%) e Índice Nacional de Construção Civil (INCC - peso de 10%). O período de coleta de preços para o índice é o mês cheio, ou seja, do primeiro ao último dia do mês”. Fonte: http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=1602. A “Calculadora do Cidadão” está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPelaSelic.do?method=corrigirPelaSelic>.

²⁵ De acordo com o IBGE, a Microrregião de Mossoró é composta pelos municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau. A Microrregião de Marília é composta por: Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Vera Cruz.

Estes dados revelam o peso que Mossoró tem na economia potiguar, considerando que em todo o estado, 92,6% dos centros urbanos correspondem a cidades pequenas, cujas localidades sedes de municípios têm até 20 mil habitantes (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

No que diz respeito à participação do PIB municipal nas microrregiões de influência direta, notamos que em Marília esta relação é relativamente inferior se comparada a de Mossoró. Enquanto o PIB de Marília corresponde a menos de 70% do total de sua microrregião (Tabela 1), apresentando, inclusive, um leve e contínuo decréscimo na participação nos anos analisados – em 2000, 68,90%, em 2005, 67,47% e em 2010, 67,34% –, o PIB de Mossoró tem uma participação na microrregião superior a 70% para todos os anos analisados – 71,13% em 2000, 74,36% em 2005 e 79,88% em 2010 (Tabela 2).

Outra relação pertinente é a participação das microrregiões de Marília e Mossoró nos estados onde estão localizadas, ambas capitaneadas pelos municípios que dão nome à microrregião. Na Tabela 1, observamos que a participação da microrregião de Marília no PIB paulista corresponde a apenas 0,49% do total no ano de 2000, 0,45%, em 2005, e 0,47% em 2010.

Esta relação é mais expressiva no contexto potiguar, pois os PIBs da microrregião de Mossoró respondem por 12,61%, 14,45% e 13,61% do PIB do Rio Grande do Norte nos anos de 2000, 2005 e 2010, respectivamente (Tabela 2). Portanto, mesmo que o PIB de Marília seja maior que o de Mossoró em números absolutos, o PIB de Mossoró tem um peso relativo muito mais significativo, tanto em relação à sua microrregião, como em relação ao estado.

Tabela 1 - Marília. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)*. 2000, 2005 e 2010.

| Unidade espacial | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|-------------------------|--|---------------------|-------------------------|--|---------------------|-------------------------|--|---------------------|-------------------------|
| | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | |
| | | Estado de São Paulo | Microrregião de Marília | | Estado de São Paulo | Microrregião de Marília | | Estado de São Paulo | Microrregião de Marília |
| Marília | 3.324.734,40 | 0,34 | 68,90 | 2.973.324,39 | 0,30 | 67,47 | 3.930.686,06 | 0,31 | 67,34 |
| Microrregião de Marília | 4.825.478,54 | 0,49 | 100 | 4.407.184,86 | 0,45 | 100 | 5.837.383,08 | 0,47 | 100 |
| Estado de São Paulo | 977.196.618,13 | 100 | - | 975.254.257,95 | 100 | - | 1.252.336.791,52 | 100 | - |

Fonte: IBGE. Organizado por Edna Couto (2014). * Todos os dados foram deflacionados pelo IGP-DI, com base em 12/2012.

Tabela 2 - Mossoró. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)*. 2000, 2005 e 2010.

| Unidade espacial | 2000 | | | 2005 | | | 2010 | | |
|-------------------------------|--|-------------------------------|-------------------------|--|-------------------------------|-------------------------|--|-------------------------------|-------------------------|
| | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | | Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) | Participação (%) | |
| | | Estado do Rio Grande do Norte | Microrregião de Mossoró | | Estado do Rio Grande do Norte | Microrregião de Mossoró | | Estado do Rio Grande do Norte | Microrregião de Mossoró |
| Mossoró | 1.885.251,48 | 8,97 | 71,13 | 2.575.402,52 | 10,74 | 74,36 | 3.527.905,29 | 10,87 | 79,88 |
| Microrregião de Mossoró | 2.650.340,43 | 12,61 | 100 | 3.463.476,20 | 14,45 | 100 | 4.416.499,16 | 13,61 | 100 |
| Estado do Rio Grande do Norte | 21.010.510,06 | 100 | - | 23.972.082,59 | 100 | - | 32.461.782,80 | 100 | - |

Fonte: IBGE. Organizado por Edna Couto (2014). * Todos os dados foram deflacionados pelo IGP-DI, com base em 12/2012.

Assim sendo, esta variável econômica indica uma primeira característica que distingue os dois municípios: embora o PIB de ambos corresponda a maior parte dos PIBs de suas respectivas microrregiões, reforçando seu nível de polarização e seu destaque na rede urbana, os papéis regionais desempenhados possuem densidades diferentes, tanto em relação à microrregião de entorno, quanto ao estado.

Isto se deve à expansão capitalista seletiva e desigual no território nacional que, ao assimilar as divisões do trabalho anteriores, aportou novas relações e novos conteúdos às cidades. Marília e Mossoró, oriundas de formações socioespaciais distintas, só podem ser entendidas a partir da combinação de um conjunto de variáveis específicas, em um dado tempo e espaço, pressupondo que cada variável “não depende de sua existência separada, mas da sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar” (SANTOS, 2008a, p. 132).

Estas combinações caracterizam a divisão territorial e social do trabalho, expressa nas estruturas econômicas e no espaço, conforme nos explica Santos (1979, p. 47-48), ao afirmar que

[...] a cada momento histórico há uma repartição territorial das forças produtivas diretas, há uma repartição territorial do consumo e uma repartição territorial do trabalho.

A localização das diversas forças produtivas (e de suas frações ou classes) muda a cada período histórico: cada lugar representa, a cada momento histórico, uma associação de atividades qualitativa e quantitativamente diferentes.

Portanto, além das diferenças nas formações socioespaciais, tal como já apresentamos, é preciso compreender as estruturas produtivas atuais de Marília e Mossoró e como elas foram sendo constituídas ao longo do tempo, tendo como objetivo principal apreender os processos de reestruturação urbana e das cidades e suas diferentes temporalidades.

Procurando demonstrar como estes processos ocorrem nas duas cidades, precisamos estabelecer um momento de inflexão e definimos os anos de 1990 como início deste período de mudanças e redefinições das redes urbanas em diferentes escalas e dos papéis das cidades médias que constituem estas redes (SPOSITO *et al.*, 2007), a exemplo de Marília e Mossoró.

Para entender as estruturas produtivas, selecionamos os dados referentes à evolução do número de estabelecimentos por setores econômicos nos municípios em questão, disponíveis para os anos de 1985, 1995, 2005 e 2012²⁶. Mediante exposição e análise das variações absoluta e relativa (%) e das participações de cada setor no total da economia, estabeleceremos as mediações e as comparações para avançar na discussão sobre as duas cidades.

No tocante à Marília, percebe-se uma expressiva concentração de atividades no setor de comércio e de serviços, principalmente nos anos de 2005 e 2012. Se considerarmos a participação destes dois setores na economia mariliense (Tabela 3), esta correspondeu, para quase todos os anos analisados (exceto 1995), a mais de 80% do total de estabelecimentos, dentre os quais os comerciais sobressaíram.

Em sua análise acerca do conjunto de atividades econômicas de Marília e do mercado de trabalho formal por atividades entre os anos de 1991 e 2006, Melazzo (2012, p. 184) destacou o peso do comércio na cidade, superior, inclusive, ao da Região Administrativa (RA) correspondente²⁷, enfatizando “a importância que essa atividade confere particularmente à cidade de Marília, em seu papel polarizador regional”.

Excetuando-se as atividades terciárias, o setor industrial foi o que reuniu o maior número de estabelecimentos (Tabela 3), cujos ramos de destaque foram, nesta ordem, o alimentício, de metalurgia, artigos de vestuário, de plásticos e o de bebidas (BOMTEMPO, 2011), e cujos vínculos de trabalho formal totais da cidade equivaleram a participações entre 24% e 30% do total (MELAZZO, 2012).

Este autor avaliou que a importância do setor para a cidade “[...] não se deve apenas ao número de unidades produtivas, mas também ao seu porte, ao peso de suas exportações e importações na economia local e à especialização e ao grau de absorção de mão de obra” (MELAZZO, 2012, p. 186).

Tabela 3 - Marília. Número de estabelecimentos e participação percentual no total, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012.

| Setores econômicos | 1985 | | 1995 | | 2005 | | 2012 | |
|--------------------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| | Total | % do | Total | % do | Total | % do | Total | % do |

²⁶ Em virtude das mudanças de metodologia na coleta dos dados, neste momento trabalharemos apenas com o número de estabelecimentos, destacando que também é importante, numa análise futura, qualificar o tamanho e o porte de tais estabelecimentos.

²⁷ O estado de São Paulo está dividido em 15 Regiões Administrativas (RAs). A RA de Marília é composta por 51 municípios.

| | | total | | total | | total | | total |
|------------------|--------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| Agropecuária | 17 | 1,05 | 435 | 12,39 | 463 | 4,08 | 661 | 4,82 |
| Indústria | 205 | 12,68 | 347 | 9,89 | 802 | 7,06 | 949 | 6,92 |
| Construção Civil | 27 | 1,67 | 212 | 6,04 | 412 | 3,63 | 666 | 4,86 |
| Comércio | 719 | 44,47 | 1.412 | 40,23 | 5.757 | 50,70 | 6.113 | 44,60 |
| Serviços | 649 | 40,14 | 1.104 | 31,45 | 3.921 | 34,53 | 5.317 | 38,79 |
| Total | 1.617 | 100 | 3.510 | 100 | 11.355 | 100 | 13.706 | 100 |

Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

Analisando os dados referentes às variações entre os anos estudados, verificamos na Tabela 4 que os estabelecimentos nos setores agropecuário e da construção civil, embora agrupassem as menores quantidades de estabelecimentos do total (Tabela 3), foram os que apresentam os maiores crescimentos percentuais entre os anos de 1985 e 2012, de 3.788% e 2.367%, respectivamente, muito superiores ao crescimento das atividades comerciais (750%), de serviços (719%) e industriais (363%).

Tabela 4 - Marília. Variação absoluta e relativa (%) do número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE.

| Setores econômicos | Variação absoluta | | | | Variação relativa (%) | | | |
|--------------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------------------|------------|-----------|------------|
| | 1985-1995 | 1995-2005 | 2005-2012 | 1985-2012 | 1985-1995 | 1995-2005 | 2005-2012 | 1985-2012 |
| Agropecuária | 418 | 28 | 198 | 644 | 2.459 | 6 | 43 | 3.788 |
| Indústria | 142 | 455 | 147 | 744 | 69 | 131 | 18 | 363 |
| Construção Civil | 185 | 200 | 254 | 639 | 685 | 94 | 62 | 2.367 |
| Comércio | 693 | 4.345 | 356 | 5.394 | 96 | 308 | 6 | 750 |
| Serviços | 455 | 2.817 | 1.396 | 4.668 | 70 | 255 | 36 | 719 |
| Total | 1.893 | 7.845 | 2.351 | 12.089 | 117 | 224 | 21 | 748 |

Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

No que concerne ao setor agropecuário, os dados corroboraram a forte integração entre atividades agropecuárias e industriais, tendo em vista que a própria Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo assegurou que “a maioria dos municípios da região tem a agropecuária integrada à

agroindústria como base de sua economia” (SÃO PAULO, 2013, p. 25)²⁸. Outro aspecto ressaltado no documento foi o fato de que a RA de Marília recebeu nos últimos anos,

[...] anúncios de novos empreendimentos que mantiveram sua estrutura economia agroindustrial, com predomínio da fabricação de produtos alimentícios. Neste segmento, os investimentos anunciados no período de 2005 a 2011, para a expansão de usinas sucroalcooleiras, refletiram a alta das cotações do açúcar no mercado internacional. (SÃO PAULO, 2013, p. 23)²⁹.

Quanto ao crescimento do setor da construção civil, este indicou um dinamismo na produção do espaço urbano, principalmente: a) com a implantação dos loteamentos e condomínios fechados (DAL POZZO, 2011; ZANDONADI, 2008; SPOSITO; GÓES, 2013); b) com o processo de verticalização e de valorização diferenciada de áreas e a (re) articulação dos agentes imobiliários (MELAZZO, 2012); e c) mais recentemente, com a implementação de políticas públicas habitacionais – o Programa Minha Casa Minha Vida – que vêm redefinindo os padrões de moradia e de produção do espaço, com a extensão da malha urbana e o favorecimento à atuação de empresas privadas (ARAÚJO, 2013)³⁰.

Assim como Marília, Mossoró possui forte concentração das atividades comerciais e de serviços; Conforme vemos na Tabela 5, do total de 9.220 estabelecimentos no ano de 2012, distribuídos nos cinco setores econômicos analisados, mais de 80% estavam concentrados nestas atividades, correspondendo à maioria dos estabelecimentos em todos os anos da série mossoroense.

Historicamente, a cidade caracteriza-se como um importante centro comercial e de serviços (IBGE, 1982), tendo nas atividades terciárias um de seus principais pilares econômicos. No intervalo entre os anos de 1995 e 2005, houve um crescimento exponencial do número de estabelecimentos nestes setores, passando de 1.079 em 1995 para 5.643, em 2005 (Tabela 5).

Foi nos anos 2000 que o setor comercial e de serviços passou por mudanças substanciais e adquiriu novas feições e conteúdos. A expansão do consumo de bens e serviços modernos e sofisticados, com a chegada de novos agentes econômicos à cidade

²⁸ Dentre os produtos produzidos na RA de Marília estão “[...] a extração do látex para a fabricação de produtos de borracha, a produção da cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e álcool e a produção de carne bovina, ovos, amendoim, leite, milho, soja, entre outros, para a indústria alimentícia” (SÃO PAULO, 2013, p.23).

²⁹ Para mais informações sobre investimentos no ramo industrial alimentício em Marília e região ver Bomtempo (2011) e Catelan (2012).

³⁰ Esta discussão será retomada nos capítulos 3 e 4.

e a instalação de grandes superfícies comerciais, como *shopping centers* e hipermercados, alterou as lógicas econômicas e o modo de realização das atividades (ELIAS; PEQUENO, 2010), intensificando o consumo produtivo e consuntivo (SANTOS, 1996), tal como demonstrado por Santos (2010) e Couto (2011), respectivamente.

Porém, devemos atentar para o fato de que “os padrões da atividade comercial não podem compreender-se pela análise dos padrões em si mesmos, mas apenas pelo estudo dos processos sócio-econômicos que estão na sua origem” (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 28).

Tabela 5 - Mossoró. Número de estabelecimentos e participação percentual no total, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012.

| Setores econômicos | 1985 | | 1995 | | 2005 | | 2012 | |
|--------------------|------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Total | % do total | Total | % do total | Total | % do total | Total | % do total |
| Agropecuária | 4 | 0,56 | 32 | 2,26 | 154 | 2,22 | 166 | 1,80 |
| Indústria | 132 | 18,51 | 210 | 14,80 | 773 | 11,14 | 957 | 10,38 |
| Construção Civil | 11 | 1,54 | 98 | 6,91 | 370 | 5,33 | 642 | 6,96 |
| Comércio | 351 | 49,23 | 737 | 51,94 | 3.656 | 52,68 | 4.196 | 45,51 |
| Serviços | 215 | 30,15 | 342 | 24,10 | 1.987 | 28,63 | 3.259 | 35,35 |
| Total | 713 | 100 | 1.419 | 100 | 6.940 | 100 | 9.220 | 100 |

Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

Outro setor que compõe a economia mossoroense é o da agropecuária, que em 1985 era representado por apenas 4 estabelecimentos e em 2012, por mais de 160 (Tabela 5), um número relativamente pequeno se comparado à participação no total de estabelecimentos no município, com 0,56% do total em 1985, 2,26% em 1995, 2,22% em 2005 e 1,80% em 2012 (Tabela 5).

Todavia, este setor, representado pelo agronegócio da fruticultura, cujo principal produto de exportação municipal é o melão, está no âmago das transformações ocorridas em Mossoró e região, desde a reorganização produtiva do território à intensificação do processo de urbanização (ELIAS; PEQUENO, 2010). Dentre as características do setor estão “[...] sua forte integração ao circuito da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, entre o espaço agrícola racionalizado e o espaço urbano próximo” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 146).

Com uma variação absoluta positiva de 162 estabelecimentos entre os anos de 1985-2012, a agropecuária apresentou um aumento de mais de 4.000%, inferior apenas ao setor da construção civil, que no mesmo período foi de 5.736% (Tabela 6). Na medida em que as relações entre campo-cidade foram intensificadas, acelerou-se o processo de produção do espaço urbano e conseqüentemente, o setor da construção civil expandiu-se.

Tabela 6 - Mossoró. Variação absoluta e relativa (%) do número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012.

| Setores econômicos | Variação absoluta | | | | Variação relativa (%) | | | |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1985-1995 | 1995-2005 | 2005-2012 | 1985-2012 | 1985-1995 | 1995-2005 | 2005-2012 | 1985-2012 |
| Agropecuária | 28 | 122 | 12 | 162 | 700 | 381 | 8 | 4.050 |
| Indústria | 78 | 563 | 184 | 825 | 59 | 268 | 24 | 625 |
| Construção Civil | 87 | 272 | 272 | 631 | 791 | 278 | 74 | 5.736 |
| Comércio | 386 | 2.919 | 540 | 3.845 | 110 | 396 | 15 | 1.095 |
| Serviços | 127 | 1.645 | 1.272 | 3.044 | 59 | 481 | 64 | 1.416 |
| Total | 706 | 5.521 | 2.280 | 8.507 | 99 | 389 | 33 | 1.193 |

Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

A partir da década de 1970, diversas obras públicas e privadas foram realizadas na cidade, desde grandes conjuntos habitacionais e edifícios residenciais e comerciais, condomínios fechados, verticais e horizontais, à implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos (ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2013; PINHEIRO, 2006).

Com isso, durante o período analisado (1985-2012), o setor da construção civil apresentou elevado crescimento, especialmente no número de estabelecimentos: se em 1985 eram 11, em 2012 já ultrapassavam os 640, o equivalente a uma expansão de 5.736% (Tabelas 5 e 6). Para Elias e Pequeno (2010, p. 271),

O crescimento da atividade da construção civil demonstra a expansão das infraestruturas, de muitos novos fixos artificiais, que estão sendo construídos em espaços antes menos rugosos, diminuindo o meio natural e aumentando o percentual do meio técnico e mesmo do meio técnico-científico-informacional.

Por fim, e não menos importante, o setor industrial apresentou um crescimento de 625% entre 1985 e 2012, aumentando a quantidade de estabelecimentos de 132 em

1985 para 957 em 2012 (Tabelas 5 e 6). Assim como em Marília, guardadas as devidas proporções, este segmento econômico está atrelado a atividades agroindustriais, e no caso de Mossoró estão associadas à indústria de extração mineral e à indústria de transformação, com o beneficiamento de caju, produção de óleos vegetais e industriais, farinha de milho e derivados, sucos de frutas etc. (ELIAS; PEQUENO, 2010).

A conjuntura nacional nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo nas esferas política e econômica (ARAÚJO, 1997; 2000), articuladas a um conjunto de fatores e agentes locais e regionais, contribuíram para alavancar o setor industrial mossoroense neste período. Na década de 1980, em continuidade a este processo de expansão, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte priorizou o setor secundário da economia em suas estratégias de crescimento, aproveitando o potencial de matérias-primas locais³¹.

No sentido de avançar na apreensão das combinações entre os processos, agentes e fatores que atuam em Marília e Mossoró, e perceber as semelhanças e diferenças entre elas quanto à intensidade das mudanças, comparamos o crescimento do número de estabelecimentos nos setores econômicos analisados, tomando como referência somente os anos de 1985 (inicial) e 2012 (final)³².

Com base na análise destes dados, notamos que existem semelhanças entre os dois municípios no que diz respeito à preeminência do setor de comércio e serviços para todos os anos analisados, setores econômicos destacados pelos presidentes da Associação Comercial e Industrial (ACIM) de Marília e de Mossoró como os que mais empregam em ambas as cidades³³.

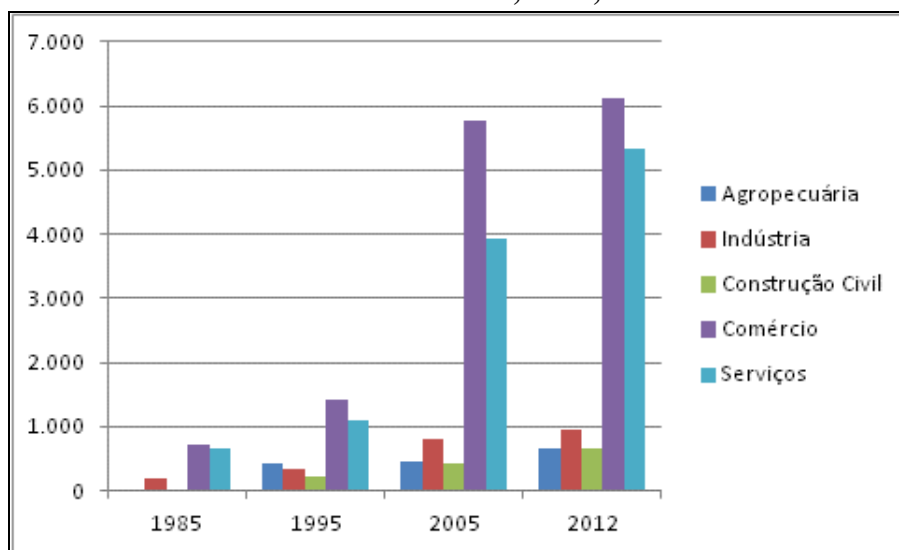
Além disso, identificamos o aumento no número de estabelecimentos na construção civil e na indústria (Gráficos 2 e 3), setores que, assim como o das atividades comerciais e de serviços, mantêm movimentos crescentes bem parecidos em ambos os municípios, embora Marília possua um número maior de estabelecimentos.

³¹ Em 1982, o Governo do Estado criou o Programa de Áreas Industriais e Desconcentração Espacial, consolidando os Distritos Industriais de Natal, de São Gonçalo do Amarante e de Mossoró.

³² Este crescimento corresponde à variação relativa (%) no intervalo entre 1985-2012, nas Tabelas 5 e 6.

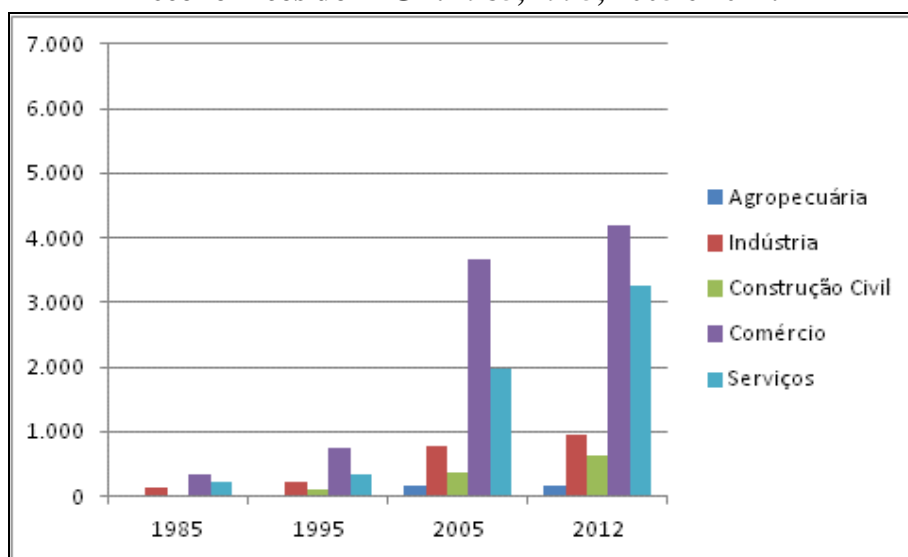
³³ Entrevistas realizadas com os presidentes da ACIM de Marília (Libânio Victor Nunes de Oliveiras) e da ACIM de Mossoró (Nilson Brasil), nos dias 23/01/15 e 19/05/15, respectivamente.

Gráfico 2 - Marília. Número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012.



Fonte: RAIS (2014). Organizado por Edna Couto (2014).

Gráfico 3 - Mossoró. Número de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985, 1995, 2005 e 2012.

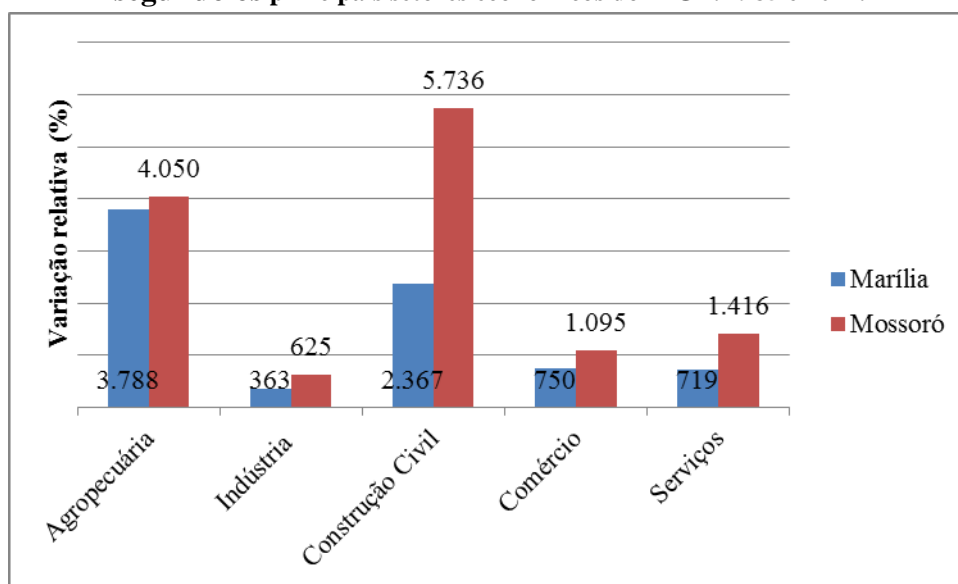


Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

Outra semelhança encontrada é a de que, em Marília e Mossoró, os setores da agropecuária e da construção civil foram os que mais cresceram percentualmente em comparação aos demais. Em Marília, o setor agropecuário apresentou o maior crescimento relativo no número de estabelecimentos (3.788%) e em Mossoró, foi o setor da construção civil (5.736%) (Gráfico 4), embora existam diferenças quanto ao crescimento.

Em Marília, o crescimento relativo do setor de maior destaque, o agropecuário, atingiu patamares bem próximos aos de Mossoró, porém, não os ultrapassou. Já o setor da construção civil em Mossoró, com a maior variação percentual, apresentou um crescimento praticamente duas vezes superior ao mesmo setor em Marília, denotando a expressividade da construção civil no município³⁴ (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Marília e Mossoró. Variação relativa (%) do total de estabelecimentos, segundo os principais setores econômicos do IBGE. 1985 e 2012.



Fonte: IBGE. Organizado por Edna Couto (2014).

Em ambos os casos, nos parece que a dinamização da economia acompanhou os movimentos de expansão da acumulação capitalista e a reestruturação urbana nas cidades médias, havendo então o crescimento do número de estabelecimentos em todos os setores econômicos, sobretudo no intervalo entre 1995 e 2005. No entanto, Santos (2004, p. 20) atenta para o fato de que “os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão”.

Assim, nota-se que o crescimento e a diversificação das atividades econômicas é relativamente maior em Mossoró do que em Marília, indicando diferenças nos

³⁴ De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) de Mossoró, o setor, e conseqüentemente o mercado imobiliário da cidade, passou a crescer com a chegada da Petrobrás, ainda na década de 1980. Entrevista realizada por Edna Couto e Michele de Sousa em 17/9/13.

impactos da reestruturação urbana nas duas cidades estudadas. Além disso, as particularidades regionais ainda são muito fortes e um dos aspectos que nos revela estas distinções são as densidades das interações espaciais interescares estabelecidas no âmbito das redes urbanas, realizadas entre ordens próximas e distantes que implicam horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996, 2008a).

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as **horizontalidades**. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as **verticalidades**. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente (SANTOS, 2008a, p. 284, destaques do autor).

Em sua discussão acerca das interações espaciais, Catelan (2012) mostra algumas variáveis que ajudam na compreensão das novas funções e papéis das cidades médias nas redes urbanas. Para o autor, “as exportações e as importações apontam a concretização dos circuitos produtivos nas redes, tornando-se os *slogans* empresariais e políticos na participação destas cidades na rede urbana, no que tange à produção e ao consumo” (CATELAN, 2012, p. 159).

No intuito de apreendermos as dinâmicas econômicas de Marília e Mossoró e suas inserções na rede urbana, apresentamos os principais setores e produtos exportados e importados, o que nos indica, por sua vez, aquilo que poderíamos denominar como estrutura produtiva local, assim como os destinos e a origem dos mesmos (Quadro 1). Conforme destaca Santos (1992a, p. 50),

As diferenças entre lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre a sociedade local e o espaço local, hoje apresenta outra configuração, já que se dão como resultado das relações entre um lugar dado e fatores longínquos, vetores provindos de outros lugares, relações globais das quais cada lugar é o suporte.

Considerando os principais produtos exportados pelo município de Marília entre os anos de 2005 e 2013 estão bombons, caramelos, confeitos, pastilhas, *waffles* e *wafers*, bolachas e biscoitos, produtos à base de chocolate, amendoins preparados ou conservados, frutas e sementes, reforçando a especialização industrial mariliense no segmento do setor alimentício e corroborando a ideia de que as atividades que se destinam ao exterior definem a função econômica da cidade (SINGER, 1998, p. 145-

146). A manipulação de madeiras serradas e cortadas também aparece entre os cinco principais produtos de exportação entre os anos analisados³⁵ (Quadro 1).

Dentre os principais blocos econômicos de destino no período estão África (exceto Oriente Médio), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Estados Unidos, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Canadá e muito recentemente, países do Oriente Médio (Quadro 1).

No que diz respeito à Mossoró, o carro-chefe das exportações é a produção de frutas – melão, castanha de caju e melancia –, ceras vegetais e sal marinho, a granel e sem agregados (Quadro 1). Nota-se que diferentemente de Marília, cuja exportação constitui-se basicamente de produtos industrializados, Mossoró caracteriza-se pela exportação de produtos associados aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação do agronegócio de frutas (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 142) e à indústria extrativa mineral de sal marinho, atividade econômica historicamente importante na cidade e região³⁶.

Ao avaliarmos as interações espaciais mossoroenses na comercialização dos produtos, percebe-se outra diferença em relação à Marília, tendo em vista que as principais relações econômicas no tocante às exportações de Mossoró são estabelecidas com blocos econômicos distintos, como a União Europeia (EU), os Estados Unidos (incluindo Porto Rico), Canadá e mais recentemente África (exceto Oriente Médio), Oriente Médio, Europa Oriental e Ásia (Quadro 1).

Quadro 1 - Marília e Mossoró. Principais produtos de exportação e blocos econômicos de destino. 2005 a 2013.

| | Principais produtos exportados | Blocos econômicos de destino |
|---------|--|---|
| Marília | Bombons, caramelos, confeitos, pastilhas, <i>waffles</i> e <i>wafers</i> , bolachas e biscoitos, produtos à base de chocolate, amendoins preparados ou conservados, frutas e sementes, manipulação de madeiras serradas e cortadas | África (exceto Oriente Médio), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Estados Unidos, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Canadá e países do Oriente Médio |

³⁵ Para mais informações sobre os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, ver a tese de Bomtempo (2011).

³⁶ Para mais informações sobre a difusão do consumo produtivo e os reflexos na economia urbana de Mossoró, ver a tese de Santos (2010).

| | | |
|---------|--|---|
| Mossoró | Melão, castanha de caju, melancia, ceras vegetais e sal marinho (a granel e sem agregados) | União Europeia (EU), os Estados Unidos (incluindo Porto Rico), Canadá, África (exceto Oriente Médio), Oriente Médio, Europa Oriental e Ásia |
|---------|--|---|

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2014. Organizado por Edna Couto (2014).

Do ponto de vista das importações, os dois municípios também apresentam particularidades: enquanto Mossoró importa muito mais bens intermediários em comparação aos bens de capital e bens de consumo, Marília consegue equilibrar as importações entre os três tipos, com destaque para bens de consumo não duráveis, sobretudo a partir de 2009 (Quadro 2).

Dentre os produtos importados por Marília encontra-se: gorduras, óleos hidrogenados, vegetais, peixes congelados, avelãs, máquinas e aparelhos para indústria de cacau e chocolate e preparação de bebidas quentes, e artigos de plástico, como garrações e frascos (Quadro 2). De acordo com Catelan (2012, p. 190), “na cidade de Marília, é clara a especialização no setor alimentício [...]. Tanto para as exportações, como para as importações, há a mesma especialização”. Todavia, grande parte da matéria-prima da indústria alimentícia mariliense é produzida no Brasil, fato que, segundo Catelan (2012, p. 188), explica a baixa taxa de importação na atividade.

Em Mossoró, as importações estão associadas em sua maioria à expansão do agronegócio globalizado, respondendo “[...] às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas relacionadas às redes agroindustriais” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 147). Dentre os principais produtos importados há: caixas de papel ou cartão ondulados/canelados, polietileno linear em forma primária; maquinário para indústria – fornos industriais elétricos para cerâmica, máquinas para aglomerar e moldar combustíveis minerais sólidos, máquinas e aparelhos para empacotar e embalar mercadorias, aparelhos mecânicos para extração de líquidos, máquinas e aparelhos para esmagar substâncias minerais sólidas, barras e tubos de ferro/aço –; além de milho em grão – exceto para semeadura –, adubos e fertilizantes químicos e sacos, bolsas e cartuchos plásticos etc. (Quadro 2).

Com relação a origem dos produtos importados, dos principais blocos que estabelecem relações econômicas com Marília destacamos, na sequência de importância, o Mercosul, Ásia, União Européia e Estados Unidos. Já Mossoró, importa a maior parte de seus produtos industrializados da União Europeia, dos Estados Unidos, do Mercosul e nos últimos dois anos, do Oriente Médio e da Ásia (Quadro 2).

Quadro 2 - Marília e Mossoró. Principais produtos importados e blocos econômicos de origem. 2005 a 2013.

| | Principais produtos importados | Blocos econômicos de origem |
|---------|---|--|
| Marília | Gorduras, óleos hidrogenados, vegetais, peixes congelados, avelãs, máquinas e aparelhos para indústria de cacau e chocolate e preparação de bebidas quentes, e artigos de plástico (garrações e frascos) | Mercosul, Ásia, União Européia e Estados Unidos |
| Mossoró | Caixas de papel ou cartão ondulados/canelados, polietileno linear em forma primária; maquinário para indústria (fornos industriais elétricos para cerâmica, máquinas para aglomerar e moldar combustíveis minerais sólidos, máquinas e aparelhos para empacotar e embalar mercadorias, aparelhos mecânicos para extração de líquidos, máquinas e aparelhos para esmagar substâncias minerais sólidas, barras e tubos de ferro/aço); milho em grão (exceto para semeadura), adubos, fertilizantes químicos e sacos, bolsas e cartuchos plásticos | União Europeia, Estados Unidos, Mercosul, Oriente Médio e Ásia |

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2014. Organizado por Edna Couto (2014).

Importante ressaltar que, guardadas as devidas particularidades das interações espaciais de cada município, de modo geral, entre 2005 e 2007 foi muito favorável às relações comerciais internacionais no Brasil, favorecidas por um conjunto de fatores internos e externos (MEDEIROS, 2015; SOUZA NETO, 2011; TORRES FILHO; PUGA; MEIRELES, 2009).

Como as interações econômicas e espaciais nos ajudam a compreender a produção do espaço, “[...] tendo em vista que as relações econômicas são aquelas que mais o explicam no mundo contemporâneo” (CATELAN, 2012, p. 48), acreditamos que a análise dos dados apresentados nos possibilita identificar interações espaciais em múltiplas escalas, estabelecidas em ordens próximas, a partir da estrutura produtiva local/regional, e em ordens distantes, a partir das relações econômicas engendradas por meio das exportações e importações, realizadas a nível global.

No intuito de apreender as mudanças nos papéis e funções historicamente exercidos pelas duas cidades, a partir da intensificação das interações espaciais multiescalares e da atuação de agentes econômicos diversos que ali se instalaram e alteraram a produção e o consumo, aprofundaremos um pouco mais a discussão na seção seguinte, partindo de uma análise comparada entre as duas cidades que visa estabelecer relações entre os processos de reestruturação urbana e da cidade, assentado no estudo de Marília e Mossoró sob outro recorte, que explora o par espaço – tempo.

A análise comparativa caracteriza-se como um procedimento metodológico importante para compreender a produção de espaços semelhantes – a partir de lógicas e dinâmicas hegemônicas constituídas fora da cidade e da região – e espaços de diferenças – resultado da combinação destas lógicas e dinâmicas com as “heranças” de determinado espaço, que adquire significação singular –, sobre os quais recai nosso enfoque, enfatizando as diferenças entre as cidades.

1.3. Generalidades, particularidades e singularidades

A partir das informações apresentadas e das argumentações propostas até o momento é possível sintetizar nossa perspectiva analítica afirmando que a apreensão dos processos e agentes envolvidos na reestruturação das cidades médias brasileiras pressupõe uma abordagem multidimensional, multiescalar e interescalar que considere a articulação entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1996, 2008a), as temporalidades do fenômeno urbano, assim como suas particularidades e aspectos em comum, especialmente num país como o Brasil, marcado por profundas disparidades regionais e uma realidade urbana complexa.

A requalificação dos espaços e das relações sociais, as quais atendem aos interesses hegemônicos do modo capitalista de produção, atingem diferentes densidades e proporções conforme o jogo de forças econômicas entre os diversos segmentos em um dado território, gerando mudanças com intensidades, velocidades e qualidades diferentes.

No caso das cidades médias, suas novas funções e conteúdos podem ser compreendidos pela análise das relações que elas estabelecem com cidades de maior ou menor porte, entre si e com os espaços rurais, associados ao seu processo de reestruturação e aos diferentes interesses envolvidos na produção do espaço.

Com a nova divisão internacional e interregional do trabalho, elas tiveram seus papéis urbanos e regionais alterados, na medida em que as relações, sobreposições e articulações entre escalas foram intensificadas. Importante destacar que “as escalas devem ser consideradas em sua dinâmica em movimento e submetidas a processos de mudança e relações e vínculos de interpenetração escalar. Uma escala só pode ser definida, determinada e qualificada com relação às demais”³⁷ (BRANDÃO, 2010, p. 247), ou seja, não é possível pensar numa reestruturação das cidades (SPOSITO, 2007) desarticulada de um processo de reestruturação urbana (SOJA, 1993), mesmo que não linearmente determinadas.

Reforçando a interdependência entre estes dois processos, Sposito (2010a, p. 6) afirma que “[...] não teria sentido pensar as cidades médias em si, tampouco estabelecer quaisquer definições baseadas em parâmetros estáveis, mas sim considerá-las como um meio para pensar a urbanização de modo mais amplo possível”. Ao chamar atenção para a análise das temporalidades desses dois movimentos de estruturação, adverte, porém, para o fato de que embora estejam articulados, não são necessariamente coincidentes.

Neste sentido, fundamentando-nos na relação entre semelhanças e diferenças entre as cidades, derivadas de lógicas constituídas globalmente e das readequações a estas lógicas produzidas em cada uma, propomos na Tese avaliar o caráter e a dimensão destas mudanças e compreender dialeticamente os processos de reestruturação urbana e reestruturação das cidades, a partir de uma análise comparativa entre Marília e Mossoró.

³⁷ Tradução nossa de “*las escalas deben ser consideradas en su dinámica en movimiento y sometidas a procesos de cambio y relaciones y vínculos de interpenetración escalar. Una escala sólo puede ser definida, determinada y calificada con relación a las demás*”.

Primeiramente, apresentaremos dinâmicas e processos associados às condições gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro, e em seguida, os desdobramentos destes processos em cada cidade a partir dos contrastes, que segundo Targa (1991, p. 270), podem “indicar as diferenças nas trajetórias históricas dessas regiões e as desigualdades a que chegaram”, ou seja, as particularidades de cada formação socioespacial.

Pensar o processo de reestruturação urbana e das cidades pressupõe compreender o processo histórico de reestruturação produtiva em nível mundial, que vem ocorrendo desde a década de 1970 e caracteriza-se por uma crise no modo capitalista de produção, com a transição do sistema fordista para um sistema de acumulação flexível (HARVEY, 2007).

Segundo Harvey (2007, p. 140), este novo sistema está apoiado “[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, desencadeando um processo de reestruturação econômica, política, social, espacial e ideológica em nível mundial. A análise deste processo nos ajuda na compreensão da sociedade e do momento econômico que ela atravessa, balizado pela difusão do meio técnico-científico-informacional, que de acordo com Santos (2008a, p. 239) “é a cara geográfica da globalização”.

Este momento é caracterizado pela incorporação de ciência, tecnologia e informação à produção e pela presença de novos processos em múltiplas dimensões e escalas que, combinados, redefinem o espaço geográfico³⁸. Consoante Santos (2008a, p. 239) assinala, “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”. Desta maneira, a reestruturação produtiva nos anos de 1970 suscitou uma transformação dos espaços e das relações sociais, as quais desde então atendem, com mais vigor, aos interesses hegemônicos.

No Brasil, a adoção do regime de acumulação flexível levou à incorporação de novas relações de produção e de trabalho, de novas estratégias de gestão e de escolhas locais, favorecendo, em muitos casos, a desconcentração das atividades industriais e a difusão territorial de grandes filiais de empresas nacionais e estrangeiras. Em

³⁸ Para Elias (2003), estes processos seriam: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto, os novos papéis do Estado, a grande revolução da transmissão da informação, a generalização do crédito e a circulação como fator essencial da acumulação.

contrapartida, estimulou a concentração e centralização econômicas, inserindo o país em uma economia globalizada, resultado de uma nova divisão internacional do trabalho.

Ao longo da reestruturação produtiva alguns processos tornaram-se significativos, dada sua relevância para o próprio aprofundamento e extensão dos mesmos, como por exemplo, o acirramento da divisão social e territorial do trabalho; um maior número de investimentos em infraestruturas, integrando as regiões e dotando o território de fluidez a partir da implantação dos sistemas técnicos; a dispersão espacial da produção, na qual o capitalismo estende seus sistemas produtivos para áreas agrícolas, expandindo a produção industrial, a agricultura científica e o agronegócio em novas regiões do país; e a ampliação do consumo, produtivo e consuntivo.

Correlacionados, contribuíram para a ampliação da escala da urbanização, aumentando a importância dos centros urbanos brasileiros, fortalecendo-os demográfica e economicamente, ao passo que a divisão do trabalho entre as cidades tornou-se mais complexa (SANTOS, 2008c).

No bojo destas transformações, os papéis urbanos foram modificados, as interações espaciais em múltiplas escalas tornaram-se mais intensas e complexas e as estruturas intraurbanas foram redefinidas, caracterizando processos de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e de reestruturação das cidades (SPOSITO, 2004, 2007). É preciso ressaltar que as temporalidades destes dois movimentos de reestruturação (urbana e da cidade) não são necessariamente coincidentes e homogêneas, comparecendo como especificidade de um momento de profundas alterações na economia política do capitalismo.

Diante da redefinição das hierarquias urbanas e da relação centro-periferia, as cidades que exercem importantes papéis de intermediação nas redes ganharam destaque por constituírem-se como “pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. [...] funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280).

Em virtude de “situações geográficas mais ou menos favoráveis e atraentes aos investimentos externos e de iniciativas de atores locais e regionais, maior ou menor capacidade de se integrarem de forma mais ampla às novas formas de configuração de relações em múltiplas escalas” (SPOSITO, 2007, p. 239-240), as cidades médias vêm

passando por um processo de reestruturação urbana simultaneamente a mudanças nas suas funções e conteúdos.

Sposito *et al.* (2007) reconhecem alguns processos gerais que redefinem os papéis das cidades médias, apontados abaixo:

- A concentração e centralização econômicas que, associadas ao avanço do capitalismo e aos novos meios técnicos e informacionais, propiciam a (des)concentração espacial e/ou centralização espacial dos capitais;
- A melhoria e a diversificação dos sistemas de transportes telecomunicações, diminuindo os custos de circulação e permitindo uma maior mobilidade territorial para o consumo de bens e serviços cada vez mais variados;
- As formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, relacionadas ao processo de concentração econômica e desconcentração espacial;
- O consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário, responsável por expressivo aumento nos fluxos e no consumo produtivo e consuntivo nas cidades médias.

Associadas a estes processos, as autoras apresentam ainda algumas dinâmicas estruturantes das transformações em curso, a saber: a difusão da agricultura científica e do agronegócio, a desconcentração da produção industrial, a disseminação do comércio e dos serviços especializados e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais (SPOSITO *et al.*, 2007).

Direta ou indiretamente, estas dinâmicas estão relacionadas à disseminação do consumo estabelecido a partir do modelo flexível, baseado em novos padrões na produção, nas relações e nos produtos. Para Carreras (2005, p. 23),

O consumo de bens, produtos e serviços, de tempos e de espaços deve-se configurar como a variável explicativa fundamental da sociedade contemporânea, com o desenho de uma nova cultura que se debate entre o local e o global, e com impactos decisivos no social e no econômico [...].

Destarte, partimos do pressuposto de que a discussão sobre o consumo e os novos meios e estratégias de sua realização, integrada ao debate da produção e da articulação entre escalas, contribui para a compreensão da redefinição dos conteúdos das cidades médias e de sua estruturação urbana, sem desconsiderar que as transformações ocorrem no território de maneiras, intensidades e ritmos diferentes. Ao

compreender que o consumo deve ser pensado de modo articulado à produção, Baudrillard (2011, p. 24) explica que

Não quer isto dizer que a nossa sociedade não seja, antes de mais, objetivamente e de modo decisivo, uma sociedade de produção, **uma ordem de produção**, por consequência, o lugar de estratégia económica e política. Mas, quer-se também significar que nela se enreda **uma ordem do consumo**, que se manifesta como ordem de manipulação dos signos. Em tal medida, é possível traçar o paralelo (sem dúvida, arriscado) com o pensamento mágico, porque ambos **vivem de signos e ao abrigo dos signos**. Determinados aspectos das nossas cidades contemporâneas realçam cada vez mais uma lógica das significações, uma análise dos códigos e dos sistemas simbólicos – sem que, no entanto, sejam sociedades primitivas e permanecendo inteiramente de pé o problema da **produção histórica** de semelhantes significações e códigos – análise essa que deverá articular-se na do processo da produção material e técnica como seu prolongamento teórico (destaques do autor).

Portanto, o consumo como motor de parte das transformações dos papéis desempenhados pelas cidades incitou também profundas transformações nas relações sociais devido ao seu poder ideológico, “que passa a representar um papel motor e perverso na sociedade atual, transitando pelo próprio aprendizado e condicionamento social do consumo” (ELIAS, 2003, p. 189).

Porém, o consumo não pode ser visto como um momento autônomo porque ele é determinado pelo complexo processo constitutivo dos desejos humanos e pela lógica do lucro (PADILHA, 2006). Associada à produção, a discussão do consumo é fundamental para a compreensão do movimento atual da sociedade, revelando os novos padrões do processo produtivo, e bastante pertinente aos estudos sobre reestruturação urbana e reestruturação das cidades.

Alguns aspectos estão diretamente relacionados à difusão do consumo, manifestando-se mais fortemente no último quartel do século XX e na primeira década do século XXI, dos quais citamos a terceirização da economia e a internacionalização dos serviços; maior utilização da pesquisa e desenvolvimento, da propaganda e do marketing; a financeirização das relações e a generalização do crédito; a disseminação territorial de equipamentos modernos de consumo, entre outros. Cada um deles influi com maior ou menor intensidade, consoante às interações entre diferentes agentes de cada cidade, produzindo – ao mesmo tempo em que também é reproduzido por eles – particularidades, generalidades e singularidades.

No Brasil, a introdução de novas formas de produção e de consumo foi motivada pela “[...] ideologia do crescimento, no nível da nação e do Estado, e a ideologia do consumo, no nível dos indivíduos” (SANTOS, 2007b, p. 21). A ideologia do crescimento foi suscitada pela modernização e maior “integração” do território, que promoveu a dispersão espacial da produção e a difusão de comércios e serviços no país, passos fundamentais para a ampliação da escala da urbanização. Simultaneamente, Santos (2008c, p. 55) afirma que houve uma

[...] superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa.

Nota-se que o referido autor indica duas formas de realização do consumo: consumo produtivo e consumo consuntivo (SANTOS, 1996). Enquanto o primeiro “[...] cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços”, o segundo “[...] cria uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda” (SANTOS, 1996, p. 147).

A aceleração do consumo, possível após uma profunda mudança ideológica durante o processo de reestruturação produtiva, induziu o aumento do número de estabelecimentos e de trabalhadores nas atividades comerciais e de serviços no país. Ademais, justifica as complexas relações que dão conteúdo à dinâmica das cidades, contribuindo para explicar sua organização interna e os inúmeros movimentos que se desenvolvem no seu interior (ORTIGOZA, 2009).

Os processos e as dinâmicas supracitados foram cruciais na configuração de um novo panorama urbano brasileiro. Observados sob um prisma escalar, nos permitem apreender não apenas o que há de comum entre as cidades médias, especialmente as estudadas, mas as particularidades e as singularidades de cada uma delas.

Pensamos as singularidades como características que não existem em outras formações socioespaciais, são únicas; porém, dialeticamente, definir o que há de singular em cada cidade requer uma observação daquilo que se constitui como geral, ou seja, dos fenômenos e processos que se repetem (CHEPTULIN, 1982).

O singular e o geral são interdependentes, manifestando-se por meio de formações particulares, com características próprias a determinada cidade. As particularidades representam a unidade do que é singular e do que é geral, não

evidenciando apenas o que é único, mas estabelecendo características que identificam e distinguem as cidades (CHEPTULIN, 1982).

Apresentaremos as particularidades de Marília e Mossoró frente aos processos gerais mencionados a partir do estabelecimento de aproximações e distinções entre elas, organizado em duas perspectivas: a da região (IBGE, 2008; BITOUN; MIRANDA, 2009) e da reestruturação urbana e das cidades, correlacionando os principais eventos (SANTOS, 2008a) ocorridos em Marília e Mossoró e as transformações decorrentes destes.

Nosso ponto de partida é o que caracteriza fortemente as duas cidades, despertando, inclusive, nosso interesse em estudá-las: a produção de seus espaços a partir dos seus importantes papéis de intermediação na rede urbana regional e nacional, estabelecendo intensas interações espaciais em múltiplas escalas, tal como já foi destacado.

No estudo realizado pelo IBGE (2008) sobre a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, que resultou na publicação “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC, 2007), Marília e Mossoró foram classificadas como Capital Regional C, ou seja,

[...] como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios (IBGE, 2008, p. 11).

Com base na REGIC, Elias e Pequeno (2010) apontam alguns aspectos que reforçam a centralidade mossoroense, corroborando com nossa análise:

- “Entre os 39 municípios sob influência de Mossoró, no que se refere aos aspectos demográficos, verifica-se uma forte concentração populacional em Mossoró, com mais de um terço do total” (p. 118);
- “[...] o produto interno bruto municipal equivale a mais de 43% do total dos municípios que compõem sua região de influência; do total de impostos arrecadados pelos municípios que compõem o PIB, mais de 65% são apurados em Mossoró [...]” (p. 119);
- “[...] de um total de 72 tipos de atividades comerciais indicados pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), 67 encontram-se presentes em Mossoró, assim como 104 tipos de serviços do total de 158 possíveis” (p. 119);

➤ “[...] o volume de ativos bancários contabilizados em Mossoró, ao final de 2004, correspondeu a quase 60% do total da região; mais de 80% dos domínios de internet na região encontram-se em Mossoró” (p. 119).

No que diz respeito à Marília, Melazzo (2012) enfatiza que, de acordo com a REGIC, a cidade tem sob sua influência regional um conjunto de 43 centros urbanos e mantém importantes níveis de centralidade de gestão do território e concentração de diferentes serviços.

Tal centralidade é reforçada em documento divulgado recentemente pelo IBGE (2014), sobre redes e fluxos do território nacional, apontando indicadores semelhantes para Marília e Mossoró no que diz respeito à gestão pública, à gestão empresarial, aos fluxos, aos serviços avançados de apoio às empresas e à centralidade da gestão do território.

Outra pesquisa que ratifica nossa argumentação, destacando o papel das cidades estudadas na rede urbana brasileira é a “Tipologia das Cidades Brasileiras” (BITOUN; MIRANDA, 2009). De acordo com a metodologia adotada foram definidos 19 tipos de municípios,

[...] sendo os quatro primeiros compostos por cidades com mais de 100 mil habitantes e aglomerações urbanas (que incluem as regiões metropolitanas oficiais), nove tipos de cidades entre 20 e 100 mil habitantes e seis tipos de cidades com menos de 20 mil habitantes (BITOUN; MIRANDA, 2009, p. 130).

Destacamos que nesta tipologia a região tem um papel importante e é pensada de modo articulado à cidade, pois segundo versa Fernandes (2009, p. 64), esta metodologia “[...] permitiu igualmente compreender as cidades como um elemento necessário para a definição de região”. Assim, a tipologia foi definida sob duas perspectivas essenciais à nossa reflexão:

[...] uma que parte dos territórios, enfatizando a diversidade e as densidades econômicas que os caracterizam, mensurados por meio do estoque de riquezas acumuladas e da dinâmica da criação de novas riquezas; e outra que parte da análise da rede de cidades e de sua capacidade de estruturar o território em regiões polarizadas (FERNANDES, 2009, p. 80).

Numa escala varia do nível 1 ao 19, Marília e Mossoró estão em patamar hierárquico semelhante, correspondendo a municípios do tipo 3 e 4, isto é, espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Centro-Sul e espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Norte e Nordeste, respectivamente.

Isto representa a posição de destaque de Marília e Mossoró na hierarquia urbana do país, num nível inferior apenas ao dos grandes espaços urbanos aglomerados, como por exemplo, as metrópoles e as principais capitais brasileiras, correspondentes aos tipos 1 e 2. Consoante Bitoun (2005, p. 18),

[...] os espaços urbanos aglomerados e centros regionais componentes do tipo 3, reúnem cidades e aglomerações de tamanho médio e inserem-se numa densa teia de relações econômicas entre as metrópoles do tipo 1 e centros urbanos menores no meio de regiões rurais produtivas. Os espaços urbanos aglomerados e centros regionais de tipo 4, são geralmente capitais ou principais cidades estaduais que assumem a feição de ilhas de concentração de atividades urbanas no meio de espaços rurais pobres ou somente extensivamente explorados.

Por um lado, esta definição desvela diferenças regionais procedentes das históricas disparidades socioespaciais no território nacional, tanto na escala macrorregional como na escala urbana (ROLNIK; KLINK, 2011). Como demonstram os autores, “mais do que o porte populacional ou a posição na rede urbana, a variável que mais parece incidir sobre a condição de desenvolvimento urbano dos municípios é a localização no território nacional” (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 96)³⁹.

Considerando as duas cidades por nós estudadas na rede urbana brasileira, observamos que Marília localiza-se numa rede urbana bastante densa, composta por importantes centros urbanos num raio aproximado de 200 quilômetros, cujas dinâmicas populacionais e econômicas são relevantes no nível da região e do estado.

Em contrapartida, Mossoró localiza-se numa rede urbana dispersa, onde “[...] muitas cidades consideradas centros locais encontram-se diretamente sob influência de Mossoró, não havendo nenhum subcentro regional ou centro de zona intermediando essas relações” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 118).

Por outro lado, a posição das duas cidades no território nacional contribui para identificar, além das disparidades socioespaciais, as diferentes densidades e papéis das cidades nas suas respectivas regiões de influência.

Pelo fato de Marília estar localizada numa rede urbana mais densa, seu papel polarizador acaba sendo “distribuído” entre outros centros urbanos próximos e “[...] por mais que se destaquem a cidade e o município frente à sua região mais imediata, não permite inferir daí uma concentração de população e atividades econômicas que os coloquem em primazia absoluta” (MELAZZO, 2012, p. 181).

³⁹ Como geógrafos, entendemos que o que os autores chamam de “localização no território nacional”, na verdade, trata-se da situação geográfica destas cidades, tal como propõe Silveira (1999).

Já Mossoró possui um papel regional bem mais forte em comparação à Marília, pois ainda que esteja situada entre duas capitais nordestinas, a 277 km de Natal – RN e a 260 km de Fortaleza – CE, aparece como a segunda cidade mais importante do Rio Grande no Norte, sendo o PIB municipal inferior apenas ao da capital potiguar.

A nosso ver, estas diferenças são resultado das particularidades das formações socioespaciais, com suas distintas divisões do trabalho e combinações, que possuem papel determinante nos desdobramentos em cada cidade, mesmo diante de processos e dinâmicas hegemônicas que redefinem e fortalecem os papéis regionais das cidades, expressos pela posição que Marília e Mossoró têm na hierarquia urbana brasileira, conforme observamos na REGIC (IBGE, 2008) e na Tipologia das Cidades (BITOUN, 2005; BITOUN; MIRANDA, 2009).

Passando à segunda perspectiva proposta, apresentamos uma análise que contempla uma ordem espacial e temporal, cuja combinação consiste no princípio da diferenciação (SANTOS, 2008a). Com isto, pretendemos apreender os processos de reestruturação urbana e das cidades considerando as interações espaciais e econômicas que fortaleceram os papéis e diversificaram as funções das duas cidades estudadas, por meio de um estudo dos eventos, que para Santos (2008a, p. 145) “[...] são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço”, e seus efeitos em cada cidade e região, sem desconsiderar os processos de longa duração, as mudanças e permanências (BRAUDEL, 1978, 1983).

No intuito de estabelecermos a comparação entre Marília e Mossoró, combinando a análise dos processos históricos de formação de cada uma delas e as realidades dinâmicas recentes, utilizaremos como recurso metodológico uma linha de tempo (Figura 3), não no sentido linear e puramente diacrônico, de apresentar os fatos cronológicos e sucessivos, mas de perceber o tempo e o espaço como categorias indissociáveis na compressão das formações socioespaciais e das particularidades e singularidades de cada cidade em seus contextos históricos, considerando o eixo das sucessões e o eixo das coexistências (SANTOS, 2008a).

Partimos de uma análise que combina duas perspectivas teóricas: a de Fernand Braudel, propondo uma trilogia dos tempos sociais, isto é, “[...] uma decomposição da história em planos sobrepostos [...], de um tempo geográfico, de um tempo social, e de um tempo individual” (BRAUDEL, 1983, p. 26); e a periodização de Milton Santos

(1992a, 2008a, 2008b), permitindo um enfoque espaço-temporal que empiriciza o espaço e o tempo e entendendo que “é através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento” (SANTOS, 2008b, p. 92).

Portanto, a linha de tempo nos parece um recurso válido no sentido de vislumbrar os processos de reestruturação urbana e das cidades, tendo em vista as diferentes temporalidades e configurações espaciais dos processos, e identificar os principais momentos de mudanças nas cidades estudadas.

Esta ferramenta possibilita também estabelecer uma análise comparativa, enfatizando as particularidades e singularidades, uma vez que “[...] os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo” (SANTOS, 2008a, p. 138). É neste sentido que avançaremos em nossa discussão.

Dividimos a linha de tempo em quatro momentos, definidos a partir das divisões do trabalho pelas quais passaram as cidades, quer seja ao longo do tempo ou num mesmo momento histórico, conforme pudemos estudar nas seções anteriores: inicialmente, o período colonial, em roxo mais escuro; em seguida, os séculos XVIII e XIX, em roxo mais claro; o terceiro momento, o século XX, distribuído em cinco ciclos heterogêneos (1900-1930, 1931-1960, 1961-1980, 1981-1990, 1991-2000), em azul mais escuro; e por último, o século XXI, que compreende os anos de 2001 a 2015, em azul mais claro. Para Santos (2008a, p. 136-137),

As manifestações temporais e espaciais dessas divisões do trabalho sucessivas são tanto mais eficazes e visíveis quanto mais o tempo se divide. Ou, do ponto de vista da análise, quanto mais o tempo possa ser historicamente dividido em períodos e subperíodos pelo observador interessado.

Ao passo em que as divisões do trabalho atribuem um novo conteúdo e uma nova função aos espaços, as temporalidades contribuem para a compreensão das formações socioespaciais (SANTOS, 2008a) e para a identificação das particularidades e singularidades das cidades, resultantes da “combinação quantitativa e qualitativamente específica de vetores [...]” (SANTOS, 2008a, p. 151).

Além disso, para Braudel (1983, p. 29), as temporalidades variam porque “a história estabelece, no sentido vertical, múltiplas ligações de um «patamar» temporal para outro; em cada «patamar», mas agora no sentido horizontal, há também ligações e

correlações”. Neste movimento, “não há um tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social com mil velocidades, com mil lentidões [...]” (BRAUDEL, 1978, p. 25), o que reforça as diferenças entre as cidades em meio a seus contextos locais e regionais e as diferentes temporalidades dos processos e dos eventos.

Com relação aos processos, embora nesta linha de tempo os apresentemos em cada cidade, nossa análise considera, além da combinação de tempos diferenciados, as interações espaciais em múltiplas escalas entre elas, suas regiões de influência e a rede urbana, que recentemente vêm promovendo, mediante o processo de reestruturação urbana, reestruturações nas articulações escalares e hierárquicas (SPOSITO, 1998, 2006; CATELAN, 2012; BRENNER, 2013)⁴⁰. Em sua abordagem, Braudel (1978), destaca a relevância de se considerar as relações em múltiplas escalas entre as cidades e seu entorno, no tempo e no espaço.

Toda cidade, sociedade tensa com suas crises, seus cortes, seus pânicos, seus cálculos necessários, tem que ser recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam, e também desses arquipélagos de cidades vizinhas [...]; e, portanto, no movimento, mais ou menos afastado no tempo, amiúde muito afastado no tempo, que anima este complexo (BRAUDEL, 1978, p. 58).

Em coletânea sobre a obra de Fernand Braudel (AYMARD, 1989), as questões das análises espaciais e escalares nos trabalhos do autor são ressaltadas por diversos autores, dentre eles Yves Lacoste. Este afirma que em sua pesquisa sobre “o mundo mediterrâneo”, Braudel conseguiu abordar o espaço em diferentes níveis de análise espacial, procedendo empiricamente segundo o princípio de espacialidade diferencial.

Este realmente não leva apenas à busca sistemática das intersecções entre os conjuntos espaciais que se podem traçar em cima de um mesmo mapa. Implica que, para compreender uma situação, se deva referir também a muitos mapas de escalas diferentes, representando espaços bem menores que aquele com o qual estamos principalmente preocupados (de maneira a poder analisar certos problemas mais precisos), ou a extensões bem mais vastas, para que se possam apreender fenômenos de grande envergadura que transbordam amplamente do principal centro de interesse, mas que têm aí um papel importante (LACOSTE, 1989, p. 203).

No que diz respeito aos eventos que aparecem na linha de tempo, salientamos que eles são entendidos a partir da perspectiva de Santos (2008a), ou seja, não são compreendidos isoladamente, mas no seu conjunto, em suas superposições e

⁴⁰ Esta questão será retomada na Conclusão desta Tese.

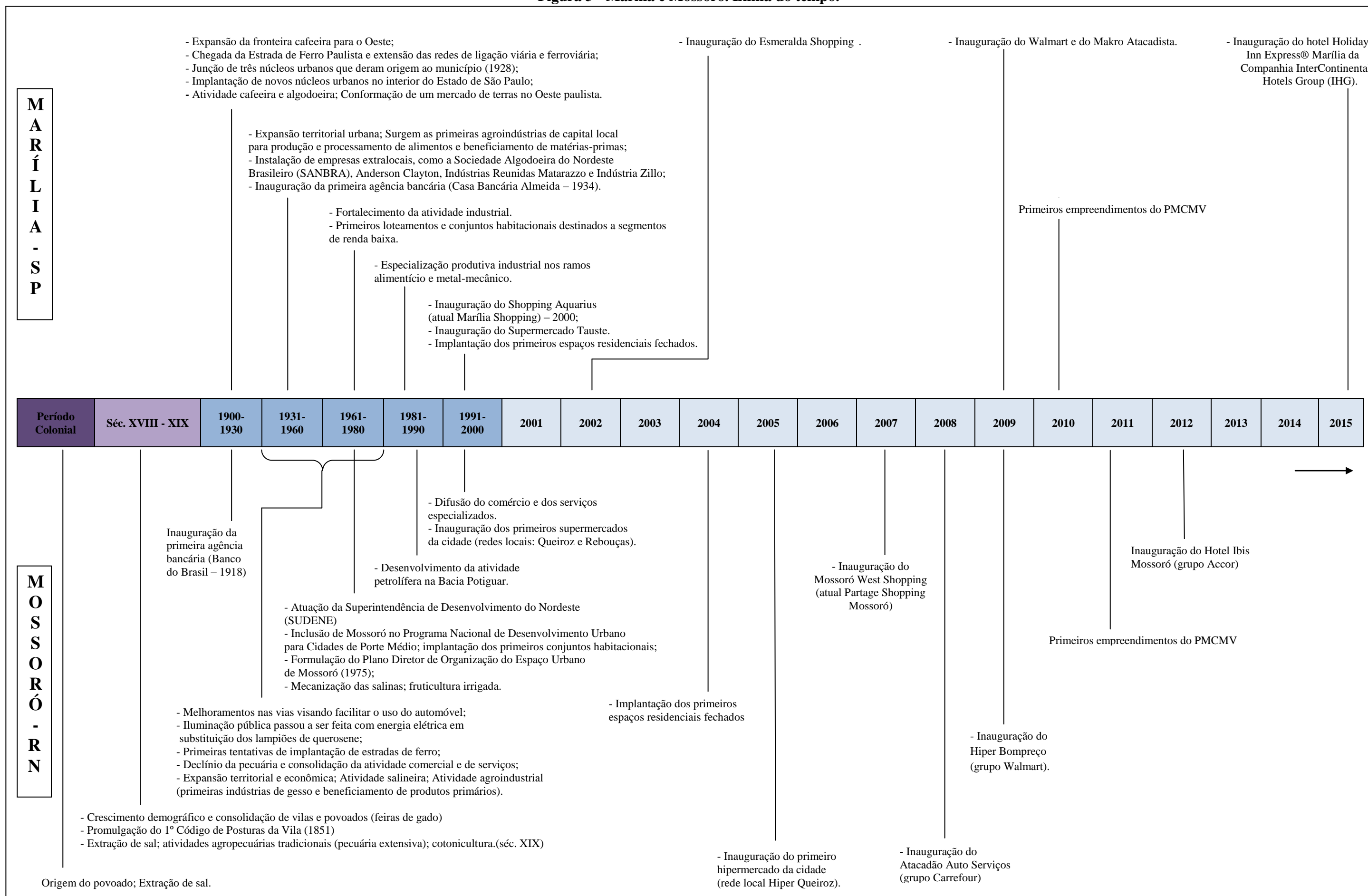
combinações, aproximando-o da abordagem proposta por Braudel. Para Santos (2008a, p. 154),

Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, no qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. Outra fosse a ordem da combinação, outro o ponto em que se verifica, e outro seria o resultado.

Com isso, chegamos novamente ao ponto inicial da discussão, isto é, a compreensão dos processos gerais que, mediante um jogo articulado de forças, produzem efeitos particulares e singulares em Marília e Mossoró, cujos efeitos “retroagem” sobre este mesmo jogo de forças.

Como no início do capítulo já discutimos e comparamos alguns elementos associados às formações socioespaciais, recaindo a ênfase sobre os processos históricos, nos deteremos agora em processos mais recentes que contribuem para entendermos a reestruturação urbana e das cidades, alterando e dinamizando a produção e o consumo no/do espaço urbano e regional.

Figura 3 - Marília e Mossoró. Linha do tempo.



Fonte: Organizado e elaborado por Edna Couto (2015).

Ainda que nossa discussão insira-se no contexto do pós-1970⁴¹, enfatizaremos os processos e eventos ocorridos nas duas cidades a partir da década de 1990 – o último ciclo do terceiro momento da linha do tempo – e mais expressivamente nos anos 2000 – quarto momento. Optamos por este recorte temporal porque pressupomos que este período em Marília e Mossoró marca o início de um momento de reestruturação urbana, acelerada por processos, agentes e dinâmicas que redefinem os papéis das cidades (SPOSITO *et al.*, 2007).

Neste sentido, a linha do tempo contribui para nosso debate, mediante duas frentes de análise: ela nos possibilita extrair elementos indicativos da reestruturação urbana e das cidades em Marília e Mossoró, os quais serão aprofundados nos capítulos seguintes; e nos permite abordar estes dois pares indissociáveis de modo articulado, contribuindo assim para as discussões na Geografia e avançando nos estudos sobre cidades médias a partir da relação entre a economia política da urbanização e a economia política da cidade (SANTOS, 2009b).

Quem nos chama a atenção para a articulação entre estas duas frentes analíticas é Sposito (2010a), ao salientar que, enquanto o par economia política da urbanização e a economia política da cidade está relacionado “[...] à compreensão das determinações e relações que engendram como se distribuem as condições para a produção e o consumo do espaço”, o par reestruturação urbana e reestruturação da cidade “[...] volta-se, mais especificamente, para a análise da configuração espacial desta distribuição” (SPOSITO, 2010a, p. 10). Esta associação proposta por Sposito (2010a) reforça a ideia de que

Uma **economia política da cidade** deve associar o conhecimento dos efeitos da divisão do trabalho sobre as condições locais do mercado [...] de modo a permitir a compreensão do que significam o espaço construído e suas características, como dados concretos da realização social e econômica e, também, como uma realidade em transformação (SANTOS, 2009b, p. 123, destaque do autor).

Como não é nosso objetivo esgotar o conjunto de fenômenos possíveis à compreensão da economia política da urbanização e das cidades, selecionamos dois processos recentes que consideramos fundamentais na análise, estando um associado ao consumo de bens e serviços especializados, e outro, à produção do espaço urbano,

⁴¹ Embora a reestruturação produtiva em escala mundial tenha ocorrido a partir das décadas de 1970-1980, é importante frisar que não existe uma linearidade de tempo entre a ocorrência de processos gerais associados à expansão do capitalismo e sua chegada às diferentes cidades do mundo, uma vez que os processos chegam às diferentes localidades com defasagens temporais.

ambos relacionados diretamente aos processos de reestruturação em questão e à economia política da urbanização e das cidades.

O primeiro processo é o de concentração econômica e desconcentração espacial das empresas que propiciaram o aparecimento de novas formas de organização das atividades comerciais e de serviços. Para Sposito (1999, p. 58), “na medida em que aumenta a concentração econômica há uma intensificação da atuação dessas empresas, sob a forma de redes”, fato que, segundo a autora, contribuiu para

[...] mudanças nas estratégias locacionais e nas formas de articulação entre as diferentes localizações. Tais processos estão na base das novas relações entre os diferentes tamanhos de cidades, pois reorientam a divisão territorial do trabalho entre as cidades (SPOSITO, 1999, p. 59).

O advento de novas formas espaciais associadas ao consumo de bens e serviços, dos quais destacamos os supermercados e hipermercados e *shopping centers*, nos indica um momento de transformações nas cidades de Marília e Mossoró. Logo, no início da década de 1990, surgiram os primeiros supermercados nas cidades: em Marília, com a inauguração do supermercado Tauste em 1991, e em Mossoró, com a inauguração do supermercado Queiroz em 1991, e do Rebouças, em 1992, hoje, as duas principais redes locais da cidade e região.

Somente na década seguinte, nos anos 2000, apareceram os primeiros *shoppings centers* nas cidades: em Marília, no ano 2000 foi inaugurado o Shopping Aquarius (hoje Marília Shopping) e no ano de 2002, o Esmeralda Shopping; em Mossoró, o Mossoró West Shopping (atual Partage Shopping Mossoró) só foi inaugurado em 2007, próximo à BR-304, no bairro Nova Betânia⁴².

A primeira década do século XXI marca ainda a chegada de grandes redes internacionais de hipermercados/atacadistas à Marília e Mossoró, bastante forte na segunda metade dessa década. Em Marília, os primeiros hipermercados e atacadistas de redes internacionais instalaram-se em 2009, o Walmart (grupo estadunidense) e o Makro Atacadista (do grupo holandês SHV – Steenkolen Handeis Vereeniging). Em Mossoró, esse processo iniciou-se um pouco antes, em 2008, com a inauguração do

⁴² Este bairro, além de apresentar a maior valorização no preço dos terrenos e dos imóveis da cidade, concentra diversos equipamentos comerciais e de serviços voltados ao público com maior poder aquisitivo, constituindo-se como uma nova centralidade em potencial (ELIAS; PEQUENO, 2010; COUTO, 2011).

Atacadão Auto Serviços (grupo Carrefour), seguido do Hiper Bompreço (grupo Walmart), em 2009.

Como ressalta Santos (2007a, p. 201, destaque do autor), “a nova forma chega junto com um **conteúdo importado**. A incorporação de uma nova forma à formação socioeconômica significa a incorporação de seu conteúdo à mesma formação socioeconômica”. O referido autor complementa sua argumentação afirmando que

A nova forma introduz novos relacionamentos, uma dependência crescente que, daí por diante, impelirá a formação socioeconômica em direção a uma mudança estrutural, muitas vezes fundamental. Este momento histórico é um momento crucial em que ocorre uma mutação produzindo uma mudança qualitativa nas condições previamente prevalecentes (SANTOS, 2007a, p. 201).

Portanto, a instalação de empreendimentos comerciais como estes em cidades médias como Marília e Mossoró, sobretudo a partir dos anos 2000 – quando houve uma maior disseminação de lojas em rede e franquias e a chegada de empresas com atuação em âmbito internacional –, incitou uma reestruturação da cidade, na medida em que redefiniu lógicas de estruturação dos espaços urbanos (SPOSITO, 2009).

Estas transformações estão relacionadas a um processo de reestruturação urbana, uma vez que a atuação de grandes empresas de capitais nacionais e transnacionais alterou as relações entre estas cidades, sua região e as redes urbanas nas quais estão inseridas, diminuindo, por exemplo, a atuação dos capitais locais e regionais, frente à concorrência e aos papéis das cidades pequenas do entorno (SPOSITO, 2009, p. 64).

A disseminação destas novas formas comerciais está associada ainda ao movimento de ampliação do consumo, importante vetor de mudanças nas cidades médias, algumas delas apontadas por Sposito e Góes (2015, p. 107-108).

[...] a concentração econômica observada em vários ramos comerciais e de serviços, associada ao crescente uso do crediário propiciado por vários grupos econômicos do chamado setor terciário; o aumento de novas formas de comercialização de bens e serviços, com destaque para as franquias; a diversificação das formas de circulação, comunicação e transportes, e o acesso a elas por maior número de pessoas; a ampliação do papel do lazer na pauta de consumo das famílias brasileiras etc. E todos eles reforçam a reestruturação urbana (redefinição dos papéis das cidades médias na divisão interurbana do trabalho) tanto quanto a reestruturação das cidades médias (alterações na distribuição de usos dos tempos e dos espaços na escala das cidades).

No que diz respeito ao segundo processo que selecionamos para análise a partir da linha do tempo, articulando a reestruturação urbana e da cidade à economia política

da urbanização e da cidade, discutiremos a difusão de novos produtos imobiliários, orientada por interesses fundiários e imobiliários.

Em Marília, a implantação de espaços residenciais fechados marcou duas tendências:

[...] A primeira é dar continuidade à lógica de expansão territorial urbana, com caráter descontínuo e extenso que se iniciou ainda na década de 1960 e foi se acentuando nas últimas três décadas. A outra é da urbanização ser cada vez mais orientada por interesses fundiários e imobiliários com o surgimento de novos produtos imobiliários situados nas periferias, aonde seguem as populações de segmentos de elevado poder aquisitivo (ZANDONADI, 2008, p. 89).

Em Mossoró, seguindo esta mesma lógica, houve uma reestruturação no mercado imobiliário entre 2003 e 2011, sobretudo com a construção de diversos loteamentos fechados e condomínios horizontais (NASCIMENTO, 2013). Além de contribuírem para a extensão e descontinuidade da malha urbana mossoroense, esses empreendimentos residenciais atendem, por um lado, às demandas de uma parcela da população com maior poder aquisitivo, enquanto novo produto a ser consumido, e por outro, acentuam as desigualdades socioespaciais (ELIAS, PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2014; QUEIROZ, 2012).

Segundo nos explica Sposito (2010b), a produção de novos lotes e a construção de novos imóveis está cada vez mais relacionada a interesses fundiários e imobiliários “que orientam as lógicas de produção do espaço urbano” e as “mudanças na composição e distribuição espacial da população, tanto quanto nos perfis e hábitos de consumo da sociedade” (SPOSITO, 2010b, p. 133).

Ao discutir sobre a dinâmica imobiliária recente e o processo de produção do espaço urbano no contexto da estruturação urbana e da cidade, Melazzo (2013, 2015) destacou a capacidade de ação dos capitais imobiliários sobre os espaços urbanos, atentando para as articulações entre determinantes de diferentes escalas geográficas e para as particularidades das resultantes espaciais, em suas condicionantes históricas. Ele argumenta que

[...] os processos de concentração e centralização dos capitais deste segmento econômico e as inflexões produzidas nas lógicas dos agentes, no que se refere às suas estratégias de produção do espaço, alteram profundamente suas resultantes espaciais em cada cidade (MELAZZO, 2015, p. 375).

Para Melazzo (2013, p. 38), “a articulação entre as velhas formas rentistas e modernas estratégias financeiras passa a ser cada vez mais presente em cada cidade,

independente da formação socioespacial que lhe dá origem”, variando conforme a combinação de fatores nos planos econômico, político e espacial.

Neste sentido, o autor aponta como dois condicionantes para a compreensão das transformações recentes na produção e consumo da habitação e da cidade no Brasil as novas estratégias dos agentes imobiliários que produzem a cidade – desde a abertura de capitais na Bolsa de Valores à formação de bancos de terras –, sobretudo a partir dos anos 2000, e o crédito em expansão, destacando o exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida neste processo⁴³ (MELAZZO, 2015).

Nos capítulos subsequentes retomaremos o debate acerca dos processos de concentração econômica e desconcentração espacial das empresas, que desencadeou o surgimento de novas formas de organização das atividades comerciais e de serviços – relacionado à expansão do consumo –, e de difusão de novos produtos imobiliários – relacionado à produção do espaço urbano –, aprofundando as análises em cada uma destas discussões.

⁴³ A discussão sobre a produção do espaço urbano e o Programa Minha Casa Minha Vida será realizada nos capítulos 3 e 4 desta Tese.

CAPÍTULO 2

A EXPANSÃO DO CONSUMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

CAPÍTULO 2. A EXPANSÃO DO CONSUMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO DE NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

No intuito de compreender as mudanças a partir da ótica dos padrões de consumo em cidades médias, percebendo as particularidades de cada cidade, essencial para sua necessária apreensão histórico concreta, analisaremos o consumo como um vetor da reestruturação urbana e da reestruturação da cidade.

Em seguida, apresentaremos os dados referentes à ampliação do consumo urbano e *per capita*, a partir de variáveis que consideramos importantes no processo de reestruturação em Marília e Mossoró. Cientes de que apreensão dos processos não prescinde do enfrentamento da utilização de indicadores quantitativos e qualitativos, referentes ao consumo e à reestruturação nas cidades, apresentaremos uma análise de novos elementos no processo de reestruturação e de redefinição da morfologia urbana⁴⁴.

2.1. O consumo como vetor da reestruturação urbana e da cidade

Nas últimas décadas, a temática do consumo tem ganhado bastante destaque, havendo debates desde a expansão do consumo ao consumismo e a “sociedade dos consumidores”. Para Bauman (2008), o consumo seria algo trivial, necessário à sobrevivência humana, porém, na medida em que houve uma ruptura entre o ato da produção e o do consumo, no qual um adquiriu autonomia em relação ao outro, o consumo foi assumindo um papel-chave na sociedade, tornando-se sua principal força propulsora e operativa e dando lugar ao consumismo.

Convém lembrar que numa sociedade capitalista é o capital a potência econômica que domina as relações mercantis, tentando a todo momento expandir para os demais âmbitos da vida social, mercantilizando as relações sociais, sendo crucial na análise de qualquer outra relação. Neste sentido, o consumismo é na realidade uma demanda do capitalismo, que “[...] deve gerar e internalizar sua própria demanda efetiva se quiser sobreviver em condições em que as possibilidades externas estão esgotadas” (HARVEY, 2011, p. 96). Portanto, a criação de novas necessidades é essencial não

⁴⁴ Embora não seja nosso objetivo aprofundar o debate sobre morfologia urbana, é preciso destacar que nesta Tese ela é compreendida tal como em Capel (2002), que entende não apenas questões relacionadas à forma, mas ao conteúdo que lhes dá vida, conforme discutido na seção 2.3 deste capítulo.

apenas para a continuidade da acumulação do capital, mas também é crucial para a própria sobrevivência do capitalismo.

Por esta razão, compartilhamos a visão de que o consumo constitui-se em uma das etapas do processo produtivo, sendo imediatamente produção. Marx (2011) afirma que o consumo produz a produção duplamente: na medida em que apenas no consumo o produto torna-se efetivamente produto e na medida em que o consumo cria a necessidade de nova produção, ou seja, cria o estímulo da produção. De modo semelhante, a produção também produz o consumo, criando o material para o consumo, determinando o modo de consumo e gerando a necessidade do produto no consumidor.

Há então um duplo movimento: o do consumo produtivo e o da produção consumptiva, no qual é gerada uma identidade imediata, uma dependência recíproca e na medida em que um se realiza dá origem ao outro, sendo ambos mediados pela distribuição. Por conseguinte, conclui-se que existe uma diferença e uma relação entre objetos e necessidades, entre necessidades naturais e necessidades criadas, pois

Uma das contradições do crescimento consiste no facto de produzir simultaneamente bens e necessidades, mas não com o mesmo ritmo – uma vez que o ritmo de produção dos bens é função da produtividade industrial e o ritmo de produção das necessidades, função da lógica da diferenciação social (BRAUDRILLARD, 2011, p. 69).

Destarte, compreende-se que o consumo é criação do próprio sistema de produção capitalista, reforçando a diferenciação e conforme explica Padilha (2006, p. 85), o consumo não pode ser visto como um momento autônomo: ele é determinado pelo complexo processo constitutivo dos desejos humanos ou pela lógica da produção, isto é, do lucro, no qual a publicidade atua diretamente sobre os indivíduos como consumidores, manipulando-os comercialmente e culturalmente na tentativa de assegurar um mercado potencial.

Do ponto de vista de Baudrillard (2011, p. 166), a publicidade mascara a realidade e faz do objeto “um pseudo-acontecimento que irá tornar-se o acontecimento real da vida quotidiana através da adesão do consumidor ao seu discurso”, caracterizando-se como uma estratégia aparente da lógica social do consumo, que consiste não apenas da apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços ou na satisfação de necessidades, mas na produção e manipulação dos significantes sociais.

Harvey (2011, p. 91) defende que além da influência da publicidade, existe a necessidade no capitalismo de formar “[...] condições diárias de vida que exigem a absorção de um conjunto de certas mercadorias e serviços, a fim de se sustentar”, porque “os sistemas de produção e processos de trabalho estão também profundamente implicados no modo como a vida diária é reproduzida pelo consumo” (HARVEY, 2011, p. 103), principalmente aqueles ligados ao capital fixo.

Retomando a ideia de que esta reprodução ocorre com maior velocidade e intensidade em áreas de concentração urbana (BAUDRILLARD, 2011), sendo a cidade sua expressão maior, pois reúne as condições para uma maior mobilidade ao capital e é lócus de dinâmicas urbanas de polarização e exclusão, processo no qual o consumo aparece como elemento relevante, seja o consumo na cidade ou da própria cidade (CARRERAS, 2005; ORTIGOZA, 2009; SALGUEIRO, 1996).

O consumo, como será aqui demonstrado, não acarreta apenas mudanças na composição dos gastos individuais e familiares e nas formas de consumir, mas também, mudanças que podem ser observadas na dimensão espacial, com seu direcionamento para grandes espaços comerciais, vinculando-os a processos sobre o comércio e o consumo, por exemplo, que a literatura tem denominado como reestruturação urbana e das cidades (CARRERAS, 2005; CATELAN, 2015; SPOSITO, 2001b, 2009, 2011a; dentre outros).

É relevante, entretanto, reconhecer que tais processos e transformações não se dão de maneira homogênea em todas as cidades em virtude dos distintos contextos regionais nos quais estão inseridos, conforme nos mostram Rolnik e Klink (2011). Para estes autores, ainda existem diversos desafios estruturais relacionados às disparidades socioespaciais no território brasileiro nas escalas macrorregional e urbana e que, no entendimento a ser aqui desenvolvido, deverão ganhar destaque.

No sentido de compreender o movimento de expansão do consumo nas últimas décadas no Brasil, elaboramos um gráfico de evolução do consumo familiar no país (Gráfico 5). Segundo dados do Banco Mundial sobre o crescimento do consumo das famílias brasileiras nas últimas cinco décadas (1961-2014)⁴⁵, houve períodos de intenso

⁴⁵ Os dados disponibilizados pelo Banco Mundial sobre o crescimento anual das despesas de consumo final das famílias correspondem ao valor de todos os bens e serviços, incluindo produtos duráveis – como automóveis, máquinas de lavar e computadores domésticos. Exclui-se compras de habitações, mas inclui a renda imputada para habitações ocupadas pelos proprietários. Inclui igualmente os pagamentos e taxas

crescimento do consumo no país, dos quais podemos destacar aquele entre os anos de 1965 e 1968 e início da década de 1970 (WELLS, 1976; BONELLI; CUNHA, 1981), período conhecido por “milagre econômico brasileiro” (RANGEL, 1985).

Se, por um lado os autores citados enfatizam as intensas transformações econômicas em que se sobressaem um forte período de crescimento do PIB e forte movimento de internacionalização, por outro é imprescindível atentar para a crucial dimensão espacial, pela intensificação do processo de urbanização brasileira (SANTOS, 2008b; ROLNIK; KLINK, 2011), urbanização que, segundo Wells (1976, p. 53), “constitui um poderoso estímulo para a adoção mais geral de padrões ‘modernos’ de consumo” naquele período.

Assim, percebemos que os anos de 1970 e 1976 apresentaram taxas expressivas de crescimento do consumo das famílias, e que a partir do ano de 1984, bem próximo ao fim da ditadura militar no Brasil, as taxas de crescimento do consumo familiar tiveram queda significativa, voltando a crescer apenas no início dos anos 1990 (Gráfico 5).

Entre 1960 e 1980, em seu período de alto crescimento industrial, a difusão dos modernos bens duráveis de consumo verificou-se em um ambiente marcado pela privação ou exclusão da maioria da população das condições adequadas de **alimentação, moradia, saúde e educação**. O prosseguimento da urbanização, o aumento da produtividade na agricultura, a expansão do SUS desde 1988, a previdência rural e as transferências de renda ao longo dos anos de 1990 começaram a transformar esta realidade. Esta mudança ganhou especial momento com as circunstâncias macroeconômicas criadas durante a década de 2000 (MEDEIROS, 2015, p. 73, destaques do autor).

Conforme se verifica no Gráfico 5, um novo ciclo de crescimento do consumo das famílias no país só ocorreu a partir de 1994, com implantação do Plano Real (R\$) e a criação de programas de transferência de renda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

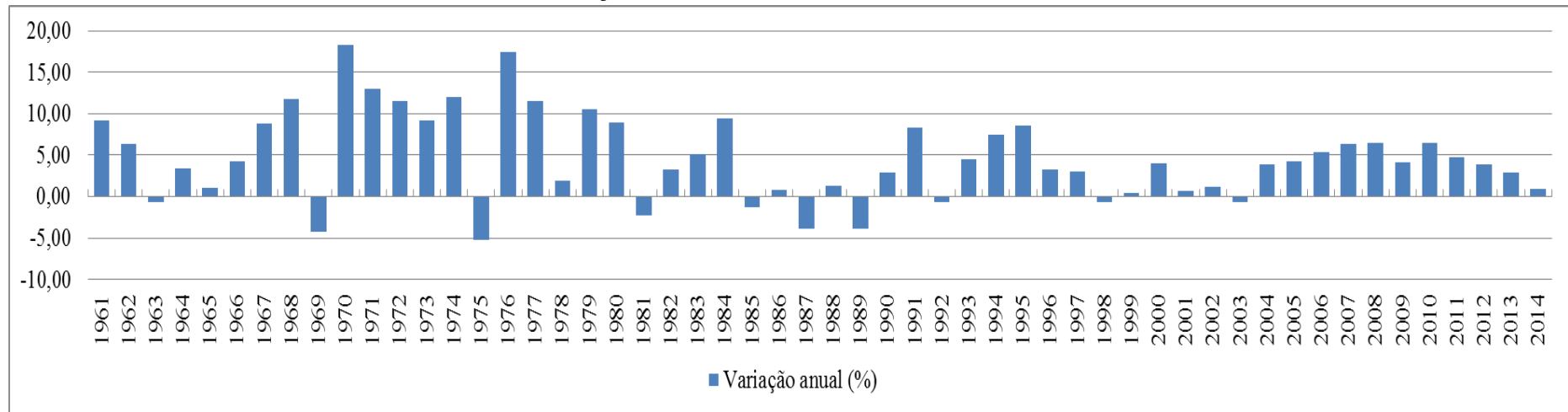
Correlacionando os dados do Gráfico 5 às informações apresentadas na linha de tempo para Marília e Mossoró (p. 80), é possível perceber que na década de 1990 e sobretudo, 2000, houve uma difusão do comércio e de serviços especializados, com a instalação de grandes equipamentos comerciais como *shopping centers* e supermercados.

aos governos para obter autorizações e licenças. Inclui também as despesas de instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, mesmo quando relatados separadamente pelo país. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PRVT.KD.ZG>. Acesso em: 02/11/15.

No início da década de 2000, durante a transição entre o governo FHC e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência do Brasil em 2003, houve um período de desaceleração econômica e do consumo (Gráfico 5) em virtude dos ajustes macroeconômicos estabelecidos pelo governo Lula “para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 59).

Nos anos subsequentes, estabeleceu-se uma conjuntura econômica e de política externa ascendente, em virtude de um “contexto internacional extraordinariamente favorável” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 20), havendo uma intensificação das relações comerciais internacionais, o crescimento da demanda interna e a expansão e reestruturação urbana (BARBOSA; SOUZA, 2010; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; MEDEIROS, 2015; POCHMANN, 2014; SANFELIU *et al.*, 2015; SPOSITO, 2009).

Gráfico 5 - Brasil. Variação anual do consumo final das famílias (%). 1961 a 2014.



Fonte: Banco Mundial. Elaborado por Edna Couto (2015).

A discussão deste capítulo concentra-se no período mais recente, tomando como ponto de partida o ano de 2003. Importante salientar que não pretendemos realizar uma análise econômica do Brasil na última década, mas ela subsidiará nossas argumentações de modo a entendermos o movimento de expansão do consumo no país neste período.

Os dados do Banco Mundial mostram que o ano de 2003 teve uma variação negativa com relação ao consumo familiar final (Gráfico 5), ainda que o desempenho econômico do país apontasse para o sentido inverso (BARBOSA; SOUZA, 2010; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; MEDEIROS, 2015; SINGER, 2012). De acordo com Barbosa e Souza (2010, p. 61)

[...] apesar do bom desempenho do setor externo da economia, o contexto ainda foi negativo do ponto de vista doméstico, com queda tanto no consumo das famílias quanto no investimento em 2003. Em outras palavras, apesar do PIB ter crescido 1,1% em 2003, para a maioria da população brasileira a sensação econômica foi de recessão.

O ano de 2003 marcou um momento de transição de governo e de estabilização econômica no país (BARBOSA; SOUZA, 2010). Os resultados de um conjunto de políticas sociais e macroeconômicas adotadas neste momento apareceram nos anos subsequentes, demonstrados pela continuidade do crescimento do consumo até o ano de 2010, com exceção do ano de 2009 que apresentou uma queda (Gráfico 5).

Nesta última década, diferentemente das anteriores, é possível notar um crescimento constante e significativo das taxas de consumo das famílias brasileiras entre 2004 e 2010: passou de -0,70% em 2003 para 3,93%, em 2004; 4,28 em 2005; 5,38% em 2006; 6,33% em 2007; 6,44% em 2008; 4,19% em 2009; 6,41% em 2010 (Gráfico 5).

Segundo Barbosa e Souza (2010, p. 63), este crescimento foi possível pela “recuperação do salário mínimo, do aumento nas transferências do Governo às famílias mais pobres e da expansão da concessão de crédito (sobretudo o crédito habitacional)⁴⁶, isto é, das linhas-mestras de política econômica que iriam se consolidar nos anos seguintes”.

Tais políticas levaram o país a um momento de inflexão econômica no ano de 2006, com o estímulo ao mercado doméstico e a consolidação de um “novo modelo de

⁴⁶ De acordo com Barbosa e Souza (2010), o crédito imobiliário passou de R\$ 34,5 bilhões em 2006 para R\$ 59,7 bilhões em 2008, alcançando o crescimento de 73,2%. No capítulo 3 discutiremos a expansão do crédito imobiliário.

desenvolvimento de crescimento com distribuição de renda” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 75), articuladamente a investimentos em infraestrutura, com a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que aumentou investimentos públicos e estimulou investimentos privados. A partir das considerações tecidas por Barbosa e Souza (2010), Medeiros (2015), Pochmann (2014) e Sposito (2011a), assinalamos dois setores que contribuíram de modo crucial para este processo: o setor de bens de consumo duráveis e o setor imobiliário.

Este momento de inflexão se expressou no crescimento médio anual do PIB, que passou de 3,2% no período de 2003-2005 para 5,1% entre 2006-2008. Entretanto, Bresser-Pereira (2013) afirma que o crescimento a partir do ano de 2006 foi passageiro, em virtude das condições internacionais favoráveis e do aumento do mercado interno. Para o referido autor,

Graças ao aumento do rendimento das camadas pobres, acentuado pela valorização do real (no curto prazo a desvalorização cambial aumenta os salários), vimos a transferência de uma grande parte da população brasileira da classe D para a C, formando-se assim no Brasil um consumo de massas novo⁴⁷ (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 6).

Na perspectiva de Pochmann (2014), o novo padrão de consumo no Brasil fundamentou-se na incorporação de parcelas significativas da população no consumo, sobretudo de bens industrializados e de serviços. No contexto do desenvolvimento do capitalismo no país, o referido autor apontou o aumento da capacidade de produção e dos investimentos e os ciclos de consumo decorrentes da capacidade ociosa como dinâmicas estruturais neste processo.

Como principais elementos explicativos do padrão de consumo recente, Pochmann (2014) destacou três:

- as alterações na estrutura dos preços relativos de bens e serviços em relação à inflação de modo geral, apontando uma mudança relativa que impactou no padrão de consumo das famílias e que segundo o autor “consagrou a onda de

⁴⁷ Este movimento de expansão do consumo entre segmentos socioeconômicos trouxe à tona a discussão sobre a “classe média”, entendida sob diversos pontos de vista, que fogem ao escopo da Tese. Para mais informações sobre o tema ver Costa (2013), Fleury (2013), Medeiros (2015); Neri (2008, 2010, 2011); Pochmann (2011, 2012, 2014); Singer (2012); Souza (2012, 2013a, 2013b); Souza; Lamounier (2010). De acordo com Singer (2012, p. 138), “a visão de um Brasil de classe média tem um componente ideológico, pois estamos assistindo, na verdade, à diminuição da pobreza monetária, de um lado, e à ampliação de uma camada intermediária **com um significativo componente proletário**, de outro” (destaque do autor).

difusão do consumo de bens duráveis mais acessíveis à base da pirâmide social brasileira” (p. 92);

➤ os efeitos sobre os rendimentos da população e a massificação do consumo popular, considerando um conjunto de fatores que permitiu o aumento do nível de renda das famílias, dentre eles o papel do crédito sobre as decisões de consumo (p. 93);

➤ a recomposição da estrutura de consumo das famílias, com a diminuição do peso das despesas associadas aos bens industrializados e a elevação de despesas com serviços, como por exemplo habitação, transporte e saúde (p. 103-104).

Contudo, em meio à expansão e a alteração dos padrões do consumo familiar houve uma diminuição deste consumo no ano de 2009, conforme verificamos no Gráfico 5.

Após o ano de 2008, a crise financeira centrada nos Estados Unidos – com impactos diferenciados nas economias de diversos países, como na Europa –, acarretou uma queda dos investimentos e dos fluxos comerciais entre os países na escala mundial, afetando também as economias periféricas, a exemplo do Brasil, impactando diretamente na desaceleração do crescimento do consumo, pela retração do crédito, e na queda dos investimentos, com repercussões no PIB brasileiro (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Não obstante, os impactos da crise foram atenuados por medidas monetárias e fiscais anticíclicas (BARBOSA; SOUZA, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; MEDEIROS, 2015; POCHMANN, 2014; SINGER, 2012), que tinham por objetivos “evitar que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e, ao mesmo tempo, recuperasse o nível de atividade econômica o mais cedo possível” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 22).

Bresser-Pereira (2013) chamou atenção para o fato de que, em meio a esta crise, houve uma retração da produção industrial no ano de 2009 (GAIER, 2010) em paralelo ao aumento das vendas aos consumidores (BARBOSA; SOUZA, 2010), levando-o a fazer uma crítica à política econômica do governo Lula. O autor afirma que “em vez de o país buscar a estabilidade financeira garantida por uma taxa de câmbio competitiva, decidiu consumir no curto prazo e apresentar déficits crônicos em conta

corrente”, conduzindo a uma “situação aparentemente paradoxal de baixo crescimento e pleno emprego” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 8).

A partir de 2011, as medidas anticíclicas foram descontinuadas em virtude de uma forte contração do consumo do governo e dos investimentos públicos, implicando, “nos anos subsequentes, uma forte desaceleração no crescimento” (TAVARES, 2015, p. 13), revelada nos dados expostos no Gráfico 5: as taxas de crescimento do consumo das famílias caíram de 4,76% em 2011 para 3,90% em 2012, 2,88% em 2013 e 0,89% em 2014.

Após uma breve contextualização da ampliação do consumo do Brasil na última década, possibilitada por fatores como o aumento da renda familiar⁴⁸ pela elevação do salário mínimo real⁴⁹ – seja pelo aumento da formalização do trabalho assalariado⁵⁰, pela expansão de políticas distributivas (como o Programa Bolsa Família, por exemplo) ou pela redução da pobreza extrema⁵¹ –, associadamente ao aumento do crédito e à conjuntura econômica favorável no país e na escala internacional, queremos destacar dois movimentos fundamentais à nossa discussão: a expansão e diversificação do consumo nas cidades e complexificação da produção e do consumo das cidades.

O primeiro movimento refere-se à introdução de um novo conjunto de bens e serviços ao consumo familiar e individual, produzindo, ao mesmo tempo, uma homogeneização – dos valores, ideias e práticas – e uma diversificação do consumo – maior variedade dos produtos e serviços especializados.

⁴⁸ O rendimento domiciliar *per capita* médio passou de R\$ 718,38 em 2001 para R\$ 1.047,95, em 2013, isto é, um crescimento de 45,88% no período (IPEADATA).

⁴⁹ De acordo com DIEESE (2015) o reajuste do salário mínimo entre 2003 e 2015 corresponde a um crescimento nominal de 294% e um aumento real de 76,54%. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 16/11/15.

⁵⁰ Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT; FORLAC, 2014) mostram que a taxa de formalidade das pessoas ocupadas no Brasil passou de 48,6% em 1995 para 56,6%, em 2012, sendo 2002 o ano em que houve a menor taxa de formalização do período no país (42,7%). Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245624.pdf. Acesso em: 16/11/15.

⁵¹ Segundo dados do Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2013, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global da meta de erradicar a extrema pobreza e a fome: em 1990, 25,5% da população brasileira encontrava-se em situação de pobreza extrema, percentual reduzido para 3,5% da população em 2012. “Para o ODM 1, são consideradas extremamente pobres as pessoas que vivem com menos de US\$ PPC 1,25 por dia, ou US\$ PPC 38,00 por mês” (IPEA; SPI, 2014, p.16). Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf. Acesso em: 16/11/15. Dados do Banco Mundial mostram que o número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema no Brasil caiu 64% entre 2001 e 2013, passando de 13,6% para 4,9%.

Para Baudrillard (2011, p. 75) “há uma contradição lógica entre a hipótese da sociedade de crescimento, que é a homogeneização social no nível mais alto, e a correspondente lógica social concreta, baseada na diferenciação estrutural – conjunto logicamente contraditório a servir de base a uma estratégia global”.

Assim, de um lado ocorre a homogeneização do consumo, que segundo Pochmann (2014) pode estar relacionada à globalização do novo paradigma da produção, impulsionada pelas corporações transnacionais – com a disseminação de cadeias produtivas globais e a massificação do consumo de baixo custo – e às “especificidades da inserção brasileira nas cadeias produtivas globais, que coincidem com a adoção de políticas econômicas e sociais de estímulo ao consumo para os segmentos pertencentes à base da pirâmide social” (POCHMANN, 2014, p. 76).

De outro, há uma mudança na estrutura relativa do consumo, que implica no alargamento e diversificação do mercado de novos bens, hierarquizados pelo grau de sofisticação e de diferenciação dos preços relativos dos bens, e é potencializado na medida em que aumenta a renda familiar, aumentando também as despesas correspondentes a estes novos produtos no orçamento (MEDEIROS, 2015). Consoante explica Medeiros (2015, p. 52),

[...] os padrões de consumo seguem uma evolução ditada por comportamentos gerais – como o genericamente expresso na **lei de Engel**⁵² – e por macrotransformações nos estilos de vida, em que a urbanização, as mudanças demográficas, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a emulação dos bens posicionais são vetores essenciais (destaque do autor).

O segundo movimento importante em nossa discussão, relacionado a condições político-econômicas gerais que promoveram mudanças estruturais e incitaram novos padrões de consumo (BARBOSA; SOUZA, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; MEDEIROS, 2015; POCHMANN, 2014; SINGER, 2012), diz respeito às particularidades de cada cidade frente a estas condições, variando conforme com a sua inserção na rede urbana brasileira e, principalmente, com a singularidade de suas trajetórias históricas.

⁵² Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, “a Curva de Engel foi elaborada pelo estatístico alemão Ernest Engel, relacionando renda das famílias e suas despesas com alimentos. Os estudos realizados por Engel mostraram que essas despesas eram relativamente maiores nas famílias mais pobres do que nas mais ricas, isto é, os mais pobres comprometiam uma porcentagem relativamente grande de sua renda com alimentos, embora em termos absolutos os gastos dessas famílias com alimentação fossem consideravelmente menores do que aqueles observados nas famílias mais ricas” (SANDRONI, 1999).

Como salientamos no capítulo anterior, a apreensão destas particularidades e singularidades só é possível mediante o estudo do processo histórico de produção e consumo do espaço no âmbito das distintas formações socioespaciais, a partir das diferentes combinações entre um conjunto de forças e agentes que atuam em múltiplas escalas geográficas, no que tange à produção e ao consumo, conferindo novas configurações espaciais aos espaços urbanos.

A nosso ver, a articulação entre estes dois movimentos – de expansão e diversificação do consumo na cidade e de complexificação da produção e do consumo da cidade – constitui-se como um importante vetor de transformação, a partir dos processos de reestruturação urbana e da cidade em curso, potencializando-os.

No sentido de analisar e compreender as diferenças, Santos (1988, p. 89-90) supõe que as cidades intermediárias, também chamadas de cidades médias, podem ser “o lugar de respostas para níveis de demandas de consumo mais elevado”, e aqui acrescentaríamos mais especializado, partindo do pressuposto de que “a evolução dos padrões de consumo constitui, ao lado do progresso técnico, um vetor fundamental do processo de mudança estrutural, que caracteriza o desenvolvimento econômico” (MEDEIROS, 2015, p. 52), considerando este último como parte do processo capitalista desigual de mudanças permanentes que visam a acumulação.

As cidades médias nos chamam a atenção porque, conforme nos explica Sposito (2014, p. 29), “a expansão territorial, em termos de aumento da cobertura do mercado consumidor, dos grandes grupos econômicos de comercialização de bens e serviços, recai sobre cidades médias, após a conquista de espaços metropolitanos, no decorrer do século XX”. Isto significa que as cidades médias podem ser consideradas e analisadas como resultado de um processo de conquista, expansão e transformação de mercados, mas que, a partir de um determinado momento (diferente em cada cidade), se tornam também um pressuposto, um meio para suas mudanças. Portanto, conforme nos explica Sposito (2011a, p. 18), a ampliação do consumo

[...] pode e deve ser analisada em sua perspectiva espacial, porque se constitui em vetor de concentração econômica das empresas, de desconcentração espacial das redes de múltiplas filiais, o que atinge diretamente as cidades médias [...]. Essa dinâmica modifica, sobremaneira, as relações entre as cidades, alterando a estrutura das redes urbanas e tornando-as mais complexas.

Desse modo, nas seções seguintes analisaremos a expansão e diversificação do consumo nas cidades de Marília e Mossoró, a partir do estudo de variáveis que, a nosso

ver, são fundamentais na compreensão deste processo, bem como dos processos de reestruturação urbana e da cidade.

2.2. Ampliação e diversificação do consumo em Marília e Mossoró

No contexto de alterações nos padrões do consumo em cidades médias, conforme explicamos na seção anterior, buscamos apreendê-las nas cidades de Marília e Mossoró, observando a expansão e a transformação do consumo a partir da sua evolução nas cidades e suas respectivas microrregiões⁵³.

Para isto, selecionamos variáveis associadas ao consumo urbano, com base em um estudo realizado sobre o potencial de consumo nas cidades brasileiras (ver Apêndice)⁵⁴, buscando entender o consumo sob duas perspectivas analíticas: uma relacionada ao seu movimento de ampliação, e outra, à sua composição-recomposição e diversificação.

Realizaremos esta análise em dois blocos: o primeiro, a partir do Índice de Potencial de Consumo (IPC)⁵⁵ de Marília e Mossoró em suas respectivas microrregiões, demonstrando o “peso” das duas cidades na região e estabelecendo, assim, algumas diferenças entre elas; e o segundo, analisando os potenciais volumes de despesas em cada cidade, para cada variável a ser estudada, a saber: o total do potencial de consumo urbano e o consumo *per capita* urbano, que representam a primeira perspectiva analítica; a “alimentação no domicílio”⁵⁶ e “alimentação fora do domicílio”⁵⁷, “gastos

⁵³ Os municípios que compõem as microrregiões de Marília e Mossoró estão descritos no Capítulo 1.

⁵⁴ Os procedimentos metodológicos realizados para a organização, exposição e utilização dos dados estão esclarecidos no Apêndice.

⁵⁵ O Índice de Potencial de Consumo (IPC) corresponde a um indicador que atribui a cada município a sua participação no total de consumo do país, ou seja, o potencial de compra em cada município como uma porcentagem do potencial brasileiro total (100%). Hipoteticamente, se considerarmos que no Brasil são gastos R\$ 100,00 por dia, seria possível estimar quanto deste consumo é realizado por cada município através do índice. Por exemplo, se o município X tem um IPC de 0,10414; isto significa que de R\$100 gastos no país, R\$ 0,10414 foram gastos neste município. Para mais informações sobre como elaborar índices de potencial de consumo ver Aranha Filho (1998). Importante destacar que não utilizamos este índice nas análises para cada cidade, pois optamos por apresentar as informações a partir dos volumes de despesas brutas, ou seja, em reais (R\$) de cada ano de acordo com a conversão e deflação correspondentes, tal como explicado no Apêndice.

⁵⁶ A categoria “Alimentação no domicílio” refere-se aos gastos com alimentação dentro do domicílio, compreendendo despesas com alimentos “in natura”, industrializados, preparados e demais despesas de valores agregados como sacolão, varejão, cestão etc. (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 10).

⁵⁷ Esta variável refere-se a gastos com alimentação fora do domicílio, compreendendo as despesas com refeições, lanches, cafés da manhã, refrigerantes, cafezinhos, caldos, cervejas, choppes e outras bebidas alcoólicas (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 11)

com veículos próprios”⁵⁸ e despesas com a compra de “eletrodomésticos e equipamentos”⁵⁹, representando a segunda perspectiva.

Pressupomos que este conjunto de variáveis constitui-se como importante recurso analítico, que nos fornece elementos para a compreensão dos processos de reestruturação urbana e das cidades, a partir da atuação de determinados agentes e das transformações que promovem no espaço urbano em Marília e Mossoró no que diz respeito à produção e ao consumo.

Passemos então ao primeiro bloco de análises, sob o prisma da microrregião.

No intuito de estabelecer comparações entre Marília e Mossoró e suas respectivas microrregiões, qualificando-as quanto à concentração do consumo e identificando diferenças entre elas, elaboramos dois quadros-síntese (Quadros 3 e 4), nos quais reunimos as seguintes informações: os Índices de Potencial de Consumo dos municípios pertencentes à microrregião, a hierarquia de cada município na rede urbana, com base na REGIC (2007), e as características de cada um deles, com base na Tipologia das Cidades Brasileiras (BITOUN; MIRANDA, 2009).

Decidimos agrupar nos quadros os dois estudos sobre a rede urbana porque na medida em que a REGIC possibilita a apreensão das hierarquias dos centros urbanos, a Tipologia das Cidades Brasileiras nos permite ir além, de modo a inferir sobre as densidades das dinâmicas econômicas, tendo em vista que considera o desenvolvimento desigual do capitalismo entre as regiões do país pela divisão do trabalho e articula a análise da cidade à região, conferindo diferenças entre elas, que serão compreendidas aqui a partir dos exemplos de Marília e Mossoró e as microrregiões por elas comandadas.

Notamos no Quadro 3 que a microrregião de Marília é composta por treze municípios, incluindo Marília. De acordo com a REGIC (2007), por ser uma Capital Regional C e, conseqüentemente, o centro urbano com a maior posição hierárquica na

⁵⁸ Esta variável refere-se aos gastos com gasolina, álcool, consertos de veículos, estacionamento, óleos, acessórios/peças, pneus, câmaras de ar e lubrificações/lavagens (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 13).

⁵⁹ Esta variável compreende gastos para aquisição de refrigeradores, máquinas de lavar, roupas, fogões, condicionadores de ar, máquinas de costura, enceradeiras, secadoras de roupas, ferros elétricos, liquidificadores, ventiladores, exaustores, lâmpadas, pilhas, fornos elétricos, fornos de micro-ondas, freezers, máquinas de lavar pratos, batedeiras, ozonizadores, aspiradores de pó, chuveiros elétricos, secadores de cabelos, processadores de alimentos, televisores, rádios, aparelhos de som acoplado, microsystem, aparelhos de CD-ROM, aparelhos de DVD, home-theaters, videocassetes grill, aparelho de fax e microcomputadores (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 12).

microrregião, Marília polariza os demais municípios, sendo onze centros locais e um centro de zona B.

Coadunando esta perspectiva à da tipologia das cidades, adotada por Bitoun e Miranda (2009), a microrregião de Marília caracteriza-se pela inserção em uma densa teia de relações econômicas em espaços rurais prósperos, capitaneada por um centro urbano considerado médio, Marília, e um conjunto de outros municípios, sob sua influência direta. De acordo com a tipologia das cidades, do conjunto que compõe a microrregião, exceto Marília, Garça possui elevada desigualdade social e os demais se caracterizam como pequenas cidades com poucas ou relevantes atividades urbanas (Quadro 3).

Analisando o IPC da microrregião para os anos de 1998, 2003, 2008 e 2012, vemos que em todos os anos o município de Marília concentrou os maiores índices de potencial de consumo, ratificando-o como o município principal (MELAZZO, 2012), embora seja possível perceber que a cada ano o IPC vem se redistribuindo e até diminuindo, tanto no município de Marília, como entre os municípios da microrregião (Quadro 3).

Quadro 3 - Marília e microrregião. Índice de Potencial de Consumo. 1998, 2003, 2008 e 2012.

| Municípios | REGIC | Tipologia das cidades (código do tipo de cidade) | Descrição | IPC | | | |
|------------------------------|--------------------|---|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | 1998 | 2003 | 2008 | 2012 |
| Álvaro de Carvalho | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00127 | 0,00131 | 0,00177 | 0,00142 |
| Alvinlândia | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00134 | 0,00120 | 0,00145 | 0,00146 |
| Echaporã | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00358 | 0,00330 | 0,00292 | 0,00280 |
| Fernão | Centro Local | 14 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos | * | 0,00033 | 0,00077 | 0,00069 |
| Gália | Centro Local | 14 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00428 | 0,00328 | 0,00364 | 0,00298 |
| Garça | Centro de Zona B | 6 | Centros urbanos em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social | 0,02468 | 0,02683 | 0,02492 | 0,02398 |
| Lupércio | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00182 | 0,00147 | 0,00214 | 0,00188 |
| Marília | Capital Regional C | 3 | Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do centro sul | 0,15776 | 0,17165 | 0,15388 | 0,14811 |
| Ocaçu | Centro Local | 14 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00207 | 0,00186 | 0,00211 | 0,00191 |
| Oriente | Centro Local | 14 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00354 | 0,00312 | 0,00341 | 0,00366 |
| Oscar Bressane | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00163 | 0,00129 | 0,00150 | 0,00124 |
| Pompéia | Centro Local | 14 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,01194 | 0,01324 | 0,01203 | 0,01319 |
| Vera Cruz | Centro Local | 15 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos | 0,00675 | 0,00620 | 0,00588 | 0,00582 |
| TOTAL DA MICRORREGIÃO | | | | 0,22066 | 0,23508 | 0,21642 | 0,20914 |

Fonte: IPC Maps. Organização: Edna Couto (2015). *Município Emancipado entre 1991 e 2000.

No que diz respeito à microrregião de Mossoró, vemos no Quadro 4 que ela possui seis municípios, e segundo a REGIC (2007), o município que lhe dá nome caracteriza-se como uma Capital Regional C. Pela Tipologia das Cidades, Mossoró se enquadra como uma das principais cidades do Rio Grande do Norte, concentrando atividades urbanas em meio a um espaço rural, como uma espécie de “ilha de concentração”, usando os termos do referido estudo.

Logo, Mossoró polariza o conjunto de cinco centros locais (REGIC, 2007), situados em espaços rurais consolidados de frágil dinamismo recente (BITOUN; MIRANDA, 2009), dos quais um, Areia Branca, aparece como um centro urbano de moderada desigualdade social, e os demais, como pequenas cidades com poucas ou relevantes atividades urbanas (Quadro 4).

Assim como Marília, Mossoró é o principal centro urbano da microrregião a qual faz parte, exercendo uma centralidade muito forte (ELIAS; PEQUENO, 2010). Em contrapartida, diferentemente de Marília e sua microrregião, os índices de potencial de consumo referentes à microrregião de Mossoró e aos seus respectivos municípios têm apresentado um crescimento considerável entre 1998 e 2012, conforme observamos no Quadro 4, revelando, inclusive, que o peso regional de Mossoró em sua região de influência imediata é bem maior em relação ao de Marília.

Quadro 4 - Mossoró e microrregião. Índice de Potencial de Consumo. 1998, 2003, 2008 e 2012.

| Municípios | REGIC | Tipologia das cidades (código do tipo de cidade) | Descrição | IPC | | | |
|------------------------------|-----------------------|---|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | 1998 | 2003 | 2008 | 2012 |
| Areia Branca | Centro Local | 7 | Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social | 0,00820 | 0,00777 | 0,00913 | 0,00872 |
| Baraúna | Centro Local | 17 | Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente. | 0,00411 | 0,00370 | 0,00716 | 0,00566 |
| Grossos | Centro Local | 16 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente | 0,00287 | 0,00219 | 0,00303 | 0,00321 |
| Mossoró | Capital Regional C | 4 | Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do norte e nordeste | 0,10414 | 0,08992 | 0,09591 | 0,11976 |
| Serra do Mel | Centro Local | 16 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente | 0,00058 | 0,00200 | 0,00178 | 0,00204 |
| Tibau | Centro Local | 16 | Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente | * | 0,00094 | 0,00141 | 0,00380 |
| TOTAL DA MICRORREGIÃO | | | | 0,11990 | 0,10652 | 0,11842 | 0,14319 |

Fonte: IPC Maps. Organização: Edna Couto (2015). *Município Emancipado entre 1991 e 2000.

A partir das análises dos Quadros 3 e 4, estabelecemos comparações considerando o IPC de Marília e de Mossoró e o IPC total de suas respectivas microrregiões. Constatamos que: a) para todos os anos analisados, a microrregião de Marília apresentou um IPC superior à microrregião de Mossoró, o mesmo aplicando-se aos respectivos municípios principais; b) as variações do IPC das microrregiões estão diretamente relacionadas ao crescimento e/ou queda do IPC de Marília e Mossoró; c) verificamos que o IPC de Marília aumentou de 1998 para 2003 e apresentou uma sequência de quedas nos anos de 2008 e 2012; em movimento oposto, o IPC de Mossoró diminuiu entre 1998 e 2003, retomando o crescimento nos anos de 2008 e 2012. Importante ressaltar que estes movimentos devem ser analisados e compreendidos à luz dos processos e dinâmicas que redefinem os papéis das cidades médias (SPOSITO *et al.*, 2007).

Neste sentido, podemos inferir, preliminarmente, que Marília, por compor a formação socioespacial paulista, cuja rede urbana é mais densa e permeada por um conjunto de fatores que permitiram a difusão destes processos e dinâmicas, passou por um processo de reestruturação urbana bem antes que Mossoró, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, o que justifica o aumento do IPC, isto é, a expansão do potencial de consumo, entre 1998 e 2003 (Quadro 3).

Por outro lado, Mossoró, situada numa região considerada periférica – do ponto de vista econômico –, só foi inserida nos circuitos do consumo moderno em meados da década de 2000, principalmente após a expansão territorial de grandes grupos empresariais no setor comercial e de serviços (SPOSITO, 2009).

A localização de novos equipamentos de consumo nesta cidade, como o *shopping center*, hipermercados e atacadistas de grandes redes, inclusive de capital internacional, contribuiu para alavancar o consumo não apenas no município de Mossoró, fortalecendo seu papel regional e reforçando sua centralidade na rede urbana, mas também, em toda a região sob sua influência (Quadro 4).

Tais informações nos levam a uma interpretação que permite pensar as diferenças entre as duas cidades nos contextos de suas microrregiões e, sobretudo, da reestruturação urbana, a partir da qual aventamos duas hipóteses que corroboram diretamente com a Tese: a primeira delas é de que para entender as diferenças entre as cidades, em suas singularidades, é preciso considerar as formações socioespaciais nas

quais estão inseridas; a segunda, é que existem temporalidades distintas no processo de reestruturação urbana no país, implicando em qualidades, intensidades e ritmos que variam conforme a formação socioespacial e a cidade em que se realiza.

Passando ao segundo bloco de análises, com o objetivo de assimilar a ampliação e a diversificação do consumo a partir de um conjunto de variáveis em Marília e Mossoró, estudaremos a evolução do potencial de consumo urbano e do consumo *per capita* urbano, com base nos dados disponíveis para os anos de 1998, 2003, 2008 e 2012.

Considerando o período sob análise, na Tabela 7 verificamos o crescimento do potencial de consumo urbano em ambas as cidades, que foi de 43,20% em Marília e de 100,02%, em Mossoró, apesar do potencial total do consumo urbano de Marília ser superior ao de Mossoró, com exceção do ano de 2012, onde os montantes foram praticamente equivalentes.

No ano de 1998 o potencial de consumo urbano mariliense ficou em torno de R\$ 2,7 milhões e o mossoroense, aproximadamente R\$ 1,5 milhões; em 2003, Marília e Mossoró tiveram um total do potencial de consumo urbano inferior ao ano de 1998, pouco mais de R\$ 2,3 milhões e R\$ 1,2 milhão, respectivamente; em 2008, ambas as cidades apresentaram considerável crescimento no volume do potencial de consumo urbano total: Marília com R\$ 4,3 milhões e Mossoró, R\$ 2,6 milhões (Tabela 8), possivelmente em decorrência da conjuntura política e econômica que favoreceu a expansão do consumo no Brasil desde o ano de 2006⁶⁰.

No ano de 2012, Marília apresentou uma pequena diminuição em relação ao potencial de consumo total urbano do ano de 2008, enquanto em Mossoró ocorreu um movimento inverso, de crescimento em relação ao ano de 2008. Todavia, os montantes totais em ambas as cidades aproximaram-se consideravelmente em 2012, estando em torno dos R\$ 3 milhões (Tabela 8).

Percebemos que o período entre 1998 e 2003 foi de queda no potencial de consumo urbano em Marília e Mossoró, equivalente a -13,43% e -22,90%,

⁶⁰ Cabe ressaltar que a partir de 2008 o Governo Federal estabeleceu uma redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incluiu bens como automóveis e eletrodomésticos da linha branca. No caso dos eletrodomésticos, essa redução da taxa começou a vigorar no final de 2008 e foi prorrogada até 2013 para fogões de cozinha, e até 2014 para geladeiras, refrigeradores e máquinas de lavar roupa (LOZANO; SPOSITO, 2015). Além disso, a partir de 2013 começou a vigorar o cartão Minha Casa Melhor, vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, que também alavancou o consumo de bens duráveis de modo geral.

respectivamente, e uma recuperação no período seguinte, de 2003 a 2008, com um crescimento de 86,32% e 117,71%, respectivamente. Os dados referentes ao período de 2008 a 2012 mostraram dois movimentos diferentes: em Marília houve uma diminuição no potencial do consumo urbano, correspondente a -11,23%, ao passo em que Mossoró ocorreu um aumento de 19,17%, que pode ser explicado com base nas duas hipóteses que levantamos anteriormente (Tabela 7).

Tabela 7 - Marília e Mossoró. Variações relativas (%) do total do potencial de consumo urbano. 1998, 2003, 2008 e 2012.

| Variação relativa (%) | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| 1998-2003 | 2003-2008 | 2008-2012 | 1998-2012 |
| -13,43 | 86,32 | -11,23 | 43,20 |
| -22,90 | 117,71 | 19,17 | 100,02 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014).

Tabela 8 - Marília e Mossoró. Total do potencial de consumo urbano (R\$). 1998, 2003, 2008 e 2012.

| | 1998 | 2003 | 2008 | 2012 |
|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Marília | 2.711.171.311,21 | 2.347.177.546,21 | 4.373.366.809,14 | 3.882.448.050,87 |
| Mossoró | 1.587.901.522,35 | 1.224.250.314,95 | 2.665.263.543,13 | 3.176.185.901,63 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014). Dados deflacionados.

Outro dado que demonstra o movimento de ampliação do consumo nas cidades é o consumo *per capita*, que segundo Medeiros (2015), é uma das variáveis centrais para a compreensão da evolução dos padrões de consumo recentes⁶¹. De acordo com Pochmann (2012, p. 21) essa ampliação da renda *per capita* combinou-se a “uma redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho”, que segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 208), vem diminuindo desde 1998, colaborando para a diminuição das disparidades regionais e municipais⁶².

⁶¹ Para Medeiros (2015) outra variável importante é a renda familiar.

⁶² A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Coeficiente de Gini apontam para uma redução das desigualdades em Marília e em Mossoró: o município paulista que tinha um IDH de 0,601 em 1991, passou a ter em 2000 o IDH de 0,725 e em 2010, de 0,798, ao passo que Mossoró, passou de um IDH de 0,470 em 1991 para 0,596 em 2000 e 0,720, em 2010 (PNUD; IPEA; FJP, 2013), estando ambos os municípios, no ano de 2010, na faixa do IDHM considerada alta, isto é, cujos índices estão entre 0,700 e 0,799. Ainda que Marília e Mossoró apresentem um IDHM alto, se considerarmos a posição dos dois municípios em um ranking do IDHM em seus respectivos estados, veremos que Mossoró tem um destaque relativamente maior no Rio Grande do Norte do que Marília com

Seguindo a tendência do potencial do consumo urbano, é possível observar uma evolução do consumo *per capita* urbano em Marília e Mossoró no período compreendido entre 1998 e 2012: em Marília, no ano de 1998, o potencial de consumo *per capita* urbano era de aproximadamente R\$ 15 mil, enquanto o de Mossoró alcançava pouco mais de R\$ 8 mil; em 2012, o consumo *per capita* médio ficou em R\$ 18.499,92 em Marília e R\$ 13.031,58 em Mossoró (Tabela 9), revelando que a desigualdade de renda e, conseqüentemente, de acesso ao consumo, ainda é significativa no país.

Observando cada período separadamente, entre 1998 e 2003, houve uma diminuição do consumo *per capita* urbano em ambas as cidades, equivalente a -24,63% em Marília e a -27,07% em Mossoró. De 2003 a 2008 notou-se um crescimento do consumo *per capita* em Marília, que passou de R\$ 11.586,71 para R\$ 20.204,42, e em Mossoró, de R\$ 5.958,76 para R\$ 12.191,36, ou seja, 74,38% e 104,60%, respectivamente. Foi justamente neste período que o crescimento foi mais expressivo, maior inclusive do que no período total estudado, de 1998 a 2012, cujos valores corresponderam a 20,33% no caso da cidade paulista e 59,49% na cidade potiguar (Tabela 9).

Entre 2008 e 2012 o ritmo de crescimento do potencial de consumo *per capita* desacelerou em ambas as cidades em comparação ao período anterior, com um saldo negativo de 8,44% em Marília, não obstante a variação positiva de 6,89% em Mossoró (Tabela 9).

relação ao Estado de São Paulo. Em 2010, Mossoró detinha o 3º maior IDH municipal potiguar (0,720), perdendo apenas para o município de Parnamirim, cujo IDH era de 0,766, e de Natal, com índice de 0,763. Já Marília, ocupava em 2010 o 25º lugar no ranking paulista (0,798), atrás de municípios cujos índices eram considerados muito altos (entre 0,800 - 1,000), inexistentes no Estado do Rio Grande do Norte. Não obstante, se tomarmos como referência a posição dos dois municípios no ranking nacional do IDHM (PNUD; IPEA; FJP, 2013), teremos um quadro bem diferente, que indica a permanência das desigualdades regionais, expressas e reforçadas pelas disparidades entre os índices de desenvolvimento humano municipais. Tomando como referência o Coeficiente de Gini dos dois municípios, observamos que houve uma diminuição deste em Marília e em Mossoró, passando de 0,5550 e 0,5806, em 1991, para 0,5117 e 0,5340, em 2010, respectivamente, embora estes índices continuem sendo altos segundo os parâmetros internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU/UN), da Central Intelligence Agency (CIA) e do Banco Mundial (BM/WB). Portanto, para todos os anos analisados, Marília apresentou indicadores melhores que os de Mossoró, muito embora a distância entre eles tenha diminuído, demonstrando que existem continuidades (das desigualdades) e aproximações, de ordem quantitativa e qualitativa, entre os dois municípios.

Tabela 9 - Marília e Mossoró. Potencial de consumo *per capita* urbano (R\$) e variações relativas (%). 1998, 2003, 2008 e 2012.

| | 1998 | 2003 | 2008 | 2012 | Variação relativa (%) | | | |
|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | | | 1998-2003 | 2003-2008 | 2008-2012 | 1998-2012 |
| Marília | 15.373,99 | 11.586,71 | 20.204,42 | 18.499,92 | -24,63 | 74,38 | -8,44 | 20,33 |
| Mossoró | 8.170,70 | 5.958,76 | 12.191,36 | 13.031,58 | -27,07 | 104,60 | 6,89 | 59,49 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014). Dados deflacionados.

Dando prosseguimento no estudo da ampliação do consumo em Marília e Mossoró, avançamos na segunda perspectiva analítica proposta, que aborda a composição-recomposição do consumo e sua diversificação, a partir do detalhamento por variáveis.

Procurando demonstrar a composição e a recomposição do consumo nas duas cidades, elaboramos um quadro que apresenta as participações de diferentes variáveis⁶³ no total do consumo urbano, utilizando uma escala de cores que vai do vermelho ao verde: as cores mais quentes correspondem às maiores participações no consumo urbano e as cores mais frias, às menores (Quadro 5).

Tanto em Marília como em Mossoró, para todos os anos analisados, as variáveis correspondentes a maior parte das despesas familiares foram: “alimentação no domicílio”, “manutenção do lar”⁶⁴ e “outras despesas”⁶⁵. Juntas, em ambas as cidades, estas três variáveis corresponderam a quase 60% dos totais das despesas das cidades nos anos de 1998 e 2012.

⁶³ De modo a apresentar um panorama geral dos setores em cada cidade analisada, optamos por mostrar todas as 22 categorias de consumo adotada pelo estudo do IPC Marketing (2012). Para mais detalhes ver Apêndice.

⁶⁴ A categoria de consumo “Manutenção do lar” inclui gastos com aluguel de moradia, imposto predial, condomínio, água e esgoto, energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, TV por assinatura, gás encanado, taxa de lixo, serviços domésticos, gás de botijão, lenha, dedetização, carvão vegetal, consertos de aparelhos domésticos e consertos de móveis e outros (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 11).

⁶⁵ A categoria “Outras despesas” é composta por gastos bem heterogêneos, referentes a: cabeleireiros, manicuras, pedicuros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, costureiras, relojoeiros, tinturarias, lavanderias, empregados domésticos, fotografias para documentação, cerimônias familiares e práticas religiosas, serviços de cartórios e profissionais (advogados, despachantes, contadores), jogos de azar e apostas, construção, reforma e manutenção de jazigos, aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, alimentos e outros produtos para animais, flores, despesas de mudança, imposto de renda, imposto sobre serviços, contribuições trabalhistas à previdência social e associações de classe, pensão alimentícia, tarifas bancárias, justiça do trabalho e seguro de vida. Compreende ainda aquisição de veículos, aumento do ativo e diminuição do passivo referente a pagamento de prestações de empréstimos, carnês e outros investimentos (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 15).

Contudo, existem diferenças entre as cidades, conforme averiguamos no Quadro 5. Comparativamente, a “alimentação no domicílio” corresponde a um percentual bem maior de despesas para os mossoroenses, ainda que tenha havido uma redistribuição dos gastos e esta variável tenha apresentado uma diminuição relativa quase pela metade da participação entre 1998 e 2012 nas duas cidades, passando de 25,79% para 14,49% do total das despesas em Mossoró, e de 18,09% para 9,37%, em Marília.

Já a participação das despesas com “alimentação fora do domicílio” em Marília teve um aumento neste mesmo período, passando de 4,03% em 1998 para 6,10%, em 2012, ao contrário de Mossoró, que diminuiu de 4,86% para 4,42% no total do consumo urbano (Quadro 5). Estas diferenças entre as cidades pode ter relação com as particularidades regionais no consumo de alimentos, considerando que,

Enquanto se gastam, em média, R\$ 66,80 por família com alimentação fora do domicílio no Brasil, gastam-se R\$ 81,79 na região Sudeste, que se destaca pelo maior gasto médio entre todas as regiões, valor 22% acima da média brasileira e 74% acima do gasto médio do Nordeste, que é a região que apresenta o menor gasto, R\$ 47,10 ao mês (SCHLINDWEIN; KASSOUF, 2007, p. 436).

A variável “manutenção do lar”, que inclui gastos diversos na habitação, desde aluguel até consertos de aparelhos domésticos, móveis etc., aumentou bastante sua participação no total de despesas familiares em ambas as cidades: em 1998 correspondia a 18,29% das despesas das famílias marilienses e a 12,32%, dos mossoroenses, respectivamente. No ano de 2012, este tipo de gasto passou a equivaler a 26,14% do total do consumo urbano em Marília, e a 22,33% do consumo urbano em Mossoró.

Por fim, deste primeiro conjunto de variáveis que corresponde a maior parte dos gastos familiares em Marília e em Mossoró temos a variável “outras despesas”, na qual se inclui uma gama muito heterogênea de atividades, dentre as quais muitos serviços pessoais⁶⁶. Notou-se um crescimento deste tipo de despesa em Marília e Mossoró, porém, nesta última, o crescimento foi bem mais expressivo.

As categorias com menor participação nos gastos nas duas cidades para os anos analisados foram: “artigos de limpeza”⁶⁷, “outras despesas com vestuário”⁶⁸, “livros e

⁶⁶ Não nos deteremos nesta variável em virtude da heterogeneidade de atividades que a compõe, não nos permitindo elaborar considerações pertinentes que corroborem com nossa Tese, fugindo, portanto, do escopo de nossa análise.

⁶⁷ A categoria “Artigos de limpeza” refere-se aos gastos com artigos e produtos de limpeza do domicílio, como vassouras, rodos, recipientes para lixo, águas sanitárias, detergentes, sabões em pó, sabões em

material escolar”⁶⁹ e “fumo”⁷⁰, que juntas, nem no primeiro nem no último ano analisado, não chegaram a 2% do total das despesas em Marília, enquanto que em Mossoró, estas variáveis corresponderam a 3,97% do total das despesas em 1998 e em 2012 perfaziam pouco mais de 2% do total, ou seja, verificou-se uma diminuição deste tipo de despesa no total dos gastos familiares (Quadro 5).

Quadro 5 - Marília e Mossoró. Participação no total do consumo urbano (%). 1998 e 2012.

| Marília | | Variáveis | Mossoró | |
|------------|------------|----------------------------------|------------|------------|
| 1998 | 2012 | | 1998 | 2012 |
| 18,09 | 9,37 | Alimentação no domicílio | 25,79 | 14,49 |
| 4,03 | 6,10 | Alimentação fora do domicílio | 4,86 | 4,42 |
| 1,43 | 1,11 | Bebidas | 2,18 | 1,30 |
| 18,29 | 26,14 | Manutenção do lar | 12,32 | 22,33 |
| 1,74 | 1,54 | Mobiliários e artigos do lar | 2,53 | 1,93 |
| 0,62 | 0,54 | Artigos de limpeza | 1,12 | 0,88 |
| 3,55 | 2,13 | Eletrodomésticos e equipamentos | 4,26 | 2,19 |
| 2,99 | 2,83 | Vestuário confeccionado | 3,38 | 3,72 |
| 1,29 | 1,25 | Calçados | 2,11 | 1,29 |
| 0,24 | 0,19 | Outras despesas com vestuário | 0,63 | 0,35 |
| 5,86 | 2,52 | Transportes urbanos | 6,73 | 2,48 |
| 3,45 | 5,42 | Gastos com veículo próprio | 2,00 | 4,92 |
| 1,43 | 1,89 | Higiene e cuidados pessoais | 2,29 | 2,87 |
| 3,34 | 2,96 | Gastos com medicamentos | 2,70 | 2,91 |
| 5,35 | 3,51 | Outras despesas com saúde | 3,56 | 2,75 |
| 0,59 | 0,44 | Livros e material escolar | 0,59 | 0,49 |
| 1,38 | 2,45 | Matrículas e mensalidades | 2,21 | 1,90 |
| 1,84 | 1,72 | Despesas com recreação e cultura | 1,61 | 1,62 |
| 1,56 | 1,74 | Despesas com viagens | 0,92 | 1,84 |
| 2,31 | 0,56 | Fumo | 1,63 | 0,45 |
| - | 3,68 | Material de construção | - | 2,68 |
| 20,63 | 21,92 | Outras despesas | 16,59 | 22,18 |
| 100 | 100 | Total | 100 | 100 |

barra, desinfetantes, inseticidas, raticidas, ceras, lustra-móveis, esponjas de aço, amaciantes, alvejantes e coadores de café (papel) (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 11).

⁶⁸ Esta categoria refere-se a todos os gastos com jóias, bijuterias, relógios de pulso, tecidos e artigos de armarinho (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 12).

⁶⁹ Esta categoria refere-se aos gastos com artigos de educação e leitura, compreendendo livros, material didático, cadernos, artigos de papelaria, revistas técnicas e outros livros (bolso, brochura) (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 13).

⁷⁰ Esta categoria refere-se aos gastos com cigarros, charutos, fumo para cachimbo, fumo para cigarros e outros artigos para fumantes, como fósforos, isqueiros etc. (IPC MARKETING EDITORA, 2012, p. 14).

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014).

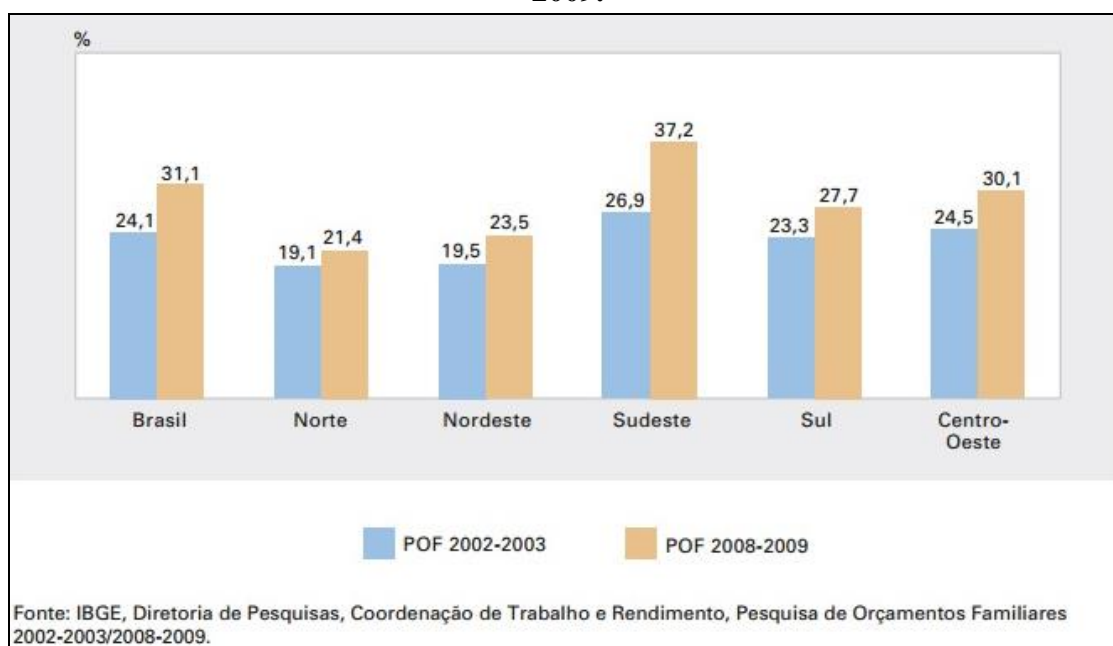
Conforme salientamos no início desta seção, deste conjunto de variáveis selecionamos quatro para uma análise mais apurada, a saber: “alimentação no domicílio”, “alimentação fora do domicílio”, “gastos com veículos próprios” e despesas com “eletrodomésticos e equipamentos”, por considerarmos que elas são representativas da diversificação do consumo e também do processo de reestruturação urbana e das cidades.

A nosso ver, a alimentação é uma variável importante para compreender a transformação nos padrões de consumo das famílias brasileiras. Em estudo publicado sobre as mudanças nos padrões de consumo de alimentos no Brasil, baseado em um conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos, Schlidwein e Kassouf (2007) argumentam que existe uma nova tendência de gastos com alimentação e uma mudança de estilos de vida e de hábitos alimentares das pessoas, decorrentes da intensificação do processo de urbanização. As autoras afirmaram que “o aumento da renda domiciliar elevou a probabilidade de se consumirem alimentos fora de casa [...] em todas as regiões do Brasil” (SCHLINDWEIN; KASSOUF, 2007, p. 458), destacando as especificidades do consumo em cada região.

De acordo com dados do IBGE (2010b), esta hipótese pode ser confirmada. Numa análise comparada entre a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003 e 2008-2009, verificou-se que aumentou significativamente o percentual de despesas médias mensais com alimentação fora do domicílio. Neste estudo, “[...] verifica-se um aumento de sete pontos percentuais no peso da despesa com alimentação fora do domicílio, no País, entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009” (IBGE, 2010, p. 66).

Como podemos ver na Figura 4, entre as regiões, a Sudeste destacou-se por apresentar o maior crescimento deste tipo de despesa, de 10,3 pontos percentuais (p.p.), seguida da região Centro-Oeste (5,6 p.p.), Sul (4,4 p.p.), Nordeste (4 p.p.) e Norte (2,3 p.p.). Estas diferenças só atestam as históricas desigualdades regionais no Brasil, apontadas na literatura sobre o tema (ARAÚJO, 1997, 2000; FURTADO, 2005; OLIVEIRA, 1981, 2003; ROLNIK; KLINK, 2011 etc.).

Figura 4 - Brasil. Percentual das despesas monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação fora de casa, segundo as Grandes Regiões. 2002 a 2009.



Fonte: IBGE (2010, p. 67).

Esta redefinição dos padrões de consumo alimentares nos remete à *lei de Engel*, que relaciona as despesas familiares com alimentação e a renda das famílias, isto é, na medida em que cresce a renda, diminuem relativamente os gastos com alimentação, movimento demonstrado no Quadro 5, conforme explicamos anteriormente.

Consoante aponta pesquisa realizada por Data Popular e Sebrae (2014), boa parte deste consumo realiza-se em cidades do interior⁷¹ do país. Do total gasto com “alimentação fora do domicílio”, as cidades do interior respondem por 37%, o equivalente a R\$ 52,4 bilhões por ano⁷².

Tomando como referência os exemplos de Marília e Mossoró, percebemos que entre 1998 e 2012, enquanto em Marília houve uma diminuição dos gastos com

⁷¹ De acordo com Data Popular; SEBRAE (2014), considerou-se como “Interior” o conjunto de municípios brasileiros que não são capitais de unidades federativas e não fazem parte de regiões metropolitanas, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010.

⁷² Segundo o referido estudo, além desta variável, as que mais se destacam no consumo dos moradores destas cidades são: “reforma do domicílio” (R\$ 265 bilhões), “alimentação no domicílio (R\$ 118,4 bilhões), “medicamentos” (R\$ 61 bilhões), “materiais de construção” (R\$ 53 milhões), “gastos com veículos próprios” (R\$ 51 bilhões) e despesas com “eletrodomésticos e equipamentos” (R\$ 23 bilhões) (DATA POPULAR; SEBRAE, 2014).

“alimentação no domicílio” (Tabela 10), equivalente a 25,81% (Tabela 11), em Mossoró estas despesas aumentaram 12,39% (Tabela 11).

Em contrapartida, neste mesmo período, as despesas com “alimentação fora do domicílio” cresceram notadamente em ambas as cidades, passando de pouco mais de R\$ 109 milhões para aproximadamente R\$ 237 milhões em Marília, e de R\$ 77 milhões para mais R\$ 140 milhões, em Mossoró (Tabela 10), ou seja, uma variação relativa de 117,01% e 82,12%, respectivamente (Tabela 11).

Tabela 10 - Marília e Mossoró. Despesas com alimentação, no domicílio e fora do domicílio (R\$). 1998 e 2012.

| | Alimentação no domicílio | | Alimentação fora do domicílio | |
|---------|--------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| | 1998 | 2012 | 1998 | 2012 |
| Marília | 490.316.561,62 | 363.757.446,82 | 109.183.844,26 | 236.938.225,01 |
| Mossoró | 409.564.678,33 | 460.320.216,75 | 77.127.050,16 | 140.461.533,94 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014). Dados deflacionados.

Tabela 11 - Marília e Mossoró. Variação relativa (%) das despesas com alimentação, no domicílio e fora do domicílio. 1998 e 2012.

| | Alimentação no domicílio | Alimentação fora do domicílio |
|---------|--------------------------|-------------------------------|
| Marília | -25,81 | 117,01 |
| Mossoró | 12,39 | 82,12 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014).

Ribeiro (2012) destacou que nesse processo de disseminação da alimentação fora de casa, sobretudo do tipo *fast-food*, houve uma padronização e uma racionalização da sociedade contemporânea, na qual o gosto alimentar tornou-se cada vez mais influenciado pelos fornecedores de produtos alimentícios e serviços standardizados, o que Ortigoza (1997) chamou de “o comer formatado”.

Fatores como a urbanização intensificada e a praticidade e redução do tempo para o preparo e consumo de alimentos foram apontados por Ribeiro (2012, p. 93) como explicativos desses novos hábitos de consumo alimentar, gerados “pela formação e consolidação da sociedade de massa, pelo processo de internacionalização da indústria de alimentos e pelas mudanças sociais ocorridas ao longo do século passado”.

Além disso, o crescimento da alimentação fora do domicílio e, conseqüentemente, a disseminação de redes de restaurantes e *fast-food*, contribuiu para

a difusão de inovações e para o aparecimento de novas formas espaciais (CORRÊA, 2010), tratadas na próxima seção, reforçando assim a centralidade urbana e os papéis regionais de cidades como Marília e Mossoró.

A segunda variável analisada por nós é a de “gastos com veículos próprios”, tomando como pressuposto o fato de que o automóvel, enquanto “Objeto-Rei e Coisa-Piloto”, orienta diversos comportamentos, desde a economia ao discurso, configurando, com suas pressões, o próprio espaço (LEFEBVRE, 1991). Logo, a disseminação do uso do automóvel constitui-se como um fator importante para compreender as mudanças nos padrões de consumo e até mesmo nos padrões de produção do espaço.

Conforme podemos observar na Tabela 12, entre 1998 e 2012 houve um crescimento das despesas com veículos próprios tanto em Marília como em Mossoró: em Marília, no ano de 1998 elas estavam um pouco acima dos R\$ 93 milhões, e em Mossoró, em torno dos R\$ 30 milhões; em 2012 estas cifras superaram a marca de R\$ 210 milhões em Marília e em Mossoró, dos R\$ 156 milhões, ou seja, uma variação relativa no período de 125,40% e 392,14%, respectivamente (Tabela 12).

Tabela 12 - Marília e Mossoró. Gastos com veículo próprio (R\$) e variação relativa (%). 1998 e 2012.

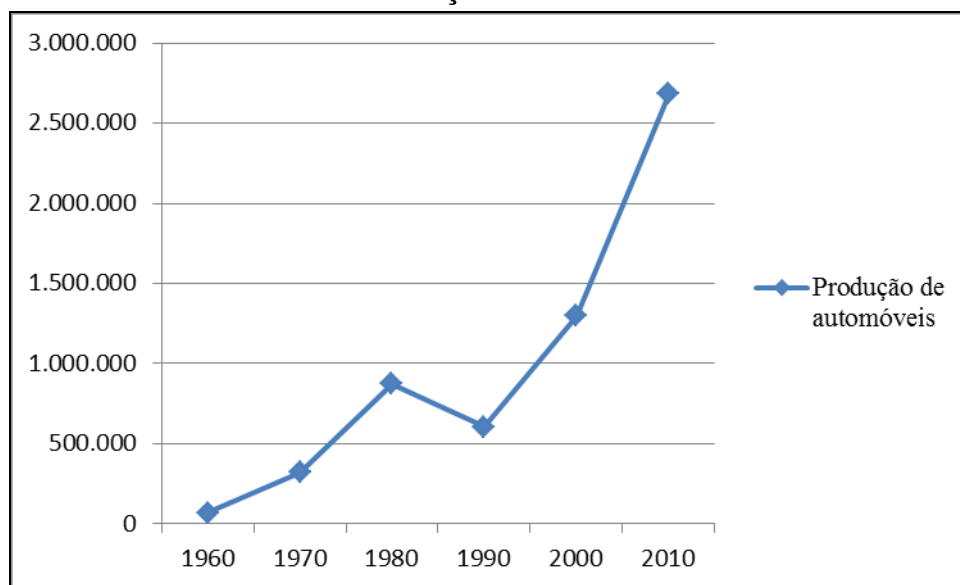
| | 1998 | 2012 | Varição relativa (%) 1998-2012 |
|---------|---------------|----------------|--------------------------------------|
| Marília | 93.443.982,55 | 210.620.704,80 | 125,40 |
| Mossoró | 31.773.442,04 | 156.369.599,72 | 392,14 |

Fonte: IPC Maps. Organização: Edna Couto (2014).

Podemos atrelar este crescimento a dois fatores principais: ao aumento da produção industrial e à ampliação do crédito. No contexto de um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, houve um aumento da produção automobilística nos últimos 50 anos, conforme nos mostram os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)⁷³. Entre 1960 e 2010 houve um crescimento de 3.706,70% na produção de automóveis, passando de 70.479 unidades em 1960 para 2.682.924, em 2010 (Gráfico 6).

⁷³ Dados disponíveis em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas.html>. Acesso em: 6/11/15.

Gráfico 6 - Brasil. Produção de automóveis. 1960 a 2010.



Fonte: ANFAVEA. Organização: Edna Couto (2015).

Esta produção impacta diretamente na frota de automóveis do país. Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) sobre a frota de carros nas cidades de Marília e Mossoró para os anos de 2003, 2008 e 2012⁷⁴, verificamos que a frota de Marília superou a de Mossoró nos três anos estudados: na cidade do interior paulista eram 46.363 automóveis em 2003, 57.863 em 2008, e 76.863 em 2012, contra 16.290 automóveis em 2003, 26.837 em 2008 e 42.102 em 2012 no município de Mossoró (Tabela 13).

Tabela 13 - Marília e Mossoró. Frota de automóveis. Variação absoluta e relativa. 2003, 2008 e 2012.

| | 2003 | 2008 | 2012 | Variação relativa (%) | | |
|---------|--------|--------|--------|-----------------------|-----------|-----------|
| | | | | 2003-2008 | 2008-2012 | 2003-2012 |
| Marília | 46.363 | 57.720 | 76.863 | 24,50 | 33,17 | 65,79 |
| Mossoró | 16.290 | 26.837 | 42.102 | 64,75 | 56,88 | 158,45 |

Fonte: DENATRAN. Organizado por Edna Couto (2014).

Considerando as variações, percebe-se que, em números absolutos, o aumento da frota de Marília foi visivelmente maior que o de Mossoró (Tabela 13), entretanto, ao

⁷⁴ No ano de 1998, o DENATRAN não disponibilizou as informações da frota por municípios, somente por Unidades Federativas. Contudo, segundo os dados do IPC, dentre os anos analisados, o período entre 2003 e 2008 foi o de maior expansão do volume de gastos com veículos próprios.

olharmos para as variações relativas do número de automóveis, Mossoró destacou-se mais que a cidade do interior paulista: entre 2003 e 2012, a frota de automóveis em Mossoró cresceu 158,45%, enquanto a frota mariliense apresentou um crescimento de 65,79%.

Esta diferença é evidenciada com os dados sobre a frota de automóveis *per capita* ano a ano (Tabela 14): ao passo que, em 2003, a frota *per capita* em Marília era de 4,5, em Mossoró, era de 13,54 pessoas por automóvel. No ano de 2012, em Marília eram 3,87 pessoas por carro, e em Mossoró, essa proporção caiu para 6,34 pessoas por cada automóvel circulando na cidade.

Tabela 14 - Marília e Mossoró. Frota de automóveis per capita. 2003, 2008 e 2012.

| | 2003 | 2008 | 2012 |
|---------|-------|------|------|
| Marília | 4,50 | 3,87 | 2,86 |
| Mossoró | 13,54 | 9,00 | 6,34 |

Fonte: IBGE/DENATRAN. Organizado por Edna Couto (2015).

Constatamos, desse modo, que o processo de disseminação do automóvel no país teve impactos diferentes, com ritmos e intensidades distintas conforme a localidade, tal como averiguamos nas duas cidades analisadas: em Mossoró este processo foi muito mais veloz e intenso que em Marília.

Todavia, é importante salientar que apesar das diferenças entre as cidades, o automóvel constitui-se como um importante signo do nosso tempo (BAUDRILLARD, 1969). Para o referido autor, existe um código universal de *status* social, denominado por ele de “*standing*”, no qual “os objetos não somente tornam mais suportável a vida material ao multiplicarem-se como bens, mas, igualmente, tornam mais suportável o *status* recíproco dos homens ao generalizarem-se como signos de reconhecimento”⁷⁵ (BAUDRILLARD, 1969, p. 220). Desse modo,

O veículo automóvel não se reduz a um objeto material dotado de uma certa tecnicidade, meio e lugar sócio-econômico, portador de exigências e de pressões. O Automóvel dá lugar às **hierarquias**: a hierarquia perceptível e **sensível** (tamanho, potência, preço) e se desdobra numa hierarquia mais complexa e mais sutil, a das **performances** (LEFEBVRE, 1991, p. 111, destaques do autor).

⁷⁵ Tradução nossa de “*Los objetos no sólo hacen más soportable la vida material al multiplicarse como bienes, sino que, igualmente, hacen más soportable el status recíproco de los hombres al generalizarse como signos de reconocimiento*”.

De acordo com Baudrillard (1969), o automóvel, enquanto objeto técnico, seria um importante instrumento de reestruturação para a sociedade e o espaço, porém, assim como a casa, tornou-se um mero objeto de consumo que cada vez mais diferencia homens e espaços, a partir de uma hierarquia social pautada no consumo dos signos (LEFEBVRE, 1991).

Por fim, a última variável enfocada na perspectiva da diversificação do consumo é a de “eletrodomésticos e equipamentos” que, embora não esteja no grupo das variáveis de maior destaque no conjunto de despesas familiares em Marília e em Mossoró (Quadro 5), são representativas da mudança nos padrões de consumo pois se relacionam, direta e indiretamente, ao processo de reestruturação urbana, com a adoção de novas lógicas espaciais das lojas de rede locais e com chegada de grandes redes de varejo de capital regional e nacional (LOZANO; SPOSITO, 2015; SPOSITO, 2009; SPOSITO; GÓES, 2015); e estão associadas também a gastos referentes à habitação (CATELAN, 2015).

Em recente publicação, Lozano e Sposito (2015) discutem o crescimento econômico do setor de eletrodomésticos e sua expansão espacial no Brasil, destacando que, em volume absoluto de unidades vendidas, o mercado brasileiro de eletrodomésticos está entre os seis maiores do mundo⁷⁶.

Entre 2007 e 2011 três segmentos se sobressaíram dentro do comércio varejista: hipermercados e supermercados, combustíveis e lubrificantes e lojas de departamento, eletrodomésticos e móveis. Este último segmento, segundo os autores, teve seu ritmo de crescimento dinamizado “pelos programas de distribuição de renda, pela extensão e generalização do crédito entre a população e, sobretudo, por medidas estabelecidas pelo governo federal visando estimular o consumo” (LOZANO, SPOSITO, 2015, p. 82-83).

Este crescimento se deve aos processos de concentração econômica, centralização do capital e de desconcentração espacial pelos quais passaram as empresas do setor varejistas, sobretudo nos anos 2000, decorrentes da expansão da acumulação capitalista que acirrou a diferenciação espacial e redefiniu a divisão do trabalho (SMITH, 1988).

⁷⁶ Fica atrás apenas dos Estados Unidos, China, Alemanha, Inglaterra e Japão (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 92).

Deste modo, a atuação de capitais associados a grandes conglomerados varejistas nas cidades médias, a exemplo das redes no setor de eletrodomésticos, vem redefinindo seus papéis na rede urbana, tornando a centralidade destas cidades mais abrangentes e complexas e alterando a própria hierarquia urbana (CATELAN, 2012), tendo em vista que “as cidades médias apresentam um mercado importante para essas empresas, pois geralmente são constituídos espaços de comando e polarização em escala regional: polos econômicos, sociais, políticos em plena expansão” (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 98).

Verificamos esta expansão do setor em Marília e Mossoró, embora seja possível identificar diferenças entre elas: ainda que modestamente, Mossoró apresentou um ritmo de crescimento do consumo de “eletrodomésticos e equipamentos” maior que o de Marília.

Entre 1998 e 2012, as despesas potenciais com “eletrodomésticos e equipamentos” em Marília caíram de aproximadamente R\$ 96 milhões para cerca de R\$ 82 milhões, e em Mossoró, passaram dos R\$ 67 milhões em 1998 para mais de R\$ 69 milhões, em 2012 (Tabela 15). Estes montantes corresponderam a uma queda no potencial deste tipo de consumo de 14,11% em Marília e um crescimento de 2,94 % em Mossoró nos anos analisados (Tabela 15).

Tabela 15 - Marília e Mossoró. Despesas com eletrodomésticos e equipamentos (R\$) e variação relativa (%). 1998 e 2012.

| | 1998 | 2012 | Varição relativa (%) |
|---------|---------------|---------------|----------------------|
| | | | 1998-2012 |
| Marília | 96.350.068,98 | 82.757.640,51 | -14,11 |
| Mossoró | 67.655.489,03 | 69.647.608,29 | 2,94 |

Fonte: IPC Maps. Organizado por Edna Couto (2014).

Três possibilidades são aventadas para justificar a queda relativa no consumo deste tipo de produto: a primeira, pode ter relação com a desaceleração do crescimento do consumo das famílias no Brasil, conforme verificamos no Gráfico 5; a segunda, pela redistribuição dos gastos familiares entre outras variáveis, como “manutenção do lar” e “gastos com veículo próprio”, por exemplo (Quadro 5); e por fim, a terceira, pela retração da produção industrial de bens de consumo duráveis, na qual se inclui a

categoria de “eletrodomésticos e equipamentos, entre os anos de 2009 e 2011 (GAIER, 2010; PRODUÇÃO, 2010; ATIVIDADE, 2011; IEDI, 2011a,b; SOARES, 2012).

Diante do exposto, consideramos que as variáveis por nós analisadas são importantes para a compreensão da expansão e recomposição do consumo e para o processo de reestruturação urbana, a partir das alterações dos papéis urbanos das cidades médias mediante uma nova divisão interurbana do trabalho. Além disso, estas variáveis nos ajudam a pensar a redefinição das estruturas dos espaços urbanos, no que se refere à divisão econômica e social do espaço, perspectiva sobre a qual nos dedicaremos a seguir.

2.3. Novos elementos do processo de reestruturação e a redefinição da cidade

Nesta terceira seção analisaremos as transformações espaciais ocorridas nas cidades de Marília e Mossoró nos últimos anos, com o propósito de compreender e identificar a redefinição dos papéis urbanos e, por conseguinte, uma redefinição da cidade. De acordo com Sposito (2001c) a ampliação e a redefinição dos papéis urbanos devem ser compreendidas à luz do par cidade-urbanização, considerando a cidade como a expressão material da urbanização, que sintetiza a dinâmica espaço-temporal deste processo.

Neste sentido, a autora explica que a redefinição das formas e dos conteúdos da cidade implica em uma nova morfologia urbana, caracterizada pela extensão do tecido urbano de forma descontínua e pelos diferentes usos do espaço urbano, com suas distintas espacialidades e temporalidades, entendendo que “a morfologia, como expressão e receptáculo desses usos, deve ser compreendida metodologicamente, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada para a análise do espaço urbano” (SPOSITO, 2001c, p. 87).

O estudo da morfologia urbana abrange, além das formas, os conteúdos e funções da cidade, além dos processos e lógicas que ensejam suas dinâmicas de estruturação, articulando tempo, espaço e escalas (LEFEBVRE, 1999, 2013; SPOSITO, 2001c, 2004, 2010b, 2011b), ou seja, “a morfologia urbana, o espaço construído, reflete

a organização econômica, a organização social, as estruturas políticas, os objetos dos grupos sociais dominantes”⁷⁷ (CAPEL, 2002, p. 20).

De acordo com Carlos (2007) a espacialização da prática social na cidade desencadeia a justaposição de uma morfologia social e uma morfologia espacial, baseando-se na ideia de que o urbano caracteriza-se pela simultaneidade, como cumulativo de diversos conteúdos e tempos. Neste sentido, pode-se afirmar que o urbano “se liga, de um lado, à **lógica da forma**, e, de outro, à **dialética dos conteúdos** (às diferenças e contradições do conteúdo)” (LEFEBVRE, 1999, p. 112).

É com base nesta ideia que estabelecemos relações entre a variável “alimentação fora do domicílio” e as lógicas de localização das novas formas espaciais nas cidades médias.

Segundo Sposito (2004), um dos aspectos que ilustram o conjunto de mudanças nos hábitos de consumo é a associação entre “comer fora” e “lazer”, aumentando o consumo de refeições fora de casa, processo indicado pelo crescimento do potencial dos gastos com “alimentação fora do domicílio”, conforme apresentamos anteriormente. Uma das resultantes deste processo, segundo Sposito (2004), foi a ampliação do número de estabelecimentos no setor alimentício.

Dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) sobre o mercado interno no setor da indústria da alimentação entre 2005 e 2014 mostraram que as vendas no varejo alimentício⁷⁸ e no *food service*⁷⁹ cresceram bastante no país. Na Tabela 16, é possível ver que em 2005 os montantes de vendas no varejo alimentício ultrapassaram os R\$ 105 bilhões, enquanto os de *food service* ficaram em R\$ 38,6 bilhões; em 2014, estes montantes ultrapassam R\$ 277 bilhões e R\$ 132 bilhões, respectivamente.

⁷⁷ Tradução nossa de “*la morfología urbana, el espacio construido, refleja la organización económica, la organización social, las estructuras políticas, los objetos de los grupos sociales dominantes*”.

⁷⁸ “Compreende diversos tipos de estabelecimentos de autosserviço, com destaque para os supermercados, mercearias e lojas de conveniência” (FIESP; ITAL, 2010, p. 145).

⁷⁹ “Envolve todas as atividades que de alguma maneira contribuem para a elaboração do produto final, desde os insumos e equipamentos à distribuição, englobando os serviços prestados aos operadores que efetivamente preparam e fornecem os alimentos prontos para o consumo. Pode ser a atividade principal de um negócio, como é o caso de restaurantes, redes de *fast-food*, lanchonetes, bares, cafés, padarias e rotisseries, entre outros, ou parte complementar de negócios onde está inserido, a exemplo de hotéis, escolas, serviços de *catering*, hospitais e empresas, caracterizando-se, neste caso, como uma prestação de serviços” (FIESP; ITAL, 2010, p.159).

Tabela 16 - Brasil. Participação no total de vendas da indústria da alimentação no mercado interno (%) e variação relativa (%), por segmento. 2005 a 2014.

| Segmentos | Participação (%) | | Variação relativa |
|---------------------|------------------|-------|-------------------|
| | 2005 | 2014 | 2005-2014 |
| Varejo Alimentício | 73,27 | 67,69 | 162,38 |
| <i>Food Service</i> | 26,73 | 32,31 | 243,26 |
| Total | 100 | 100 | 184,00 |

Fonte: ABIA. Organizado por Edna Couto (2015).

É notório o crescimento da indústria de alimentos no país. Porém, existe uma tendência ao aumento do segmento de *food service*, diretamente relacionado à alimentação fora de casa (BERTASSO, 2007; BEZERRA; SICHIERI, 2010; FIESP; ITAL, 2010; RIBEIRO, 2012). No que se refere à participação destes dois segmentos no total de vendas do setor no país, em 2005 o varejo alimentício correspondia a 73,27% do total e o *food service*, 26,73% e no ano de 2014, esta participação equivalia a 67,69% e 32,31%, respectivamente (Tabela 16).

Embora o varejo alimentício tenha permanecido com a maior parcela de participação no total de vendas do setor da indústria de alimentação, observamos que houve uma diminuição deste segmento diante do *food service*. Relativamente, este cresceu bem mais do que aquele, ou seja, entre 2005 e 2014 o segmento de *food service* cresceu 243,26% ao passo que o de varejo cresceu 162,38%, sendo, inclusive, o crescimento do segmento de *food service* superior ao do total de vendas no mercado interno, que foi de 184% no período (Tabela 16).

No bojo deste crescimento, uma questão que aparece com bastante força é o aumento do número de franquias⁸⁰ nas cidades brasileiras (ORTIGOZA, 1996; PORTO-SALES, 2014; RIBEIRO, 2012) e, em particular, franquias relacionadas à alimentação.

De acordo com a pesquisa “Perfil do Candidato à Franquia Brasil”, realizada pela Rizzo Franchise (2014), consultoria especializada em estruturação e implantação

⁸⁰ O *franchising*, isto é, o licenciamento de franquias, é um fenômeno que se generalizou em economias centrais e periféricas (COSTA, 2008), e no Brasil, impulsionou bastante as atividades de serviços (KON, 2004). Estes sistemas estão atrelados a novos métodos organizacionais e gerenciais das empresas pela incorporação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), cujo objetivo principal é a flexibilização dos processos produtivos e de distribuição, com menores custos e maiores lucros (COUTO, 2011). Segundo dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), no ano de 2013 o faturamento do setor no país foi superior aos R\$ 115 bilhões, e em apenas 10 anos (2003-2013) o número de redes de franquias passou de 678 para 2.703, um crescimento de quase 300%. No tocante ao número de unidades franqueadas, este passou de 56.564 em 2003 para 114.409 em 2013, isto é, praticamente dobrou em uma década.

de redes de franquias⁸¹, o setor de *fast-food* e alimentação é o que desperta maior número de interessados em abrir uma unidade (53%), seguido do setor de vestuário, preferência de 26% dos candidatos⁸².

Logo, este segmento é apontado pela consultoria com um crescimento acima da média nos quesitos franqueadores, redes franqueadas, receita anual e empregos diretos gerados⁸³, confirmando os dados da ABF (2015), que apontam o segmento de alimentação como o segundo maior em faturamento no país no ano de 2014 (20,1% do total), atrás apenas do segmento de negócios, serviços e outros varejos (21%).

Esta ampliação do setor de alimentação, particularmente o de restaurantes e *fast-food*, tem se tornado cada vez mais comum nas áreas urbanas brasileiras, expandindo-se também para além das capitais e regiões metropolitanas, em cidades do interior do país (IWAKURA, 2009; MELLO, 2013; RODRIGUES, 2015)⁸⁴, sobretudo àquelas com intensa dinâmica econômica e importantes papéis de intermediação na rede urbana.

Assim, a tendência de expansão das franquias tornou-se cada vez mais presente em cidades médias, conforme apontam estudos sobre o tema (COUTO, 2011; PORTO-SALES, 2014; SILVA, 2014; SILVA, 2015; SPOSITO; GÓES, 2015). Neste movimento,

Estruturas urbanas organizadas por um centro principal e único são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários que implantam shoppings centers, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais (SPOSITO, 2007, p. 242).

Enfocando a análise sobre as cidades de Marília e Mossoró, verificamos que a instalação das primeiras franquias de alimentação ocorreu no final dos anos 1990, em

⁸¹ <http://rizzofranchise.com.br/>.

⁸² Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/fast-food-e-o-setor-preferido-dos-interessados-em-franquias>. Acesso em: 13/2/15.

⁸³ Disponível em: http://rizzofranchise.com.br/?pag=franchise_news&cat=1&id=335. Acesso em: 13/2/15.

⁸⁴ De acordo com Rodrigues (2015), com base nos dados de pesquisa realizada por Data Popular e SEBRAE (2014), uma em cada quatro franquias está fora das capitais e das regiões metropolitanas, demonstrando o alto potencial de consumo das cidades do interior brasileiro.

Marília, intensificando-se em meados dos anos 2000, em Marília e em Mossoró⁸⁵, denotando defasagens temporais.

Os dados expostos na Tabela 17, retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 1998, 2003, 2008 e 2012⁸⁶, mostram que a quantidade de estabelecimentos no setor alimentício⁸⁷ aumentou significativamente: no ano de 1998 eram 182 estabelecimentos em Marília e apenas 33 em Mossoró, número que passou a ser de 436 e 295, nesta ordem, em 2012 (Tabela 17). Isto representou um crescimento de 139,56 % e 793,94%, respectivamente, no setor de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, equivalente ao aumento de 254 novos restaurantes em Marília e de 262 novos estabelecimentos em Mossoró entre os anos de 1998 e 2012 (Tabela 17).

Tabela 17 - Marília e Mossoró. Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e variação relativa (%). 1998-2003-2008-2012.

| | 1998 | 2003 | 2008 | 2012 | Variação relativa (%) | | | |
|---------|------|------|------|------|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | | | 1998-2003 | 2003-2008 | 2008-2012 | 1998-2012 |
| Marília | 182 | 256 | 348 | 436 | 40,66 | 35,94 | 25,29 | 139,56 |
| Mossoró | 33 | 67 | 164 | 295 | 103,03 | 144,78 | 79,88 | 793,94 |

Fonte: RAIS. Organizado por Edna Couto (2014).

A alteração na composição dos gastos associados à alimentação fora do domicílio e aos novos hábitos de consumo acarretaram transformações nas atividades comerciais e de serviços, tanto no que diz respeito às formas e aos conteúdos, como nas suas lógicas espaciais. Conforme nos explica Cleps (2004, p. 129),

As novas formas de comercialização de bens e serviços são a razão para o aparecimento de novos empreendimentos e de novas lógicas territoriais para o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviços. Esta nova dinâmica é incorporada pelas grandes empresas que atuam no setor, pelos agentes imobiliários e pelos próprios donos do solo urbano, pois significa mais uma forma de acumulação de

⁸⁵ Para mais informações sobre franquias em Marília ver: Marília (2014); Marília [s.d]; McDonald's (2013); Ribeiro (2013); Tanuri (2013). Sobre franquias em Mossoró, ver: Andrade e Dorvillé (2015); Cresce [s.d]; Dorvillé (2015); Mobilização (2014); Monteiro (2014); Município (2013); Potiguares (2014).

⁸⁶ Estes anos foram selecionados para facilitar a comparação entre o aumento do número de estabelecimentos no setor alimentício e o aumento do potencial de consumo na variável “alimentação fora do domicílio”, cujos dados foram apresentados na seção anterior.

⁸⁷ Selecionamos os dados para cada ano na RAIS a partir da variável “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas”, correspondente ao Grupo 561 da Classificação CNAE 95.

capital. Por outro lado, é importante ressaltar que aspectos geográficos como o tamanho das cidades, o sítio urbano onde ela está inserida, o seu grau de centralidade e as próprias características do espaço interno destas são importantes fatores que poderão interferir no desenvolvimento de novas centralidades e territorialidades urbanas.

A nosso ver, a implantação de novas estruturas comerciais nas cidades de Marília e Mossoró intensificou e complexificou as interações espaciais em múltiplas escalas, redefinindo a estruturação da cidade e a centralidade urbana, ainda que determinadas atividades econômicas só possam se realizar em determinados espaços no espaço, reafirmando suas particularidades (CARLOS, 2011).

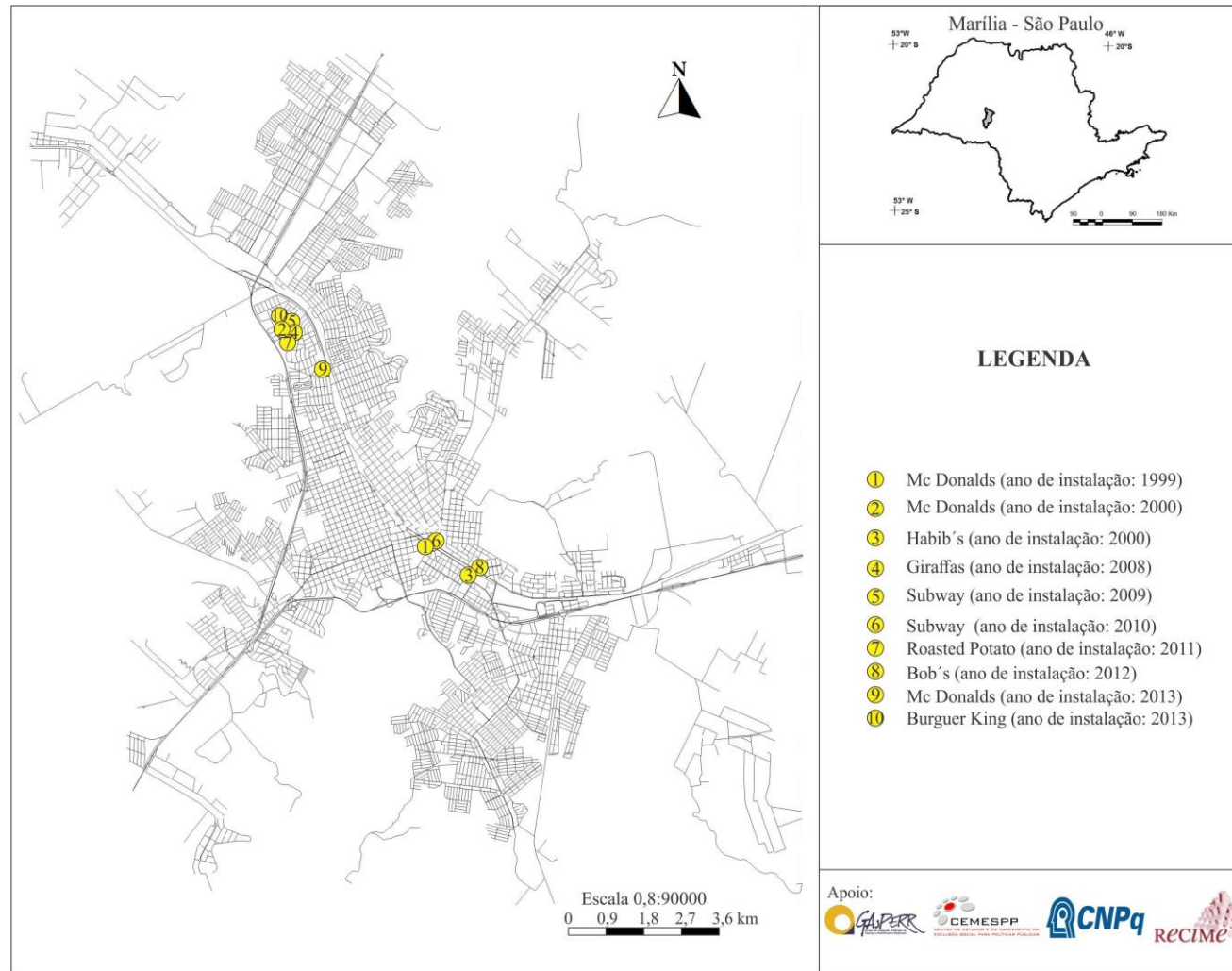
Por isso, reforçamos a importância de se estudar as cidades do ponto de vista de sua morfologia urbana, articulando forma e conteúdo. No intuito de investigar novos elementos no processo de redefinição das cidades, selecionamos para análise a localização das franquias de *fast-food* nas cidades de Marília e Mossoró, por revelarem uma uniformização dos produtos e uma diferenciação das práticas sociais⁸⁸.

Percebemos que as franquias de *fast-food* em Marília estão bastante concentradas, localizadas nos *shopping centers* ou em suas proximidades (Mapa 2). As primeiras franquias deste tipo foram instaladas na cidade entre os anos de 1999 e 2000, das cadeias McDonald's e Habib's. A localização escolhida naquele momento foi nas proximidades do Centro (1 e 3) e no recém inaugurado Shopping Aquarius, hoje Marília Shopping (2).

Como exposto no Mapa 2, quase uma década depois, nos anos de 2008 e 2009, foram inauguradas duas franquias de *fast-food* no Marília Shopping (4 e 5), e entre 2010 e 2012, outras três no Esmeralda Shopping (6, 7 e 8), sendo que uma delas (7) migrou suas atividades para o Marília Shopping. No ano de 2013 foram inauguradas duas franquias de *fast-food*, estando uma delas nas proximidades do Esmeralda Shopping, no bairro Somenzari (9), e a outra, Marília Shopping (10).

⁸⁸ Optamos por localizar somente as principais franquias pertencentes a grandes redes regionais, nacionais e internacionais, atentando para a importância que a “marca” tem no conjunto dos novos signos do consumo, sendo a marca o principal ativo das empresas (BAUDRILLARD, 1969, 2011; PORTO-SALES, 2014).

Mapa 2 - Marília. Localização das franquias de *fast-food*. 2013.



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por Wagner Amorim (2015).

Em Mossoró as localizações das franquias de *fast-food* acompanham o padrão observado em Marília, porém, com algumas diferenças. A primeira delas está relacionada à escolha espacial, pois se situam em outras áreas da cidade, além do *shopping center* (Mapa 3).

A disseminação de franquias deste segmento em Mossoró só ocorreu a partir de 2007, quando se instalou na cidade o McDonald's (1)⁸⁹. No ano seguinte, duas franquias da rede Pittsburg⁹⁰ foram inauguradas (2 e 3), uma no *shopping center* recém inaugurado (Mossoró West Shopping, atual Partage Shopping Mossoró) e outra na avenida de acesso ao *shopping* e ao bairro Nova Betânia (Mapa 3).

Nos anos de 2009 e 2010, mais duas franquias de capital local foram inauguradas na cidade (4 e 5), estando uma no *shopping* e outra no bairro Ilha de Santa Luzia, e entre 2011 e 2012, instalaram-se na cidade três novas lojas, todas no *shopping center* (6, 7 e 8).

Em 2013 e 2015 duas novas franquias foram inauguradas na cidade, ambas em áreas distantes do *shopping center*, demonstrando uma nova lógica espacial destas empresas. Uma delas localiza-se na Avenida Rio Branco, conhecida como Corredor Cultural⁹¹ (9) e outra no bairro Alto de São Manoel (Mapa 3). Interessante destacar que não há nenhuma empresa de *fast-food* instalada no centro da cidade.

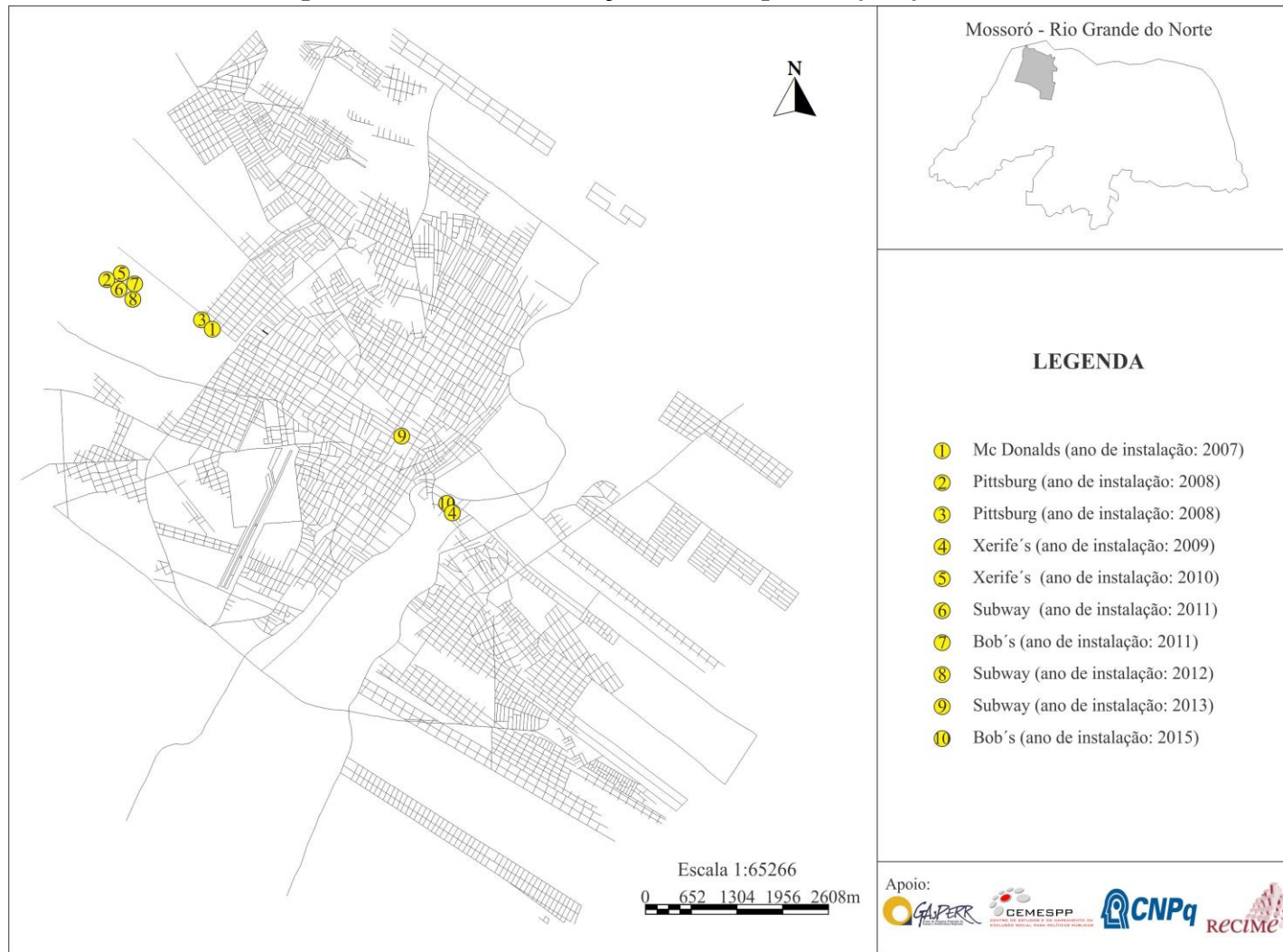
A segunda diferença em relação à Marília refere-se à temporalidade do processo de chegada dessas franquias de *fast-food*, tema sobre o qual trataremos adiante.

⁸⁹ No ano de 2007 foi inaugurada no Mossoró West Shopping uma franquia da Xerife's Fast Food que posteriormente fechou, por isso não colocamos no nosso mapa em referência a este ano.

⁹⁰ Esta rede teve origem na cidade de Natal-RN no ano de 1984.

⁹¹ Para mais informações ver Elias; Pequeno (2010); Sousa (2016).

Mapa 3 - Mossoró. Localização das franquias de *fast-food*. 2015.



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por Wagner Amorim (2015).

A partir dos exemplos de Marília e Mossoró com relação à localização das franquias de *fast-food*, podemos constatar que a chegada deste tipo de empreendimento às cidades constituiu-se como um novo elemento transformador, embora as temporalidades não sejam coincidentes.

Notamos que em Marília a difusão destas novas formas espaciais teve início ainda no final dos anos de 1990, um pouco antes que Mossoró, que só apresentou tais formas em meados dos anos 2000, fato que atribuímos às diferenças nos ritmos da reestruturação urbana.

Outra mudança que a instalação deste tipo de empreendimento nas cidades confere refere-se às novas práticas sociais, conforme apontam Couto (2011) e Elias e Pequeno (2010), a partir do exemplo de Mossoró, com o crescimento do consumo de bens duráveis, a expansão do horário de compras, o incremento da alimentação fora de casa, dentre outras.

Sobre isto, Baudrillard (2011, p. 100) nos traz uma reflexão, tomando como referência à “profunda contradição entre a sociedade civil e a política na «sociedade de consumo», na qual o sistema vê-se obrigado a intensificar a produção do individualismo consumidor ao mesmo tempo que tem de o reprimir cada vez com maior dureza”. Neste sentido o referido autor afirma que

O consumo revela-se, pois, como poderoso elemento de dominação social (através da atomização dos indivíduos consumidores) [...]. O automóvel e o tráfego constituem o exemplo-chave de todas estas contradições: promoção ilimitada do consumo individual, apelos desesperados para a responsabilidade coletiva e para a moralidade social, constrangimentos cada vez mais pesados. O paradoxo é o seguinte: não se pode repetir simultaneamente ao indivíduo que «o nível de consumo constitui a justa medida do mérito social» e exigir dele outro tipo de responsabilidade social, uma vez que no esforço do consumo individual já assume em cheio tal responsabilidade social (BAUDRILLARD, 2011, p. 100).

Indo ao encontro desta ideia, Bauman (2008, p. 102) alega que “a ‘*fast food*’ está aí para proteger a solidão dos consumidores solitários”, fazendo uma crítica ao que ele chama de “sociedade líquido-moderna dos consumidores”.

Importante ressaltar ainda que para que haja uma “manipulação” do consumo via homogeneização das franquias e seus serviços (ORTIGOZA, 1996), é preciso dotar o espaço de novas formas e conteúdos, com mudanças do ponto de vista do ambiente construído, dos movimentos da oferta de bens e serviços, das relações socioespaciais e da divisão econômica e social do espaço.

Logo, é crucial compreender os novos fluxos e as redefinições nas centralidades urbanas, pois, conforme nos explica Sposito (2001b), a circulação e os transportes têm papel importante neste processo de mudanças, considerando, por exemplo, o aumento da “mobilidade” dos cidadãos pela ampliação do acesso ao transporte individual e as continuidades e descontinuidades territoriais, com a formação de áreas e redes, respectivamente.

Não obstante, sabe-se que há um acirrado jogo de forças e interesses no processo de produção do espaço urbano, no qual o Estado e o mercado têm demonstrado um forte protagonismo no Brasil, sobretudo a partir de políticas públicas habitacionais recentes. Nos próximos dois capítulos, aprofundaremos este debate sobre os processos de reestruturação urbana e das cidades, discutindo as novas formas de produção e consumo na/da cidade e apresentando as mudanças que vêm ocorrendo no espaço urbano, a partir da produção de moradias, em particular, do Programa Minha Casa Minha Vida.

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM MARÍLIA-SP E

MOSSORÓ-RN

CAPÍTULO 3. A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM MARÍLIA-SP E MOSSORÓ-RN

Com base no estudo de continuidades, descontinuidades e rupturas no processo de produção do espaço urbano nas últimas décadas, considerando na análise as contradições, as resistências e os conflitos mais ou menos explícitos, buscamos identificar os processos e os agentes destas transformações nas cidades de Marília e Mossoró, no intuito de compreender como alterações no plano do consumo nos possibilitam entender o processo de produção do espaço nas cidades médias, a partir dos exemplos de Marília e Mossoró.

Nosso ponto de partida será uma mercadoria especial na perspectiva da produção e consumo da/cidade: a moradia. A questão da moradia permite estabelecer vínculos entre as escalas da macroeconomia e as escalas do poder local (MARICATO, 2008), além de reunir em si as dimensões econômica e social (BOURDIEU, 2001; GEORGE, 1972).

Possibilita ainda uma abordagem que auxilia na compreensão dos processos de reestruturação urbana e reestruturação das cidades de modo dialético, em dois sentidos: a casa e a cidade, partindo da indissociabilidade entre produção e consumo do/no espaço urbano.

No primeiro sentido, tem-se a casa como um bem cujo valor de uso e valor de troca estão associados à produção e ao consumo da cidade, a produção da casa como um bem imobiliário e consumo de suas localizações e dos serviços associados. No segundo sentido, para além da produção e do consumo da moradia em si, a casa caracteriza-se como um meio de reprodução das relações sociais e de classe, tendo em vista que ocorre uma “[...] reprodução da classe trabalhadora e da capacidade de consumo que traz consigo” (HARVEY, 1990, p. 99)⁹², capturados pelo movimento de circulação do capital.

Inicialmente, apresentaremos aspectos mais gerais da produção do espaço urbano, expondo dados sobre o aumento do número de imóveis residenciais, a expansão do crédito e os novos produtos imobiliários, e de como isso contribuiu para a expansão

⁹² Tradução nossa de “*reproducción de la clase trabajadora y la capacidad de consumo que trae consigo*”.

do consumo da/na cidade, reestruturando e complexificando o espaço urbano – por meio da habitação – e estimulando o consumo de bens duráveis.

Em seguida, discutiremos alguns dos agentes que produzem o espaço urbano e conduzem a um processo de reestruturação das cidades na última década, a partir de um conjunto de lógicas que estendem a malha urbana e aceleram o processo de diferenciação espacial nas cidades.

Deste modo, buscamos compreender como a ampliação e o adensamento do papel da casa, como moradia e como mercadoria, favorece, sobretudo nas cidades médias, o alargamento de novos vetores de reestruturação, como a chegada de agências bancárias, de novos agentes e capitais associados à produção do espaço – construtoras, incorporadoras etc. – e à expansão do consumo.

3.1. A expansão imobiliária: a habitação em questão

A ampliação do poder de compra da população e o alargamento das linhas de crédito, sobretudo na esfera habitacional, provocou um aquecimento do consumo de bens duráveis, conforme discutido no capítulo anterior. Na medida em que acarretou uma mudança na composição dos gastos individuais e familiares, nas formas e nos espaços destinados a consumir, a expansão e diversificação do consumo apareceu como um fator importante para o processo de reestruturação urbana e das cidades, reforçando os papéis de Marília e Mossoró enquanto cidades médias.

Conforme nos explica Catelan (2015), a ampliação do consumo implica também na produção do espaço. Na perspectiva do autor, há uma ressignificação da casa e do morar mediante o crédito e as mudanças na segmentação social, percebidas nas alterações dos padrões de consumo familiar, como por exemplo, de eletrodomésticos e equipamentos e de materiais de construção. Sua hipótese é que existe uma

[...] articulação de um círculo financeirizado que se inicia com a compra da casa própria e completa-se com as etapas seguintes do cotidiano do morar como a compra dos móveis e eletrodomésticos, e reformas e/ou ampliação da casa, também a partir de recursos da política habitacional, entretanto concedidos por meio do crédito (CATELAN, 2015, p. 441).

O crédito teria assim um papel fundamental para o funcionamento da economia, sendo indispensável tanto aos consumidores como aos agentes econômicos,

pois, para o primeiro grupo, o crédito representa o acesso ao consumo, e para o segundo, como uma possibilidade de ingressar ou se manter em atividade (SANTOS, 2004).

De acordo com Harvey (1990, p. 222, 223), o crédito comparece como um meio apropriado de superar as contradições entre o capital fixo e o circulante, de modo a desempenhar um papel crucial na criação de um mercado mundial e na formação de sua estrutura. Além de permitir acesso ao consumo de bens e serviços, possibilitou romper com o fator tempo no ato de consumir, uma vez que sugere uma especulação sobre o trabalho e os valores futuros, ajudando a ultrapassar as barreiras ao livre movimento do capital através das respectivas esferas da produção e circulação.

Contudo, este movimento de expansão do crédito vem acompanhado do endividamento das famílias, que no contexto de uma economia capitalista e financeira funciona como uma fonte permanente de lucro e exploração de rendimentos futuros. Sobre isto, Bauman (2010, p. 29) faz uma advertência:

Com um cartão de crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando **desejar**, não quando **ganhar** o suficiente para obtê-las.

Esta era a promessa, só que ela incluía uma cláusula difícil de decifrar, mas fácil de adivinhar, depois de um momento de reflexão: dizia que todo "depois", cedo ou tarde, se transformará em "agora" – os empréstimos terão que ser pagos; e o pagamento dos empréstimos, contraídos para afastar a espera do desejo e atender prontamente as velhas aspirações, tornará ainda mais difícil satisfazer os novos anseios. O pagamento desses empréstimos separa "espera" de "querer", e atender prontamente seus desejos atuais torna ainda mais difícil satisfazer seus desejos futuros. Não pensar no "depois" significa, como sempre, acumular problemas. Quem não se preocupa com o futuro, faz isso por sua própria conta e risco. E certamente pagará um preço pesado. Mais cedo do que tarde, descobre-se que o desagradável "adiamento da satisfação" foi substituído por um curto adiamento da punição – que será realmente terrível – por tanta pressa. Qualquer um pode ter o prazer quando quiser, mas acelerar sua chegada não torna o gozo desse prazer mais acessível economicamente. Ao fim e ao cabo, a única coisa que podemos adiar é o momento em que nos daremos conta dessa triste verdade.

O referido autor também reflete sobre o papel que o crédito e o consumo adquiriram na sociedade contemporânea e assegura que “o objeto das operações de

crédito não é só o dinheiro pedido e emprestado, mas o revigoramento da psicologia e do estilo de vida de ‘curto prazo’” (BAUMAN, 2010, p. 45)⁹³.

Ao parcelar uma compra em diversas vezes, o consumidor pode adquirir mais facilmente bens de maior valor unitário através de financiamentos bancários, como um automóvel ou uma casa⁹⁴, por exemplo, acelerando, simultaneamente, o consumo e a produção destes bens (HARVEY, 1990). Uma vez que tais mercadorias são pagas a prazo, seus produtores podem movimentar várias vezes o mesmo capital durante um só período de produção e assim, por meio do sistema de crédito, “todos os tempos de rotação [um tempo perdido do ponto de vista do capital] se reduzem ao ‘tempo de rotação socialmente necessário’” (HARVEY, 1990, p. 268).

Assim sendo, o crédito é um elemento importante na compreensão da expansão do consumo e na devida leitura da produção da casa e da cidade. No entanto, não se pode menosprezar o papel da terra e da renda fundiária na produção do espaço urbano. Maricato (2009) chama atenção para o fato de que

a tradição marxista explica como a produção material da vida parece ser orientada – por meio da ideologia – pela esfera do consumo, das necessidades, das ideias. Um universo de símbolos cumpre a função de mascarar as relações sociais baseadas na exploração e apropriação do excedente de riqueza criado na produção (MARICATO, 2009, p. 38).

Logo, a questão da propriedade aparece como outro elemento importante na análise, principalmente no Brasil, onde a concentração de terra ainda é muito grande (CASTILHO, 2012)⁹⁵ e a propriedade privada da casa assume um caráter de segurança econômica, por meio da aquisição de um patrimônio que serve de herança de uma vida inteira (ARAÚJO, 2013), e de apropriação simbólica, que diferencia os segmentos sociais privilegiando o individual (BOURDIEU, 2001; HARVEY, 1982).

Não pretendemos aprofundar nesta questão porque foge ao escopo da pesquisa, mas é necessário abordá-la como forma de entender a reestruturação urbana nas cidades médias brasileiras, considerando que a disseminação da propriedade privada da casa implica em redefinições do consumo e da produção do espaço urbano a partir do cenário já desenhado.

⁹³ Embora esta discussão extrapole aos nossos objetivos, é importante frisar que o consumo acarretou uma série de transformações na produção, nos produtos e nas práticas sociais. Para mais informações ver Harvey (2007).

⁹⁴ Maricato (2009, p. 41) afirma que a “habitação é um dos bens mais caros de consumo privado e como uma mercadoria especial exige um financiamento específico”.

⁹⁵ Castilho (2012) discute a concentração e a posse de terras por políticos eleitos no Brasil.

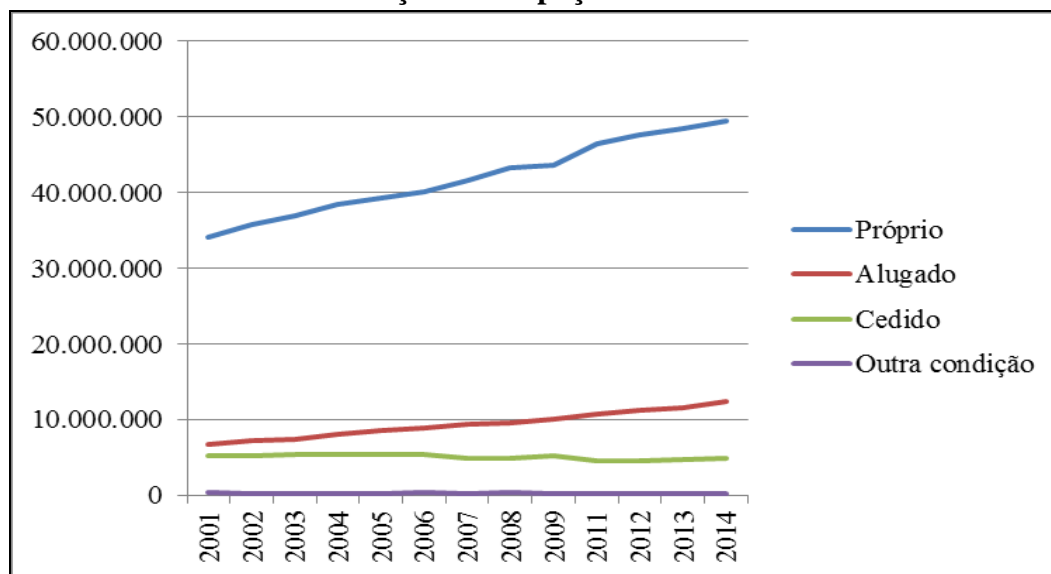
Inicialmente, verificamos os dados acerca da evolução da propriedade referente aos domicílios, fator importante no que concerne ao acesso ao crédito e ao consumo, reconhecendo a dificuldade no acesso às informações sobre o grau de concentração da propriedade das famílias e sobre o patrimônio imobiliário.

Selecionamos para análise o período entre os anos de 2001 e 2014, pois se caracterizou como um momento de transição de governos⁹⁶ e de políticas públicas habitacionais no país. Observou-se que entre 2001 a 2014 houve o crescimento no número de domicílios particulares permanentes próprios⁹⁷, passando de pouco menos de 35 milhões para aproximadamente 50 milhões (Gráfico 7), representando, em 2001, 73,4% do total de domicílios particulares permanentes brasileiros e em 2014, 73,7% (Tabela 18).

⁹⁶ Final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e início do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2008-2011).

⁹⁷ Aqui agrupamos os domicílios próprios já quitados e os próprios que ainda estavam sendo pagos, isto é, em processo de aquisição. De acordo com a classificação do Censo Demográfico (IBGE, 2010a), os domicílios particulares permanentes são aqueles construídos a fim de servir exclusivamente para habitação e que têm a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. São classificados, quanto à condição de ocupação, em: Próprio (já quitado) - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; Próprio (em aquisição) - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; Alugado - para o domicílio cujo aluguel fosse, totalmente ou parcialmente, pago por morador; Cedido - para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou Outra - para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Gráfico 7 - Brasil. Condição de ocupação dos domicílios. 2001 a 2014*.



Fonte: PNAD/IBGE (2001-2014). Elaborado por Edna Couto (2014). * 2010 não consta no Gráfico, pois foi o ano de realização do Censo Demográfico do IBGE.

Embora pareça um crescimento pequeno em termos percentuais para o intervalo, se considerarmos as participações anuais veremos que a partir de 2007 houve um aumento no número de domicílios próprios, correspondendo neste ano a 74% dos domicílios particulares permanentes do Brasil e em 2008, a 74,4% do total.

Porém, nota-se que no ano de 2009, em relação a 2008, houve uma diminuição no número de domicílios próprios, de 74,4% em 2008 para 73,6% em 2009. Foi neste ano que a economia brasileira sentiu os efeitos da crise financeira internacional que ocorreu nos anos anteriores (2007-2008), principalmente nos Estados Unidos e Europa, conforme explicamos no capítulo anterior.

Visando confrontar a crise internacional e diminuir os efeitos de uma possível recessão, em 2009 o Governo Federal lançou uma nova política habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida⁹⁸, na justificativa de se tratar de uma política anticíclica e de enfrentamento ao déficit, impulsionando a economia do ponto de vista da produção e do consumo.

Nos anos seguintes à implementação desta política em escala nacional, verificou-se um aumento no número de domicílios próprios no país, que em 2011 e 2012 correspondiam a 74,8% do total de domicílios particulares permanentes, seja quitado ou em aquisição.

⁹⁸ No capítulo 4 trataremos mais detalhadamente do PMCMV e as redefinições espaciais decorrentes do programa nas cidades de Marília e Mossoró.

Na medida em que aumentou o número de domicílios próprios, diminuiu o percentual de domicílios cedidos, que passaram de 11,2% do total em 2001 para 7,4% em 2014 (Tabela 18). Em contrapartida, aumentaram os percentuais dos domicílios alugados, que em catorze anos, ultrapassaram os 10 milhões (Gráfico 7), isto é, de 14,6% do total de domicílios particulares permanentes em 2001, passaram a 18,5%, em 2014, com uma leve diminuição apenas no ano de 2007, cuja participação foi de 12,1% (Tabela 18).

Este crescimento pode ser explicado pela redução do déficit habitacional, conforme demonstraram Furtado, Lima Neto e Krause (2013). Segundo os autores, houve uma diminuição do déficit em termos absolutos e relativos – com relação à reposição e ao incremento do estoque⁹⁹, e isto se deveu à redução da coabitação e ao aumento do ônus excessivo com aluguel¹⁰⁰.

Tabela 18 - Brasil. Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação (% do total). 2001 a 2014*.

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Próprio | 73,4 | 73,7 | 73,7 | 73,7 | 73,5 | 73,3 | 74 | 74,4 | 73,6 | 74,8 | 74,8 | 74,4 | 73,7 |
| Alugado | 14,6 | 15 | 15 | 15,4 | 16 | 16,2 | 12,1 | 16,6 | 17 | 17,3 | 17,7 | 17,9 | 18,5 |
| Cedido | 11,2 | 10,8 | 10,7 | 10,4 | 10 | 9,8 | 8,4 | 8,4 | 8,8 | 7,5 | 7,1 | 7,4 | 7,4 |
| Outra | 0,7 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,2 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: PNAD/IBGE (2001-2014). Elaborado por Edna Couto (2015). * 2010 não consta nesta tabela pois foi o ano de realização do Censo Demográfico do IBGE.

Dentre os domicílios particulares permanentes próprios, apresentamos na Tabela 19 aqueles que estão completamente quitados e os que ainda estão em processo de aquisição. A maioria dos imóveis na condição de próprios já estava paga, equivalente a 93% do total de 2014, no entanto, o aumento do número de imóveis em aquisição, ou

⁹⁹ De acordo com Furtado, Lima Neto e Krause (2013, p. 3), “a metodologia proposta pela FJP (2011), em sua publicação mais recente, identifica duas características principais do déficit: a reposição de estoque e o incremento de estoque. A reposição de estoque contempla a necessidade de repor as habitações em função da sua precariedade e desgaste de uso. O incremento de estoque refere-se à demanda por novas moradias decorrente de: (a) coabitação forçada (aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal); (b) famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem mais de 30% da renda familiar; e (c) o adensamento excessivo em imóveis locados”.

¹⁰⁰ Segundo demonstraram os autores, o “ônus excessivo com aluguel” ganhou participação no período entre 2007 e 2011, tornando-se o componente preponderante no déficit, presente em quase 3,5% do total dos domicílios, chegando a mais de 2,1 milhões de domicílios (FURTADO; LIMA NETO; KRAUSE, 2013).

seja, aqueles que ainda estão sendo pagos, foi maior do que a dos quitados, pois estes apresentaram uma variação de 55,61% enquanto aqueles, de 44,12% entre 2001 e 2014 (Tabela 19).

Tabela 19 - Brasil. Domicílios particulares permanentes próprios, quitados e em aquisição. Variações absoluta e relativa (%). 2001 a 2014.

| | 2001 | 2014 | Variação absoluta | Variação relativa (%) |
|--------------|------------|------------|-------------------|-----------------------|
| | | | 2001-2014 | 2001-2014 |
| Próprio | 34.147.043 | 49.474.782 | 15.287.957 | 44,77 |
| Quitado | 31.863.689 | 45.921.715 | 14.058.026 | 44,12 |
| Em aquisição | 2.283.354 | 3.553.067 | 1.269.713 | 55,61 |

Fonte: PNAD/IBGE (2001-2014). Organizado por Edna Couto (2015).

O crescimento do número de imóveis em aquisição no país está relacionado diretamente à expansão do crédito orientado ao financiamento imobiliário. Melazzo (2013, 2015) explica que a expansão da produção e do consumo imobiliários depende de uma série de fatores: a ampliação do crédito disponível, a redução dos juros ao tomador, a ampliação dos prazos de financiamento, um conjunto de medidas legais que ampliam garantias às construtoras e incorporadoras – como alterações na lei de alienação fiduciária – e que geram subsídios e recursos diretos – via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Orçamento Geral da União (OGU) –, todos estes em permanentes interações e combinações.

Reiteramos que o objetivo do trabalho não é aprofundar esta questão, porém, a importância de refletir sobre o tema ganha mais relevância ainda em função da atual conjuntura, na qual a habitação social de mercado (SHIMBO, 2010) marca presença efetiva e redefine a estruturação dos espaços urbanos.

Em decorrência de mudanças no funcionamento do mercado imobiliário e na lógica de seus agentes – que articulam modernas estratégias financeiras a velhas formas rentistas –, combinadas à conjuntura macroeconômica favorável no país, vem ocorrendo uma profunda alteração nas estratégias de produção do espaço e, por conseguinte, nas resultantes espaciais em cada cidade, tais como a seletividade nos vetores de expansão territorial, “as mudanças nas localizações residenciais de grupos sociais, os diferentes produtos imobiliários que segmentam seletivamente o mercado de terras e, mais

recentemente, a constituição paulatina de novas centralidades intraurbanas” (MELAZZO, 2013, p. 30).

Diante das novas estratégias de expansão do setor imobiliário, mediante a concentração do mercado, a crescente valorização de capitais e a ampliação da acumulação, foram necessárias a captura de novos públicos consumidores e a criação de um mercado nacional, com o lançamento de novos produtos imobiliários e a migração de grandes empresas do ramo para espaços urbanos não metropolitanos (AMORIM, 2015; FIX, 2011; MELAZZO, 2013, 2015).

Nos espaços urbanos não metropolitanos, as sinergias entre velhas formas de se produzir cidades, a partir de capitais mercantis-rentistas, e as novas condicionantes econômicas, expressas pela financeirização de grupos econômicos, engendram processos de reestruturação urbana, ao promoverem uma maior articulação entre diferentes escalas geográficas e complexidade nos padrões de estruturação urbana, e de reestruturação das cidades, pela emergência de novos capitais, de novos produtos imobiliários e de novas práticas socioespaciais, impactando nas formas de produzir cidades (MELAZZO, 2015).

Portanto, no sentido de avançar na compreensão das singularidades da formação e da estruturação de cada cidade, considerando processos produzidos em escalas mais amplas, identificando assim as particularidades das cidades médias, partiremos dos exemplos de Marília e Mossoró, mostrando como estes processos ocorrem nas duas cidades e contribuem para as transformações na produção e no consumo do espaço urbano, sobretudo nesta última década.

Iniciaremos a análise com a evolução do número de domicílios particulares permanentes¹⁰¹ em relação ao crescimento demográfico, tomando por base a população residente¹⁰² dos municípios de Marília e Mossoró nos anos de 2000 e 2010. Na Tabela 20, nota-se que para os dois anos analisados a população residente de Marília era inferior a de Mossoró, em números absolutos, 197.342 e 213.841, em 2000, e 216.745 e 259.815, em 2010, respectivamente.

Em contrapartida, no que diz respeito ao número de domicílios particulares permanentes em 2000, Marília apresentava maior número que Mossoró, com 53.664 contra 48.666, respectivamente. Esta situação se inverteu no ano de 2010, quando o

¹⁰¹ Urbanos e rurais.

¹⁰² Urbana e rural.

número de domicílios nesta condição em Mossoró ultrapassou levemente os de Marília, correspondendo a 67.234 e 65.752, respectivamente (Tabela 20).

Isto se deveu a menor taxa de crescimento da população residente em Marília com relação à de Mossoró: entre 2000 e 2010 o crescimento demográfico mariliense foi de 9,83% enquanto o mossoroense foi de 21,5% (Tabela 20), acompanhando as disparidades nas taxas de crescimento populacional das regiões e dos estados da federação nos quais estão localizados¹⁰³.

No que concerne à evolução no número de domicílios, houve grande diferença entre os percentuais, sendo de 22,53% em Marília e quase o dobro em Mossoró, de 38,15% (Tabela 20). Tais informações ratificam as diferenças entre os ritmos de transformações em Marília e em Mossoró, sob a perspectiva do crescimento da população e do número de domicílios: em uma década, estas dinâmicas se deram de modo mais veloz e intenso em Mossoró do que em Marília, sinalizando para um processo de reestruturação urbana.

A partir destes dados, constatamos também uma diminuição da densidade de moradores por domicílios em ambos os municípios: em Marília passou de 3,68 em 2000 para 3,30, em 2010, e em Mossoró, de 4,39 moradores por domicílio para 3,86, nos respectivos anos analisados, seguindo uma tendência nacional de queda, de 3,75 moradores por domicílios particulares permanentes em 2000, para 3,3 moradores, em 2010 (IBGE, 2000, 2010).

Tabela 20 - Marília e Mossoró. População residente e domicílios particulares permanentes. Variação relativa (%). 2000 e 2010.

| | População residente | | Domicílios particulares permanentes | | Variação relativa (%) | |
|---------|---------------------|---------|-------------------------------------|--------|-----------------------|-------------------------------------|
| | | | | | População residente | Domicílios particulares permanentes |
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000-2010 | 2000-2010 |
| Marília | 197.342 | 216.745 | 53.664 | 65.752 | 9,83 | 22,53 |
| Mossoró | 213.841 | 259.815 | 48.666 | 67.234 | 21,50 | 38,15 |

Fonte: IBGE (2010a). Organizado por Edna Couto (2015).

¹⁰³ De acordo com o mais recente levantamento censitário realizado no Brasil, entre 2000 e 2010 a população da Região Sudeste cresceu 11,15% e a da Região Nordeste, 11,29%. No que diz respeito aos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Norte, nos quais estão localizados Marília e Mossoró, este crescimento foi de 11,61% e 14,30%, respectivamente (IBGE, 2010b).

O fato de que o número de domicílios particulares permanentes cresceu mais que a população residente nos municípios de Marília e Mossoró, nos leva a supor que isto não se deveu apenas à dinâmica demográfica brasileira ou em cada município, em particular, mas tem relação com a expansão da produção imobiliária e a mudança nas lógicas de produção e consumo das cidades, sobretudo com a ampliação do crédito imobiliário, conforme já foi dito.

Partindo do pressuposto de que a evolução patrimonial do imobiliário residencial e a expansão dos financiamentos imobiliários nos possibilita demonstrar a expansão da produção imobiliária e do mercado imobiliário nas cidades, revelando quantitativa e qualitativamente informações sobre os imóveis e as condições para sua aquisição (MELAZZO, 1995), apresentamos a seguir informações sobre os domicílios particulares permanentes urbanos no que diz respeito à propriedade em Marília e em Mossoró (2000 e 2010) e a evolução dos financiamentos imobiliários (entre 2000 e 2014).

Na Tabela 21 encontramos a evolução do número de domicílios urbanos por condição de propriedade do imóvel nas duas cidades. No ano de 2000, dos 40.896 imóveis próprios em Marília, 31.224 deles já haviam sido pagos, e em Mossoró, dos 38.9424 imóveis, 31.992 estavam quitados, ou seja, 76,35% e 83,26% dos imóveis já estavam quitados, respectivamente (Tabela 21).

Uma década depois, o percentual de imóveis próprios totalmente pagos em Marília era de 81,43% (39.062) do total de domicílios próprios, e em Mossoró, este número alcançou 44.629 imóveis, o equivalente a 95,43% do total dos imóveis próprios (Tabela 21).

Interessante destacar que no intervalo de tempo estudado, o número de imóveis quitados em Marília apresentou um crescimento relativo inferior ao de Mossoró, equivalente a 25,1% contra 39,5%, respectivamente. Em contrapartida, o percentual de imóveis em aquisição, isto é, que ainda estão sendo pagos, diminuiu mais significativamente em Mossoró do que em Marília entre 2000 e 2010, com variações de -66,8% e -7,9%, respectivamente.

Outro dado que se destaca é o de imóveis alugados que, embora não apresentassem os maiores volumes no total de domicílios urbanos em comparação com os domicílios próprios, por exemplo, apresentaram as maiores variações no intervalo entre 2000 e 2010, equivalentes a 56,43% em Marília e a 130,78% em Mossoró.

Possivelmente isto se explica pelo fato de que o aumento da renda e a formalização do trabalho assalariado possibilitam alternativas de mercado às famílias.

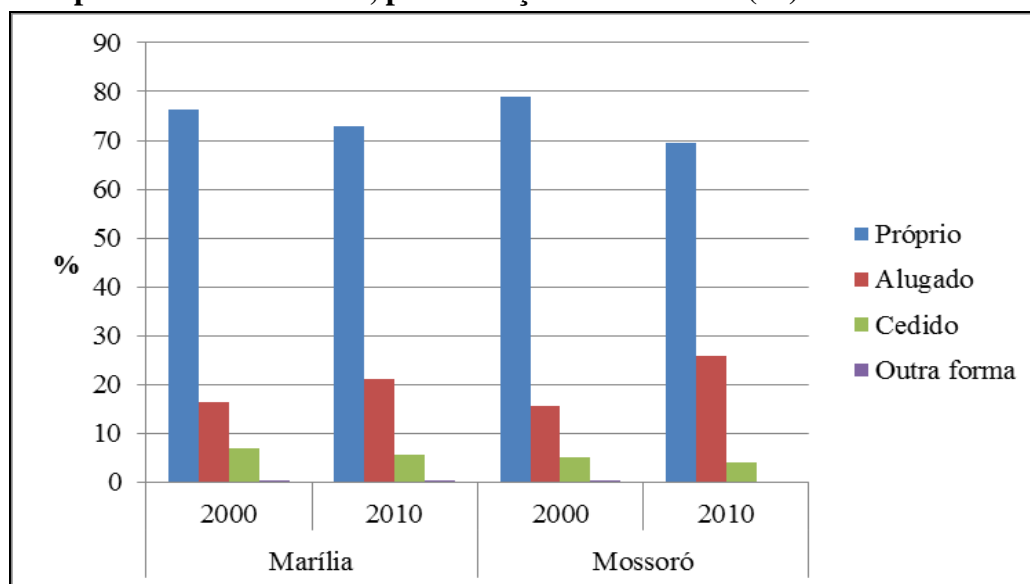
Tabela 21 - Marília e Mossoró. Domicílios particulares permanentes urbanos (unidades), por condição do domicílio. Variação relativa (%). 2000 e 2010.

| Condição do domicílio | Marília | | Mossoró | | Variação relativa (%) 2000-2010 | |
|-----------------------|---------|--------|---------|--------|---------------------------------|---------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | Marília | Mossoró |
| Próprio | 40.896 | 47.969 | 38.424 | 46.765 | 17,30 | 21,71 |
| Quitado | 31.224 | 39.062 | 31.992 | 44.629 | 25,10 | 39,50 |
| Em aquisição | 9.671 | 8.907 | 6.433 | 2.136 | -7,90 | -66,80 |
| Alugado | 8.863 | 13.864 | 7.574 | 17.479 | 56,43 | 130,78 |
| Cedido | 3.726 | 3.710 | 2.512 | 2.818 | -0,43 | 12,18 |
| Outra forma | 179 | 209 | 156 | 172 | 16,76 | 10,26 |

Fonte: IBGE (2010a). Elaborado por Edna Couto (2015).

No Gráfico 8 vislumbramos que entre os anos de 2000 e 2010 pouco mudou a composição da condição dos domicílios particulares permanentes urbanos em Marília e Mossoró, permanecendo em torno dos 70% a participação dos domicílios próprios no total dos domicílios.

Gráfico 8 - Marília e Mossoró. Participação no total de domicílios particulares permanentes urbanos, por condição do domicílio (%). 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010a). Elaborado por Edna Couto (2015).

Isto reforça o argumento de que a propriedade privada ainda tem um peso maciço no total dos domicílios brasileiros, a partir dos exemplos das duas cidades. Este peso é tão forte que, partindo da hipótese de que a maioria das pessoas residentes em domicílios alugados e/ou cedidos almeja adquirir um imóvel próprio, justifica-se o sucesso do Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009¹⁰⁴, sobre o qual discutiremos no próximo capítulo.

Um dos processos que nos possibilita compreender o aumento do número de domicílios particulares permanentes próprios é a expansão dos financiamentos imobiliários, apresentados a partir dos volumes de crédito entre os anos de 2000 a 2014, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil¹⁰⁵. Estes dados referem-se ao estoque de dívida corrente e acumulada de financiamentos realizados, não representando os fluxos, mas sim o estoque de dívida ainda não paga, e estão dispostos em valores deflacionados¹⁰⁶ no Gráfico 9.

Nota-se movimentos semelhantes entre as duas cidades¹⁰⁷, havendo uma mudança na curva de concessão dos financiamentos entre 2003 e 2004, em virtude da estabilidade econômica brasileira, a partir de 2003, e pelas mudanças no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que segundo Royer (2009, p. 71), “levaram seus resultados a patamares iguais ou superiores aos anos de melhor desempenho quantitativo da época do BNH”.

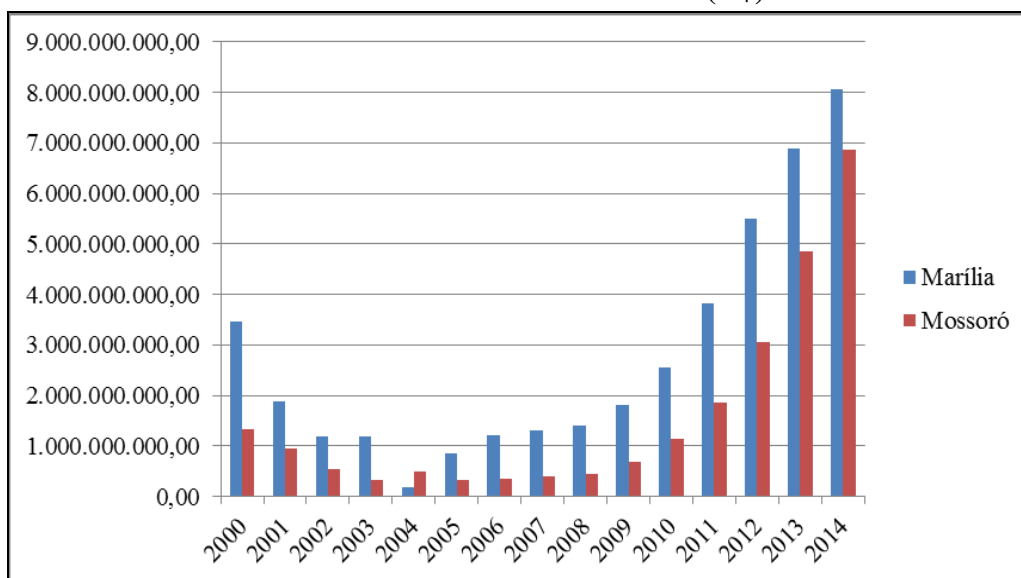
¹⁰⁴ É importante destacar também que estes dados não incluem os imóveis próprios adquiridos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, já que seu lançamento só ocorreu no ano de 2009 e seus efeitos só poderão ser analisados daqui a alguns anos.

¹⁰⁵ É possível acessar este banco de dados na página de Estatística Bancária por Município (ESTBAN), disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>.

¹⁰⁶ Toda a série de dados mensais foi deflacionada pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, tomando como mês base dezembro de 2014, último mês da série (IGP-DI jan. 2000 à dez. 2014).

¹⁰⁷ A única exceção é o ano de 2004, quando os volumes de financiamentos em Mossoró foram superiores aos de Marília. Verificou-se que nos anos de 2003 e 2004 a administração municipal, em parceria com as esferas estadual e federal, captou investimentos e realizou diversas intervenções no espaço urbano mossoroense, com a ampliação de infraestruturas viárias (prolongamento das Avenidas Rio Branco, Abel Coelho e João da Escóssia, que hoje dá acesso ao shopping; duplicação das Avenidas Presidente Dutra, Felipe Camarão e Lauro Monte; duplicação da BR-304 com a construção de um complexo viário, etc.), a implantação de sistemas de esgotamento em diversos bairros da cidade e a erradicação de favelas (NASCIMENTO, 2013; QUEIROZ, 2012). Além disso, entre 2003 e 2004, mediante a articulação entre as diversas esferas da administração pública, incentivou-se a atração de empresas privadas para Mossoró, como por exemplo, a partir da criação do distrito industrial, da construção de adutoras para abastecimento do distrito, da doação de terreno para a construção do *shopping center*, da isenção fiscal para as empresas, etc. (QUEIROZ, 2012). Tudo isso contribuiu para o aquecimento do mercado imobiliário na cidade como um todo e, conseqüentemente, para o aumento no número de financiamentos.

Gráfico 9 - Marília e Mossoró. Evolução do estoque de dívida corrente referente aos financiamentos imobiliários acumulados (R\$). 2000 a 2014.



Fonte dos dados: Banco Central do Brasil - ESTBAN - Verbete 169 (Financiamentos imobiliários). Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Organizado por Wagner Amorim (2015).

O estoque de financiamentos imobiliários não pagos apresentou um salto entre 2004 e 2005¹⁰⁸ e continuou crescente nos anos seguintes, mantendo-se constante até 2008, tanto em Marília como em Mossoró¹⁰⁹ (Gráfico 9). Este crescimento por estar associado, de um lado, a um conjunto de mudanças institucionais e ao aumento do fluxo de recursos, graças à “nova” política nacional de habitação elaborada durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2004), com a especificação de dois subsistemas de habitação, sendo um deles voltado à habitação de interesse social e o outro, à habitação de mercado (SHIMBO, 2010).

Por outro lado, o intervalo entre 2005 e 2008 marcou um período de redefinição nas estratégias das empresas como, por exemplo, o lançamento de novos

¹⁰⁸ Fix (2011, p. 134) explica que no ano de 2005 entrou em vigor a Resolução CC/FGTS nº 460 de 14/12/2004, permitindo ampliar os subsídios oferecidos pelo governo federal e dobrando o orçamento da área de habitação neste ano. Outro fato importante que, segundo a autora, contribuiu para a expansão dos financiamentos imobiliários, foi a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), também em 2005.

¹⁰⁹ Nos trabalhos realizados por Abreu (2014) e Amorim (2015), a partir desta mesma fonte de dados (ESTBAN) e para o mesmo período (2000-2014), identificou-se movimentos semelhantes na curvatura do estoque de dívida referente aos financiamentos imobiliários nas cidades por eles estudadas, a saber: Ribeirão Preto (SP) e Londrina (PR) e Londrina (PR) e Maringá (PR), respectivamente. Embora os autores tenham trabalhado com cidades e metodologias diferentes – variação dos valores (ABREU, 2014) e valores totais (AMORIM, 2015) –, os resultados são muito parecidos no que diz respeito ao comportamento da curva, ascendente, sobretudo a partir de 2008, denotando um movimento que, para além da particularidade das cidades, assinala um componente nacional que impacta diretamente nas cidades, revelando a articulação entre escalas geográficas.

tipos de produtos imobiliários e marcas especializadas no “segmento econômico”, a abertura de capital na bolsa de valores e a expansão do alcance geográfico para as cidades médias (FIX, 2011, p. 136).

A partir de 2009, ano do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, a curva dos financiamentos imobiliários acentuou-se (Gráfico 9), denotando “o papel fundamental que o Estado tem na estruturação da política de crédito visando conformar uma política pública” (ROYER, 2009, p. 93).

Através da ação do Estado e da captação de fundos públicos, fundamentais “[...] na montagem e articulação de um sistema nacional de crédito destinado à habitação” (ROYER, 2009, p. 93), ampliou-se a escala da produção habitacional e conseqüentemente, um novo padrão de produção e o consumo da/na cidade¹¹⁰.

Considerando o estoque de dívida historicamente acumulada entre 2000 e 2014 pelos financiamentos imobiliários concedidos nas duas cidades, via FGTS e SBPE, os montantes acumulados em Marília somam quase o dobro dos acumulados em Mossoró, R\$41.373.704.769,87 e R\$23.589.575.709,73, respectivamente.

No bojo destas transformações, ampliou-se a rede bancária, desde a evolução recente da distribuição dos fixos geográficos bancários à acessibilidade aos serviços financeiros, permitindo uma hipercapilaridade do crédito na economia brasileira (CONTEL, 2009).

De acordo com dados atualizados da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)¹¹¹ para o ano de 2015, Marília possuía duas corretoras de câmbio, cada uma localizada em um dos *shopping centers* da cidade, e sete instituições bancárias, entre públicas e privadas, distribuídas em 38 agências e 95 postos de atendimento. Em Mossoró, neste mesmo ano havia sete instituições bancárias, sendo 16 agências e 58 postos de atendimento.

A associação entre a expansão da rede bancária, a ampliação do sistema financeiro e a promoção de políticas de produção habitacional, contribuiu para a expansão do volume de financiamentos imobiliários, necessários à produção e ao consumo da moradia: “à produção porque se trata da imobilização de capital significativo durante longo período de tempo, e ao consumo porque habitação é uma

¹¹⁰ Esta discussão será retomada em outra seção deste capítulo, mais adiante.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.buscabanco.org.br/>. Acesso em: 22/11/15.

mercadoria especial, de alto preço, que exige crédito para sua compra” (MARICATO, 2011, p. 66).

Ademais, todos estes processos nos possibilitam compreender os recentes processos de produção e de reestruturação das cidades, mediante novas lógicas e dinâmicas engendradas por diversos agentes econômicos, dos quais destacaremos na seção seguinte, aqueles associados à produção imobiliária.

3.2. Os agentes da produção do espaço urbano: mudanças e continuidades

Apreender o processo de reestruturação das cidades a partir da produção do espaço pressupõe uma análise dos agentes que o produzem, e conforme destaca Corrêa (2011, p. 43), ela ocorre por intermédio da “ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”, os quais “estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” (CORRÊA, 2011, p. 43)¹¹².

Tal perspectiva exige uma análise sob o prisma das múltiplas escalas, demonstrando como as articulações, interações e sobreposições entre elas transformam os papéis e as funções das cidades, a partir da atuação e da combinação de diferentes agentes, alterando a divisão econômica e social do espaço, acirrando as desigualdades socioespaciais, redefinindo a centralidade urbana e a própria estruturação das redes e das cidades, por vezes, transcendendo a configuração de uma hierarquia urbana (CATELAN, 2012; SASSEN, 2000).

Para Maricato (2009, p. 36), a produção do espaço resulta de “diferentes arranjos existentes no interior do conjunto formado pelo mercado privado, pela promoção pública e pela promoção informal (o que inclui ainda arranjos mistos)¹¹³ em diferentes situações históricas de uma dada sociedade”. Na contemporaneidade, a partir da confluência entre o Estado, o mercado imobiliário e o capital financeiro, verifica-se que os agentes privados têm desempenhado um papel protagonista na produção

¹¹² Para aprofundar a discussão sobre os agentes sociais produtores do espaço ver Bourdieu (2001), Capel (2013) e Vasconcelos (2011).

¹¹³ Na Tese privilegiaremos as dimensões do mercado privado e da promoção pública, por considerarmos que os efeitos destes dois são mais relevantes nos processos de reestruturação urbana e das cidades médias.

imobiliária e do espaço urbano, redesenhando a relação entre a política habitacional brasileira e a produção privada de moradias (SHIMBO, 2010).

No curso do processo de reestruturação das empresas que atuam na construção civil e no mercado imobiliário de modo geral (AMORIM, 2015; FIX, 2011; MELAZZO, 2013, 2015; ROYER, 2009; SHIMBO, 2010), construtoras e incorporadoras passaram a capitanear mais fortemente a produção habitacional e o mercado imobiliário nas cidades, cuja atuação tem extrapolado seu território de origem e avançado em direção aos espaços urbanos não metropolitanos, contribuindo para uma redefinição das estratégias espaciais da valorização e da produção imobiliária.

Em matéria publicada pela revista “Construção Mercado” no ano de 2011 (MENDES, 2011), destaca-se o fato de que as cidades médias têm sido alvo da expansão dos negócios de diversas empresas, inclusive daquelas associadas ao mercado imobiliário, sendo estas cidades apontadas como as que oferecem as maiores oportunidades imobiliárias nos próximos anos em decorrência de fatores como o aumento da renda nestas cidades e o encarecimento do preço da terra nas grandes metrópoles.

Esta estratégia de expansão de empresas construtoras e incorporadoras para as cidades médias demanda uma análise de suas lógicas de atuação, o que foge ao escopo da Tese. Propomo-nos aqui discutir esta expansão do ponto de vista da reestruturação urbana e das resultantes espaciais de sua atuação nas cidades estudadas¹¹⁴, considerando que o “conjunto de capitais, que passa a atuar em diversas cidades brasileiras, tem se constituído na ponta de lança das lógicas e estratégias de transformação do espaço urbano brasileiro” (MELAZZO, 2015, p. 378), e no caso das cidades médias, enseja elementos

distintos daqueles identificados nas metrópoles brasileiras, levando os agentes a se organizarem de maneiras também distintas no tocante às suas ações e às dimensões dos seus negócios. A isso correspondem diferenças quantitativas e qualitativas na transformação das formas urbanas pela produção-valorização imobiliária (AMORIM, 2015, p. 201).

No entanto, antes de discutirmos a produção-valorização imobiliária habitacional, é necessário caracterizar o mercado imobiliário em Marília e Mossoró. Iniciaremos nossa análise pelo número de empresas construtoras e incorporadoras

¹¹⁴ Aprofundaremos este debate no capítulo seguinte.

presentes nas duas cidades, o que permite inferir o quanto tais cidades passam a ser espaços favoráveis a sua atuação.

Para seleção das empresas, adotamos como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.2), da qual destacamos a Seção F – Construção, desta, a Divisão 41 – Construção de Edifícios¹¹⁵, e por fim, os Grupos 411 – Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e 412 – Construção de Edifícios.

De acordo com esta classificação, buscamos as informações em fontes secundárias distintas, que abrangem as escalas nacional, estadual e municipal, sintetizadas no Quadro 6: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para o ano de 2014; a Junta Comercial do Estado de São Paulo (para Marília), para 2015, e o Cadastro Industrial da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (para Mossoró), referente a 2013¹¹⁶; e o Cadastro Mobiliário das Prefeituras Municipais de Marília e Mossoró, cujos dados estão dispostos para os anos de 2013 e 2015, respectivamente¹¹⁷. Apesar das diferenças nos dados, nota-se que em ambas as cidades o número de construtoras é superior ao de incorporadoras¹¹⁸, sendo em maior quantidade na cidade de Mossoró, comparativamente à Marília (Quadro 6).

Quadro 6 - Marília e Mossoró. Estabelecimentos de Construção de edifícios e Incorporação de empreendimentos imobiliários. 2013, 2014 e 2015.

| | Marília | | | Mossoró | | |
|-------------------------|---------|--------|----------------------|---------|-------|----------------------|
| | RAIS | JUCESP | Prefeitura Municipal | RAIS | FIERN | Prefeitura Municipal |
| | 2014 | 2015 | 2013 | 2014 | 2013 | 2015 |
| Construção de edifícios | 192 | 106 | 240 | 368 | 124 | 698 |

¹¹⁵ Esta divisão compreende a construção de edifícios de todos os tipos (residenciais, comerciais, industriais, agropecuários e públicos), as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de imóveis, a montagem de estruturas de casas, abrigos e edifícios pré-fabricadas in loco para fins diversos de natureza permanente ou temporária quando não realizadas pelo próprio fabricante. Esta divisão compreende também a realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda (incorporação imobiliária) e a execução de obras por empreitada ou subempreitada. Para mais detalhes consultar <http://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>.

¹¹⁶ Estas informações foram complementadas pelos sites <http://empresasdobrasil.com/>, <https://wooki.com.br/> e <http://www.cnpjbrasil.com/>.

¹¹⁷ Conforme Melazzo (2013, p. 32) chamou atenção, há uma dificuldade no estudo do mercado imobiliário pela ausência de dados sistematizados e pela falta de transparência no acesso às informações, limitações que podem gerar distorções sistemáticas na análise. No intuito de mitigar as distorções, selecionamos várias fontes de dados para subsidiar e fundamentar nossa argumentação.

¹¹⁸ Ressaltamos que ambas as categorias incluem diferentes atividades e por isso, é possível que haja a superposição de um mesmo agente por sua inclusão em mais de uma atividade.

| | | | | | | |
|--|----|----|----|----|----|-----|
| Incorporação de empreendimentos imobiliários | 47 | 45 | 42 | 82 | 39 | 152 |
|--|----|----|----|----|----|-----|

Fonte: RAIS; JUCESP; FIERN; Cadastros municipais. Organizado por Edna Couto (2015).

Estas informações são complementadas pela evolução do número de empresas em cada segmento, entre os anos de 2006 e 2014¹¹⁹. Com base nos dados das Tabelas 22 e 23, verificamos que neste intervalo a quantidade de empresas na construção de edifícios em Marília passou de 147 para 192 empresas, um aumento de 30,61%. Em Mossoró, o número de empresas neste segmento passou de 210, em 2006, para 368, em 2014, um crescimento relativo de 75,24%.

Tabela 22 - Marília e Mossoró. Empresas na Construção de edifícios. 2006 a 2014.

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Marília | 147 | 135 | 110 | 130 | 112 | 127 | 140 | 169 | 192 |
| Mossoró | 210 | 220 | 207 | 196 | 242 | 275 | 262 | 308 | 368 |

Fonte: RAIS. Elaborado por Edna Couto (2015).

No tocante às empresas no segmento de incorporação de empreendimentos imobiliários, estas apresentaram um crescimento maior em relação às construtoras, tanto em Marília como em Mossoró. De acordo com os dados da RAIS, entre 2006 a 2014 o número de incorporadoras cresceu 2,2 vezes em Marília, passando de 21 para 47. Já em Mossoró, esse crescimento foi, de longe, muito mais vultoso, passando de apenas 1 empresa em 2006 para 82, em 2014, ou seja, a quantidade de empresas neste segmento em Mossoró cresceu 82 vezes no intervalo de oito anos (Tabela 23).

Tabela 23 - Marília e Mossoró. Empresas na Incorporação de empreendimentos imobiliários. 2006 a 2014.

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Marília | 21 | 26 | 24 | 33 | 41 | 37 | 42 | 44 | 47 |
| Mossoró | 1 | 5 | 7 | 13 | 20 | 33 | 60 | 74 | 82 |

Fonte: RAIS. Elaborado por Edna Couto (2015).

Esta expansão do mercado imobiliário revela um novo patamar de empresas produzindo as cidades, ofertando novos produtos imobiliários e diversificando-os,

¹¹⁹ Este período foi selecionado por dois motivos: pela disponibilidade dos dados desagregados da RAIS, que até o ano de 2005 disponibilizou as empresas no segmento de “Construção de Edifícios” juntamente com “Obras de Engenharia Civil” e só a partir de 2006 subdividiu os dois segmentos; em virtude da realização das entrevistas em trabalhos de campo, que apontaram o interregno entre 2006 e 2007 como o de início da expansão deste tipo de empresas nas duas cidades estudadas.

paradoxalmente padronizados e exclusivos, e novos processos, a partir do consumo diferenciado de localizações dentro das cidades. Contudo, existem diferenças de tempos, ritmos e intensidades destes processos nas cidades em geral e entre as duas cidades aqui analisadas, em particular.

A partir dos dados apresentados é possível constatar que em Mossoró, a expansão do número de empresas é muito recente e tem sido mais intensa e veloz do que em Marília, hipótese reforçada quando observamos o movimento de abertura de empresas entre os anos de 1989 e 2015¹²⁰, apresentado nos Gráficos 10 e 11, o que corrobora com a hipótese de interesse crescente destes capitais pelas cidades.

Nota-se que em Marília, há uma distribuição mais homogênea ao longo do tempo das empresas no segmento da “construção de edifícios”, não ultrapassando a marca de oito novas empresas ao ano, em 1999 e 2011 (Gráfico 10). Este movimento mais “estável” pode estar associado à consolidação um pouco mais antiga das atividades imobiliárias na cidade, que desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980 vem passando por rupturas na “malha urbana” e mudanças no processo de estruturação e de produção do espaço urbano (DAL POZZO, 2011; MELAZZO, 2012; ZANDONADI, 2008).

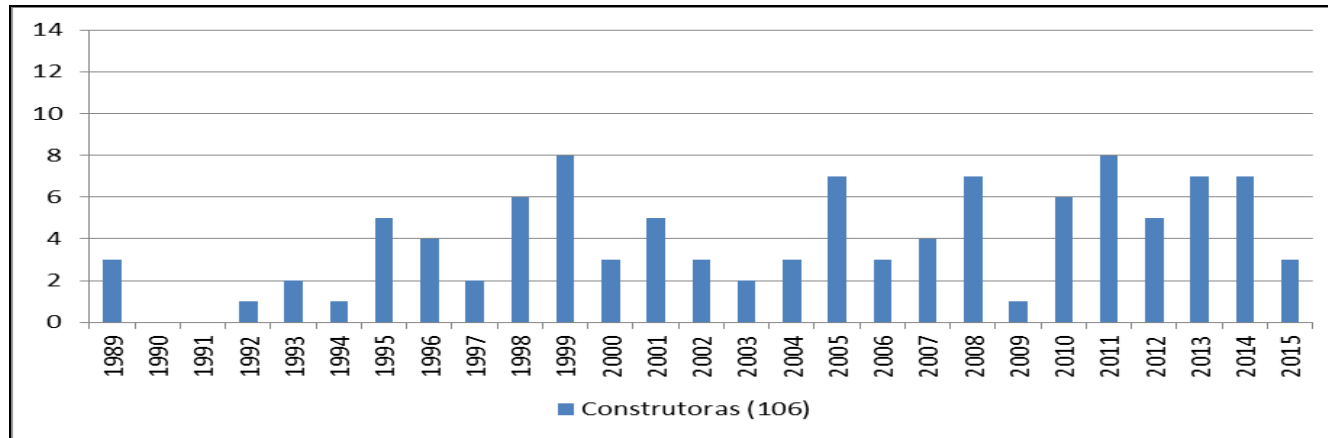
Como estes processos são bem mais recentes em Mossoró em comparação à Marília, percebe-se que no período analisado há uma assimetria mais acentuada, que acompanha a dinâmica imobiliária da cidade, com picos nos anos de 2010 e 2011, seguidos por 2001 e 2004 (Gráfico 11), anos inclusive em que foram realizadas diversas obras públicas na cidade (QUEIROZ, 2012).

Segundo entrevista realizada com o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró (SINDUSCON) e sócio administrador de uma construtora local¹²¹, a constituição do mercado imobiliário na cidade teve início com a chegada da Petrobras, em fins da década de 1970, porém, somente nos anos 2000, a partir da mudança do conceito de morar – da casa para o apartamento, sobretudo com a construção de condomínios verticais – houve uma transformação nos padrões da produção imobiliária.

¹²⁰ Reiteramos a dificuldade no acesso aos dados e a fragilidade dos mesmos, porém, são interessantes para observação dos processos e para auxiliar, ainda que indiretamente, na análise. As empresas que fecharam também estão contabilizadas nos Gráficos 10 e 11.

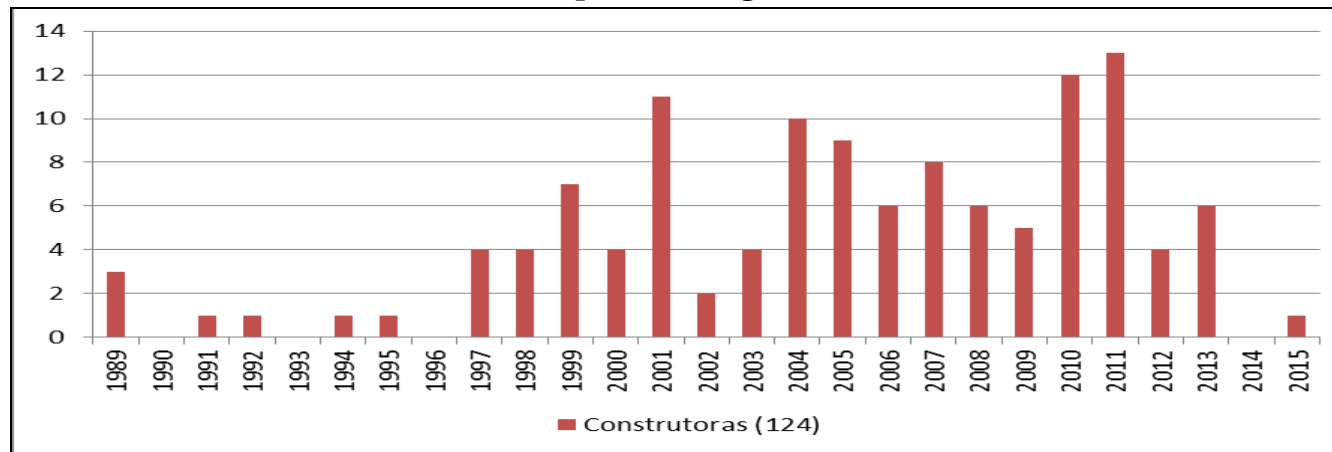
¹²¹ Entrevista realizada por Edna Couto e Michele Sousa em 17/9/2013.

Gráfico 10 - Marília. Ano de abertura das empresas no segmento de “Construção de edifícios”. 1989 a 2015.



Fonte: JUCESP (2015). Elaborado por Edna Couto (2015).

Gráfico 11 - Mossoró. Ano de abertura das empresas no segmento de “Construção de edifícios”. 1989 a 2015.



Fonte: FIERN (2013); Informações foram complementadas ate 2015 nos sites <http://empresasdobrasil.com/>, <https://wooki.com.br/> e <http://www.cnpjbrasil.com/>. Elaborado por Edna Couto (2015).

Constatou-se que a maior parte das empresas que atuam no mercado imobiliário de Marília e Mossoró tem origem nas próprias cidades¹²², com uma escala de abrangência predominantemente local (DAL POZZO, 2011; QUEIROZ, 2012). Porém, observa-se que na segunda metade dos anos 2000 empresas de capitais externos, atuantes em escalas mais amplas – regional, nacional e internacional –, chegaram às cidades, impactando diretamente na produção do espaço urbano, e principalmente, na produção habitacional.

Isto significa que, se em Marília e Mossoró o número de empresas deste específico ramo de atividades cresceu a partir dos anos de 2000, podemos afirmar que a chegada de agentes externos se deu de maneira quase concomitante, denotando certa sincronização de processos determinados na escala nacional.

Se a questão urbana está assumindo cada vez mais a forma de uma questão de escala, isso não é porque o urbano foi substituído como um nível de análise e luta social, mas porque metodologias multiescalares são agora absolutamente essenciais para compreender o papel fundamental das cidades como pré-condições, arenas e resultados da atual rodada de reestruturação capitalista global (BRENNER, 2000, p. 375)¹²³.

Contudo, ainda que existam generalidades no que diz respeito à acumulação de capital e à chegada destes novos agentes imobiliários às cidades, “é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica” (BRANDÃO, 2007, p. 67).

Entender a atuação destes novos agentes da produção do espaço em cidades médias demanda a compreensão da intensa rearticulação e entrelaçamento das escalas geográficas da produção do urbano e da cidade sob três perspectivas: a da escala intraurbana, com a permanência das desigualdades produzidas historicamente,

¹²² Importante destacar que algumas destas empresas locais iniciaram suas atividades e se fortaleceram no mercado em virtude das articulações com o poder público municipal e estadual, por meio da execução de obras públicas. A Menin Engenharia, em Marília, e a Rosário Edificações e Pavimentação Ltda. (REPAV), em Mossoró, são exemplos disto. Isso se deve porque simultaneamente, aparecem pequenas empresas para ocupar determinados nichos de mercado, e empresas grandes, inclusive locais, chegam e aproveitam a expansão do setor e os programas estatais que financiam a produção, podendo concorrer e cooperar entre si. Lembrando que apenas o número de estabelecimentos não nos revela a realidade, uma vez que não dispomos de todos os dados acerca de quais são cada uma dessas empresas e o porte delas, então sugere-se que a explicação se de pela conjugação de empresas pequenas que aparecem e empresas grandes e locais que se articulam.

¹²³ Tradução nossa de “*If the urban question is today increasingly assuming the form of a scale question, this is not because the urban has been superseded as a level of analysis and social struggle, but because multiscale methodologies are now absolutely essential for grasping the fundamental role of cities as preconditions, arenas and outcomes of the current round of global capitalist restructuring*”.

articuladas às novas; a da escala regional, com a atração de excedentes que implica na produção de um ambiente construído polarizador de riquezas e na rearticulação de elites locais de caráter rentista-patrimonialista; e a da escala nacional, com a estruturação de um mercado nacional, cujos agentes estão articulados à escala internacional, aos circuitos de valorização financeira e imobiliária (MELAZZO, 2013).

A inserção das cidades médias na divisão territorial do trabalho e nos ciclos de reprodução do capital (CATELAN, 2012; CORRÊA, 2007a) vem redefinindo suas estruturas espaciais e seus papéis regionais e de intermediação na rede urbana (BATELLA, 2013; CATELAN, 2012; CORRÊA, 2007a; SPOSITO, 2001a, 2001b, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010a, 2010b). De acordo com Sposito (2004, p. 307),

[...] as relações que se estabelecem entre diferentes escalas influenciam diretamente a estruturação dos espaços intra-urbanos: de um lado porque há interesses da ordem distante (global, supranacional ou nacional) que interferem na definição dos conteúdos econômicos e sociais do espaço; de outro lado porque os atores locais redefinem esses conteúdos para estimular as relações em diferentes escalas, sempre na perspectiva de ampliação de seus mercados e/ou de seus espaços de atuação política.

Logo, esta articulação entre ordens próximas e distantes, entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996), resulta em diferenças entre as cidades médias, a exemplo das análises que vêm sendo feitas sobre esta temática (ABREU, 2014; AMORIM, 2015; COIMBRA, 2013; ELIAS; SPOSITO; SOARES, 2010, 2013; SILVA, 2013; SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2010, 2012; ABELLÁN; MOYA, 2013) e que vêm sendo identificadas nesta pesquisa.

Conforme expusemos anteriormente, a migração de grandes empresas construtoras e incorporadoras para além das metrópoles seguiu uma tendência de expansão geográfica dos negócios, sobretudo para as cidades médias, porém, a partir de 2013, tem havido um retorno de grande parte destas empresas para suas cidades e regiões de origem.

Problemas como “estouro de orçamentos e prazos, má qualidade na construção, problemas nas parcerias com empresas locais e produtos inadequados à demanda local” (MARIANE, 2014) contribuíram para este regresso e revelam o desconhecimento das necessidades e das particularidades dos mercados, conforme explicado no trecho abaixo.

"O mercado de capitais tem um comportamento muito ligado a crescimento e produção. Fábrica de geladeira e automóvel, por exemplo, é fácil replicar porque é o mesmo padrão. O negócio imobiliário não é assim, mas no desconhecimento e na vontade de mostrar crescimento ao mercado de capitais, as empresas foram

arrojadas e quiseram replicar seus modelos para outras regiões, mostrando potencial de crescimento. Depois se percebeu que o assunto negócio imobiliário é mais profundo. Cada terreno é um terreno em termos técnicos, cada local tem uma prefeitura diferente e o comportamento do comprador é diferente", explica Odair Senra, vice-presidente de imobiliário do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (SindusCon-SP) (MARIANE, 2013).

Assim, retomamos nosso argumento de que cada cidade possui características singulares em seus processos de produção do espaço urbano, embora cada vez mais se reproduzam produtos e lógicas semelhantes, paralelamente a uma diferenciação espacial, tornando mais complexa a estruturação das cidades. Para além das escalas geográficas, é necessário dar atenção à dimensão temporal reconhecendo que os processos sociais dão conteúdos às formas e estão inseridos em múltiplas escalas (ABREU, 2003). Como afirma Sposito (2004, p. 319),

A teia complexa de ações que interfere na produção e apropriação do espaço urbano gera **espacialidades** diferenciadas, em constante processo de mutação, e cujos ritmos de combinação entre o peso das mudanças e o das permanências, das instabilidades e das estabilidades alteram-se continuamente, gerando espaços intra-urbanos marcados por **temporalidades** bastante diferentes entre si.

O conceito de produção do espaço urbano nos remete, a rigor, aos processos de produção das cidades, tomando-as aqui em seu sentido concreto, como ambiente construído (HARVEY, 1990), levado a cabo pela mediação de estratégias espaciais de reprodução de agentes concretos que envolvem ações de planejamento, investimentos diversos, a produção de objetos singulares e de estruturas também diversas (DAMIANI, 1999, p. 51).

Neste processo, o Estado tem papel fundamental, enquanto importante agente estruturador e regulador do espaço (SANTOS, 2002, 2008b), pois além de criar fixos, tem a capacidade de viabilizar e orientar fluxos econômicos e humanos (SANTOS, 1992b), de modo a “[...] amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 83).

Neste sentido, Santos (2008b, p. 108) estabelece esta relação de proximidade e, no caso brasileiro, muitas vezes de “simbiose” entre o Estado e o mercado ao caracterizá-los como um par dialético, no qual “ambos são mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho”.

É possível identificar esta associação entre Estado e mercado nas políticas habitacionais brasileiras, por exemplo. Na medida em que “a produção do espaço em

geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 137), as políticas públicas, que em tese, são anunciadas com um papel de promover o desenvolvimento social e econômico, por vezes acabam funcionando apenas como “fator multiplicador” para o crescimento da economia.

Tomemos como exemplo a Política Nacional de Habitação com a produção de habitações em escala por todo o país, adotada entre os anos de 1964 e 1986, mediante a criação e estruturação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) em 1964, estruturados com os recursos gerados pela criação do FGTS, de 1966, e pelo SBPE, de 1967.

Sob uma forte intervenção governamental, esta política fomentou a aquisição da casa própria particularmente a dois segmentos sociais: um de rendas médias e altas, e outro de renda baixa, privilegiando uma lógica empresarial privada – ainda que a promoção fosse privada e pública.

Tal política beneficiou setores econômicos como o da construção civil – com o favorecimento de empresários do setor –, e, sobretudo, desempenhando “[...] um papel estratégico na definição das condições de investimento e operação dos agentes privados” (ARRETCHE, 1990, p. 24) agentes estes que passaram a articular e consolidar um circuito produtivo, nos termos propostos por Abramo (1989).

Considerando o fato de que esta política foi criada num momento de muitas tensões políticas, econômicas e sociais, com a ruptura produzida pelo golpe militar de 1964, as altas taxas de inflação e conflitos sociais decorrentes, em parte, do crescente e desigual processo de urbanização, Fernandes e Ribeiro (2011, p. 3) identificam um duplo intuito em sua implementação:

[...] de um lado aplacar possíveis revoltas populares e buscar a legitimidade no poder; e por outro, tentar o controle da inflação que, em 1964 o governo militar ofereceu como resposta a criação do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, por meio da Lei nº 4.380/64.

Do ponto de vista espacial, os grandes conjuntos habitacionais produzidos no período, em sua maioria, localizavam-se nas periferias das cidades, contribuindo para a extensão da malha urbana. Porém, essa expansão territorial das cidades apresentou como padrão sua desarticulação a uma política urbana, desconsiderando a inserção urbana dos conjuntos habitacionais, a qualidade das moradias e as peculiaridades regionais – culturais, ambientais e urbanas –, uma vez que os projetos eram padronizados e uniformizados (BONDUKI, 2008).

Após a extinção do BNH na década de 1980, ocorreu uma desaceleração e uma desarticulação das políticas habitacionais no âmbito federal¹²⁴. Em meados da década de 1990¹²⁵ houve uma retomada dos financiamentos com recursos do FGTS, mantendo-se um padrão desigual de produção, desvinculado do combate ao déficit habitacional, conforme nos explica Bonduki (2008, p. 80),

De uma maneira geral, pode-se dizer que se manteve ou mesmo se acentuou uma característica tradicional das políticas habitacionais no Brasil, ou seja, um atendimento privilegiado para as camadas de renda média. Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM) onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo.

Neste íterim, foi promulgado o Estatuto das Cidades (Lei Federal Nº 10.257) no ano de 2001, dando ênfase à habitação como parte integrante do desenvolvimento das cidades, principalmente após a criação do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação, em 2003. Por conseguinte, foram estimuladas novas expectativas para a institucionalização da política habitacional, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva (CARDOSO; ARAGÃO, 2013)¹²⁶.

Importante destacar que o cenário político-econômico brasileiro foi favorável ao desenvolvimento de uma política habitacional e de financiamento neste período¹²⁷,

¹²⁴ Isto se deu em virtude das reformas e da descentralização promovidas pela Constituição de 1988, que garantia um maior papel aos municípios (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

¹²⁵ A partir do ano de 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), programas habitacionais como o Pró-Moradia e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) surgiram como alternativas à produção de moradia, ao passo em que empresas privadas mantinham sua produção através do “autofinanciamento”, atendendo segmentos de alta e média renda. Outra medida do governo FHC, baseada no modelo de securitização de hipotecas adotado nos Estados Unidos, foi a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) em 1997, fortalecido apenas em meados dos anos 2000. Este sistema é exemplo da reafirmação dos interesses privados no setor habitacional brasileiro, assim como outras políticas de cunho neoliberal adotadas no período. Diante de um processo de desregulamentação financeira e do mercado, de privatizações de empresas estatais, de políticas de ajustes fiscais e monetários e de abertura da economia, durante o governo FHC constituiu-se um novo modelo econômico, que segundo Filgueiras (2006) foi pautado em mudanças gerais: a) nas relações entre capital e trabalho; b) nas relações intercapitalistas; c) na inserção internacional; e d) na estrutura e funcionamento do Estado.

¹²⁶ Nos primeiros anos do governo Lula, foram criados o Conselho Nacional das Cidades, em 2004, cujo objetivo inicial consistia na articulação entre políticas urbanas; a Política Nacional de Habitação (PNH) e o Programa Crédito Solidário, em 2004; foram instituídos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), entre 2005 e 2006, e foi lançado em 2007 o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao crescimento econômico através de investimentos em infraestruturas.

¹²⁷ Em virtude do crescimento econômico decorrente da mudança na política econômica do governo em 2003, houve “[...] uma progressiva liberalização dos gastos públicos, viabilizada pela ampliação internacional das reservas que, por sua vez, foram possibilitadas pela ampliação da exportação de commodities (e pelo aumento expressivo do seu preço internacional)” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 32). Consequentemente, houve uma progressiva redução da taxa de juros pelo Banco Central, permitindo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir do investimento e consequente crescimento econômico (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Portanto, a convergência da redução da dívida externa, da

sobretudo a partir de 2003, quando se iniciou um ciclo de expansão do setor imobiliário, mediante diversas mudanças do ponto de vista legal, institucional, empresarial e espacial. Este ciclo de expansão estimulou a produção de unidades habitacionais, a padronização dos produtos imobiliários e o aumento dos preços no mercado.

Reafirma-se, assim, o papel do Estado como agente regulador central no processo de produção e distribuição de moradia, além de financiar e contratar a construção, de implantar infraestrutura necessária a investimentos imobiliários privados – que se sobressaem neste processo – e, muitas vezes, intermediar conflitos entre diversos interesses (MARICATO, 2009, p. 42).

No sentido de avançar na compreensão das estratégias de produção das cidades, nos propomos a entender como o Programa Minha Casa Minha Vida, política habitacional do governo federal, na perspectiva da habitação social de mercado (SHIMBO, 2010), associada às estratégias de mercado, com a disseminação de espaços residenciais fechados, contribuem para o processo de produção do espaço urbano, cujas lógicas de valorização diferencial fortalecem a hierarquização do espaço urbano, a extensão da malha urbana e ampliação das desigualdades socioespaciais, identificando assim, uma resultante espacial dos processos de reestruturação urbana e das cidades.

geração de saldos positivos na balança comercial e do aumento das reservas internacionais do país foi “essencial para avançar em direção a uma verdadeira estabilidade econômica, que sirva de suporte para a aceleração do crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social, que constitui o objetivo fundamental do governo Lula”, consolidando o equilíbrio externo da economia e diminuição da fragilidade fiscal (MERCADANTE, 2006, 2010).

CAPÍTULO 4

**O CONSUMO DO ESPAÇO URBANO: DO
PMCMV AOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS
FECHADOS**

CAPÍTULO 4. O CONSUMO DO ESPAÇO URBANO: DO PMCMV AOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Neste capítulo analisaremos as permanências e as transformações na produção do espaço urbano, resultantes da atuação de agentes públicos e privados. Nosso ponto de partida será uma mercadoria especial na perspectiva da produção e consumo da/cidade: a moradia. A questão da moradia permite estabelecer vínculos entre as escalas da macroeconomia e as escalas do poder local (MARICATO, 2008), além de reunir em si as dimensões econômica e social (BOURDIEU, 2001; GEORGE, 1972).

Possibilita ainda uma abordagem que auxilia na compreensão dos processos de reestruturação urbana e reestruturação das cidades de modo dialético, em dois sentidos: a casa e a cidade, partindo da indissociabilidade entre produção e consumo do/no espaço urbano.

No primeiro sentido, tem-se a casa como um bem cujo valor de uso e valor de troca estão associados à produção e ao consumo da cidade, a produção da casa como um bem imobiliário e consumo de suas localizações e dos serviços associados. No segundo sentido, para além da produção e do consumo da moradia em si, a casa caracteriza-se como um meio de reprodução das relações sociais e de classe, tendo em vista que ocorre uma “[...] reprodução da classe trabalhadora e da capacidade de consumo que traz consigo” (HARVEY, 1990, p. 99)¹²⁸, capturados pelo movimento de circulação do capital.

Assim, iniciaremos a discussão pela produção habitacional do PMCMV e em seguida, pelos espaços residenciais fechados, problematizando questões como as localizações absolutas e relativas, o aumento do preço da terra e por fim, uma síntese analítica, relacionando a localização dos empreendimentos a outros elementos espaciais que reconfiguram a produção e o consumo do espaço nas cidades de Marília e Mossoró.

¹²⁸ Tradução nossa de “*reproducción de la clase trabajadora y la capacidad de consumo que trae consigo*”.

4.1. O Programa Minha Casa Minha Vida: a ampliação da desigualdade socioespacial

Tal como já expusemos no capítulo anterior, em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida com o objetivo de estimular a economia e reduzir o déficit habitacional no país – ou nos, termos de Fix (2011, p. 141), solucionar problemas de **acumulação** e de **legitimação** – o qual se justificou como uma política anticíclica de enfrentamento à crise internacional ocorrida no ano anterior (MELAZZO, 2015; SHIMBO, 2010).

Assim, impulsionou-se a construção de moradias de modo a atender demandas habitacionais de famílias com renda de até 10 salários mínimos – distribuídas em três faixas de renda¹²⁹ –, fomentando o crédito para aquisição e produção de habitações, com a redução da taxa de juros.

De acordo com o Ministério das Cidades¹³⁰, nas duas primeiras fases do programa foram viabilizadas as contratações de mais de quatro milhões de unidades habitacionais em 5.329 cidades – 95% dos municípios brasileiros –, tendo sido entregues mais de 2,3 milhões de unidades. Entretanto, a execução e implementação dos projetos evidenciou muitas limitações e problemas, levando a questionamentos e críticas desde a divulgação das primeiras normativas sobre o mesmo.

Com base nestas normativas, Arantes e Fix (2009) fizeram uma avaliação do pacote e identificaram características como: o protagonismo da produção habitacional por empresas privadas, não contemplando a promoção estatal; a maior parte da produção não estava voltada a faixas de renda de zero a três salários mínimos, componentes do déficit habitacional; a mercantilização da habitação; a ausência de qualquer preocupação com a qualidade do produto (a casa) e seus impactos ambientais, desconsiderando as diferenças regionais do país; a pouca aplicação dos instrumentos de

¹²⁹ “O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3). Além da construção das unidades habitacionais propriamente dita (Programa Minha Casa Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários”. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 13/7/2014. De acordo com dados recentes do Ministério das Cidades (2015), o governo alterou as normas para financiamentos e os extratos de renda para o PMCMV 3, com a criação de faixa de renda intermediária, ficando da seguinte forma: Faixa 1, até R\$ 1.800,00; Faixa 1,5 (intermediária), de R\$ 1.801,00 a R\$ 2.350,00; Faixa 2, de R\$ 2.351,00 a R\$ 3.600,00; e Faixa 3, de R\$ 3.601,00 a R\$ 6.500,00. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/mcmv-3-amplia-subsidios-para-renda-ate-r-2-3-mil>. Acesso em: 6/12/2015.

¹³⁰ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/mcmv-3-amplia-subsidios-para-renda-ate-r-2-3-mil>. Acesso em: 6/12/2015.

reforma urbana previstos no Estatuto da Cidade; o fortalecimento do modelo de espraiamento urbano, estimulando o aumento do preço da terra, dentre outras.

Após os primeiros resultados do programa, Cardoso e Aragão (2013, p. 44) sintetizaram as deficiências do programa em oito pontos:

(i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescentamos ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado.

Portanto, observou-se que, mesmo diante de uma produção massiva de unidades, tal política continuou questionável no enfrentamento do déficit habitacional (BOLAFFI, 1982; FIX, 2011; FURTADO; LIMA NETO; KRAUSE, 2013; MELAZZO, 2015; ROYER, 2009; SHIMBO, 2010) ao serem cotejados dados referentes à produção em si *vis a vis* ao número de domicílios particulares permanentes, ao número de domicílios vagos e ao déficit habitacional.

Esta constatação pode ser demonstrada e problematizada a partir do Quadro 7, referente ao total de domicílios particulares, domicílios vagos e ao déficit habitacional em Marília e Mossoró, comparativamente ao número de empreendimentos e de unidades habitacionais do PMCMV¹³¹ nestas cidades.

Quadro 7 - Marília e Mossoró. Empreendimentos do PMCMV, domicílios vagos e déficit habitacional.

| | Número de empreendimentos (abril, 2015) | Número de unidades (abril, 2015) | Domicílios particulares permanentes (2010) | Número de domicílios vagos (2010) | Déficit Habitacional (2010) |
|---------|---|----------------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------|
| Marília | 23 | 8.648 | 65.752 | 5.804 | 5.834 |
| Mossoró | 19 | 6.587 | 67.234 | 8.866 | 9.465 |

Fonte: Ministério das Cidades (2015); Censo IBGE (2010a); Furtado, Lima Neto, Krause (2013). Organizado por Edna Couto (2015).

De modo a observar o uso e ocupação dos imóveis residenciais em função da chamada função social da propriedade (MELAZZO, 2015), estabelecemos uma relação

¹³¹ Os dados são referentes até 30/04/2015. Fonte: Ministério das Cidades (2015).

entre a quantidade de domicílios vagos e o déficit habitacional (Quadro 7). Em Marília, o número de domicílios vagos, 5.804, corresponde a 99,49% do déficit, de 5.834 domicílios. Em Mossoró esta relação é um pouco menor, pois o número de domicílios vagos, 8.866, representa 93,67% do déficit, de 9.465 domicílios.

Logo, depreende-se que não há relação imediata entre o déficit e a demanda por moradia, já que a função social da propriedade, prevista no Estatuto da Cidade, não tem sido cumprida, permanecendo intocado o “nó da terra” (MARICATO, 2008, 2011), uma vez que no Brasil, “a questão da terra continua a se situar no centro do conflito social, mas de forma renovada. Ela alimenta a profunda desigualdade [...] e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico” (MARICATO, 2011, p. 186).

No que diz respeito à quantidade de empreendimentos do PMCMV, Marília e Mossoró apresentam números bem semelhantes, com 23 e 19, respectivamente, sendo a média de unidades (contratadas ou em construção) por empreendimento, de 376 em Marília e 347, em Mossoró (Quadro 7).

Comparando-se a produção do PMCMV com a quantidade de domicílios particulares permanentes já existentes, vê-se que as unidades habitacionais do programa correspondem a 13,15% do total de domicílios em Marília, e a 9,80% do total em Mossoró, número expressivo no conjunto de domicílios em ambas as cidades dado o curto intervalo de tempo (2009-2015) em que são produzidas, representando uma significativa expansão nos “estoques” de unidades residenciais.

Se fizermos esta mesma relação para o déficit habitacional e os domicílios vagos em relação ao total dos domicílios particulares permanentes, veremos que em Marília, os percentuais são de 8,83% e 8,87%, respectivamente, e em Mossoró, os domicílios vagos correspondem a 13,19% do estoque de imóveis e o déficit habitacional, a 14,08%.

Ainda que os resultados do programa no combate ao déficit habitacional sejam relativamente incipientes, fizemos um exercício analítico a partir dos dados referentes às duas primeiras fases do PMCMV (2009-2014) no tocante à quantidade de unidades habitacionais destinadas à faixa de renda de até R\$ 1.800,00, equivalente à faixa 1.

Em Marília foram planejadas 7.515 unidades habitacionais, das quais 1.914 voltadas à faixa 1, ou seja, pouco mais de 25% do total de unidades produzidas, com uma média de 319 unidades por empreendimento nesta faixa. Em Mossoró, para o

mesmo período foram planejadas 6.422 unidades, das quais 4.168 estavam destinadas à faixa 1, isto é, 65% do total de unidades produzidas, com uma média de aproximadamente 379 unidades por empreendimento nesta faixa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015).

Para a segunda fase do programa, até abril de 2015 foram programadas 1.133 unidades habitacionais em Marília, e em Mossoró, 165 unidades, das quais todas estão destinadas à faixa 2, em ambos municípios¹³². Isto nos instiga a pensar se há certo “desinteresse” por parte das empresas privadas locais em realizar obras para empreendimentos da faixa 1 do PMCMV, tal como mencionado em entrevista com empresário mossoroense¹³³, responsável pelas obras do Residencial Monsenhor Américo Simonetti (faixa 1), em parceria com outra empresa local¹³⁴.

De acordo com o entrevistado, além de não haver concorrência entre empresas na construção de empreendimentos faixa 1, em vista da grande demanda, a rentabilidade de um empreendimento nessa faixa é muito pequena, não compensando a realização da obra ao empreendedor privado, conforme podemos perceber em sua fala no trecho a seguir:

A gente fez esse Monsenhor Américo, mas realmente a rentabilidade é muito pequena, pelo custo e pelo tempo. [...] não coloco nem custo financeiro, porque se você colocar ai não vale a pena. Ai não valeu a pena. Mas eu já entrei, a gente já entrou sabendo. A gente entrou porque também tem que ver o lado de que, sem querer ser bonzinho, de responsabilidade social, isso dá uma visibilidade, valoriza a marca tal. Tem esse lado também, que o meu colega que fez comigo, ele reclama até hoje de ter feito e eu tento consolá-lo com isso ‘rapaz, mas foi bom né?!’ e ele disse: ‘é, mais eu não estou aqui pra fazer caridade não’ (risos).

Este depoimento alude ao fato de que, para além da “responsabilidade social” na realização de empreendimentos na faixa 1, o interesse das empresas é a divulgação e a visibilidade da “marca” – alavancando o *marketing* nos negócios pela execução de obras para o PMCMV – e obviamente, o lucro – embora muito pequeno neste tipo de empreendimento, segundo a fala do entrevistado.

¹³² Em Mossoró, um destes empreendimentos, o “Jardim das Palmeiras”, está localizado onde era a “favela do Tranquilim”, na qual a prefeitura municipal, em parceria com Governo Federal, realizará obras de urbanização e infraestrutura. De acordo com Vale (2014), o novo bairro será contemplado com obras de saneamento básico, pavimentação, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Educação Infantil (UEI) e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

¹³³ Entrevista com Jorge Ricardo do Rosário, sócio administrador da REPAV Construtora e presidente do Sinduscon (2013/2015), realizada em 17/09/2013 por Edna Couto e Michele Sousa.

¹³⁴ Proel Engenharia.

Ao abordar esta questão, Nascimento (2013) afirma que há uma negligência em relação aos empreendimentos voltados à faixa 1, que atendem às famílias com menores rendimentos e que concentram o maior déficit habitacional. O referido autor menciona que, ao indagar o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró (SINDUSCON) sobre o interesse pela produção de empreendimentos destinados a estas famílias, este respondeu que “[...] em função do alto preço da terra na cidade e dos baixos valores desses imóveis, sem a doação do terreno por parte da prefeitura eles são inviáveis do ponto de vista econômico, complementando que ‘consiste num projeto de risco para o incorporador/construtor’” (NASCIMENTO, 2013, p. 121-122).

É preciso relativizar a declaração de que a rentabilidade em produzir empreendimentos na faixa 1 é muito pequena. Faz-se necessária uma análise caso a caso, pois diversos fatores estão envolvidos na produção deste tipo de empreendimento como: a origem do terreno – se já era da própria construtora ou foi doação da prefeitura, dentre outras formas de contrapartida¹³⁵ –; a tipologia da unidade habitacional – casa ou apartamento – e seu padrão arquitetônico; o tipo de público ao qual está destinado, que varia conforme a cidade – metrópole, cidade média ou pequena – ou o setor geográfico/localização no qual será implantado, considerando as sinergias que produz frente às alterações no uso do solo urbano ou à extensão da malha urbana.

De um modo geral,

A hegemonia do setor privado como agente promotor tem várias consequências sobre as características da oferta. As construtoras, embora sem risco (ou com baixíssimo risco) e sem gastos de “incorporação imobiliária” irão buscar sempre incluir nos seus ganhos não apenas aqueles obtidos na construção como também as margens que puderem ser imputadas sobre o preço original da terra, ou seja, os lucros globais não são apenas aqueles aferidos no processo de produção (lucro da construção), mas também o lucro aferido no processo de mercantilização do empreendimento (lucro imobiliário decorrente da transformação do uso do solo). Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. Todavia, o fato de trabalhar com as terras mais baratas não reverterá

¹³⁵De acordo com notícia publicada em 28/05/2013 por um jornal local, a participação da Prefeitura no Conjunto Residencial Monsenhor Américo Simonetti se deu pela concessão de incentivos, como a isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) para as construtoras que fizeram a obra e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os mutuários, além da construção do acesso ao conjunto e a instalação do ramal de água (ALVES, 2013).

necessariamente no custo final para os adquirentes, já que os agentes tendem a trabalhar sempre com os tetos de financiamento como valores finais, ou seja, a utilização dos terrenos mais baratos reverterá como ampliação das margens de lucro e não como redução do preço final. Mas essa estratégia de valorização do capital tem como consequência um aumento do “custo” social final do empreendimento, já que os adquirentes terão que arcar com maiores despesas de transportes e com problemas de infraestrutura no entorno, “pagando” então pelo lucro das construtoras e reafirmando o modelo da espoliação urbana que caracteriza o processo de urbanização brasileiro historicamente (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 54).

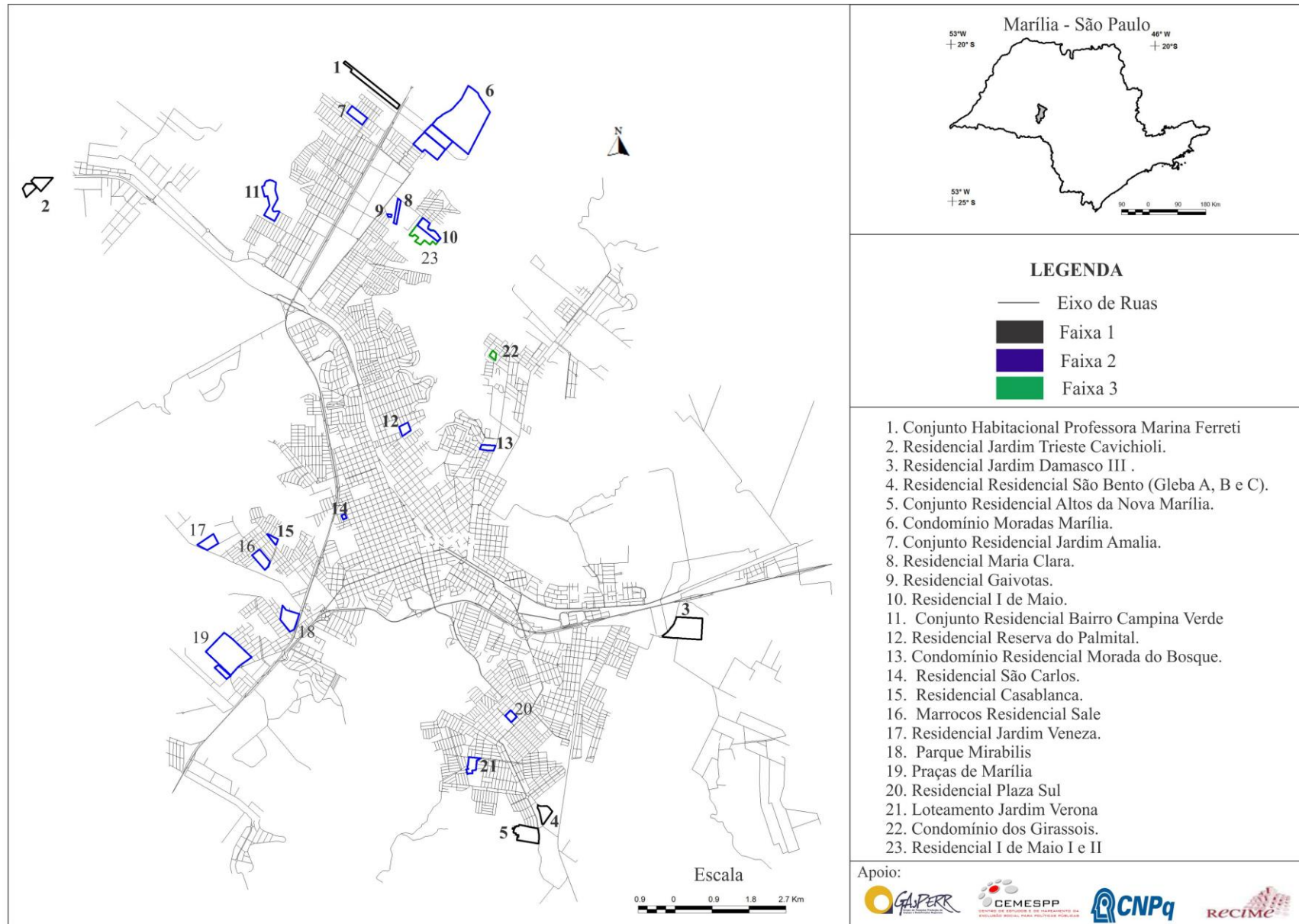
Assim, seguindo nossa análise do papel do Programa Minha Casa Minha Vida na produção de cidades e no seu processo de reestruturação, é importante localizar os empreendimentos do programa nas cidades de Marília e em Mossoró, de modo a perceber como a produção de tais espaços condiciona o consumo do ponto de vista da unidade residencial e do ponto de vista da própria cidade, de suas localizações absolutas e relativas.

Conforme visualizamos no Mapa 4, os empreendimentos em Marília localizam-se nas chamadas zonas norte, sul e oeste da cidade, e em Mossoró, concentram-se nas zonas norte e sul (Mapa 5)¹³⁶, havendo diferenças na sua distribuição espacial conforme a faixa de renda a qual se destinam.

Nota-se que, em ambas as cidades, os empreendimentos destinados às habitações de interesse social (faixa 1) estão todos localizados nas extremidades da cidade (Mapas 4 e 5), e no caso de alguns, havendo pouca ou nenhuma continuidade espacial com a malha urbana consolidada, diferentemente dos empreendimentos destinados às faixas 2 e 3, que em sua maioria, estão melhor inseridos.

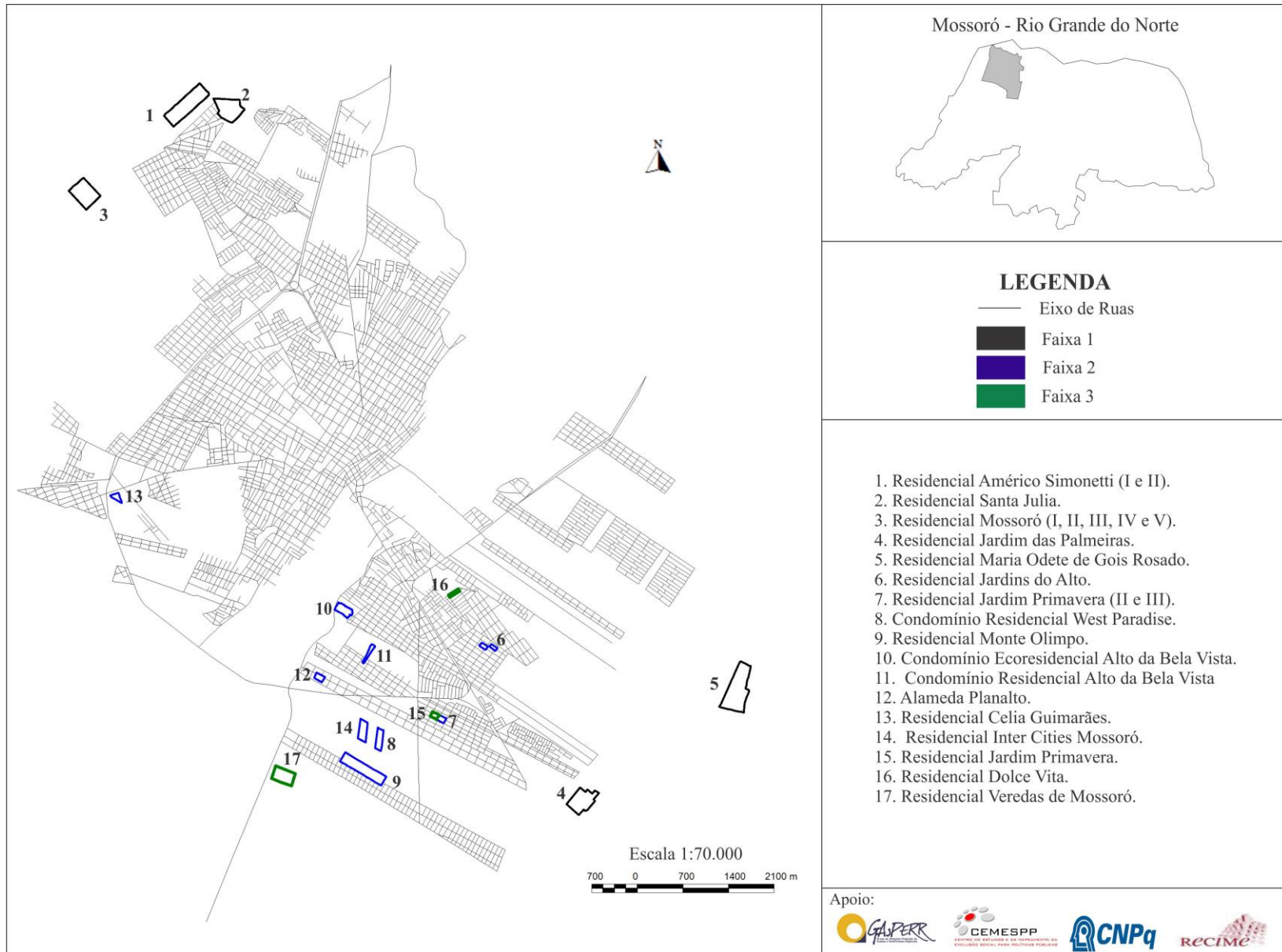
¹³⁶ Não foi possível localizar dois dos dezenove empreendimentos listados em Mossoró: o Conjunto Habitacional Jardim das Orquídeas (faixa 2) e o Residencial Solar das Palmeiras (faixa 3).

Mapa 4 - Marília. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. 2015.



Fonte: Ministério das Cidades (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Mapa 5 - Mossoró. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. 2015.



Fonte: Ministério das Cidades (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

A localização dos empreendimentos do PMCMV em Marília e Mossoró, principalmente àqueles destinados à faixa 1, contribui para a expansão e descontinuidade da malha urbana. De modo a ilustrar nossa argumentação, apresentaremos os exemplos de dois empreendimentos em cada uma das cidades analisadas aqui: o Residencial Jardim Trieste Cavichioli e o Conjunto Residencial Altos da Nova Marília, em Marília, identificados no Mapa 4 pelos números 2 e 5, respectivamente; e o Residencial Monsenhor Américo Simonetti e Residencial Santa Júlia, em Mossoró, identificados pelos números 1 e 2 no Mapa 5, respectivamente.

O Residencial Jardim Trieste Cavichioli (Figura 5), em Marília, conta com 358 unidades habitacionais e está localizado no distrito de Padre Nóbrega, a 15 km do centro de Marília e a 6 km do último bairro de ocupação consolidada da cidade, às margens da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (ARAÚJO, 2013). O referido distrito possui uma população predominantemente de baixa renda e apresenta diversas precariedades em equipamentos institucionais, como escolas e postos de saúde. Para a referida autora, os principais problemas do Residencial Jd. Trieste Cavichioli estão relacionados à proximidade com a rodovia e a ausência de uma passarela que o conecte ao distrito de Padre Nóbrega, dificuldades que resultam no aumento do número de atropelamentos nas proximidades do conjunto (ARAÚJO, 2013).

Figura 5 - Marília. Vista aérea do Residencial Jardim Trieste Cavichioli. 2012.



Fonte: Jornal da Manhã (2012). Disponível em: <http://www.jornaldamanhamarilia.com.br/noticia/15939/Prefeitura-encaminha-projeto-de-passarela-ao-DER/>. Acesso em: 09/12/15.

O Conjunto Residencial Altos da Nova Marília (Figura 6) possui 246 unidades habitacionais e localiza-se no extremo sul da cidade, próximo ao Conjunto Habitacional Nova Marília, núcleo habitacional criado na década de 1980 – na época, situado no limite entre as zonas urbana e rural – que recebeu moradores de baixos rendimentos, oriundos das adjacências do centro e fortemente estigmatizadas (DELICATO, 2004).

Como podemos observar na Figura 6, a localização deste empreendimento do PMCMV reproduz a lógica de produção de loteamentos em descontinuo à malha urbana consolidada, iniciada ainda nos anos de 1970, cujas características “populares” os destinavam “aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, com lotes de pequenas dimensões e muitas unidades habitacionais” (ZANDONADI, 2008, p. 46).

Figura 6 - Marília. Conjunto Residencial Altos da Nova Marília. 2013.



Fonte: Edna Couto. Arquivo pessoal (2013).

Em Mossoró também encontramos este padrão periférico dos empreendimentos. Na Figura 7, é possível observar o Residencial Monsenhor Américo Simonetti (número 1 no Mapa 5), que possui 802 unidades habitacionais e está situado

no extremo norte da cidade, descontínuo da malha urbana, na sequência dos conjuntos Abolição IV e Santa Delmira¹³⁷ (QUEIROZ, 2012).

Consoante Nascimento (2013), os moradores sofrem com a falta de transporte coletivo no empreendimento, o que dificulta o acesso aos locais de trabalho, de estudo e de lazer, problema que é compartilhado pelos moradores de outros residenciais construídos pelo PMCMV, a exemplo do Residencial Santa Júlia (faixa 1) e de empreendimentos localizados em bairros como o Planalto 13 de Maio e o Sumaré (NASCIMENTO, 2013, p. 126-128).

Figura 7 - Mossoró. Residencial Monsenhor Américo Simonetti. 2013.



Fonte: Edna Couto. Arquivo pessoal (2013).

O Residencial Santa Júlia (Figura 8) possui 376 unidades habitacionais e localiza-se bem próximo ao Residencial Monsenhor Américo Simonetti, no extremo norte mossoroense. Está localizado no bairro Santa Júlia, criado no início da década de 1990 (Lei 502/90 de 05/06/1990) como parte de uma estratégia de direcionamento da

¹³⁷ Estes conjuntos foram construídos na época do BNH, até fins da década de 1970 (ROCHA, 2005).

expansão territorial urbana da cidade no sentido nordeste, embora os bairros recém-criados mantivessem práticas cotidianas rurais e com ausência de infraestruturas urbanas (ROCHA, 2005, p. 192), demonstrando relações de permanências, mudanças e contradições estabelecidas entre o urbano e o rural.

Figura 8 - Mossoró. Residencial Santa Júlia. 2013.



Fonte: Edna Couto. Arquivo pessoal (2013).

Portanto, o padrão periférico dos empreendimentos do PMCMV, sobretudo aqueles destinados à faixa 1, assemelha-se à localização de conjuntos habitacionais populares implantados em políticas habitacionais passadas, distantes das áreas centrais e descontínuos da malha urbana, em áreas desprovidas ou com precárias condições de infraestrutura e de serviços coletivos, como equipamentos de saúde, escolas e creches, transporte, saneamento básico, pavimentação asfáltica etc. (BONDUKI, 2008; MARICATO, 1987).

A desarticulação do PMCMV com a política urbana contribuiu para a manutenção e ampliação deste padrão, questão mais crucial ainda quando se considera que o programa dissociou-se das estratégias de ação do Plano Nacional de Habitação

(PlanHab) e do Estatuto da Cidade. Desse modo, cumpre-se aquilo que Bonduki (2009) já previa desde o lançamento do programa, ao afirmar que a localização dos empreendimentos poderia ser:

[...] inadequada, em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa (BONDUKI, 2009, p. 13).

Porém, antes de discutirmos a questão do preço da terra e do seu papel na produção e no consumo do espaço urbano, voltemos à análise da localização dos empreendimentos por faixas de renda¹³⁸ em Marília e Mossoró, apresentadas nos Mapas 6 e 7.

Uma primeira observação a partir dos mapas, é que em ambas as cidades, a maior concentração de chefes de família com rendimento até dois salários mínimos encontra-se situada nos setores periféricos da cidade, assim como a maioria dos empreendimentos do PMCMV, conforme já explicamos, evidenciando uma seletividade espacial que reforça as desigualdades historicamente produzidas nas cidades.

Porém, existem diferenças quanto à localização dos empreendimentos por rendimento dos chefes de família em virtude das singularidades de cada cidade, como por exemplo, o sítio urbano mariliense¹³⁹, que condiciona a ocupação e a expansão territorial urbana, ou a diversificação econômica mossaoroense, que confere uma complexidade à produção do espaço urbano e regional.

Vemos no Mapa 6 que dos 23 empreendimentos do PMCMV em Marília, incluindo todas as faixas do programa, quinze estão localizados em setores de menor concentração de chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos, representados pelas cores amarelo e bege, ou seja, 65,22% do total de empreendimentos, sendo dois na faixa 1, onze na faixa 2 e dois na faixa 3.

Em contrapartida, oito empreendimentos do PMCMV localizam-se em setores de maior concentração de chefes de família nesta condição, representados pelas cores vermelho e laranja, sendo três na faixa 1 e cinco na faixa 2, que juntos equivalem a 34,78% do total de empreendimentos em Marília (Mapa 6).

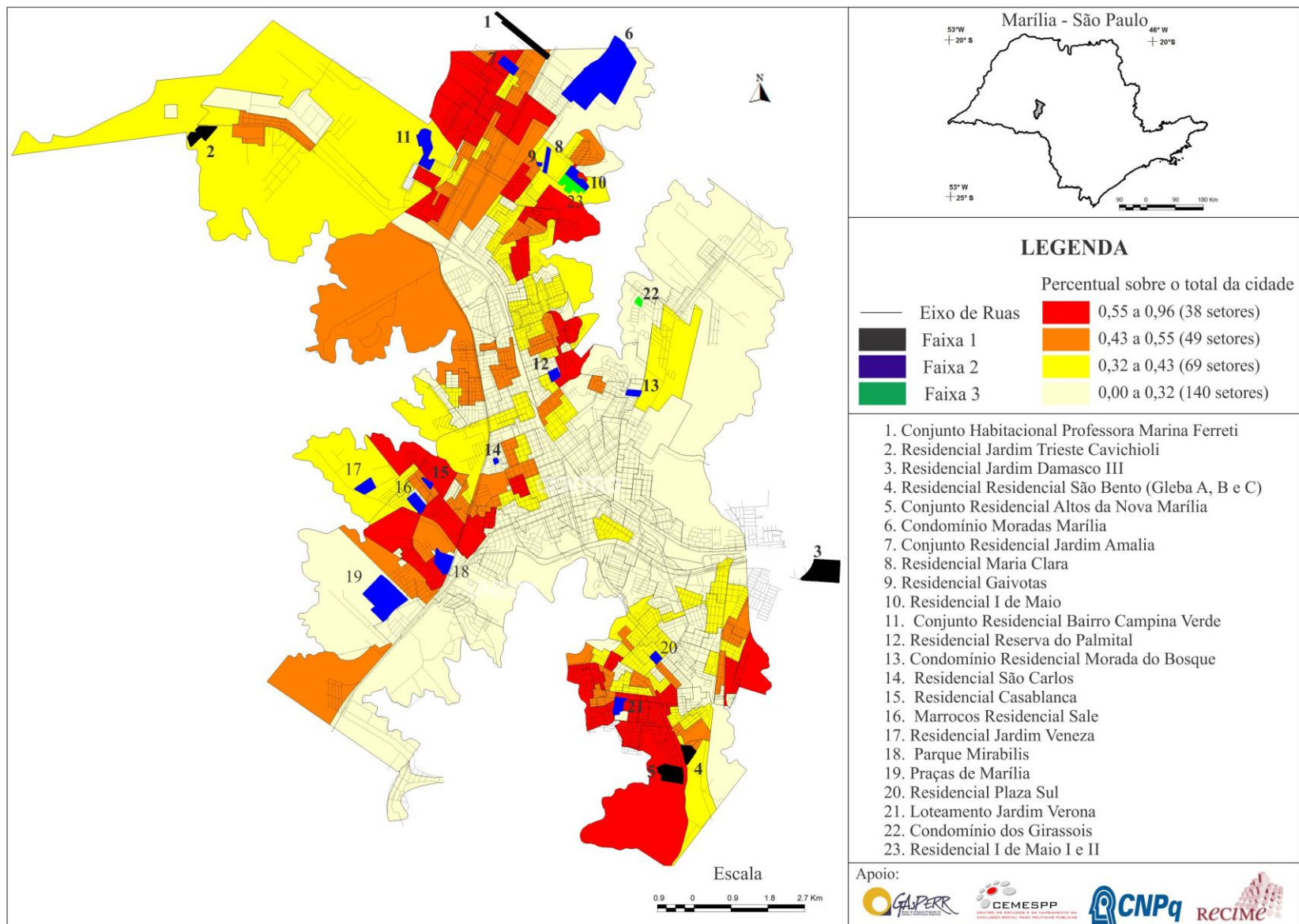
¹³⁸ Selecionamos para análise os chefes de família com rendimento de até dois salários mínimos, por setores censitários, com base no último Censo Demográfico (IBGE, 2010), excluindo-se deste dado os chefes de família sem rendimentos. Em 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00.

¹³⁹ Segundo Melazzo (2012, p. 165) o sítio urbano de Marília “conjuga uma peculiar morfologia, caracterizada por um grande topo plano, associado a profundas escarpas que alcançam mais de 100 metros de profundidade. Conhecidas como itambés [...]”.

No tocante à distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV em Marília, observa-se que, embora estejam dispersos entre os setores de maior e menor concentração de chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos, as localizações dos empreendimentos condizem com os setores de exclusão social, situados nos extremos da cidade – ao norte e ao sul – e nas ocupações antigas próximas ao centro – a sudoeste e a nordeste –, “impróprias para construção de moradias por estarem delimitadas por ‘Itambés’ e fundos de vale” (NUNES, 2007, p. 145)¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Os argumentos do referido autor estão baseados nos dados censitários de 2000 (IBGE, 2000).

Mapa 6 - Marília. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (2015), por chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos (2010).



Fonte: IBGE (2010a); Ministério das Cidades (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Diferentemente de Marília, em Mossoró a maioria dos empreendimentos, 58,82% do total, situa-se em setores de maior concentração de chefes de família com rendimentos de até dois salários mínimos e, conseqüentemente, áreas que concentram segmentos de baixa renda na cidade, representadas pelas cores vermelho e laranja.

Dos 17 empreendimentos mapeados, dez estão localizados nestes setores, sendo dois na faixa 1, seis na faixa 2 e dois na faixa 3. Nos setores em amarelo ou bege, correspondentes àqueles nos quais os chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos estão menos concentrados, os empreendimentos do PMCMV estão distribuídos da seguinte forma: três na faixa 1, três na faixa 2 e apenas um na faixa 3 (Mapa 7).

As áreas priorizadas para implantação dos empreendimentos destinados às faixas 2 e 3 em Mossoró, como por exemplo, os bairros Alto do Sumaré e Presidente Costa e Silva, caracterizam-se por serem de expansão urbana recente, a sul e a sudoeste da cidade, próximos à sede da Petrobras¹⁴¹.

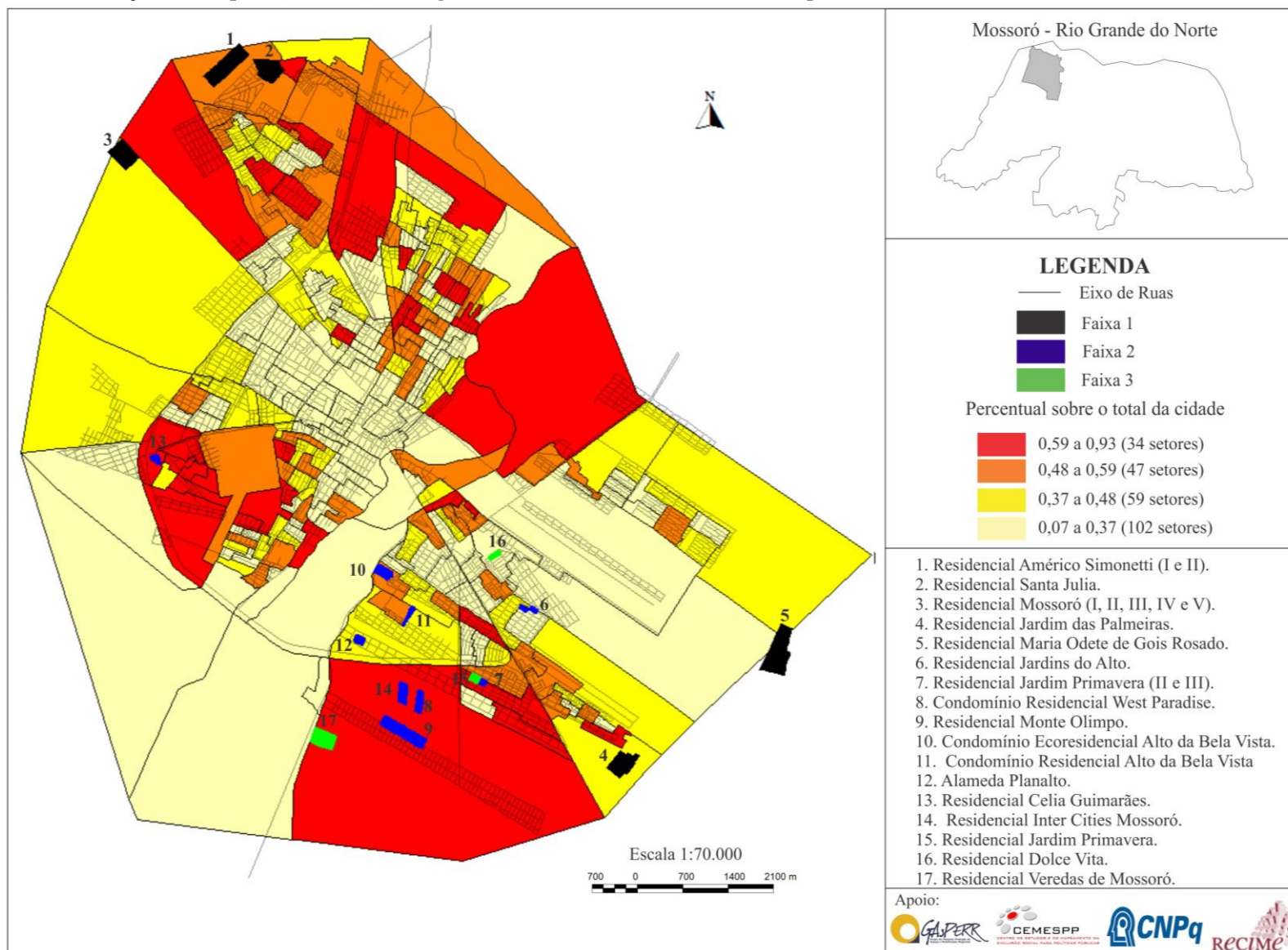
Em sua dissertação sobre políticas urbanas e desigualdades socioespaciais em Mossoró, Queiroz (2012) afirmou que em 2010, os dois bairros mencionados compareciam no rol de interesses para o mercado imobiliário, com forte potencial de expansão, não obstante possuíssem percentuais de acesso à rede geral de esgotamento muito baixos, de apenas 6,81% e 0,57%, respectivamente.

Todavia, este problema vem sendo superado, pois, segundo notícia publicada em jornal local, em 2013 foram feitos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do Governo Federal para pavimentação e saneamento básico em diversos bairros da cidade, dentre os quais os supracitados (MOSSORÓ, 2013).

A dotação de infraestrutura urbana nestas áreas da cidade melhora as condições de moradia e de acesso ao consumo de bens e serviços, contribuindo, assim, para que se tornem vetores de expansão urbana e/ou de valorização imobiliária (ELIAS, PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2013), mediante a ampliação da atuação de empresas privadas nos segmentos da construção e da incorporação imobiliária, conforme discutidos anteriormente, quando assinalamos as relações diretas produzidas entre os investimentos do Estado e a acumulação privada.

¹⁴¹ Informação obtida em entrevista com Gerente Executivo do Departamento de Desenvolvimento Urbanístico (GEDUR) da Prefeitura Municipal de Mossoró, realizada em 29/01/2013 por Edna Couto e Michele Sousa.

Mapa 7 - Mossoró. Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (2015), por chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos (2010).



Fonte: IBGE (2010a); Ministério das Cidades (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Neste sentido, o Estado privilegia os agentes imobiliários privados, cujas estratégias atendem a lógicas empresariais e financeiras com interesses especulativos. Maricato (2011) acredita que a associação entre o Estado e as empresas privadas para execução do programa, tem como objetivo principal estabelecer “um novo patamar de acumulação na produção imobiliária residencial no Brasil” (MARICATO, 2011, p. 63), baseado no protagonismo das empresas privadas.

Por um lado, as empresas privadas vêm se beneficiando do PMCMV, implantando-os em certos espaços da cidade com seus produtos imobiliários altamente padronizados, demandando um grande aporte de investimentos públicos em infraestruturas que suportem e atendam às necessidades sociais geradas a partir de seus empreendimentos (SHIMBO, 2011).

Por outro, a produção de cidades pelo PMCMV segue tendências históricas de produção do espaço urbano guiadas pelas lógicas de mercado e fortalecidas pelo sentido da propriedade fundiária e imobiliária, cuja geração e captação de rendas fomentam a desigualdade social e urbana e o descontrole sobre o uso e a ocupação do solo no país (MARICATO, 2011, p. 70).

Na medida em que o Estado provisiona infraestrutura e serviços urbanos na porção A ou B da cidade, ele “desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço” (SINGER, 1979, p. 34). Este processo, captado pelos agentes imobiliários privados, acelera a valorização imobiliária já existente e amplia as desigualdades socioespaciais, amplificando os mecanismos da produção e apropriação de rendas fundiárias nos termos tratados por uma já ampla e consolidada literatura crítica, da qual podemos destacar Singer (1979), Sposito (1990) e Harvey (1990) como exemplos.

Conforme explica Maricato (2011, p. 70), “o aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV”, processo que vem sendo observado nas cidades de Marília e Mossoró.

Verificamos nas Figuras 9 e 10, referentes às duas cidades, respectivamente, a evolução dos preços médios do metro quadrado de terrenos por bairros, mostrando sua distribuição espacial. Importa salientar que a análise destas médias, mais que medidas objetivas e absolutas, nos ajuda a pensar as “transformações mais qualitativas no que se refere às formas e ao ritmo de produção da cidade” (MELAZZO, 2012, p. 254),

indicando quais os vetores de maior e/ou menor expansão e/ou valorização imobiliária nas cidades de Marília e Mossoró, no intervalo entre 2000 e 2010.

Em Marília, nos anos de 2000 e 2010, os bairros que apresentaram as maiores médias de preços na cidade estavam no Centro e adjacências e na zona leste. Em 2010, nota-se o deslocamento do “gradiente de preços” em direção a esta porção da cidade em relação ao ano de 2000 (Figura 9).

De acordo com Melazzo (2012), a zona leste “passa a concentrar os terrenos mais caros e, também, a fornecer o ‘termômetro’ da valorização diferencial” para as demais áreas da cidade (MELAZZO, 2012, p. 267), além de reunir grande parte das ofertas de terrenos urbanos, tendo em vista que nesta área se concentram os espaços residenciais fechados (SPOSITO; GÓES, 2013)¹⁴².

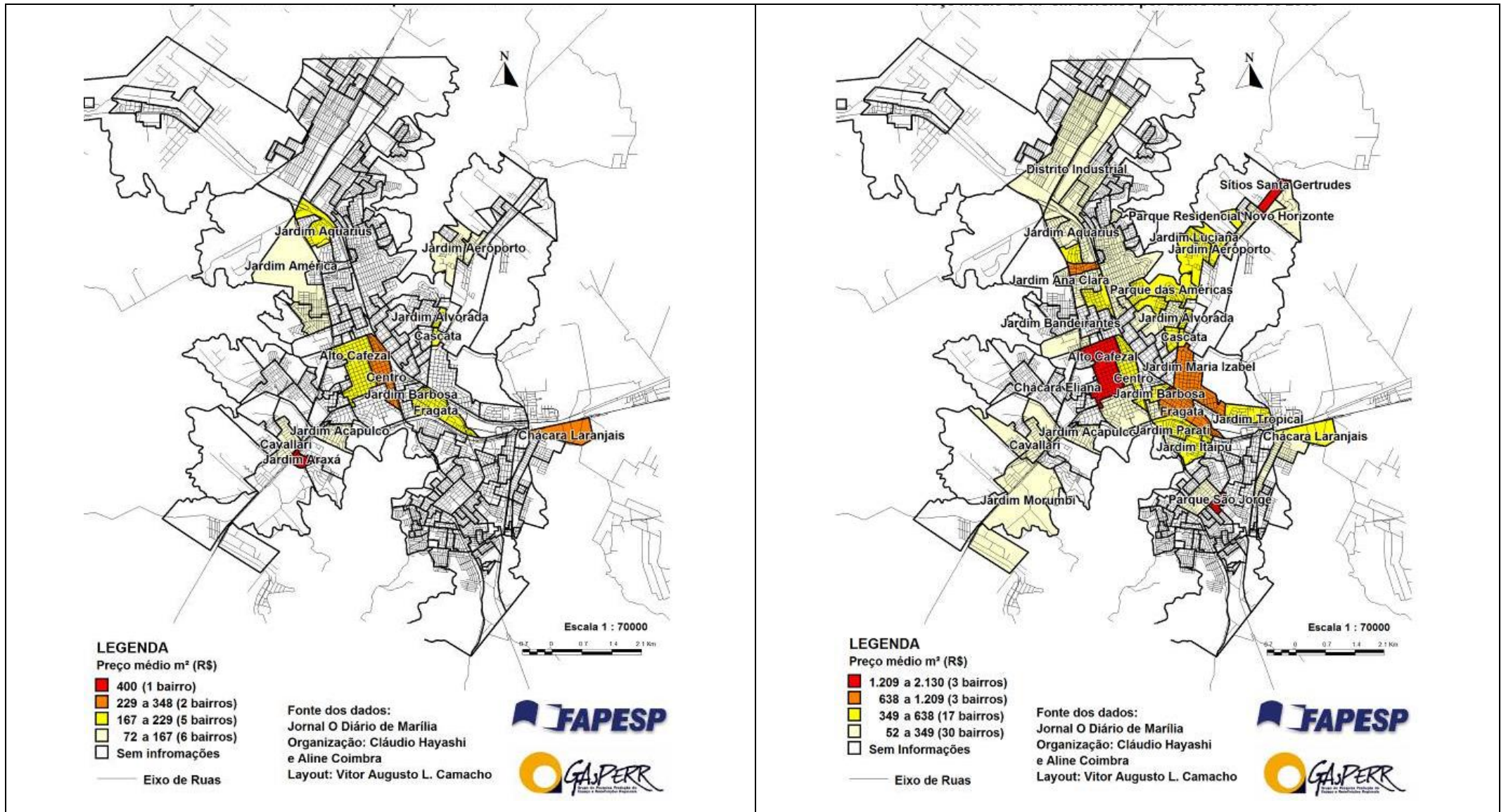
Com relação à variação dos preços médios do m² e de sua amplitude no conjunto da cidade para os anos analisados, considerando os menores e os maiores preços médios, verificamos que em 2000, o preço médio variava entre R\$ 72,00 e R\$ 400,00, e em 2010, entre R\$ 52,00 e R\$ 2.130,00, ou seja, uma amplitude de R\$ 328,00 e de R\$ 2.078,00, respectivamente.

Do ponto de vista das classes de preços, constatou-se também uma grande variação, desde os bairros menos valorizados aos mais valorizados. Porém, é preciso lembrar que “[...] a problemática da valorização de um bem não decorre unicamente do produto edificado, mas da articulação entre ele e a localização produzida histórica e socialmente no decorrer do tempo e apropriada no processo de valorização e formação dos preços” (AMORIM, 2015, p. 208).

Assim, este quadro de valorização de determinadas áreas na cidade reforça antigas localizações residenciais de alto padrão e práticas características da seletividade espacial já existente na cidade, embora tenha havido uma mudança nos produtos imobiliários – que segmentam o mercado de terras. Essa seletividade nos vetores de expansão territorial contribuiu para a formação de novas centralidades e indica “[...] processos crescentes de desigualdades intraurbanas que marcam a produção do espaço urbano” (MELAZZO, 2012, p. 272).

¹⁴² Este tema será discutido adiante.

Figura 9 - Marília. Preço médio do m² em terrenos por bairro. 2000 e 2010.



Fonte: CEMESPP (2013).

Processo semelhante pode ser constatado em Mossoró, com a maior valorização no ano de 2000 concentrada nos bairros Nova Betânia e Alto de São Manoel (Figura 10). Verificamos que em Mossoró a menor média de preços do m², em 2000, era de aproximadamente R\$ 15,00 e a maior, de R\$ 61,00¹⁴³.

No ano de 2010, notou-se uma dispersão das áreas valorizadas em direção ao nordeste da cidade, para os bairros Abolição e Santo Antônio, e ao sul-sudoeste, para os bairros Alto do Sumaré e Presidente Costa e Silva, nos quais se localizam atualmente empreendimentos do PMCMV.

Em apenas uma década, a variação do preço médio do m² aumentou expressivamente no que diz respeito tanto às médias mínimas e máximas (entre R\$ 15,00 e R\$ 847,00, respectivamente), quanto às variações na amplitude entre os preços médios do m² no conjunto da cidade em 2010 (Figura 10). Conforme nos explica Maricato (2005, p. 2),

O ambiente construído faz parte da riqueza produzida e distribuída na sociedade segundo determinadas relações sociais. Se em qualquer cidade do mundo o preço de um imóvel é fortemente determinado pela localização no meio urbano, em cidades extremamente desiguais como no Brasil essa diferença de preço é maior.

Frente à desigualdade no processo de produção do espaço urbano, verificamos que em Mossoró os preços médios do m² da terra urbana são maiores do que em Marília, e isto pode estar associado à questão fundiária. Em Mossoró, a concentração de terras é maior em virtude das condicionantes históricas – políticas, econômicas e sociais – e do forte patrimonialismo, “caracterizado pela relação entre concentração do patrimônio, poder econômico e poder político” (MARICATO, 2005, p. 3).

Após a integração de Mossoró aos circuitos produtivos e de consumo globalizados nos anos de 1980 e 1990, a cidade tornou-se mais subordinada à acumulação capitalista, como uma mercadoria, sobretudo na última década, acompanhando o movimento de expansão do capital em escalas supra locais. Isto implicou uma maior articulação política e econômica na escala local, regional e nacional, nas quais a produção do espaço urbano e o processo de especulação fundiária e imobiliária despontam como meios para a reprodução ampliada do capital.

Elias e Pequeno (2010) ressaltam que o setor sul-sudoeste da cidade vem despertando interesse de investidores privados e consumidores de moradia produzida

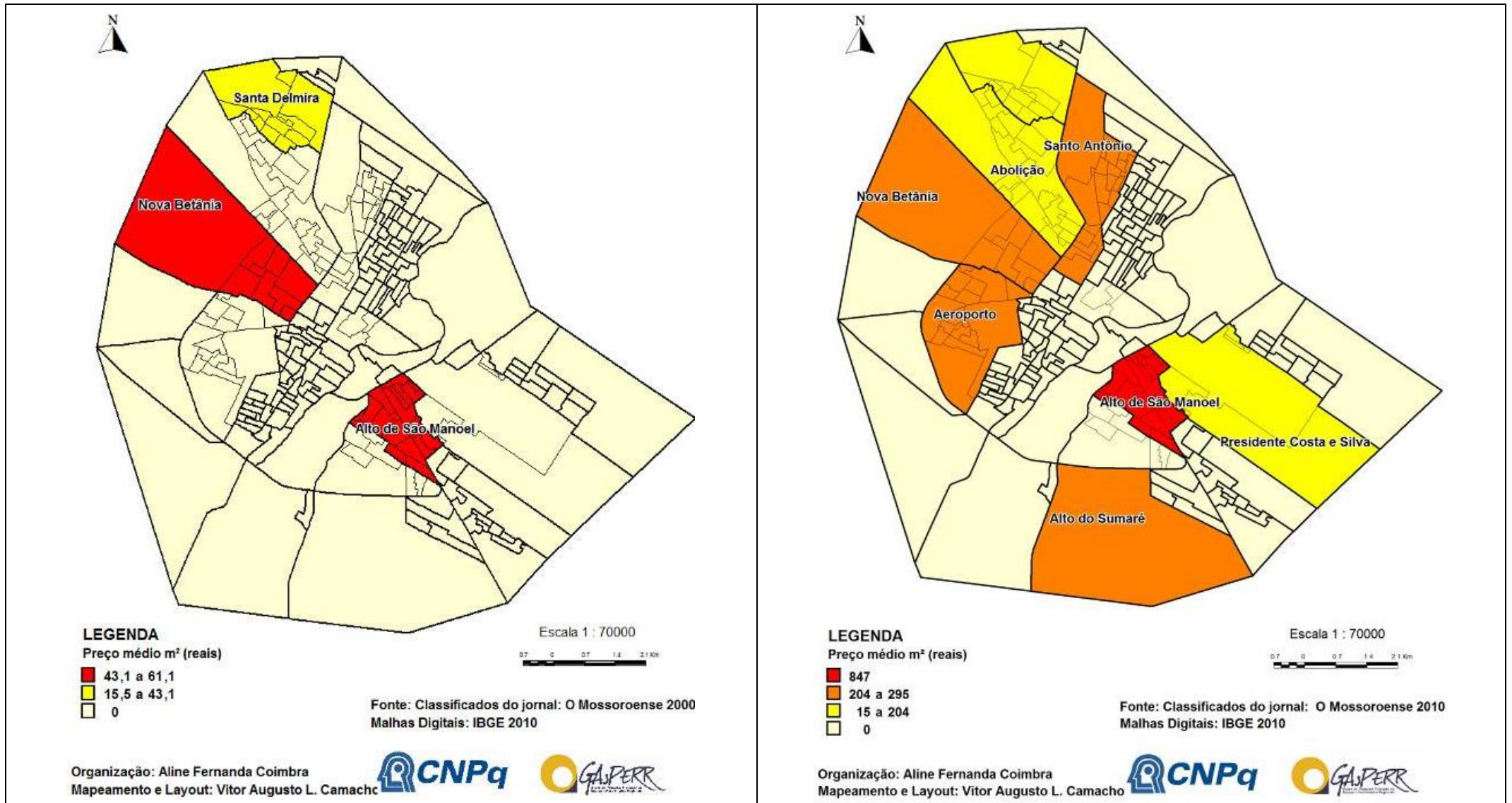
¹⁴³ O Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) vem desenvolvendo um conjunto de estudos e metodologias sobre os procedimentos de coleta e tratamento dos dados acerca do mercado imobiliário.

pelo mercado imobiliário, acirrando sua diferenciação social em relação aos demais bairros e áreas, e possibilitando,

[...] a partir do que a nova política urbana estabelece, a reprodução de velhos processos com novas roupagens: a consolidação de uma cidade dividida entre a cidade do mercado imobiliário e a cidade informal; a disponibilidade de grandes vazios periféricos como alvo para novos programas habitacionais, pautados em velhos modelos (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 256).

Portanto, a discussão da produção da habitação é fundamental na compreensão dos processos históricos de produção das cidades e de divisão social e econômica do espaço, no âmbito dos quais o estudo da dinâmica imobiliária em Marília e Mossoró sob a ótica da política habitacional do PMCMV nos auxilia a entender o processo de reestruturação das cidades e a compreender os novos condicionantes para a produção e o consumo na/da cidade.

Figura 10 - Mossoró. Preço médio do m² em terrenos por bairro. 2000 e 2010.



Fonte: COIMBRA (2013).

Ressaltamos que nossa abordagem não se restringe à questão habitacional ou imobiliária, nem é nosso objetivo analisar em si mesmos os preços dos terrenos em Marília ou Mossoró. Como salienta Lipietz (1985, p. 105), “por trás do ‘mapa de preços do solo’ temos que ler o mapa [...] dos usos econômicos e sociais do solo urbano”¹⁴⁴, ou seja, compreender os processos de diferenciação e desigualdades que ensejam uma dada forma de produção e consumo da cidade, bem como as tendências de suas mudanças ao longo do tempo.

Logo, pretendemos, com estas reflexões, compreender o processo de reestruturação das cidades, partindo do pressuposto de que o ritmo e a intensidade das mudanças que dizem respeito à divisão técnica (econômica) e à divisão social do espaço (CORRÊA, 2007a; LEFEBVRE, 1972, 1999; SPOSITO; GÓES, 2013; VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013), analisados articuladamente, alteram as formas de produção e de apropriação do espaço urbano (SPOSITO; GÓES, 2013), evidenciadas pela:

- seletividade espacial dos agentes que as produzem, sobretudo as empresas privadas que atuam na construção de habitações pelo PMCMV, privilegiando ou não determinadas áreas da cidade, conforme o tipo de produto e o público-alvo;
- valorização diferencial das áreas, fomentando a especulação imobiliária, a segregação e a fragmentação socioespacial, que implicam no processo de estruturação intraurbana a partir da lógica de produção de desigualdades (MELAZZO, 2012);
- padronização dos produtos imobiliários, com relação às moradias destinadas a famílias de renda média e baixa do PMCMV e aos espaços residenciais fechados¹⁴⁵ (SPOSITO; GÓES, 2013) voltados para os segmentos de maior renda, paralelamente à diferenciação e segmentação socioespacial.

Portanto, a produção da casa passa a ser uma variável importante no processo de reestruturação da cidade, na medida em que “[o] imobiliário (mercantil) [...], sob a hegemonia da forma de produção para mercado, toma a direção do processo urbano e da

¹⁴⁴ Tradução nossa de “*por detrás del «mapa de precios del suelo» tenemos que leer el mapa [...] de los usos económicos y sociales del suelo urbano*”.

¹⁴⁵ De acordo com Sposito e Góes (2013, p. 61), a expressão espaços residenciais fechados designa “todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança, [...] ainda que haja diferenças, nos termos da legislação vigente, entre as formas de fechamento e controle observadas nesses espaços, bem como em suas condições jurídicas de propriedade”.

construção da cidade” (PEREIRA, 2011, p. 25) e, amparado pelo Estado, privilegia a produção privada e os segmentos de rendas médias e altas (MARICATO, 2008, 2011; ROLNIK; KLINK, 2011), tornando a cidade cada vez mais fragmentada, dispersa e desigual.

4.2. Os espaços residenciais fechados: segmentação e divisão social do espaço

A disseminação de novos produtos imobiliários, tais como *shopping centers* e os novos *habitats* produzidos a partir da concepção de espaços residenciais fechados, tem “alterado a distribuição, na cidade, dos grupos sociais e das funções urbanas, rearticulando os usos dos espaços e os fluxos que lhes animam a vida, por meio de formas de segmentação mais complexas” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 69), alterando, assim, seus conteúdos e as lógicas de estruturação do espaço urbano.

Foge ao escopo desta pesquisa esgotar as possibilidades de discussão sobre este tema, porém, é importante analisar as localizações e os impactos destes novos produtos imobiliários na escala da cidade e da rede urbana, tomando como referência os exemplos de Marília e Mossoró, na medida em que sua compreensão possibilita aquilatar o conjunto e a intensidade das transformações diferenciadas e diferenciadoras pelas quais passam as cidades analisadas e que se constituem em uma condição *sine qua non* dos processos de reestruturação urbana e da cidade.

Em Marília, identificamos 36 espaços residenciais fechados¹⁴⁶ (Mapa 8), dos quais 24 concentram-se na zona leste – área mais valorizada da cidade, conforme já demonstramos –, havendo também empreendimentos no sentido norte, noroeste e sudoeste, porém, em menores quantidades.

A implantação dos primeiros espaços residenciais fechados em Marília reforçou um movimento de expansão territorial da cidade e de descontinuidade da malha urbana, iniciado de modo incipiente já na década de 1970 e acentuado nos anos de 1990 (DAL POZZO, 2011; DELICATO, 2004; MELAZZO, 2012; NUNES, 2007; SPOSITO; GÓES, 2013; ZANDONADI, 2008), período a partir do qual nos deteremos para a análise.

¹⁴⁶ No intuito de operacionalizar a pesquisa e viabilizar a comparação entre Marília e Mossoró, diante das singularidades de cada cidade, estabelecemos os seguintes critérios para definição dos espaços residenciais fechados: a existência de vias de circulação internas e de área de lazer; a presença de guarita de segurança e controle de entrada/fluxos, com vigilante; e o mínimo de 20 lotes por empreendimento.

De acordo com Zandonadi (2008, p. 86-89), os dois primeiros espaços residenciais fechados foram implantados em Marília entre os anos de 1970 e 1980 (números 1 e 2 no Mapa 8), nas extremidades nordeste e sudoeste da cidade. Na década de 1990, a expansão dos espaços residenciais fechados caracterizou-se pela escolha da porção leste da cidade para a implantação dos empreendimentos, nas proximidades do bosque municipal e da Avenida das Esmeraldas (números 3 a 8 no Mapa 8).

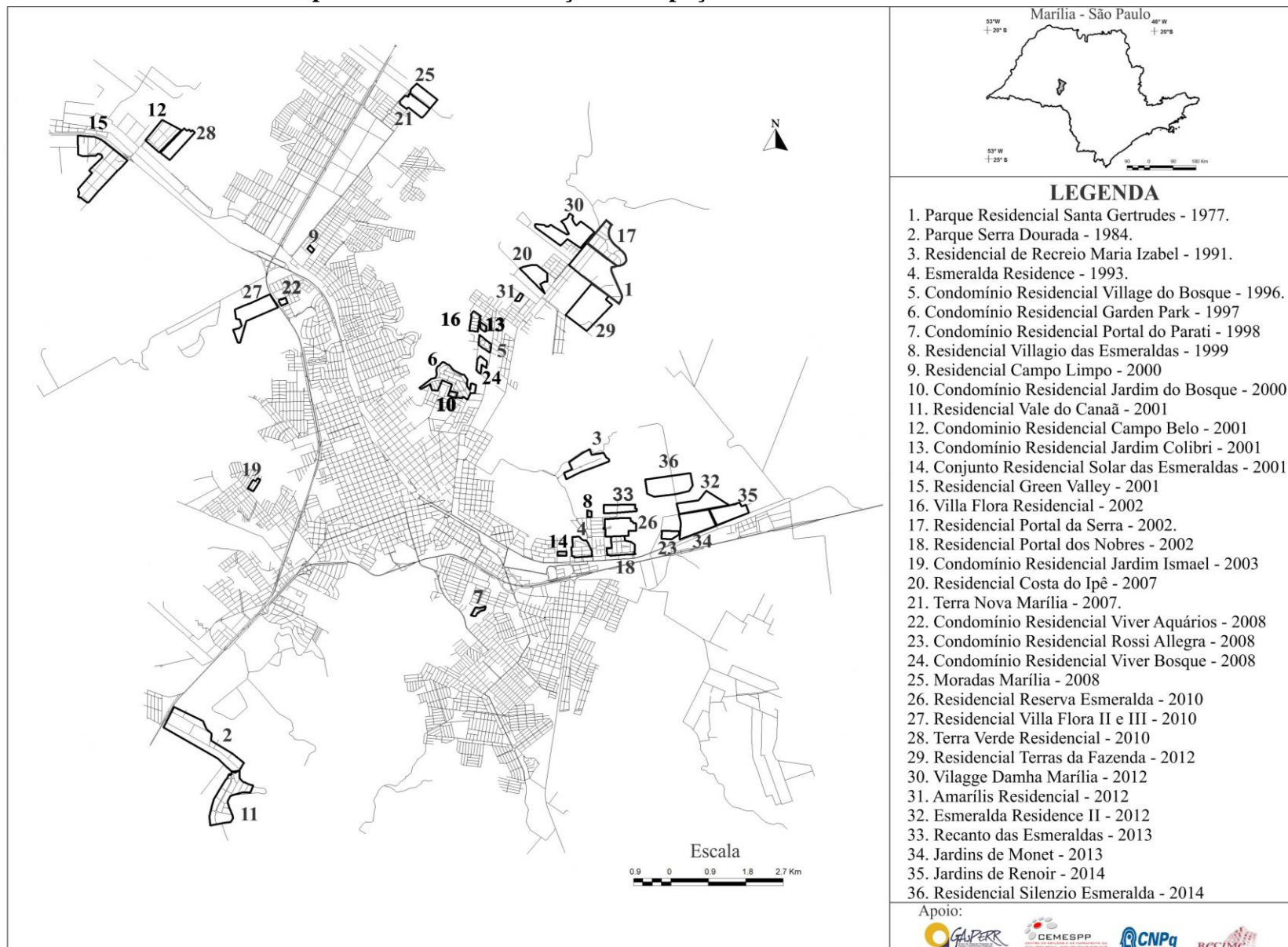
Já nos anos 2000, os empreendimentos apresentavam uma localização mais descontínua e periférica na malha urbana, em grandes glebas, orientada por interesses fundiários e imobiliários. Conforme nos explicam Sposito e Góes (2013, p. 70), esta localização periférica se deve ao fato de que “tais áreas, quando se trata de incorporações que visam à criação de espaços residenciais fechados, devem estar disponíveis e, de preferência não edificadas, para que as taxas de apreensão da renda diferencial sejam mais altas”.

Sposito e Góes (2013) chamam atenção para a situação geográfica dos espaços residenciais fechados em Marília, apontando uma tendência à periferização das áreas residenciais, com a incorporação de glebas rurais à malha urbana, e sua consequente expansão, sustentadas pelo poder público e pela produção imobiliária privada.

Convém relevar que alguns empreendimentos são aprovados e construídos desconsiderando questões ambientais, patrimoniais e culturais (SPOSITO, 2010, p. 133). Sposito e Góes (2013, p. 143) afirmam que em Marília há diversos espaços residenciais fechados que apresentam irregularidades relativas “à apropriação indevida de áreas públicas e [...] ao descumprimento da legislação ambiental, causando, ambas, danos ao conjunto da cidade e da sociedade”.

Outro ponto a ser salientado é a intensificação e expansão deste tipo de *habitat* em período mais recente em Marília: a partir dos anos 1990, com a implantação de seis empreendimentos, acentuou-se nos anos 2000, quando foram construídos 16 empreendimentos (números 9 ao 25 no Mapa 8), e entre 2010 e 2014, incluindo loteamentos e condomínios horizontais, foram aprovados 11 espaços residenciais fechados (números 26 ao 36 no Mapa 8), ou seja, em apenas quatro anos, o número quase se equiparou ao total de empreendimentos realizados durante toda a década de 2000.

Mapa 8 - Marília. Localização dos espaços residenciais fechados. 2014.



Fonte: Zandonadi (2008); Dal Pozzo (2011); Sposito e Góes (2013); Graprohhab (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Em Mossoró, identificamos 12 espaços residenciais fechados¹⁴⁷ (Mapa 9), que têm contribuído para transformações nas lógicas de estruturação do espaço urbano mossoroense, com a expansão da malha urbana (ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013). A implantação de espaços residenciais fechados na cidade é bastante recente, sendo o primeiro empreendimento de 2004 e o segundo, de 2006¹⁴⁸ (Mapa 6), ou seja, décadas após o primeiro detectado em Marília. Enquanto os primeiros espaços residenciais fechados apareciam em Mossoró, em Marília este processo tornava-se mais intenso, conforme expusemos.

Foi somente a partir da segunda metade dos anos 2000 que os loteamentos fechados e os condomínios horizontais se difundiram em Mossoró, de modo mais acentuado na década de 2010¹⁴⁹. Elias e Pequeno (2010, p. 250) explicam que os condomínios horizontais apareceram

[...] como uma forma diferenciada dos loteamentos fechados, em sua maioria localizados no mesmo bairro que concentra a verticalização [Nova Betânia]. Com porte igual ou menor ao de uma quadra, estes condomínios residenciais apresentam número reduzido de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, tendo as áreas de lazer, vias de acesso interno e os serviços condominiais compartilhados [destaque nosso].

Quanto à localização dos espaços residenciais fechados em Mossoró, verificamos que estes se concentram em dois sentidos: a oeste, em sua maioria no bairro Nova Betânia (números 3, 4, 6, 8 e 12 no Mapa 9), e a leste, no bairro Rincão, às margens da rodovia BR-110, na saída para Areia Branca (números 2, 5, 10 e 11 no Mapa 9), mantendo o padrão periférico dos empreendimentos.

Irregularidades relacionadas a questões jurídicas também são encontradas em espaços residenciais fechados em Mossoró, assim como em Marília. Oliveira (2013) relata que dois empreendimentos¹⁵⁰ foram denunciados por propaganda enganosa, pois, segundo o autor, estes empreendimentos foram “[...] comercializados como lotes de

¹⁴⁷ Só constam no mapa os espaços residenciais fechados que se encaixaram nos critérios estabelecidos nesta pesquisa, já explicados na nota anterior.

¹⁴⁸ De acordo com Silva (2013, p. 212), o Plano Diretor de Mossoró de 2006 (PDM) instaurou “[...] pela primeira vez na legislação urbanística de Mossoró, a permissão legal para implantação dos loteamentos fechados e pequenos condomínios horizontais, ratificando a implantação desses empreendimentos, que já havia se iniciado há pouco tempo”.

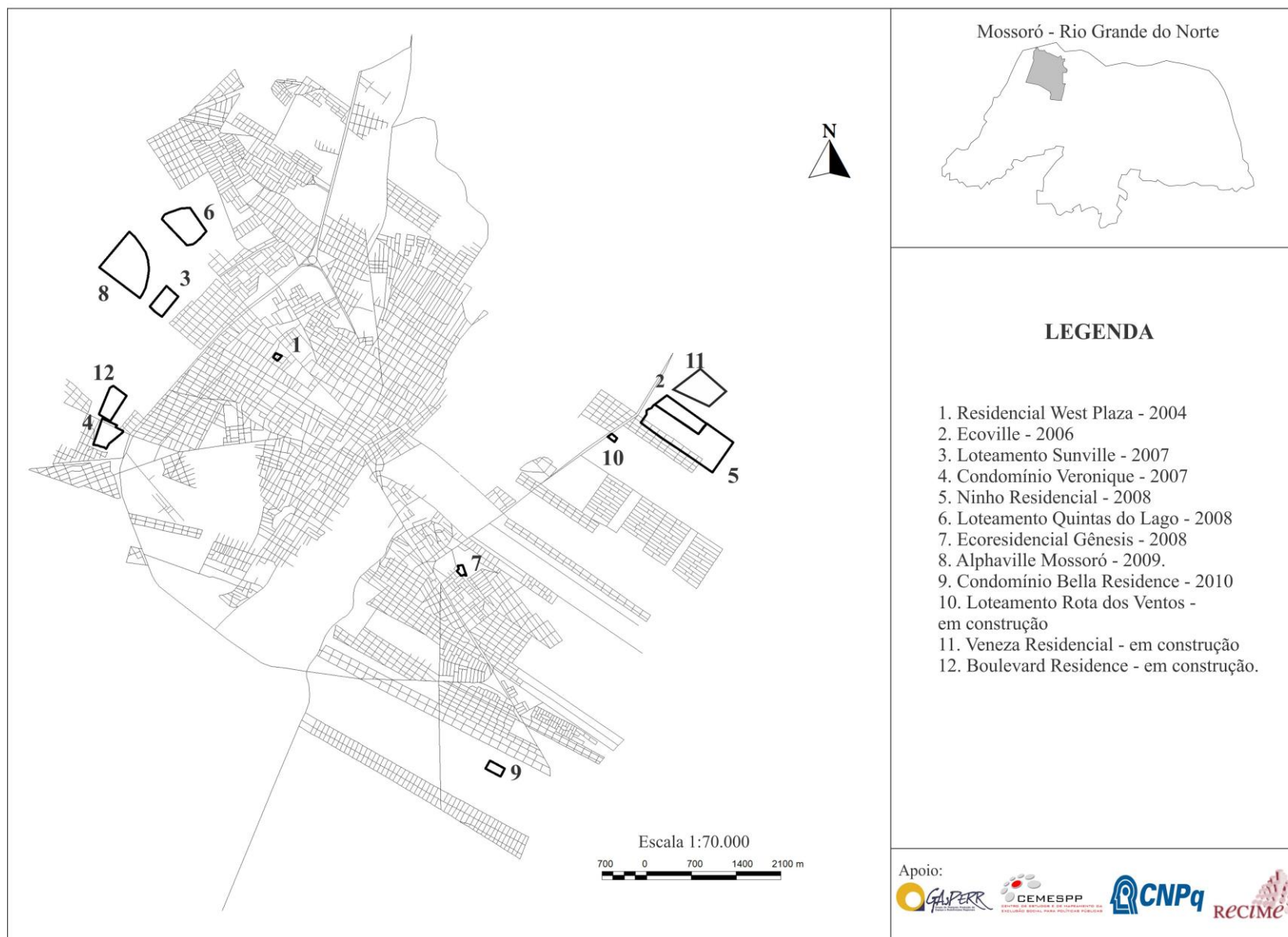
¹⁴⁹ No intervalo entre 2010 e 2015 foram lançados 26 empreendimentos na condição de condomínio residencial horizontal, que não aparecem na lista por não atenderem a um ou mais dos critérios adotados na pesquisa.

¹⁵⁰ Alphaville Mossoró e Quintas do Lago.

condomínio fechado, porém seus registros nas instâncias oficiais correspondem a loteamentos” (OLIVEIRA, 2013, p. 232)¹⁵¹.

¹⁵¹ Para mais informações sobre a definição jurídica que distingue loteamentos de condomínios ver Sposito e Góes (2013), no capítulo 7.

Mapa 9 - Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados. 2015.



Fonte: Elias e Pequeno (2010); Google Earth. Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

A localização dos espaços residenciais fechados em Marília e Mossoró, além de contribuir para o espraiamento e a descontinuidade da malha urbana, tem papel importante na ampliação das desigualdades socioespaciais.

Se antes nossa análise relacionou os empreendimentos do PMCMV com a renda de até dois salários mínimos por chefe de domicílio, neste momento, para uma melhor compreensão dos padrões de localização dos espaços residenciais fechados, agora a análise se volta empiricamente para os chefes de família com rendimentos iguais ou superiores a vinte salários mínimos¹⁵².

Exercício semelhante foi realizado por Melazzo (2014), através do qual constatou a seletividade e a concentração espacial dos chefes de família com maiores rendimentos, tanto nas cidades por nós estudadas, como em outras cidades médias brasileiras, acirrando as desigualdades socioespaciais.

Com base nas informações apresentadas no Mapa 10, constatamos que em Marília há uma forte concentração espacial dos chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, sobretudo no Centro e nos setores a leste e a noroeste. Os chefes de família nesta condição estão presentes, em maior ou menor quantidade, em 99 setores censitários, o equivalente a 33,44% do total de setores (296). Se atentarmos apenas para a classe que mais concentra chefes de família com este rendimento, entre 3,27% e 9,31% do total, observamos que ela compreende somente sete setores, ou seja, 2,36% do total da cidade, corroborando nossa afirmação.

Por conseguinte, é possível identificar três situações quanto às localizações dos espaços residenciais fechados na cidade: a maioria está localizada em setores que concentram chefes de família com rendimentos superiores a 20 salários mínimos (21 empreendimentos), outra parte situa-se onde não há chefes de família nesta condição (cinco empreendimentos), e por fim, alguns empreendimentos implantados fora do perímetro urbano, onde não foi possível identificar os rendimentos dos chefes de família (dez empreendimentos).

Estas localizações, associadas àquelas apresentadas anteriormente, revelam a divisão econômica e social do espaço, enquanto “efeito espacial da atividade dos

¹⁵² Para mais informações sobre a abordagem metodológica e a análise dos dados por setores censitários e faixas de rendimento consultar Melazzo (2014) e Amorim (2015), nos apêndices da referida tese. Vale ressaltar que dadas as diferentes situações geográficas de ambas as cidades sob análise, o indicador “chefes de famílias com ganhos acima de 20 SM mensais” possui significados diferentes para elas, embora a composição deste indicador seja muito semelhante e em Mossoró, estejam mais concentrados e segmentados do que Marília.

agentes e seu modo de vida, da **totalidade da estrutura da formação social** (com seu passado) (grifo do autor)¹⁵³ (LIPIETZ, 1985, p. 104), aprofundando as desigualdades socioespaciais e redefinindo as articulações entre as diferentes frações da cidade, os usos do solo urbano e as práticas espaciais¹⁵⁴. Conforme destacam Sposito e Góes (2013, p. 106),

[...] há clara ampliação da divisão social do espaço, porque convivem, próximas entre si, áreas residenciais destinadas a segmentos de poder aquisitivo bem distintos, agora separados por muros e sistemas de segurança que garantem a distinção, ainda que possa ser notada tendência de agrupamentos desses empreendimentos murados num ou noutro setor da cidade.

Há clara tendência de agrupamento dos empreendimentos voltados aos chefes de maiores rendimentos, principalmente na zona leste de Marília, conforme demonstra Zandonadi (2008) ao analisar as mudanças na estruturação do espaço urbano mariliense a partir do surgimento de novas formas de *habitat* e de novos espaços de consumo. Para o referido autor,

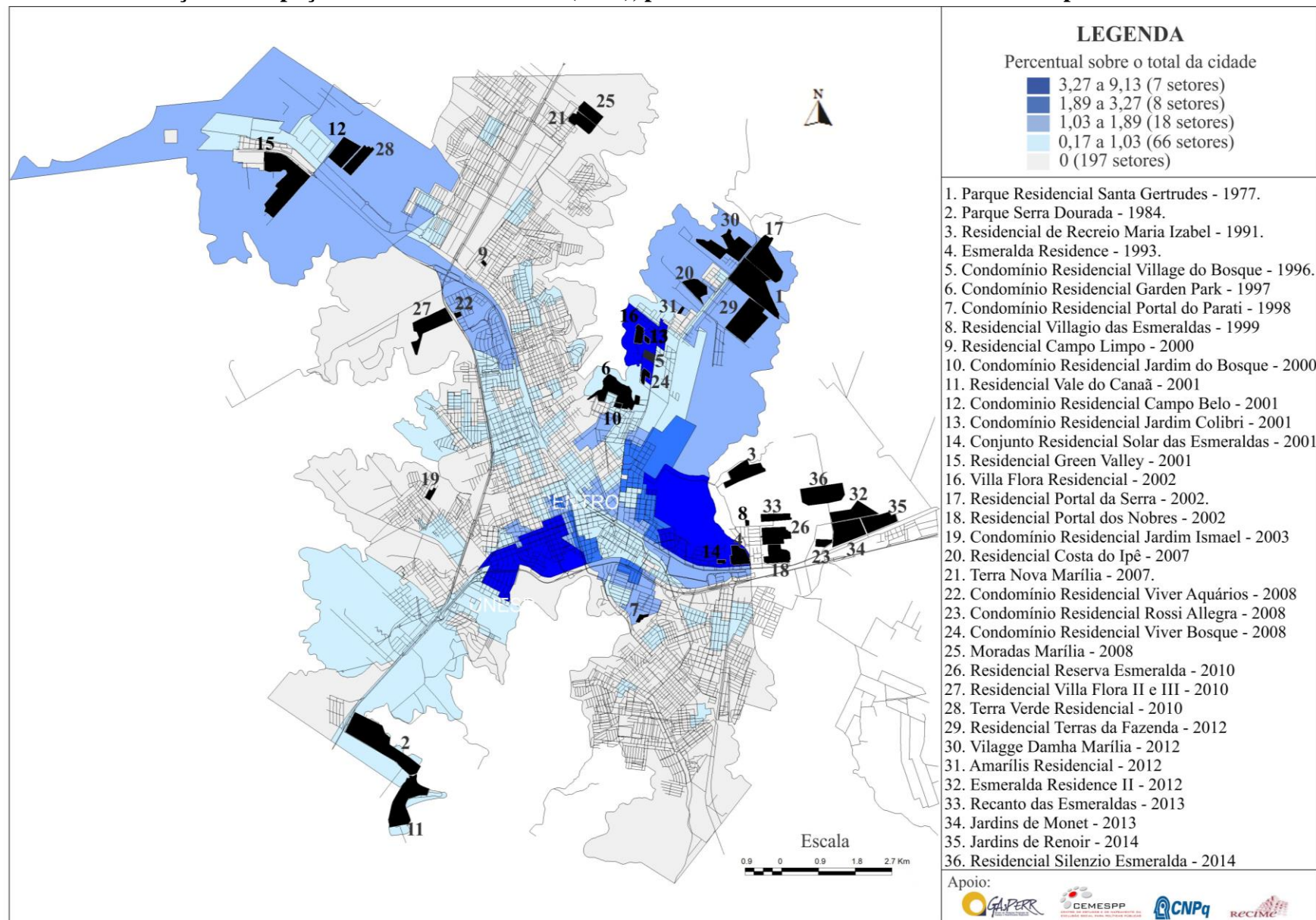
[...] o setor leste é o espaço onde residem os segmentos de elevados rendimentos e onde os preços do solo urbano atingem os maiores níveis na cidade, sendo estes os indicativos de grande diferenciação socioespacial, oferecendo-se elementos para se reconhecer nele um setor auto-segregado do conjunto da cidade, pois parte da escolha dos moradores deste setor escolheu-lo como local de moradia (ZANDONADI, 2008, p. 182).

Todavia, “a diferenciação não se dá apenas pelas áreas residenciais, mas também pelos espaços de consumo, lazer e até mesmo espaços públicos, cada vez mais segmentados, destinados a atender a demanda de certos tipos de segmentos socioeconômicos” (ZANDONADI, 2008, p. 211), havendo, portanto, uma mudança na estrutura da cidade que engendra transformações nas centralidades urbanas e que gera uma especialização e uma segmentação socioespacial, demonstrada parcialmente aqui pela concentração espacial dos chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos.

¹⁵³ Tradução nossa de “*efecto espacial de la actividad de los agentes y en su modo de vida, de la totalidad de la estructura de la formación social (con su pasado)*”.

¹⁵⁴ Foge ao escopo da pesquisa aprofundar o debate sobre todas estas questões, porém, as consideramos importantes para nossa análise. Para mais informações acerca destes temas ver Dal Pozzo (2011), Sposito e Góes (2013) e Zandonadi (2008).

Mapa 10 - Marília. Localização dos espaços residenciais fechados (2014), por chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (2010).



Fonte: IBGE (2010a); Zandonadi (2008); Dal Pozzo (2011); Sposito e Góes (2013); Graprohah (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Com relação à concentração dos chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos nas duas cidades estudadas, nota-se no Mapa 11, pelas amplitudes das classes e pelo número de setores que as compõem, que eles estão bem mais concentrados em Mossoró do que em Marília (Mapa 10).

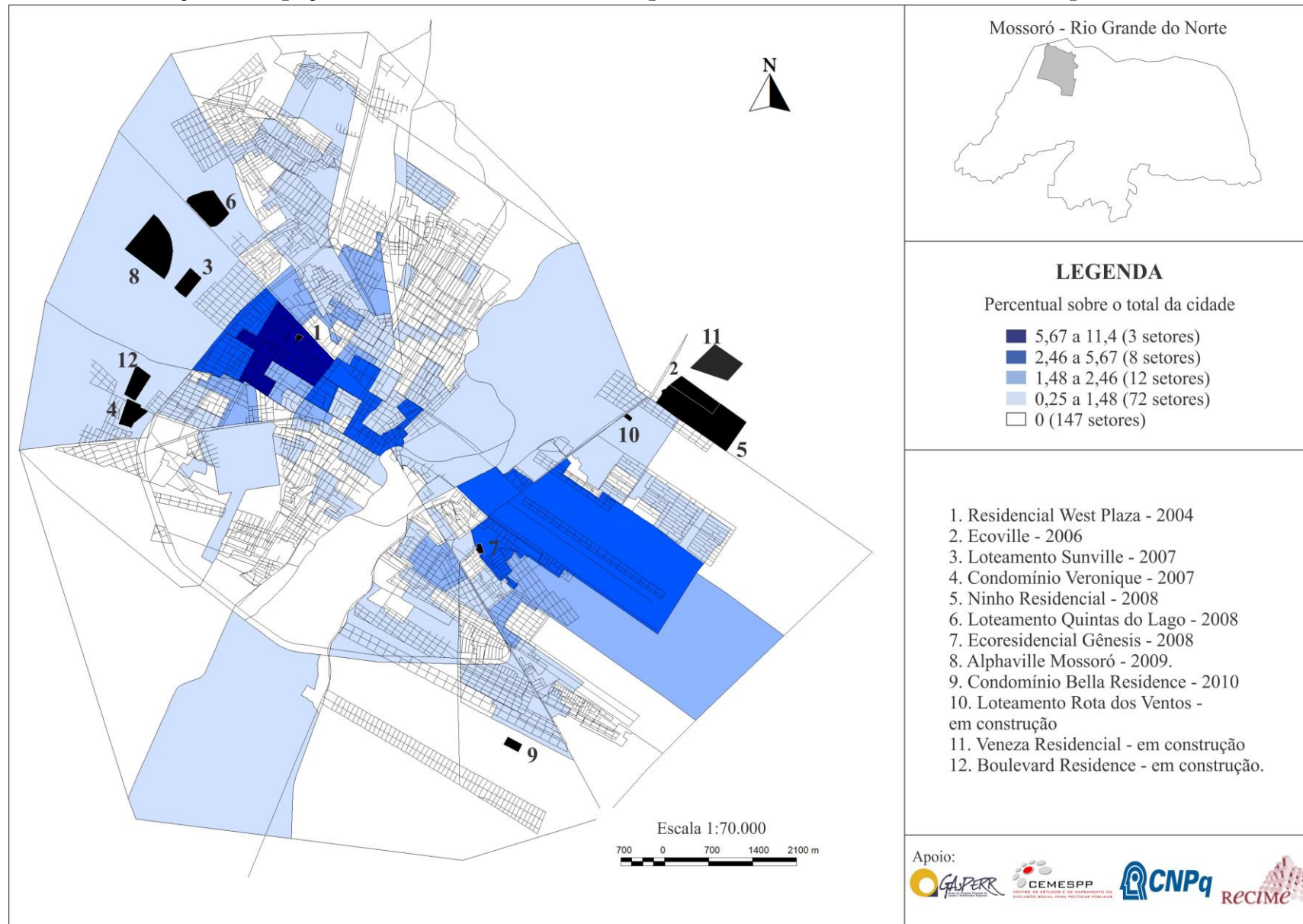
Tomando por referência a classe com maior concentração de chefes nesta condição, em azul mais escuro, temos que em Mossoró eles representam um percentual entre 5,67% e 11,4% do total de chefes da cidade, e em Marília, essa variação é de 3,27% a 9,31% do total. Considerando a distribuição por setores censitários, em Mossoró a classe em questão agrega apenas três setores, enquanto em Marília, está distribuída em sete setores.

Contudo, assim como em Marília, os espaços residenciais fechados em Mossoró se localizam nas extremidades do perímetro urbano, extrapolando-o em alguns casos (números 2, 5 e 11). Seguindo a mesma lógica de localização, a maioria dos empreendimentos está em áreas que concentram chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos – em relação ao total da cidade –, encontrados principalmente no Centro e em direção a oeste, e noroeste – eixos de verticalização da cidade (ELIAS; PEQUENO, 2010) – e a sudeste, conforme vemos no Mapa 11.

Dos 12 empreendimentos listados, oito estão localizados em setores que concentram, em maior ou menor quantidade, chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos – apenas um deles, o Residencial West Plaza, localiza-se em área onde há a maior concentração de chefes de família nesta faixa de renda –, um empreendimento situa-se onde não há chefes de família com estes rendimentos, e dois aparecem em área fora do perímetro urbano, embora sejam da década de 2000 (Mapa 11).

Desse modo, “a expansão do mercado imobiliário residencial tem provocado alterações relevantes sobre a dimensão socioeconômica, bem como sobre o atual processo de reorganização do espaço urbano de Mossoró” (NASCIMENTO, 2013, p. 15), ampliando, assim, as desigualdades socioespaciais (COUTO, 2011; ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2013).

Mapa 11 - Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados (2015), por chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (2010).



Fonte: IBGE (2010a); Elias e Pequeno (2010); Google Earth. Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

O estudo da produção do espaço urbano de Marília e Mossoró, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida e dos espaços residenciais fechados, ofereceu um conjunto de discussões para a compreensão do processo de reestruturação das cidades, dos quais destacaremos três, a partir da proposição de Sposito e Góes (2013, p. 98-131): a redefinição da divisão social do espaço, a composição da nova “periferia”, e a redefinição da centralidade a partir desses movimentos.

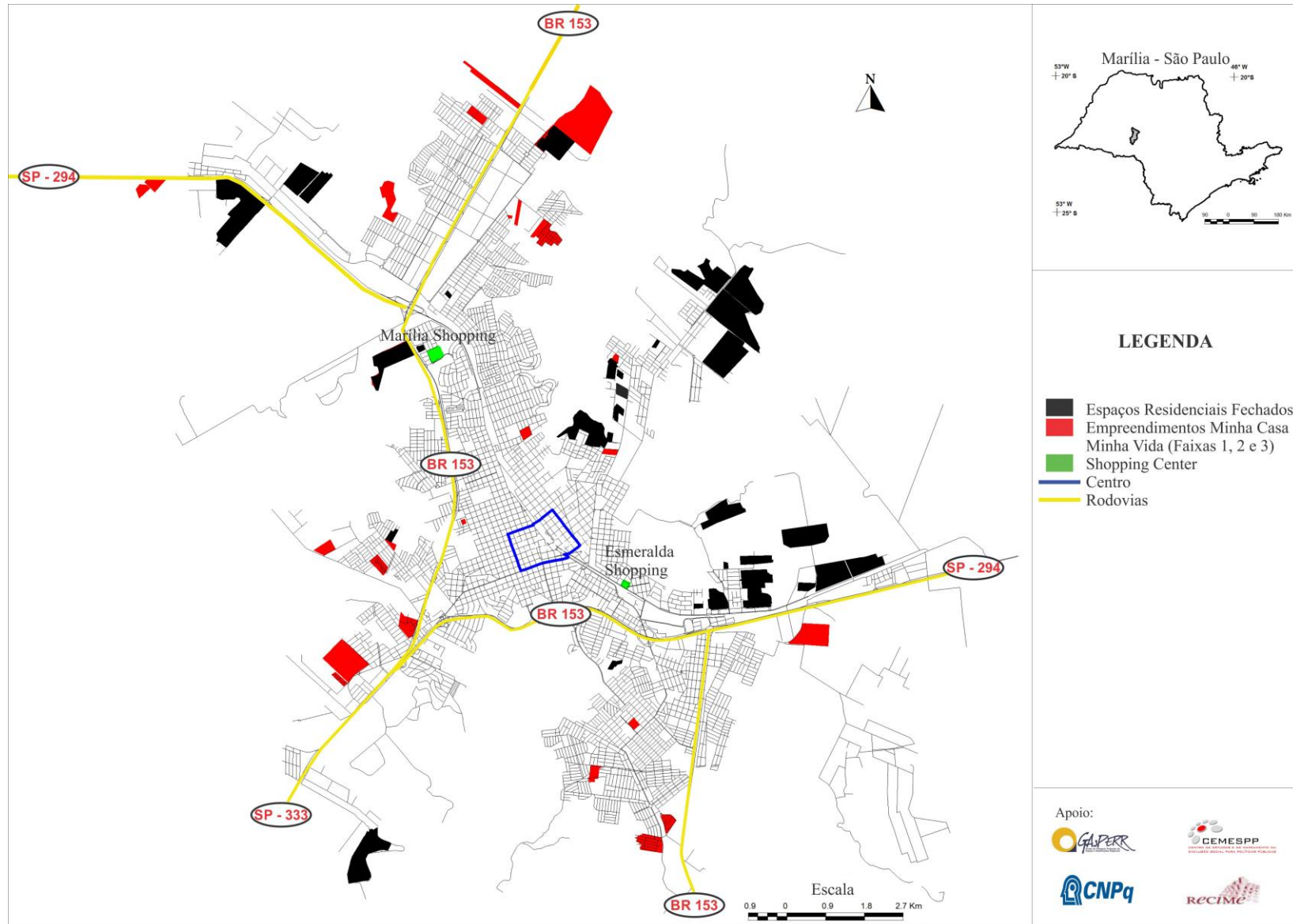
Discorreremos sobre a divisão social e econômica do espaço à luz do processo de disseminação dos espaços residenciais fechados, bem como sobre a periferização dos empreendimentos – que implica na redefinição dos conteúdos da periferia e na redefinição da centralidade urbana de Marília e Mossoró –, e sobre a ampliação das desigualdades socioespaciais, a partir da segmentação e seletividade socioespacial, nas distintas formas de uso e apropriação do espaço pelos diferentes segmentos socioeconômicos presentes nas cidades.

Todos estes processos precisam ser interpretados e compreendidos à luz da reestruturação urbana e das cidades, que complexificam e redefinem os papéis de intermediação que as cidades desempenham na rede urbana e as articulações que elas estabelecem em múltiplas escalas, alterando, também, as lógicas de estruturação do espaço urbano.

De modo a compreender as lógicas de (re)estruturação do espaço urbano a partir destas três perspectivas, elaboramos um mapa síntese para Marília (Mapa 12) e outro para Mossoró (Mapa 13), que apresentam, além da localização dos empreendimentos do PMCMV em todas as faixas e dos espaços residenciais fechados, a localização do centro principal, dos *shopping centers* e das principais rodovias que cruzam as duas cidades.

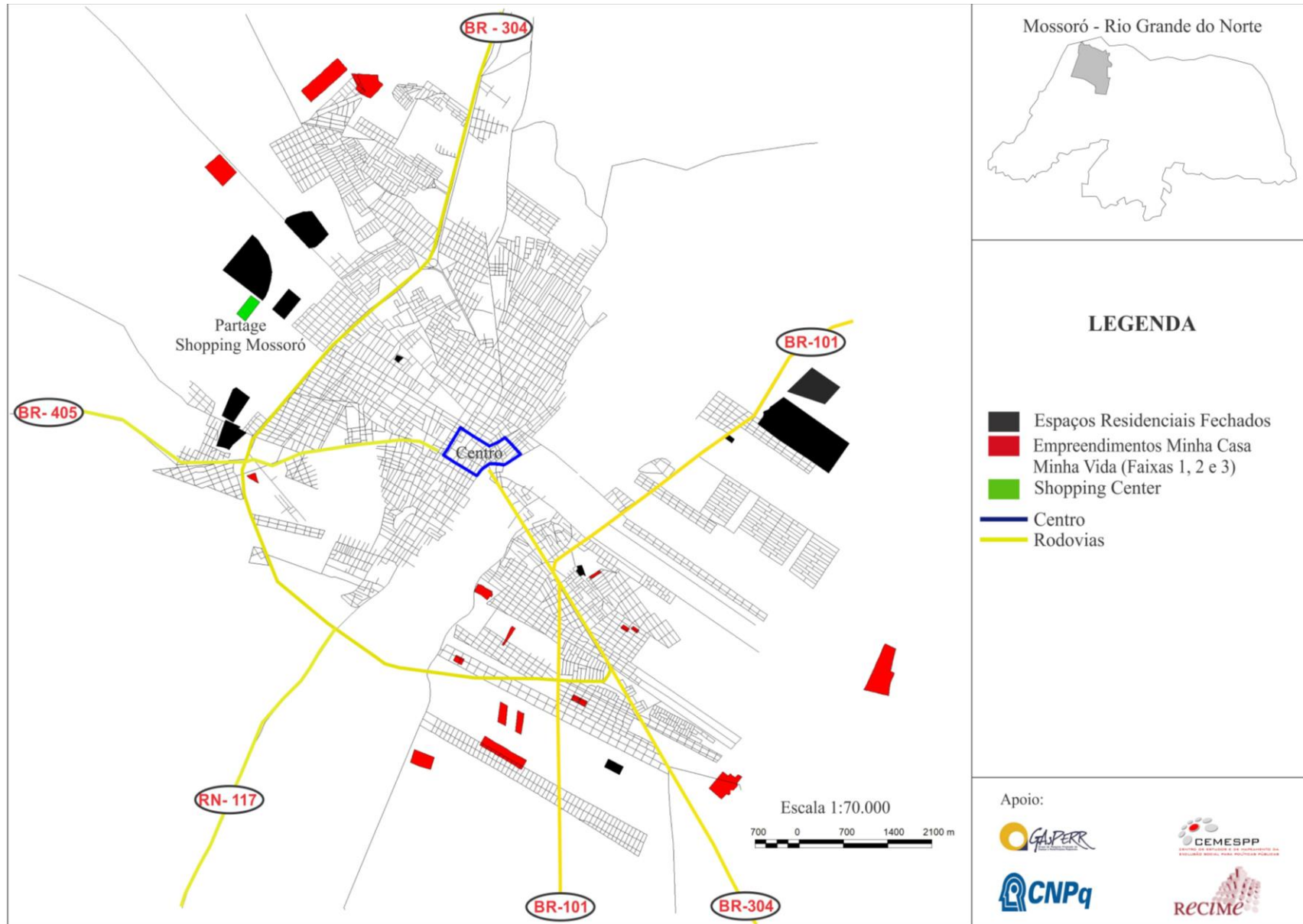
Optamos por mostrar estes elementos porque, do nosso ponto de vista, eles são representativos das profundas alterações na estrutura urbana e contribuem para o entendimento das mudanças que vêm ocorrendo nas duas cidades, compondo “um complexo sistema de modificações que redefinem a estruturação, possibilitando a ideia de reestruturação da cidade” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 69).

Mapa 12 - Marília. Mapa síntese. 2015.



Fonte: Ministério das Cidades (2015); IBGE (2010a); Zandonadi (2008); Dal Pozzo (2011); Sposito e Góes (2013); Grapohab (2015). Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Mapa 13 - Mossoró. Mapa síntese. 2015.



Fonte: Ministério das Cidades (2015); IBGE (2010a); Elias e Pequeno (2010); Internet. Organizado por Edna Couto e elaborado por Marlon Abreu (2015).

Como já desenvolvemos as discussões atinentes à inserção dos empreendimentos do PMCMV e aos espaços residenciais fechados a partir das localizações, apresentaremos a seguir algumas reflexões mais gerais, retomando questões já levantadas na Tese e relacionadas às três perspectivas mencionadas anteriormente.

A primeira delas diz respeito à articulação entre produção e consumo – este que tem se configurado como um importante vetor de reestruturação urbana e das cidades (SPOSITO, 2011a) –, entendendo a casa pelo seu valor de uso e seu valor de troca, como fonte de lucro econômico e de privilégio social, nos remetendo às dimensões econômica e social da moradia apresentadas por Bourdieu (2001).

Nestes termos, a casa configura-se como um produto imobiliário produzido por capitais destinados à produção da moradia e da cidade – articulados à intervenção do Estado – e como meio de reprodução social, seja pelo consumo de localizações – da cidade – ou de bens de consumo duráveis e não duráveis – na cidade. Para Baudrillard (2011, p. 62), “O «habitat» constitui assim possivelmente uma função *inversa* da dos outros objetos de consumo. Função homogeneizante para uns, função discriminadora para outros, no que respeita ao espaço e à localização”.

Esta ideia nos leva a refletir sobre a redefinição da divisão social do espaço e dos conteúdos da “periferia”. Como podemos visualizar nos Mapas 12 e 13, as localizações das moradias em Marília e em Mossoró, seja dos empreendimentos do PMCMV, seja dos espaços residenciais fechados, são periféricas e descontínuas, do ponto de vista espacial, porém relativas, quanto aos seus conteúdos.

Sobre a produção de uma cidade dispersa e descontínua, Sposito (2010b) identifica quatro movimentos que têm relação direta “[...] com os interesses fundiários e imobiliários que orientam as lógicas de produção do espaço urbano [e] [...] com mudanças na composição e distribuição espacial da população tanto quanto nos perfis e hábitos de consumo da sociedade” (SPOSITO, 2010b, p. 133). Estes quatro movimentos, articulam-se e geram

- a) aumento do estoque de terras loteadas como urbanas, não ocupadas, já que a expansão territorial é maior que o crescimento demográfico;
- b) aumento dos preços dos imóveis, tanto porque a extensão territorial em descontínuo valoriza os imóveis, que estão relativamente mais próximos das áreas melhor equipadas das cidades, quanto pelo fato de que os novos imóveis agregam novos produtos e se tornam comparativamente “melhores”; c) imóveis de médio e alto padrão tendem a ser vendidos para pessoas que já eram proprietárias de

imóveis, em função dessa diferença de “qualidade” oferecida e não mais, como ocorria anteriormente, quando eram adquiridos por quem não era proprietário ainda; d) ampliação do contingente de pessoas que estão fora das possibilidades de solucionar o problema habitacional no âmbito do mercado (SPOSITO, 2010b, p. 133).

A partir das localizações dos empreendimentos do PMCMV e dos espaços residenciais fechados, podemos constatar esses quatro movimentos, variando conforme os contextos urbanos de cada cidade e as divisões do espaço anteriores, não obstante, as localizações e as desigualdades na implantação destes empreendimentos reforçam um novo padrão de produção da cidade, reestruturando-as.

No que diz respeito às localizações relativas dos empreendimentos, sabe-se que em ambas as cidades, a expansão da malha urbana para as periferias se deu inicialmente pela construção dos primeiros conjuntos habitacionais populares, destinados a segmentos da população com menores rendimentos, implantados em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, carentes de serviços básicos e, por vezes, descontínuos da malha urbana consolidada, dificultando a mobilidade dos moradores dentro da cidade em virtude da ineficiência dos meios de transporte coletivos (DELICATO, 2004; ELIAS; PEQUENO, 2010; MELAZZO, 2012; NASCIMENTO, 2013; NUNES, 2007; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2012; ROCHA, 2005; SILVA, 2013; ZANDONADI, 2008).

Em contrapartida, a localização periférica dos espaços residenciais fechados – tal como a dos primeiros conjuntos habitacionais populares ou a dos empreendimentos do PMCMV destinados à faixa 1, por exemplo, podendo ser até maior – não impede os deslocamentos dos seus moradores na cidade, realizados via veículos particulares, revelando uma divisão social e econômica do espaço que deve ser compreendida “na sua relação com a divisão social do trabalho” (SPOSITO, 2010b, p. 139).

Além dos empreendimentos residenciais, outro elemento que contribui para a redefinição dos conteúdos da “periferia” é o *shopping center*. Considerado também um produto imobiliário (GARREFA, 2007), este espaço de consumo e lazer chegou às cidades de Marília e Mossoró e promoveu intensas transformações socioespaciais, segmentando o consumo, valorizando as áreas do seu entorno e redefinindo a centralidade, tanto na escala da cidade, como na escala da rede urbana.

Em Marília, o primeiro *shopping center* foi inaugurado no ano 2000, inicialmente como Aquarius Shopping, e atualmente denominado Marília Shopping. Localizado na zona norte da cidade, está situado bem próximo à BR-153 (sentido norte)

e à SP-294 (sentido oeste) (Mapa 12). Posteriormente, no ano de 2002, foi inaugurado na zona leste o Esmeralda Shopping, nas proximidades da BR-153 (sentido sul) e da SP-294 (sentido leste) (Mapa 12). Esta área da cidade é caracterizada por concentrar diversos estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem principalmente os moradores dos espaços residenciais fechados nos arrabaldes (ZANDONADI, 2008).

Em Mossoró, o único *shopping center* da cidade foi inaugurado no ano de 2007, o atual Partage Shopping Mossoró – antigo Mossoró West Shopping (Mapa 13). Localiza-se próximo à BR 304, no bairro Nova Betânia, que além de apresentar a maior valorização no preço dos terrenos e dos imóveis (Figura 10), concentra diversos equipamentos comerciais e de serviços voltados ao público com maior poder aquisitivo (COUTO, 2011; COUTO; ELIAS, 2015; ELIAS; PEQUENO, 2010).

Logo, em Marília e em Mossoró é possível identificar duas características quanto à localização dos *shopping centers*: a proximidade das rodovias que conectam Marília e Mossoró a outras cidades, indicando o potencial de consumo das suas respectivas regiões de influência, e a distância relativa do centro principal, fomentando o surgimento de novas centralidades (ELIAS; PEQUENO, 2010; MELAZZO, 2012).

Este tipo de produto imobiliário responde a lógicas econômicas de concentração de capitais, caracterizando processos de reestruturação urbana com interface direta na reestruturação das cidades, alterando os conteúdos da periferia e relativizando as localizações dentro da cidade.

Por fim, e não menos importante, a partir dos elementos expostos é fundamental considerar as diferentes temporalidades dos processos, já que eles não ocorreram simultaneamente nas duas cidades¹⁵⁵.

Nota-se que o *shopping center* chegou primeiro em Marília, no início dos anos 2000, e em Mossoró, somente em meados da década, em 2007. O mesmo ocorreu com os espaços residenciais fechados, que em Marília se implantaram ainda no final dos anos 1970 e mais intensamente a partir dos anos 1990, e em Mossoró, somente a partir de 2004.

É evidente que, do ponto de vista do mercado, estes produtos imobiliários chegaram em momentos diferentes, quando as cidades apresentavam capacidade de produzir demandas para seus produtos. Porém, do ponto de vista governamental, as políticas públicas habitacionais chegaram a ambas as cidades praticamente ao mesmo

¹⁵⁵ Conforme exposto na Linha do tempo no capítulo 1 desta Tese.

tempo (em fins da década de 1970 e mais recentemente, com o PMCMV), padronizando as moradias, massificando sua produção e mantendo padrões históricos de localizações periféricas.

Tudo isto implica que em Mossoró, o processo de reestruturação da cidade é posterior ao de Marília, embora apresente um ritmo bastante intenso e seja conduzido também por processos produzidos em escalas mais amplas. Conforme ressalta Santos (2008a, p. 138),

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente da escala.

Portanto, tais perspectivas corroboram nossa hipótese de que ocorrem processos semelhantes no que tange à produção e ao consumo do espaço em suas múltiplas variedades. Entretanto, cada cidade apresenta resultantes espaciais diferentes, a partir das diferentes temporalidades dos processos e do jogo de forças que nelas atuam, combinadas às condicionantes históricas singulares em sua formação e estruturação e aos processos produzidos em escalas geográficas mais amplas, que ali encontram suas particularidades.

CONCLUSÃO

EM BUSCA DE SÍNTESES

CONCLUSÃO: EM BUSCA DE SÍNTESES

Os estudos sobre reestruturação urbana e reestruturação da cidade a partir das cidades médias, considerando as relações, sobreposições e articulações entre escalas geográficas, têm sido objeto de diversas pesquisas realizadas no âmbito da ReCiMe, dentre as quais esta. No sentido de contribuir com estes estudos e com a rede de pesquisadores da qual fazemos parte, elencamos questões importantes para o debate, retomadas a partir de reflexões mais gerais que fundamentaram teórica e metodologicamente nossos argumentos.

A relação entre o par “espaço e tempo” revelou-se na pesquisa, ora explícita ora latente, e nos permitiu estabelecer comparações, identificar particularidades e singularidades das cidades, respaldando nossa hipótese de que, para compreender as cidades médias é necessário estudá-las em suas múltiplas particularidades, a partir das diferentes combinações entre os processos, dinâmicas e agentes que reestruturam o espaço urbano, observando as diferenças entre as formações socioespaciais e suas temporalidades diversas.

No sentido de compreender estas mudanças, realizamos um exercício de síntese conforme propôs Guimarães (2003) e articulamos espaço, tempo e escalas geográficas, num movimento em espiral, com base na proposta metodológica para o estudo de cidades médias de Sposito *et al* (2007), a partir da qual delimitamos períodos históricos e selecionamos algumas variáveis para análise, consideradas importantes no processo de reestruturação urbana e das cidades.

Partindo de uma análise indissociável entre a economia política da urbanização e a economia política da cidade (SANTOS, 2009b, p. 114), entendemos que há “uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz”.

Deste modo, combinando o estudo dos processos históricos de formação de Marília e Mossoró a suas respectivas realidades e dinâmicas recentes, concebemos uma periodização para as duas cidades estudadas, com base nos aportes de Santos (1992a, 2008c), Sposito (2006) e Vasconcelos (2009). Esta periodização, apresentada no capítulo um na linha de tempo (Figura 3), nos possibilitou identificar eventos, agentes

econômicos, processos e dinâmicas. Sua formulação foi muito importante, tanto no sentido teórico-metodológico como recurso analítico.

Por um lado, a concepção da periodização forneceu elementos para a compreensão das diferenças entre os espaços no âmbito do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). Por outro, o exercício de compreender as cidades a partir de processos e dinâmicas sucedidas em diferentes tempos e escalas espaciais possibilitou a apreensão de espacialidades e temporalidades associadas ao consumo e à produção do espaço urbano nas duas cidades, combinando continuidades e rupturas.

Contudo, nosso enfoque recaiu sobre processos, dinâmicas e eventos (SANTOS, 2008c) ocorridos a partir dos anos de 1990, em Marília, e dos anos 2000, em Mossoró, ainda que a reestruturação produtiva na escala mundial tenha ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. Consideramos que para Marília e Mossoró os anos de 1990 e 2000, respectivamente, foram marcos do início de profundas transformações nas duas cidades, redefinindo seus papéis e funções, e a partir deste recorte temporal constatamos que as espacialidades e temporalidades são resultados de processos ocorridos em múltiplas escalas, cada um deles com suas singularidades, conforme o jogo de forças atuantes no espaço (HARVEY, 1996), implicando em defasagens temporais na ocorrência dos processos.

A partir das realidades de Marília e Mossoró, com origens e formações tão diferentes, identificamos dinâmicas e processos semelhantes relacionados à atuação de agentes econômicos que vem promovendo a expansão e a diversificação do consumo e as novas lógicas de produção do espaço urbano, sobretudo na última década, e distinguimos ainda, as diferentes temporalidades nas quais tais processos estão imbricadamente inseridos.

No que diz respeito ao consumo, verificamos mudanças na organização das atividades comerciais e de serviços – do ponto de vista técnico, organizacional e espacial –, principalmente com a chegada de agentes econômicos associados a grandes capitais nacionais e transnacionais que operam no setor, redefinindo níveis de centralidade urbana e engendrando processos de reestruturação urbana e das cidades (SPOSITO, 1998, 2001a, 2001b, 2004, 2007, 2009, 2010a, 2010b, 2015; SPOSITO; GÓES, 2015).

Em relação aos processos e dinâmicas que suscitaram novas lógicas de produção do espaço urbano, verificamos uma reorganização das estratégias de expansão

do setor imobiliário privado que atualmente capitaneia a produção habitacional, tanto pela presença de peso nas políticas públicas estatais, pelo PMCMV, como através de iniciativas privadas, pela incorporação dos espaços residenciais fechados.

Tal como demonstramos, a produção da moradia (pública e privada) e da cidade, apresenta espacialidades e temporalidades distintas, embora seja mantido um padrão de produção orientado por interesses imobiliários e fundiários, com tendências à homogeneização dos “produtos imobiliários” e à manutenção de padrões históricos de localizações periféricas, reproduzindo e aprofundando as desigualdades socioespaciais e redefinindo os conteúdos das periferias das cidades (MELAZZO, 2012, 2014, 2015; SPOSITO; GÓES, 2013).

As semelhanças percebidas entre Marília e Mossoró, a partir dos processos supracitados, se explicam pelas estratégias de expansão da acumulação de capital que aprofundaram a divisão do trabalho, ainda que elas não tenham ocorrido simultaneamente nem se realizado da mesma maneira nas duas cidades, apresentando diferenças.

Aprender o desenvolvimento capitalista no bojo destas transformações exigiu uma análise das variações e particularidades das relações sociais estabelecidas em diferentes contextos históricos e geográficos frente às mudanças estruturais ocorridas em escala mundial (JESSOP, BRENNER E JONES, 2008, p. 392), o que nos levou a “fazer generalizações sobre as particularidades da espacialização capitalista, e a particularizar as generalizações de uma teoria social crítica espacializada” (SOJA, 1993, p. 193), pressupondo uma análise da reestruturação urbana e regional para entendê-las.

Este processo de reestruturação urbana, entendido articuladamente à reestruturação da cidade (SPOSITO, 2004; 2007), desencadeou resultantes diversas e particulares nas cidades, a partir de uma nova divisão econômica e social do espaço, conforme demonstramos na Tese. Ficou-nos claro que ambas as cidades vêm passando por transformações que implicam em rupturas, conflitos, continuidades e descontinuidades espaciais que caracterizam uma mudança estrutural “[...] em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (SOJA, 1993, p. 193).

No bojo do desenvolvimento desigual e das divisões do trabalho, enquanto expressões geográficas das contradições do capital (SMITH, 1988), Marília e Mossoró tiveram seus papéis e funções ampliados e redefinidos a partir dos movimentos de

expansão capitalista, no Brasil e no mundo, com a internacionalização econômica e a concentração de capitais, sobretudo nos setores industrial, imobiliário, comercial e de serviços (SPOSITO, 1998, 2001b, 2009).

A racionalidade capitalista, comandada por capitais nacionais e transnacionais, e no caso das cidades estudadas, principalmente agrupadas no setor comercial, vem intensificando as interações espaciais entre cidades, reorganizando as relações hierárquicas, estabelecendo relações de domínio e dependência que transcendem a escala local/regional e alterando a divisão interurbana do trabalho.

Tais alterações implicam num processo de reestruturação urbana que vem se dando de modos particulares no território, conforme demonstramos, por intermédio de uma seletividade espacial e socioeconômica que acarreta a especialização dos espaços (SANTOS 2008a). Esta especialização conferiu heterogeneidades espaciais diante das inúmeras combinações possíveis entre diversos subsistemas e os diversos modos de operar do capitalismo, em virtude dos contextos históricos e geográficos diferenciados, engendrando um caráter variegado da urbanização (SOUZA, 2013d).

Sobre a diversidade da urbanização, ao analisar a constituição das redes urbanas e o papel das cidades que as compõem Sposito (2001b) destaca duas dimensões: a crescente complexidade da divisão territorial e social do trabalho (LEFEBVRE, 1972) e “o papel desempenhado pelo consumo da produção industrial, na geração de novos núcleos urbanos e na consolidação dos já existentes” (SPOSITO, 2001b, p. 618).

No decorrer do trabalho exploramos estas duas dimensões, aliando o estudo do consumo à produção do espaço urbano de Marília e Mossoró, cujas discussões foram desenvolvidas nos capítulos dois, três e quatro a partir dos elementos expostos na linha do tempo.

No que concerne à divisão territorial do trabalho, demonstramos como as duas cidades apresentam fortes níveis de centralização e polarização (a partir dos estudos da REGIC e da Tipologia das cidades) e concentram atividades econômicas relevantes para a cidade, que lhes atribuem importantes papéis e funções regionais. No entanto, “no nível dos capitais individuais, a concentração e a centralização do capital oferecem o impulso central para a diferenciação geográfica. Esse processo opera de diferentes formas em escalas espaciais diferentes” (SMITH, 1988, p. 182).

Considerando o fato de que Marília e Mossoró compõem distintas formações socioespaciais e por isso, participaram de modos diferentes nas divisões do trabalho oriundas do processo de expansão capitalista no Brasil, a diferenciação entre elas foi sendo produzida e reproduzida, caracterizando-se como “a expressão geográfica da divisão do trabalho, tanto no nível de capitais individuais quanto no da divisão particular do trabalho (entre setores)” (SMITH, 1988, p. 207).

Neste sentido, a diferenciação dos espaços assumiu múltiplas formas, materializadas por meio de um desenvolvimento desigual, composto de sucessivas espacialidades periodizadas conforme as “concretizações particulares do processo de trabalho, da valorização e desvalorização do capital, das lutas políticas concomitantes entre e no interior das classes sociais” (SOJA, 1983, p. 38).

Este desenvolvimento desigual foi observado na Tese, por exemplo, pelas diferentes temporalidades das dinâmicas e processos ocorridos nas duas cidades, resultantes do entrecruzamento de múltiplas escalas e suas articulações, sobreposições e interações, e cujos ritmos, intensidades e qualidades (dos processos e dinâmicas) foram espacializados de modos particulares, engendrando, reproduzindo e aprofundando as disparidades socioespaciais históricas marcantes no território nacional (ROLNIK; KLINK, 2011).

Do ponto de vista da divisão social do trabalho, Brandão (2007) a reconhece como categoria explicativa da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, considerando suas multiplicidades e particularidades. De acordo com o autor, a divisão social do trabalho é adequada para o estudo do desenvolvimento capitalista e de suas “heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter qualquer escala (regional, nacional, internacional)” (BRANDÃO, 2007, p. 69, destaque do autor), porque permeia todos os seus processos e contempla todas as escalas de análise.

Fundamentando-se nesta categoria, Brandão (2007) propôs uma abordagem teórica do desenvolvimento desigual dos espaços regionais, articulando quatro processos: de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia nos recortes territoriais, a partir dos quais teceremos algumas conclusões com base nas análises sobre a produção e o consumo do espaço em Marília e Mossoró.

Iniciamos pelo processo de homogeneização, associado à imposição de lógicas e determinações gerais e imanentes ao capital, que em seu movimento universalizante arrebatava até os espaços mais remotos, imputando-lhes uma unidade, uma

homogeneização/unificação frente à diversidade e à diferença (BRANDÃO, 2007, p. 72-73).

Não obstante, a produção capitalista do espaço ocorre de maneira contraditória, estabelecendo um padrão de desenvolvimento desigual pautado em tendências de diferenciação e igualização (SMITH, 1988). Segundo este autor, “de um lado o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas” (SMITH, 1988, p. 169).

A homogeneização das condições de realização do capital impõe um padrão de sua reprodução que, no espaço urbano, engendra a produção imobiliária por expedientes similares – quando não padronizados – em diferentes contextos, ainda que sob desiguais proporções de capital acumulado, mas sempre na direção e sentido de transformá-lo em mercadoria. Neste contexto, a própria moradia tornou-se uma mercadoria e este processo foi percebido ao estudarmos a produção do espaço urbano em Marília e Mossoró, tomando-a como ponto de partida.

A produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida em suas articulações com os agentes imobiliários privados, tal como no exemplo dos espaços residenciais fechados, manifesta claramente a homogeneização das condições de reprodução do capital nas cidades, mediante uma padronização da produção imobiliária que dá continuidade às heterogeneidades estruturais intrínsecas a elas, ao mesmo tempo em que reproduz e amplia as desigualdades nas suas diferentes escalas, com a redefinição da divisão social e econômica do espaço, dos conteúdos das periferias entre si em cada cidade e da centralidade urbana entre as cidades.

Desse modo, ainda que as condições técnicas, sociais e econômicas de produção do espaço passem por uma homogeneização, na escala da cidade os "padrões" de produção do espaço reiteram as desigualdades socioespaciais "intraurbanas", ampliando-as por meio da produção "padronizada" da habitação, cujas formas urbanas reproduzem em diferentes cidades as desigualdades socioespaciais, as formas e os processos da segmentação.

O segundo processo analisado por Brandão (2007), o de integração, segue o mesmo padrão dialético de homogeneização e diferenciação dos territórios e, segundo o autor, “recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à reacomodação das estruturas produtivas regionais” (BRANDÃO, 2007, p. 76). Esta

reacomodação se dá com muita força a partir de mudanças na divisão internacional do trabalho e acarreta uma especialização dos espaços,

[...] em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. Isso conduz a uma marcante heterogeneidade entre as unidades territoriais [...], com uma divisão do trabalho mais profunda e, também, uma vida de relações mais intensas (SANTOS, 2008a, p. 248).

Logo, no âmbito da reestruturação produtiva e das transformações econômicas e territoriais do Brasil decorrentes da divisão territorial do trabalho nos anos de 1970 e 1980, Marília teve seu papel regional ampliado e complexificado no bojo do processo de transformações que atingiram a indústria paulista, que para muitos foi denominado como desconcentração espacial da indústria no estado de São Paulo (CANO, 1985, 1990; LENCIONI, 1994; NEGRI, 1996, entre outros).

Este movimento foi articulado e complementado pelo fortalecimento de capitais regionais, “estimulando o aumento das atividades industriais oriundas do capital acumulado com as atividades agrárias ou apoiadas nele” (SPOSITO, 2004, p. 234), que consolidou uma especialização produtiva da indústria alimentícia e metal-mecânica na cidade e região.

Seguindo a lógica de Santos (2008a), esta especialização produtiva só foi possível por conta das condicionantes históricas pré-existentes, pois desde o início do século XX, por causa da distância em relação a grandes centros industriais, Marília já apresentava pequenas indústrias de origem familiar, muitas delas fundadas por iniciativas de imigrantes, para beneficiamento de produtos agrícolas, sendo um dos principais o café, o algodão e o amendoim (BOMTEMPO, 2011; GOMES, 2007; MOURÃO, 1994; NEGRI, 1994).

Em complementação à atividade industrial, entre os anos de 1930 e 1940 os serviços despontaram na cidade e contribuíram para a consolidação de Marília como centro regional, como, por exemplo, a presença de instituições bancárias. Diante destas características da formação histórica de Marília, entendemos que houve uma sobreposição de divisões do trabalho, considerando a ideia de Santos (2008a, p. 136) de que “em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos das divisões do trabalho anteriores”. Assim, cada espaço distingue-se dos demais em decorrência de uma

combinação singular de diversas temporalidades que engendram especializações territoriais produtivas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Considerando que a integração promove uma coerência nacional imposta pelo processo de concorrência capitalista, ocorrendo “a supressão da independência e da autonomia dos lugares que serão acionados por tal processo, submetendo todos às mesmas leis coercitivas” (BRANDÃO, 2007, p. 78), vejamos a inserção de Mossoró na divisão territorial do trabalho.

As mudanças nas divisões territoriais do trabalho consolidaram formas e funções urbanas de Mossoró, inicialmente com a produção do sal e o desenvolvimento de atividades agropecuárias e, posteriormente, com as atividades comerciais e de serviços. Estas impulsionaram a economia mossoroense no início do século XX, porém entraram em declínio por volta dos anos 1930, quando a cidade e região passaram a desempenhar papéis periféricos no processo de industrialização em desenvolvimento no Centro-Sul (ELIAS; PEQUENO, 2010; FELIPE, 1980, 1982, 1988; PINHEIRO, 2006; ROCHA, 2005, SANTOS, 2010).

O advento do meio técnico-científico-informacional engendrou mudanças ainda mais profundas a partir da década de 1960, com a inserção em circuitos globalizados da produção de sal, do agronegócio e da extração de petróleo e gás. Estas atividades econômicas caracterizam-se atualmente como pilares da economia mossoroense, conferindo-lhe uma singularidade importante. Sublinhamos que dentre elas, a indústria petrolífera destaca-se na economia da cidade e da região, sobretudo, “[...] pelos recursos que esta atividade movimenta, por meio dos impostos, comércio, contratação de serviços. Tudo isso desemboca nos cofres públicos do Município e do Estado por intermédio dos *royalties*¹⁵⁶” (SANTOS, 2010, p. 175).

Logo, a cada especialização econômica mossoroense são notadas reacomodações das estruturas produtivas de modo a integrar a cidade e sua região à economia nacional, conforme explicamos no primeiro capítulo. Como bem chamam atenção Elias e Pequeno (2010, p. 260).

O que vemos em Mossoró é um choque permanente entre os elementos dos diferentes pares dialéticos para a análise da produção e do espaço, tais como as relações estabelecidas entre o público e o

¹⁵⁶ De acordo com Sandroni (1999, p. 540) royalty é “um valor pago ao detentor de uma marca, patente, processo de produção, produto ou obra original pelos direitos de sua exploração”. No caso da Petrobrás, os *royalties* “são uma quantia em dinheiro que a Petrobrás paga ao proprietário da terra pela extração de petróleo ou gás natural na mesma” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 188).

privado; entre as novas relações de produção e de trabalho e as pré-existentes, ainda pouco monetarizadas em algumas atividades; a cultura da subsistência do semiárido e a cultura das multinacionais; a solidariedade orgânica, localmente tecida há séculos, e a solidariedade organizacional difundida com a chegada dos grandes capitais etc.

Diríamos, então, que o que temos não é a predominância nem do novo, nem do velho, nem das rupturas, nem das permanências, mas um convívio permanente entre ambos, ora sobressaindo um, ora outro.

Destarte, constatamos que embora ocorram os mesmos processos de integração de Marília e Mossoró ao mercado nacional e à economia mundializada na longa duração, estes apresentam diferenças quanto aos setores econômicos e às temporalidades, mediante interdependências e complementaridades, pluralidade de capitais e concorrências inter-regionais. Isto comprova o fato de que “a diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital” (HARVEY, 2011, p.133), estando continuamente em processo de transformação.

Assim, a constituição, de modo irrecorrível, de um “mercado interno” não nega, antes reafirma e explicita, os descompassos, assimetrias e disritmias da dinâmica de transformação nos diferenciados espaços regionais, expondo, de forma eloqüente, as heterogeneidades estruturais inter-regionais [...] (BRANDÃO, 2007, p. 79).

Como resultado deste processo, derivado também de uma contradição entre o global e o local, os fluxos entre regiões são ampliados e adensados e a relação centro-periferia é redefinida. Para Lefebvre (2013, p. 388) “toda globalidade implica o estabelecimento de uma centralidade” que, segundo o autor, revela o essencial do fenômeno urbano, se considerada sob a ótica do “movimento dialético que a constrói e a destrói, que a cria ou estilhaça” (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

São constituídas, pois, novas hierarquias, novas centralidades e novas escalas, caracterizando o processo de polarização, derivado da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, que se realiza e é apreendido com mais clareza na escala urbana (SMITH, 1988).

Brandão (2007) ressalta a rápida transformação das relações entre as regiões dominantes e as dominadas, definidas de acordo com a concentração e a centralização do capital e seus desdobramentos no espaço. Num esforço de síntese desses movimentos do capital no país, Santos e Silveira (2001) sugeriram uma interpretação geográfica do território brasileiro através de questões, categorias e conceitos que possibilitam pensá-los, levando em conta diversas escalas de análise.

Dentre as questões levantadas pelos autores, destacamos a ideia de que a divisão territorial do trabalho no Brasil nos anos de 1970 e 1980 promoveu uma

integração e uma reorganização do território e das forças produtivas de forma bastante seletiva e desigual, privilegiando determinadas áreas do país em detrimento de outras (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para Brandão (2007, p. 81) a polarização auxilia na compreensão do “[...] potencial diferenciado de espaços particulares, averiguando as complementaridades e as hierarquias subjacentes ao processo”, relacionadas às características particulares das formações socioespaciais, corolárias de relações estabelecidas e permeadas por horizontalidades e verticalidades que operam em diversos níveis e escalas e se entrecruzam nas cidades (SANTOS, 2008a).

Na cidade estão reunidas as condições para a reprodução e a ampliação da acumulação capitalista e em função da superposição de divisões do trabalho, da variedade e da densidade dos consumos e da acumulação de densidades técnicas e informacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 263-264), se distinguem entre si, expressando as desigualdades territoriais que persistem até hoje e reproduzem “espaços da rapidez e da lentidão, os espaços luminosos e os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 259).

Dentre os fatores de distinção entre as cidades, apontados pelos autores supracitados, dedicamos um capítulo à investigação da variedade e da densidade do consumo, pois o consideramos como um importante vetor de reestruturação urbana e da cidade (SPOSITO, 2011a). A partir da análise do potencial de consumo e de sua expansão, identificamos em Marília e Mossoró novas configurações espaciais após a instalação de grandes superfícies comerciais, como os *shoppings centers* e a chegada de novos agentes econômicos, como as franquias no setor de alimentação e *fast-food*.

As estratégias de localização destes equipamentos de consumo respondem a interesses econômicos organizacionais, tecnológicos e territoriais – reorganizados a partir de processos de concentração econômica nas últimas três décadas, passando a atuar em cidades com importantes papéis e funções regionais – e também a interesses de natureza imobiliária e fundiária, potencializando fluxos para determinadas áreas da cidade e redimensionando a relação centro-periferia em diferentes escalas (SPOSITO, 2001a, 2001b).

Logo, ao se instalarem nas cidades estas atividades econômicas constituíram-se como novas formas comerciais dotadas de conteúdos “importados”, introduzindo novas práticas que impelem “a formação socioeconômica em direção a uma mudança

estrutural [...]” (SANTOS, 2007, p. 201). Além disso, reforçaram o papel polarizador de ambas as cidades, tanto em relação ao mercado consumidor regional, como pela situação geográfica delas, permitindo-as estabelecer relações com outros espaços urbanos de mesma e até de maior importância na escala da rede urbana (SPOSITO, 2001b).

De acordo com Catelan (2012) estas interações espaciais e territoriais entre espaços urbanos têm se tornado cada vez mais complexas, exigindo repensar o padrão hierárquico das relações na escala da rede urbana, pois, ainda que ele permaneça, tornou-se insuficiente para explicar os novos conteúdos das cidades.

No intuito de avançar neste debate, o referido autor propõe a relação entre hierarquia e “heterarquia urbana” como uma possibilidade analítica das cidades médias, entendendo que ela mostra “[...] o diverso na natureza complexa da rede urbana hierarquizada. Se traduz numa perspectiva metodológica ao espaço relacional, onde o espaço dos fluxos e das redes se articula com o espaço dos lugares” (CATELAN, 2012, p. 207-208), cujas relações complexas e conflitivas se tornam legíveis no espaço urbano (LEFEBVRE, 1999; SMITH, 1988).

Por fim, para estudar os padrões de desenvolvimento regional Brandão (2007) entende que a hegemonia constituir-se-ia da correlação, contradições e conflitos entre forças políticas locais/regionais e, de acordo com o autor, pode forjar um bloco histórico que envolva variados blocos políticos, ocultando conflitos, fissões e contradições entre as diversas frações do bloco de poder e suas “concepções de mundo” (BRANDÃO, 2007, p. 85). Estes blocos de poder, por vezes, envolvem relações políticas e econômicas, com a atuação de oligarquias locais ou regionais e também pela intervenção de políticas públicas promovidas pelas esferas federal, estadual ou municipal¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Salientamos que a hegemonia não foi tratada diretamente na Tese, pois envolve um conjunto de discussões bastante amplas que vão além dos objetivos propostos, mas que são debatidas por Araújo (1997, 2000), Felipe (2001), Furtado (2005), Harvey (2005) e Oliveira (1981), etc. Todavia, cabe assinalar que existem diferenças entre Marília e Mossoró no que concerne a correlação dos blocos de poder de diversas frações do capital, atuando em determinados espaços e tempos. Em Marília e Mossoró, destacam-se famílias importantes no cenário político local e regional, as famílias Camarinha e Rosado, respectivamente. A família Camarinha é originária das proximidades de Marília e possui um histórico na política local (BUSETTO, 1991; PEREIRA, 1990), alguns deles assumindo cargos públicos em cartórios e nas diversas instâncias do poder legislativo, desde a local à federal. A trajetória política da família teve início na década de 1970, com Josué Camarinha e, posteriormente, José Abelardo Guimarães Camarinha, estando uma parte dela descrita no *website* do atual prefeito, também membro desta família. Diferentemente da família Camarinha em Marília, cuja influência política é relativamente recente, a família Rosado em Mossoró é um grupo-oligárquico familiar que possui importante poder político e

À guisa de conclusão, entendemos que a articulação dos processos supracitados contribui para explicar como diferentes formações socioespaciais apresentam processos e dinâmicas em comum – ainda que em momentos distintos –, particularmente as cidades que desempenham importantes papéis de intermediação nas redes urbanas as quais pertencem, como Marília e Mossoró.

Deste modo, podemos compreender o processo de reestruturação urbana, com suas particularidades e singularidades frente ao desenvolvimento capitalista. As múltiplas combinações que ocorreram em ambas as cidades, em maior ou menor proporção, evidenciou um processo de redefinição da cidade, entendido sob as lógicas de agentes econômicos específicos que vêm produzindo mudanças significativas na estruturação das cidades, em determinados momentos, sincronicamente.

Assim podemos concluir que, do ponto de vista da reestruturação urbana, ela é mais nítida em Mossoró, sobretudo na última década, pelas condicionantes históricas, políticas e econômicas que, ao longo do tempo, foram articuladas em favor dos grandes capitais. Diante da difusão das inovações, da descentralização da produção no Brasil, das poucas rugosidades e da pouca resistência aos capitais externos, Mossoró

[...] tornou-se um lócus de expansão de capitais novos, permitindo que, tanto esses quanto as práticas hegemônicas da produção moderna se difundissem rapidamente e substituíssem parte das formas tradicionais de produção, dificultando uma regulação local e a ação de empresas menos competitivas (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 259).

Sob a ótica da reestruturação da cidade, em Marília esta nos parece mais evidente e consolidada, pela velocidade das transformações que vem ocorrendo desde a década de 1990. Podemos destacar a intensidade com que novos produtos imobiliários – residenciais, comerciais e de uso misto – engendraram o consumo do/no espaço, ensejando – ao mesmo tempo em que é ensejado por – mudanças nas práticas correlacionadas a este. O ritmo com que os novos produtos imobiliários transformaram a morfologia urbana denota mudanças concretas na estruturação da cidade, bem como no jogo complexo e articulado de escalas e agentes, característico do rompimento da antiga hierarquia urbana.

cultural desde o final do século XIX, tendo como “patriarca” Jerônimo Ribeiro Rosado, natural de Pombal na Paraíba e que chegou em Mossoró no ano de 1890. Esta família, além de desempenhar importantes cargos políticos desde a instância local à federal, também estabelece mediações na dimensão econômica e exerce importante expressão cultural, a partir da construção de um imaginário sobre a história, a política, a cultura e até a geografia da cidade. Conforme ressalta Felipe (2001, p. 30), “o poder político se faz rodear de representações coletivas e elege como estratégia o domínio do imaginário e do seu poder simbólico”.

Tal como afirmado na introdução, no estudo das cidades médias a partir da articulação entre escalas é preciso que a reestruturação urbana e da cidade sejam compreendidas à luz dos processos gerais, que ganham particularidades e singularidades nestas cidades em virtude das diferenças entre as formações socioespaciais.

Portanto, chegamos ao final desta Tese reafirmando que no âmago de diferentes divisões econômicas e sociais do trabalho conformaram-se formações socioespaciais particulares com distintas temporalidades, pela articulação e combinação de processos, agentes e escalas geográficas de diversas dimensões e importâncias, analisadas à luz da reestruturação urbana e da reestruturação da cidade associadamente aos processos apresentados e analisados.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELLÁN, Francisco Cebrián; MOYA, Miguel Panadero (coords.). **Ciudades medias; formas de expansión urbana**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013.

ABRAMO, Pedro. A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano III, Nº especial, 1989.

ABREU, Marlon Altavini. **Diferenciando o espaço e produzindo cidades: lógicas e agentes da produção do espaço urbano em ribeirão Preto/SP e Londrina/PR**. (2014). 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2014.

ABREU, Maurício de. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre as cidades**. São Paulo: Contexto, 2003. pp.97-98.

AMORIM, Wagner Vinicius. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias: Londrina e Maringá/PR**. (2015). 413f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2015.

ANDRADE, Nara; DORVILLÉ, Raphaella. Empresários mostram as vantagens de franquia no interior potiguar. **Sebrae**, 04/08/15. Disponível em: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/empresarios%E2%80%93mostram%E2%80%93as%E2%80%93vantagens%E2%80%93de%E2%80%93franquia%E2%80%93no%E2%80%93interior%E2%80%93potiguar>. Acesso em: 5/11/15.

ARANHA FILHO, Francisco José Espósito. **Modelagem do Potencial de Mercado dos Municípios Paulistas**. EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, 1998. 115p. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00135_1.pdf. Acesso em : 4/9/15.

ARANTES, Pedro F. e FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. In: Sydow, Evanize; Mendonça, Maria L. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009, v. 1.

ARAÚJO, Ana Cristina da Silva. **Programa Minha Casa Minha Vida: antigos e novos dilemas da habitação de interesse social e o caso de Marília/SP**. Tese

(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA/USP, vol. 2, nº. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002>. Acesso em: 20/3/14.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. p. 165-196.

ARRETCHE, Marta T. da S. Intervenção do Estado e Setor Privado: o Modelo Brasileiro de Política Habitacional. **Espaço & Debates**. São Paulo, N. 31, p. 21-36, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING (ABF). **Cenário socioeconômico**. 2015. Disponível em: <http://www.abf.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Apresentacao-Institucional-ABF-2015.pdf>. Acesso em: 7/11/15.

AYMARD, Maurice et al. **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papirus, 1989.

BANCO MUNDIAL. Household final consumption expenditure (annual % growth). Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PRVT.KD.ZG>. Acesso em: 2/11/15.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. pp. 57-110.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Os limiões das cidades médias: reflexões a partir de Teófilo Otoni-MG**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos**. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1969.

_____. **A sociedade de consumo**. 54ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado**; tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTASSO, Beatriz Freire. Aquisição e despesa com bens duráveis segundo as POFs de 1995-1996 e 2002-2003. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al* (orgs.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. v.2. Brasília: Ipea, 2007. pp. 347-392.

BEZERRA, Ilana Nogueira; SICHIERI, Rosely. Características e gastos com alimentação fora do domicílio. **Revista Saúde Pública**, Abr 2010, vol.44, n. 2, p.221-229.

BITOUN, Jan (Coord.). **Proposta de Tipologia das Cidades Brasileiras III – Resultados Finais**. Recife: Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-ambientais, FASE, UFPB, 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/REDES_URBANAS_2015/TIPOLOGIA_A_CIDADES_BR/Tipologia%20das%20Cidades%20Brasileiras.pdf. Acessado em 07 de fev. 2016.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (Orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE - Observatório das Metrôpoles, 2009.

BLANCO, Mirian. Crédito Imobiliário. Produção financiada. **Revista Construção mercado**. Edição 66, janeiro, 2007. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/66/artigo281552-1.aspx>. Acesso em: 26/11/15.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média**: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. (2011). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, nº1. 2008. pp.70-104. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 18/11/15.

_____. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. TD. **Teoria e Debate**, v. 82, 2009. p.8-14.

BONELLI, Regis; CUNHA, Paulo Vieira. Crescimento econômico, padrão de consumo e distribuição de renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75. **Pesquisa e Planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v.11, n.3, pp. 703-756, dez. 1981. Disponível em: <http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/430/371>. Acesso em: 3/11/15.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

_____. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, Victor R.; BRANDÃO, Carlos A. (org.). **Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores - Universidade Nacional del Litoral, Facultad de Ciencias Económicas, 2010.

BRANDÃO, Paulo B. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**, Salvador, vol. 8, n. 1, jul. 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.. 1978.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. p.21-29 (prefácio).

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, São Paulo, Nº 33, pp. 198-220, 2013.

_____. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography** 25,4 (2001) pp. 591–614.

_____. The Urban Question as a Scale Question: Reflections on Henri Lefebvre, Urban Theory and the Politics of Scale. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24.2, June, 2000. 361-378.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, 95, março 2013. pp. 05- 14.

BRITO, Raimundo Soares de (org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar – um pouco de história**. Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v. II; Coleção Mossoroense vol. CCXXXI, 1982.

BUSSETO, Áureo. **Economia e poder local**: Marília de 1946 a 1964. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis), Departamento de História, 1991.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930 – 1970. São Paulo: Global; Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CAPEL, Horacio. El desarrollo de los estudios de morfología urbana: hacia una convergencia interdisciplinaria. In: _____. **La morfología de las ciudades**. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. pp.19-66.

_____. **La morfología de las ciudades**. III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Barcelona: Ediciones del Serbal. 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. PP.17-65.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 517-550.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, pp. 45-60.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 53-73.

CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 21-28.

CASCUDO, Luís da Câmara. Os negociantes. In: BRITO, Raimundo Soares de (org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar** – um pouco de história. Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v. II; Coleção Mossoroense vol. CCXXXI, 1982. p. 12-16.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1995. Pp. 117-140.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

_____. Vida a crédito nas cidades médias/intermediárias brasileiras: efeitos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 441-470.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista.** Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 30, p. 117-132, jun.2004.

COCCO, Rodrigo Giraldi. **Interações espaciais e sistemas de transporte público: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente.** 2011. 265f. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente.

COIMBRA, Aline F. **Análise comparativa do mercado imobiliário em Cidades Médias: a oferta de apartamentos, casas e terrenos urbanos em Campina Grande - PB, Mossoró - RN e Passo Fundo - RS.** (2013). 126f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. **Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil.** Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.55, pp. 119-134.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**, ano VII, n. 11, 12 e 13, set./out., 2003.

_____. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). **Cidades Médias: Espaço em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007a. pp. 23-34.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007b, pp. 61-72.

_____. Inovações espaciais – algumas reflexões. **Cidades**. Vol.7, n.11. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2010. pp.149-159.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Lucia Cortes da. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. pp.43-54.

COUTO, Edna Maria Jucá. **Redefinições espaciais do comércio em Mossoró – RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, 2011.

COUTO, Edna Maria Jucá; ELIAS, Denise. Evolução do comércio e dos serviços em uma cidade média no Brasil. **GeoUECE**, V. 4, N. 7, pp. 36-62, 2015. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=1395&path%5B%5D=1286>. Acessado em 07 de fev. de 2016.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios da autosegregação e da segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

DAMIANI, Amélia L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à lógica dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odette C. de L. **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

DATA POPULAR; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Dossiê Interior do Brasil: dimensionamento, características e oportunidades. Abril, 2014. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/interior%20do%20brasil_completo.pdf. Acesso em: 7/11/15.

DELANEY, David; LEITNER, Helga. The political construction of scale. **Political Geography**, Vol. 16. No. 2. pp. 93-97, 1997.

DELICATO, Cláudio T. **Faces de Marília: a moradia em um condomínio**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia

e Ciências, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Política de valorização do salário mínimo**: salário mínimo de 2015 fixado em R\$ 788,00. Nota técnica, n. 143, janeiro, 2015.11p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 16/11/15.

DORVILLÉ, Raphaella. Interior é apontado como mercado promissor para setor de franquias. **Sebrae**, 13/07/15. Disponível em: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/interior%E2%80%93e%E2%80%93apontado%E2%80%93como%E2%80%93mercado%E2%80%93promissor%E2%80%93para%E2%80%93setor%E2%80%93de%E2%80%93franquias>. Acesso em: 5/11/15.

ELIAS, Denise. **Globalização da agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular. 2010. p. 101-283.

ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande Londrina. São Paulo: Outras expressões, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (ITAL). **Brasil Food Trends 2020**. São Paulo: FIESP; ITAL, 2010. 176p.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Mossoró**: um espaço em questão. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol.CXLI, 1980.

_____. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Fundação Guimarães Duque: Coleção Mossoroense, série C, vol.CCXXXVI, 1982.

_____. **Elementos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.

_____. **A (re) invenção do lugar**: os Rosados e o “país de Mossoró”. João Pessoa – PB: Grafset, 2001.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (Orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE - Observatório das Metrôpoles, 2009, pp. 63-91.

FERNANDES, Duval; RIBEIRO, Vera. A questão habitacional no Brasil: da criação do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida. Anais do **XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2810/2747>. Acessado em 07 de fev. de 2016.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendências globales y experiências nacionales. Buenos Aires: CLACSO Libros, p.179-206, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. (2011) Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FLEURY, Sonia. A fabricação da classe média: projeto político para a nova sociabilidade. . In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. pp.69-80.

FREIRE, Jorge. Comércio de Mossoró. In: BRITO, Raimundo Soares de (Org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar – um pouco de história**. Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v.II; Coleção Mossoroense, vol. CCXXXI, 1982. p. 28-30.

FURTADO, Bernardo A.; LIMA NETO, Vicente C.; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). **IPEA, Nota Técnica**, Nº 1, Brasília, maio de 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf. Acessado em 02 de abr. de 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARREFA, Fernando. **Shopping Centers: de centro de abastecimento a produto de consumo.** (2007). 297f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo/SP, 2007.

GEORGE, Pierre. **Geografia del consumo.** Colección ¿qué sé? N. 86, Vilassar de Mar-Barcelona: Oikos-tau s.a. ediciones. 1972.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista:** Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2007.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O método comparativo e a ciência política. **Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 1, Janeiro/junho, 2008. 13p.

GUERRA, Otto. **A Verdadeira Transnordestina.** Mossoró: Coleção Mossoroense, Série "A", nº 87, 1996.

GUIMARÃES, Raul Borges. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). **Espiral do espaço.** Presidente Prudente: Gasperr, 2003, v.1, pp. 7-22.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates.** São Paulo, Cortez, n. 6, jun./set de 1982.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista.** México: Fondo de Cultura Económica. 1990.

_____. Cities or urbanization? **City**, 1:1-2, 1996. pp.38-61.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna.** 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE, Fundação. Moçoró, um centro regional do oeste potiguar. In: In: BRITO, Raimundo Soares de (Org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar – um pouco de história.** Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v.II; Coleção Mossoroense, vol. CCXXXI, 1982. p.87-111.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

_____. **Regiões de influências das cidades 2007 (REGIC).** Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

_____. **Pesquisa de orçamentos domiciliares: 2008-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf

_____. **Redes e Fluxos do Território**. Gestão do Território. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/redes_e_fluxos_do_territorio/gestao_do_territorio/gestao_do_territorio_2014.pdf. Acesso em: 06 de fev. 2016.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Produção Industrial em Abril de 2011: Uma Forte Queda. **Carta IEDI**, n.470, 03/06/2011a. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_470_producao_industrial_em_abril_de_2011_uma_forte_queda.html. Acesso em: 6/11/15.

_____. Produção Industrial em Outubro de 2011: Resultados Negativos. **Carta IEDI**, n.496, 02/12/2011b. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_496_producao_industrial_em_outubro_de_2011_resultados_negativos.html. Acesso em: 6/11/15.

_____. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2015. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (28 de agosto de 2015). Visitado em 28 de agosto de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros**. Comunicado nº 120. Nov/2011.

_____; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (SPI) (coord.). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA: MP, SPI, 2014.

IPC MARKETING. **IPC Maps 2012**. São Paulo: IPC Marketing Editora, 2012.

JESSOP, Bob; BRENNER, Neil; JONES, Martin. Theorizing sociospatial relations. **Environment and Planning D: Society and Space**, 2008, volume 26, pages 389-401.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LACERDA, José. O sal, uma economia em questão. In: BRITO, Raimundo Soares de (Org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar – um pouco de história**. Secretaria de

Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v. II; Coleção Mossoroense, vol. CCXXXI, 1982. p. 65-67.

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In: AYMARD, Maurice et al. **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p.175-219.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

_____. A sociedade burocrática de consumo dirigido. In: **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991. pp.77-119.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, colección Entrelíneas, 2013.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 38, 1994, p. 54-61.

LÉVY, Jacques ; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la Géographie**. Paris: BELIN, 2003.

LIMA, Alysso Paulo Holanda. Estrada de ferro em Mossoró: uma historia singular no sertão do Rio Grande do Norte. **Revista Sertões**, Mossoró-RN, v.1, n.2, p.53-67, jul./dez/, 2011.

LIPIETZ, Alain. Una versión marxista de la renta del suelo urbano. In: PARDO, Maite Martinez (ed.). **Estudios sobre la renta del suelo**. Comunidad de Madrid, 1985. pp.97-134.

LOZANO, Lina Patricia Giraldo; SPOSITO, Eliseu Savério. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 79-105.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. Justificativas secas: Americanismo e “Os Sertões” em torno dos ideais de uma ferrovia na cidade de Mossoró (1909-1915). In: Anais do Encontro Estadual de História do Ceará, 13, 2012. Sobral, Ceará. 15p.

MARIANE, Aline. Incorporação caseira. **Revista Construção mercado**. Edição 145, agosto/2013. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/145/artigo293410-1.aspx>. Acesso em: 29/11/15.

_____. Fim da regionalização. **Revista Construção mercado**. Edição 151, fevereiro/2014. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/151/artigo304742-1.aspx>. Acesso em: 29/11/15.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Questão fundiária no Brasil e o Ministério das Cidades**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB), 2005. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf. Acesso em 4/12/15.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos metrópole**, 21, 1º sem. 2009, pp. 33-52.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography** 24,2 (2000) pp. 219–242.

MARSTON, Sallie A; JONES III, John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 30 (4), pp.416-432, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília : IPEA, 2015.

MELAZZO, Everaldo Santos. Apontamentos para uma valorização do patrimônio imobiliário urbano brasileiro. In: **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, VI ENANPUR, 1995, Brasília – DF. pp.504-508.

_____. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.161-279.

_____. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). set. 2013. p. 29-40.

_____. Cidades médias e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais. In: **Anais do XIII Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)**, XIII RII, 2014, Salvador – BA.

_____. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 373-396.

MENDES, Gustavo. Crescimento fora das metrópoles merece atenção. **Revista Construção Mercado**. Edição 118, junho, 2011. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/118/artigo282500-1.aspx>. Acesso em: 26/11/15.

MERCADANTE, Aloízio. Blindagem do Setor Externo. Lições Contemporâneas. **Folha de São Paulo**, 23 de abril de 2006, B2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/04/23/73/>. Acessado em 4 de dez. de 1025.

_____. **Brasil, a construção retomada**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil - 2010**. Brasília - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Ministério das Cidades, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/biblioteca/4354-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010.html>. Acessado em 23 de jul. de 2015.

MOBILIZAÇÃO estimula modelo de negócios no interior do Estado. **Sebrae**, 20/05/14. Disponível em: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/Mobiliza%C3%A7%C3%A3o-estimula-modelo-de-neg%C3%B3cios-no-interior-do-Estado>. Acesso em: 5/11/15.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do rio Grande do Norte**. 3ª ed. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007.

MONTEIRO, Sandra. Modelo de negócio atrai empreendedores no interior. **Sebrae**, 05/06/2014. Disponível em: <http://www.rn.sebrae.com.br/noticia/modelo-de-negocio-atrai-empresarios-no-interior/>. Acesso em: 5/11/15.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília**. 1994. (Dissertação de Mestrado), Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP.

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre. **A expansão do mercado imobiliário em Mossoró: acumulação capitalista e o aprofundamento das contradições socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. 1994. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP.

_____. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

_____. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010.

_____. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NONATO, Raimundo. Negociantes & mercadores: “os estrangeiros em Mossoró”. In: BRITO, Raimundo Soares de (Org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar** – um pouco de história. Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v.II; Coleção Mossoroense, vol. CCXXXI, 1982. p.17-18.

NUNES, Marcelo. **Produção do espaço urbano e exclusão social em Marília – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene. Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Crítica à razão dualista**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Jionaldo Pereira de. **O desafio da moradia: a reprodução da habitação popular no espaço urbano de Mossoró (RN) na vigência do Estatuto da Cidade (2001-2011) e suas questões socioespaciais**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.

_____. **Mossoró, espaço urbano e questões habitacionais: análises sobre a dinâmica urbana mossoroense e a inserção da questão habitacional na atualidade**. Mossoró: UERN, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA FORMALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (FORLAC). **Estudo de Caso: Brasil**. Notas sobre a formalização. Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe. 2014. 16p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245624.pdf. Acesso em: 16/11/15.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil**. 1996. 180f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). IGCE, Cp. De Rio Claro-UNESP, Rio Claro.

_____. *O fast food e a mundialização do gosto*. **Cadernos de Debate**, vol V. Campinas, 1997. pp. 21-45.

_____. Da produção ao consumo: dinâmicas urbanas para um mercado mundial. In: ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarniere; CORTEZ, Ana Tereza Caceres (orgs). **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.11-33.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAQUOT, Thierry. Prefácio: um convite à história. In: AYMARD, Maurice et al. **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papirus, 1989. p7-11.

PEREIRA, Paulo C. X. Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea. In: PEREIRA, Paulo C. X. (org.). **Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. **Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis), Instituto de Letras, História e Psicologia, 1990.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

POCHMANN, Márcio. Mudança social recente no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; VAZ, Fábio Monteiro (orgs.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida**. Vol 1. Brasília: Ipea, 2011. pp.91-111.

_____. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. pp.156-170.

_____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTO-SALES, Andréa Leandra. **A Situação Espacial de Franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96p. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>. Acesso em: 26/10/15.

QUEIROZ, Rodrigo José de Gois. **Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró**: uma investigação acerca das políticas de implantação da rede de esgotamento sanitário. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2012.

RANGEL, Ignácio. **Economia**: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

REYNAUD, Alain. L'intérêt de la démarche comparative en géographie. **Espaces Temps**, 26-28, 1984, p.26-33.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes. **Tudo pronto**: o comer fora e o prazer reinventado (1970-2000). 2012. 259f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RIZZO FRANCHISE. **200 melhores mercados para franquias**. 2014. 34p.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró**. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias? In: **Novos Estudos Cebrap**, n.89, março, 2011. Pp.89-109.

ROMCY, Priscila de O. **Aspectos da dualidade do trabalho na região mossoroense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2011.

ROYER, Luciana de O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. (2009). 193f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2009.

SALGUEIRO, Teresa Barata. O consumo como motor de reestruturação urbana. In: Instituto de Estudos Geográficos (ed.) – **Dinamismos Sócio-Econômicos e (re) Organização Territorial**: processos de urbanização e de reestruturação produtiva, Coimbra, IEG, 1996. p.435-452.

_____. Cidades pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista TERRITÓRIO**, ano III, nº 4, jan./jun., 1998. pp. 40-54.

_____. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre as cidades. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 99- 104.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda (orgs.). **Cidade e comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. Pp. 9-39.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANFELIU, Carmen Bellet *et al.* (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **GeoSul**, n.5, ano III, 1º semestre, 1988. pp. 85-100.

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992a.

_____. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, nº 14, ano VII, 2º sem.1992b. p.49-59.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2ed. São Paulo: EDUSP, 2007a.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007b.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008c.
_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 5ed. São Paulo: Edusp, 2009a.
_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. 2ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Caracterização Socioeconômica das Regiões do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Marília**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2013. 66p.

SASSEN, Saskia. Spatialities and temporalities of the global: elements for a theorization. **Public Culture**, v. 12, n. 1, 2000. pp. 260-278.

SCHLINDWEIN, Madalena M.; KASSOUF, Ana L. Mudanças no padrão de consumo de alimentos tempo-intensivos e de alimentos poupadores de tempo, por região do Brasil. In: SILVEIRA, Fernando G.; SERVO, Luciana M. S.; MENEZES, Tatiane; PIOLA, Sérgio F. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007, v. 2, pp. 423-462. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/20_Cap12.pdf. Acessado em 08 de fev. de 2016.

SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro** (2010). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

SILVA, Raimundo Nonato da. Negociantes & mercadores: os estrangeiros em Mossoró. In: BRITO, Raimundo Soares de (Org.). **Indústria e comércio do oeste potiguar** – um pouco de história. Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, v. II; Coleção Mossoroense vol. CCXXXI, 1982. pp. 17-18.

SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: Editora da UFRN, 2009.

SILVA, Deivid Francisco. Cidades médias e consumo: uma análise a partir da crescente expansão do setor de franquias e o movimento de “interiorização” do capital. In: **Anais do XIII Seminário Internacional da RII**. Salvador, 2014. 16p.

SILVA, Henrique Alves da. **Transformações do planejamento urbano em cidades de porte médio e em cidades médias brasileiras.** (2013). 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2013.

SILVA, William Ribeiro da. Cidades médias, agentes econômicos e novos espaços de consumo. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 241-254.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n. 6, jan./jun., 1999. pp. 21-28.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista (1978). In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979. pp. 21-36.

_____. **Economia política da urbanização.** 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha K; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, Carmen Beatriz (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. pp. 22-74.

_____. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, Michele. **A Diferenciação Socioespacial em Mossoró-RN.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira:** ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes. A política externa brasileira nos oito anos do Governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, Marilene de (org.). **“Nunca antes na história desse país”...?:** um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. PP.99-115.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013a. pp.55-68.

_____. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.1, n.1, jan/jul, 2013b. pp. 129-158.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013c.

SOUZA, Marcos Barcellos de. **Variiedades do capitalismo e reescalonamento espacial do estado no Brasil.** 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2013d.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. **Revista TERRITÓRIO**, ano III, nº 4, jan./jun., 1998. pp. 27-37.

_____. A dimensão econômica na análise urbana: matrizes, descaminhos e perspectivas. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Novos estudos da geografia urbana brasileira.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p.51-62.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: UNESP, 2001a. pp. 235-253.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001b. pp. 609-643.

_____. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001c, 83-99.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente. 508p.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades.** Presidente Prudente. Vol.3, n 5, jan./jun., 2006. p.143-157.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____ (org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.233-253.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (editoras). **Las**

ciudades medias o intermediasen un mundo globalizado. As cidades médias ou intermediárias num mundo globalizado. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. pp.41-69.

_____. Desafios para o estudo das cidades médias. In: **XI Seminario Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**, 2010a, Mendoza. Trabalhos completos. Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010a. p. 01-18.

_____. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Cidades**. Vol.7, n.11. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2010b. P.123-147.

_____. **Lógicas econômicas e práticas socioespaciais contemporâneas: cidades médias e consumo.** Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Presidente Prudente: Unesp, 2011a. 52p.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011b. pp.121-145.

_____. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin. **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão.** (Série de estudos e pesquisas, 95). Salvador: SEI, 2014. pp.23-35.

_____. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, Álvaro, RUA, João; MATTOS, Regina C. (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015, v. 1, pp. 125-154.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: _____. (org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.35-67.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília.** São Paulo: Outras expressões, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade urbana, em cidades médias. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 107-131.

SPOSITO, Eliseu S. **Produção e a Apropriação da Renda Fundiária Urbana em Presidente Prudente**. (1990). 156f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1990.

STIVALI, Matheus; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Padrões de gastos das famílias com transportes urbanos no Brasil metropolitano – 1987-2003. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al* (orgs.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. v.2. Brasília: Ipea, 2007. pp.167-199.

TAKEYA, Denise Monteiro. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.

TARGA, Luiz R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 12(1), pp. 265-271, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. Prefácio. In: MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2015. pp.9-14.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel; MEIRELES, Beatriz Barbosa. **Visão do desenvolvimento 2008**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. P.55-97.

VALE, Saulo. Obras de urbanização do Tranquilim estão em fase avançada. **Prefeitura de Mossoró**, 25/8/14. Disponível em: <http://www.prefeiturademossoro.com.br/blog/infraestrutura/1012>. Acesso em: 8/12/15.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, dez 2009. Pp. 147-157.

_____. A utilização dos agentes sociais nos estudos da Geografia Urbana? avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. pp.17-37.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. pp.17-37.

WELLS, John. Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.17, p.6-60, 1976. Disponível em:

http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/subconsumo_tamanho_de_mercado.pdf. Acesso em: 3/11/15.

WEY, Hebe. **O processo de relações públicas**. São Paulo: Summus, 1986.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas Centralidades e Novos *Habitats*: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

ARTIGOS DE JORNAL

ALVES, Magno. Casas do Conjunto Monsenhor Américo podem ser retomadas. **Jornal De Fato**, Mossoró, 28/5/2013. Disponível em: <http://www.defato.com/noticias/17888/casas-do-conjunto-monsenhor-americo-podem-ser-retomadas>. Acesso em: 18/12/15.

ATIVIDADE industrial tem retração de 0,3% em relação a 2010. **Agência Estado**, 31/08/2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/atividade-industrial-tem-retracao-de-0-3-em-relacao-a-2010/>. Acesso em: 6/11/15.

CRESCE mercado de franquias em Mossoró. **TCM, canal 10** [s.d.]. Disponível em: <http://portaltcm.com.br/canal10/cresce-mercado-de-franquias-em-mossoro/>. Acesso em: 5/11/15.

GAIER, Rodrigo Viga. Crise faz indústria ter em 2009 maior retração desde 1990, diz IBGE. **Reuters**, 02/02/2010. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/02/02/2crise-faz-industria-ter-em-2009-maior-retracao-desde-1990-diz-ibge.jhtm>. Acesso em 6/11/15.

IWAKURA, Mariana. Interior é aposta para expansão do setor de franquias. **Folha de São Paulo**, 8/11/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/negocios/cn0811200903.htm>. Acesso em 7/11/15.

MARÍLIA desperta atenção de novas franquias. **Diário de Marília** [s.d.]. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/noticias/?id=419>. Acesso em: 5/11/15.

MARÍLIA é alvo de expansão de franquias; faturamento pode chegar a \$ 180 mil. **Diário de Marília**, 22/07/2014. Disponível em: <http://www.diariodemarilia.com.br/noticia/132757/marilia-e-alvo-de-expansao-de-franquias-faturamento-pode-chegar-a-180-mil>. Acesso em: 5/11/15.

MCDONALD'S chega a partir de novembro à região do Aquarius. **Jornal da Manhã**, 29/09/2013. Disponível em:

<http://www.jornaldamanhamarilia.com.br/noticia/19846/McDonalds-chega-a-partir-de-novembro-a-regiao-do-Aquarius/>. Acesso em 12/11/15.

MELLO, Roberta. Franchising aposta na interiorização para manter crescimento no país. **Jornal do Comércio (RS)**, 1/11/2013. Disponível em: <http://www.abf.com.br/franchising-aposta-na-interiorizacao-para-manter-crescimento-no-pais/>. Acesso em: 7/11/15.

MERCADANTE, Aloísio. Blindagem do Setor Externo. Lições Contemporâneas. **Folha de São Paulo**, 23 de abril de 2006, B2. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/04/23/73/>. Acesso em: 4/12/15

MOSSORÓ receberá R\$ 45 milhões do PAC 2 para investimento em pavimentação e saneamento. **Jornal O Mossoroense**, Cotidiano, Mossoró, 26/10/13. Disponível em: <http://omossoroense.uol.com.br/index.php/cotidiano/57134-mossoro-recebera-r-45-milhoes-do-pac-2-para-investimento-em-pavimentacao-e-saneamento>. Acesso em: 9/12/15.

MUNICÍPIO de Mossoró tem bom potencial de expansão. **Jornal De Fato**, 25/07/2013. Disponível em: <http://www.defato.com/noticias/22728/mossoro-tem-bom-potencial-de-expansao-apontam-investidores>. Acesso em: 5/11/15.

NORDESTE, Norte e Centro-oeste se destacam no PIB. **O Estado de São Paulo**. 29/06/14. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/nordeste-e-centro-oeste-se-destacam-no-pib>. Acesso em 5/11/15.

POTIGUARES avançam como franquias. **Tribuna do Norte**, 23/2/14. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/potiguares-avancam-como-franquias/275130>. Acesso em: 5/11/15.

PREFEITURA entregará casas do Jardim das Palmeiras em outubro de 2015. **Gazeta do Oeste**, Mossoró, 26/8/14. Disponível em: <http://gazetadoeste.com.br/prefeitura-entregara-casas-do-jardim-das-palmeiras-em-outubro-de-2015/>. Acesso em: 8/12/15.

PRODUÇÃO industrial se estabiliza em um nível alto. Estadão, 01/06/2010. Disponível em: http://cntdrs.com.br/menu/boletim/noticias_nova/not.php?id_cliente=1&id=7172. Acesso em: 6/11/15.

RIBEIRO, Clel. Ranking tem Marília entre cidades mais promissoras do interior para franquias. **Diário de Marília**, 09/08/2013. Disponível em: <http://www.expensereduction.com.br/index.php?ranking-tem-marilia-entre-cidades-mais-promissoras-do-interior-para-franquias>. Acesso em: 5/11/15.

RODRIGUES, Gizella. Interior do país é mercado promissor para franquias. **Agência Sebrae de notícias**, 9/2/2015. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Interior-do-pa%C3%ADs-%C3%A9-mercado--promissor-para-franquias>. Acesso em: 7/11/15.

SOARES, Pedro. Queda na produção de bens de capital indica retração de investimentos. Folha de S. Paulo, 1/11/2012. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2012/11/1178774-queda-na-producao-de-bens-de-capital-indica-retracao-de-investimentos.shtml?mobile>. Acesso em: 6/11/15.

TANURI, Rosalina. Cidade de potencial. **Diário de Marília**, 25/07/2013. Disponível em: <http://www.diariodemarilia.com.br/noticia/124015/cidade-de-potencial>. Acesso em 5/11/15.

APÊNDICE

APÊNDICE

A fonte de dados utilizada para as análises sobre o potencial de consumo consiste no estudo realizado pela empresa IPC Marketing (2012), cujas informações estão disponíveis por município, por categorias de consumo e classes econômicas, para os anos de 1998, 2003, 2008 e 2012, (IPC MARKETING, 2012).

Trata-se de um banco de dados secundários, produzido a partir da compilação dos dados produzidos pelos Censos dos anos de 2000 e 2010, dados da Contagem Populacional (2007), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001 a 2009), das Contas Consolidadas da Nação (2006 a 2010) e Pesquisa de Orçamentos Familiares.

As categorias de consumo analisadas contemplam diversos setores e, segundo a metodologia da pesquisa, sua escolha se deu de modo a aproximá-las das categorias estabelecidas pelo IBGE na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que fundamentam as projeções de consumo da população brasileira.

São 22 as categorias de consumo: alimentação no domicílio, alimentação fora do domicílio, bebidas, manutenção do lar, artigos de limpeza, mobiliários e artigos do lar, eletrodomésticos e equipamentos, vestuário confeccionado, calçados, outras despesas com vestuário, transportes urbanos, gastos com veículo próprio, higiene e cuidados pessoais, gastos com medicamentos, outras despesas com saúde, livros e material escolar, matrículas e mensalidades, despesas com recreação e cultura, despesas com viagens, fumo, materiais de construção e outras despesas¹⁵⁸.

O referido estudo desenvolveu um Índice de Potencial de Consumo (IPC), correspondente a um indicador que atribui a cada município a sua participação no total de consumo do país, ou seja, o potencial de compra em cada município como uma porcentagem do potencial brasileiro cujo total alcança 100%.

Hipoteticamente, se considerarmos que no Brasil são gastos R\$ 100,00 por dia, seria possível estimar quanto deste consumo é realizado em cada município através do índice. Por exemplo, se o município X tem um IPC de 0,10414; isto significa que de R\$100 gastos no país, R\$ 0,10414 foram gastos neste município. Todavia, não utilizamos este índice diretamente nas análises para as cidades, uma vez que

¹⁵⁸ Para mais informações sobre a metodologia ver IPC Marketing (2012).

apresentamos a maior parte das informações a partir dos volumes de despesas brutas, ou seja, em reais (R\$) de cada ano de acordo com a conversão e deflação.

No estudo da IPC Marketing, o cálculo do potencial de consumo foi realizado inicialmente em moeda nacional (R\$) e posteriormente convertido para o dólar americano, na proporção de US\$ 1 = R\$ 1,15 em 1998; US\$ 1 = R\$ 3,35, em 2003; US\$ 1 = R\$ 1,75, em 2008 e US\$ 1 = R\$ 1,73, em 2012.

Nesta tese, por sua vez, as conversões dos valores em dólares de cada ano para os Reais correspondentes foram feitas pelo site do Banco Central do Brasil¹⁵⁹ e no intuito converter e deflacionar os dados de maneira mais próxima da conjuntura econômica em cada ano disponível optou-se por converter os valores a partir da cotação do dólar em dezembro de cada ano analisado, conforme valores no Quadro 8.

Após a conversão dos valores para o real (R\$) nos anos de 1998, 2003 e 2008, pois os valores para 2012 já estavam disponíveis na moeda brasileira, deflacionamos os dados com base no Índice Geral dos Preços “Disponibilidade Interna” (IGP-DI) correspondente ao mês de dezembro de 2012, cujos cálculos foram feitos pela Calculadora do Cidadão, ferramenta disponibilizada no site do Banco Central¹⁶⁰ (Quadro 8).

Quadro 8 - Conversão e deflação dos valores em dólares americanos (US\$) para reais (R\$). 1998, 2003, 2008 e 2012.

| | Taxa de câmbio (US\$ - R\$) | IGP-DI, base dez/2012 |
|------------|-----------------------------|-----------------------|
| 31/12/1998 | R\$1 | 3,455513 |
| 31/12/2003 | R\$2,8884 | 1,7379762 |
| 31/12/2008 | R\$2,3362 | 1,2381567 |
| 31/12/2012 | R\$2,0429 | 1,0068 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaborado por Edna Couto (2015).

¹⁵⁹ Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>.

¹⁶⁰

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>